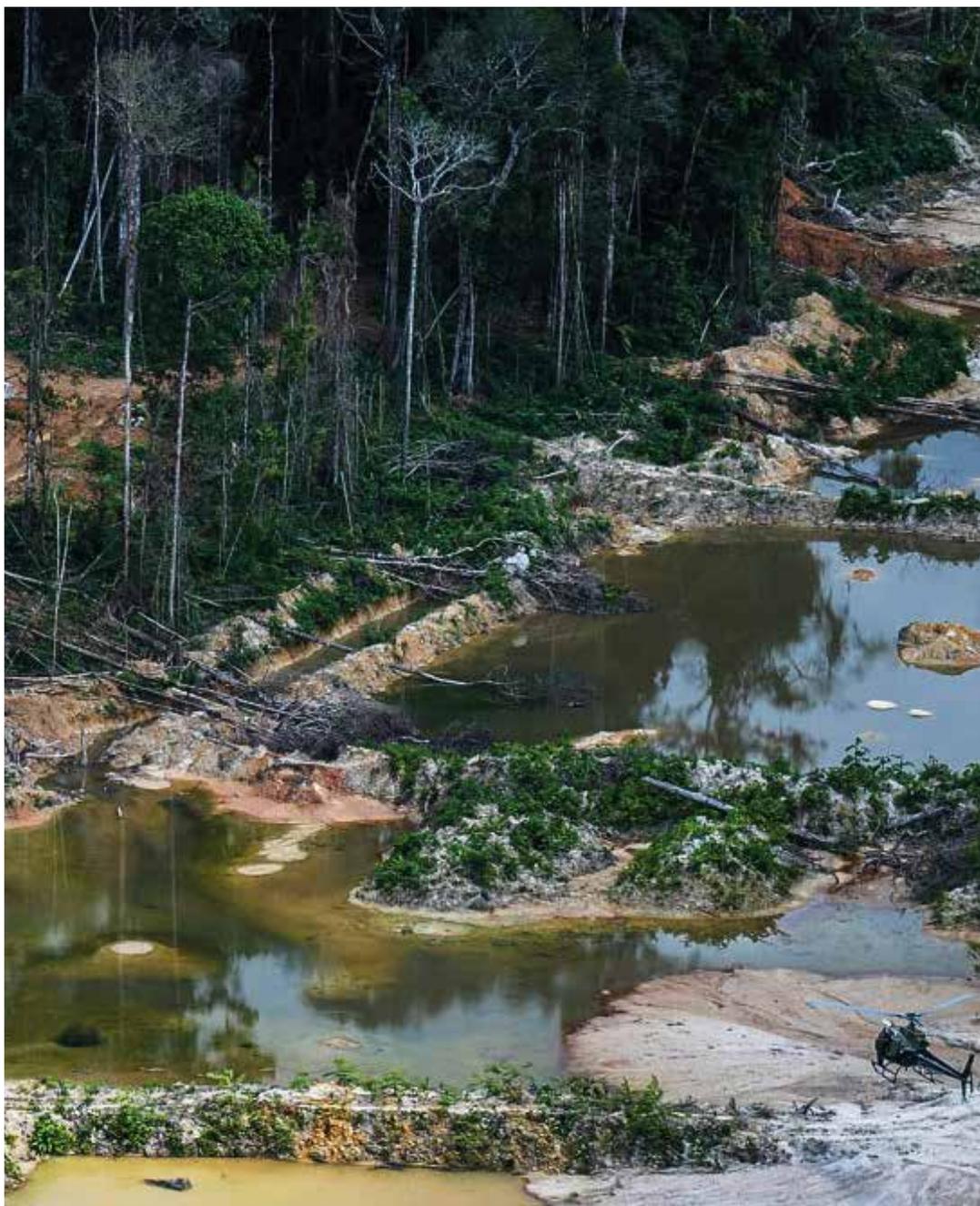


BRASIL: CINCO ANOS DE GOLPE E DESTRUIÇÃO



Fundação Perseu Abramo
Instituída pelo Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores em maio de 1996.

Diretoria
Presidente: Aloizio Mercadante
Vice-presidenta: Vívian Farias
Elen Coutinho
Jéssica Italoema
Jorge Bittar
Artur Henrique
Alberto Cantalice
Carlos Henrique Árabe
Luiz Caetano
Valter Pomar

Conselho editorial:
Albino Rubim, Alice Ruiz, André Singer, Clarisse Paradis, Conceição Evaristo,
Dainis Karepovs, Emir Sader, Hamilton Pereira, Laís Abramo, Luiz Dulci,
Macaé Evaristo, Marcio Meira, Maria Rita Kehl, Marisa Mídori, Rita Sipahi,
Silvio Almeida, Tássia Rabelo, Valter Silvério

Coordenação editorial: Rogério Chaves
Assistente editorial: Raquel Maria da Costa
Revisão: Maria Elaine Andreotti /Angélica Ramaciotti
Pesquisa iconográfica: Caco Bisol

Capa, projeto gráfico e editoração: Caco Bisol
Foto da capa: incêndio no Pantanal, ação humana dada como causa da origem das
queimadas na região. Mayke Toscano/Secom-MT

Fundação Perseu Abramo
Rua Francisco Cruz, 234 Vila Mariana
04117-091 São Paulo – SP
www.fpabramo.org.br
f: 11 5571 4299

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

B823 Brasil : cinco anos de golpe e destruição / Sandra Brandão (org.) ; prefácio
Aloizio Mercadante ; apresentação Dilma Rousseff. – São Paulo :
Fundação Perseu Abramo, 2021.
318 p. : il. ; 23 cm.

ISBN 978-65-5626-025-9

1. Brasil - Política e governo. 2. Política - Brasil - Golpe. 3. Pan-
demia. 4. Cidadania. 5. Desenvolvimento sustentável. 6. Democracia.
7. Política externa. I. Brandão, Sandra. II. Mercadante, Aloizio. III.
Rousseff, Dilma.

CDU 32(81)

(Bibliotecária responsável: Sabrina Leal Araujo – CRB 8/10213)

BRASIL: CINCO ANOS DE GOLPE E DESTRUIÇÃO

SANDRA BRANDÃO
(ORG.)

APRESENTAÇÃO
DILMA ROUSSEFF

PREFÁCIO
ALOIZIO MERCADANTE

SÃO PAULO, JUNHO DE 2021



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

Coordenação

Sandra Brandão¹.

Colaboração

Núcleos de Acompanhamento de Políticas Públicas (NAPPs) e Secretarias Nacionais e Setoriais do PT (lista abaixo).

Apoio

Centro de Altos Estudos FPA e PT Argumento

Núcleos de Acompanhamento de Políticas Públicas (NAPPs)

NAPP Agrícola e agrário - Gerson Teixeira e João Daniel

NAPP Cidades - Nabil Bonduki

NAPP Ciência, tecnologia e inovação- Luiz Antonio Elias

NAPP Comunicação - Maria Alice Vieira, Orlando Guilhon, Taís Ladeira

NAPP Cultura – Marcio Tavares e Juca Ferreira

NAPP Desenvolvimento social - Tereza Campelo, Lais Abramo e Marcia Lopes

NAPP Economia - Aloizio Mercadante e Guilherme Mello

NAPP Educação - Carlos Abicalil e Teresa Leitão

NAPP Estado, democracia e instituições - Jorge Messias e Carlos Henrique Árabé

NAPP Igualdade racial - Nilma Lino Gomes e Givânia Maria da Silva

NAPP Indústria, energia e petróleo - José Sérgio Gabrielli e Mauro Borges Lemos

NAPP Infraestrutura, transporte e logística - Maurício Muniz e Miriam Belchior

NAPP Juventude - Gabriel Medeiros de Miranda

NAPP Meio ambiente - Nilto Tatto, Roberto Vizenin e Vicente Andreu

NAPP Micro e pequenas empresas - Paulo Feldmann

NAPP Mulheres - Eleonora Menicucci e Anne Karolyne Moura

NAPP Nordeste - Jonas Paulo

NAPP Política externa - Marcelo Zero

NAPP Saúde - Arthur Chioro

NAPP Segurança pública - Paulo Teixeira, Tarso Genro e Alberto Cantalice

NAPP Tecnologias de informação e comunicação - Cezar Alvarez

NAPP Trabalho - Artur Henrique e Clemente Ganz Lucio

Coordenação do Centro de Altos Estudos FPA – William Nozaki

Secretarias Nacionais e Setoriais

Abdael Ambuster – Setorial de Segurança Pública

Adriano Diogo – Setorial de Direitos Humanos

Alex Minduim – Setorial de Esportes e Lazer

Anne Karolyne Moura Souza – Secretária Nacional de Mulheres

Dayvid Bacelar e Nailor Gatto – Setorial de Energia

Eliane Cruz – Setorial de Saúde

Elisângela dos Santos Araújo – Secretária Agrária Nacional

Henrique Donin – Setorial de Ciências e Tecnologia

Janaína Barbosa de Oliveira – Secretária Nacional LGBT

Lucia Mendonça – Setorial de Transporte, logística e mobilidade urbana

Marcio Tavares dos Santos – Secretária Nacional de Cultura

Martvus das Chagas – Secretária de Combate ao Racismo

Nilto Tatto – Secretária de Meio Ambiente

Paulo Cayres – Secretária Sindical Nacional

Ronald Luis dos Santos – Secretária de Juventude

Rubinho Linhares – Setorial de Pessoas com Deficiência

Sidnei Pita – Setorial de Moradia

Tatiane Valente – Setorial de Segurança Alimentar e Economia Solidária

Teresa Leitão – Setorial de Educação

Vanessa Negrini – Setorial de Direitos dos Animais

Vicente Faleiros – Setorial da Pessoa Idosa

Demais colaboradores:

Ana Laura Becker Aguiar, Beatrice Weber, Daisy Barreta, Édrio Nogueira, Erika Pisaneschi, Juliana Moura Bueno, Ligia Toneto, Matias Cardomingo, Nelson Cardoso Amaral, Rodrigo Toneto, Rogério Sottili, William Nozaki.

1. A presente publicação foi produzida com dados compilados até maio de 2021.

Centro de Altos Estudos – FPA
Núcleos de Acompanhamento de Políticas Públicas

NAPP Agrícola e agrário

Gerson Teixeira e João Daniel (coordenadores), Acácio Zuniga Leite, Catia Grisa, Francisco de Assis Costa, Frei Sergio Górgen, Júnior Divino Fideles, Guilherme Delgado, Karla Hora, Raimundo Pires Silva, Raoni Azeredo, Raul Krauser, Luiza Dulci, Manoel Magalhães, Marcilene Ferreira, Mayra Silva Lima, Nicinha Porto, Nilton Tubino, Samuel Carvalho, Sérgio Sauer, Silvio Porto, Airton Faleiro, Amarildo Souza, Elisângela Araújo, Elvino Bohn Gass, Izabella Forzani, José Fritsch, Maia Sprandel, Nilto Tatto, Rogerio Newald, Sergio Lanz, Volmir Amaral.

NAPP Cidades

Nabil Bonduki (coordenador), Ana Claudia Cardodo, Benny Schvartsberg, Celso Carvalho, Eduardo Marques, Eleonora Maschia, Fernando Haddad, Fernando Melo Franco, Flávio Tavares Brasileiro, Geraldo Magela, Giselle Tanaka, Inês Magalhães, João Whitacker, José Júlio Lima, Maria Caldas, Miriam Belchior, Nabil Bonduki, Rafael Calabria, Roberto Garibe, Rosana Denaldi, Tainá de Paula.

NAPP Ciência, tecnologia e inovação

Luiz Antonio Elias (coordenador), Artur Obino, Bruno de Oliveira Elias, Bruno Gaspar, Celso Pansera, César Alvarez, Francelon Grando, Gerson Gomes, João Cassino, Jorge Bittar, Jorge Messias, Luiz Pinguelli Rosa, Marcelo Mitherhof, Mariano Laplane, Miriam Chaves, Newton Lima, Reinaldo Guimarães, Ricardo Bielschowsky, Rodrigo Leão, Sérgio Rezende, Sidarta Ribeiro, William Nozaki.

NAPP Comunicação

Maria Alice Vieira, Orlando Guilhon, Taís Ladeira (coordenadores), Beth Costa, Bruno Gaspar, David da Silva Jr., Daisy Barreta, Fernanda Estima, Jonas Valente, João Brant, Juan Pessoa, Katia Passos, Laurindo Lalo Leal Filho, Misiara Oliveira, Paulo Salvador, Roni Anderson Barbosa, Tereza Cruvinel.

NAPP Cultura

Marcio Tavares e Juca Ferreira (coordenadores), Alfredo Manevy, Aluísio Mathias, Américo Córdula, Antonio Albino Canelas Rubim, Carlos Paiva, Carolina di Deus, Célia Alves, Christiane Ramirez, Cícera, Dandara Ferreira, Daniel Samam, Deryk Santana, Diana Almeida, Eduardo Lurnel, Eliane Costa, Fabiano Piuba, Fabio Henrique Lima, Fátima Froes, Gabriel Portela, Giane Elisa, Jackson Raymundo, João Brant, João Pontes, Lia Baron, Luisa Cela, Marcelo Bones, Maria Marighella, Miguel Jost, Nilson Rodrigues Patricia Froes, Pedro Vasconcelos, Rodrigo Forneck, Tião Soares, Tomaz Miranda, Tony Teófilo, Tuca Moraes.

NAPP Desenvolvimento social

Tereza Campelo, Laís Abramo e Marcia Lopes (coordenadoras), André Calixtre, Eduardo Fagnani, Emir Simão Sader, Francisco Menezes, Helena Abramo, Juliana Picoli Agatte, Laís Abramo, Leandro Ferreira, Maia Sprandel, Márcia Lopes, Maria Luiza Amaral Rizzotti, Paulo Jannuzzi, Jucimeri Isolda Silveira, Rômulo Paes, Sandra Maria Chagas Brandão.

NAPP Economia

Aloizio Mercadante e Guilherme Mello (coordenadores), Alexandre Freitas Barbosa, André Biancarelli, André Calixtre, Antonio Correa de Lacerda,

Artur Araújo, Bruno Moretti, Clemente Ganz Lucio, Daniela Prates, Eduardo Fagnani, Emilio Chernavsky, Ernani Torres, Esther Dweck, Fernando Sarti, Gerson Gomes, José Dari Krein, José Sérgio Gabrielli, Marcelo Manzano, Márcio Percival, Marcos Vinicius Chiliato, Marta Castilho, Miriam Belchior, Nelson Barbosa, Paulo Nogueira Batista Jr., Pedro Noblat, Pedro Rossi, Ricardo Carneiro, Rodrigo Orair, Tereza Campelo, William Nozaki, Uallace Moreira.

NAPP Educação

Carlos Abicalil (coordenador), Rosa Neide Sandes de Almeida, Teresa Leitão de Melo – coordenadora Aloizio Mercadante, Binho Marques, Bruno da Costa Ferreira, Cesar Callegari, Daniel Pereira da Silva, Eduardo Ferreira, Eliezer Pacheco, Fernando Silva, Florentino Junior, Heleno Araújo, Ideli Salvatti, Jesualdo Farias, José Clóvis Azevedo, Lizete Marques, Lucio Rodrigues, Ludmila Lima Barreto, Macaé Maria Evaristo dos Santos, Márcia Abreu, Maria Lucia Cavalli Neder, Olga Freitas, Penildon da Silva Filho, Selma Rocha, Vanda Bandeira Santana, Vilma Gerusa Oliveira, Waldenor Pereira, Walisson Araujo.

NAPP Estado, democracia e instituições

Jorge Messias e Carlos Henrique Áraabe (coordenadores), Anderson Bezerra Lopes, Afonso Bandeira Florence, Artur Machado Scavone, Caio Rioei Yamaguchi Ferreira, Cristian Silva, Edson Antônio Edinho da Silva, Eugênio José Guilherme de Aragão, Gabriel de Carvalho Sampaio, Jean Keiji Uema, Jorge Rodrigo Araújo Messias, Juarez Rocha Guimarães, Paulo Teixeira, Pedro Estevam Alves Pinto Serrano, Roberta Lima Barreto Monteiro, Rodrigo de Sousa Soares, Renato Afonso Gonçalves, Tânia Maria de Oliveira, Tiago Amaral Ciarallo, Ubiratan de Souza, Wadih Nemer Damous Filho, Wagner Artur de Oliveira Cabral, William Nozaki.

NAPP Igualdade racial

Nilma Lino Gomes e Givânia Maria da Silva (coordenadoras), Bárbara Oliveira de Souza, Célia Gonçalves Souza, Cleber Santos Vieira, Cristina Teodoro, David da Silva Jr, Deputada Benedita da Silva, Deputado Vicente Paulo da Silva, Dora Lucia de Lima Bertulio, Edson Santos de Souza, Ellen Coutinho, Élda Lauris, Elói Ferreira Araújo, Fabiana Ana da Silva Mendes, Gabriel de Carvalho Sampaio, Givânia Maria da Silva, Iêda Leal de Souza, Iyá Sandrali de Campos Bueno, Janete Rocha Pietá, Luís Gustavo Magnata Silva, Luiz Alberto da Silva Santos, Maria Isabel da Silva Sales, Mário Resende, Martvs Antônio Alves das Chagas, Matilde Ribeiro, Paulo Vinicius Baptista da Silva, Renato Ferreira, Rita Cristina de Oliveira, Roberta Lima Barreto Monteiro, Roberto Carlos da Silva Borges, Ronaldo Crispim Sena Barros, Roseli Maria de Oliveira e Silva, Senador Paulo Renato Paim, Valdélcio Santos Silva, Vercilene Francisco Dias, Zélia Amador de Deus.

NAPP Indústria, energia e petróleo

José Sérgio Gabrielli e Mauro Borges Lemos (coordenadores), Gerson Gomes, Luciano Coutinho, Luiz Antonio Elias, William Nozaki.

NAPP Infraestrutura, transporte e logística

Maurício Muniz e Miriam Belchior (coordenadores), Emílio Chernavsky, Guilherme Lacerda, Roberto Garibe.

NAPP Juventude

Gabriel Medeiros de Miranda (coordenadores), Beatriz Besen de Oliveira, Cleidisson Júnior, Daniel Souza, Fábio

Calixto, Fernanda Sampaio Peixoto de Jesus Oliveira, Germano Neto, Helena Wendel Abramo, Lúgia Tonetto, Luiza Dulci, Luiza Souza Correa, Nilson Florentino Júnior, Pedro Duval, Renato Santos, Ronaldo Sorriso, Rossana Moreira Prux, Severine Macedo, Victor Hugo Fros Boni, Walmyr Júnior, Wilson Júnior

NAPP Meio ambiente

Nilton Tatto, Roberto Vizin e Vicente Andreu

(coordenadores), Jéssica Italoema, Abelardo Oliveira, Afonso Florence, Agnes Franco, Airton Faleiro, Alencar Santana Braga, Álvaro Alencar, Ana Rita Tavares, Bira Rodrigues, Cassio, Cláudio Langone, Celio Costa Pinto, Daniel Gaio, Darci Zanini, David Lourenço, Dayse, Edison Ribeiro, Eduardo Topázio, Egon Krackeche, Elenise Fari, Elizabeth M.Souto Wagner, Elisangela, Enaile Iadanza, Eufra, Fernanda Salgueiro, Francisca A. Silva, Gerson, Gilmar Mauro, Henrique S. Pereira, Jairo Menegaz, João Bosco Senra, Joao Pedro Gonçalves, Jorge Viana, José Augusto Tosato, José Machado, José Oeiras, Juca Ribes, Júlio, Kátia Maria, Leopoldo, Luísa Dulci, Manoel Andrade, Marcelino Galo, Marcos Sorrentino, Marcos Vidal, Marenilson Batista, Maria Kaze, Marilene Correia, Moisés, Nilton Tubino, Osvaldo Luis Pittaluga e Silva, Paulo Guilherme, Raimundinha, Raimundo Bombril, Renata, Ricardo Guterman, Roberto Vizin, Rosalvo de Oliveira Jr., Rosi Batista, Suelma Ribeiro Silva, Titan de Lima, Valmir Ortega, Vitor Sarno.

NAPP Micro e pequenas empresas

Paulo Feldmann (coordenador), Airton Bovo, Allen Habert, Armelindo Passoni, Fernando Bueno, Guilherme Mendes, Guilherme Proença, Helio Martins Figueiredo, Hilton Barlach, João Va, John Davies, Jose Asprino, Julio Alves, Luiz Carlos Furtado, Marco Piva, Maria Luiza Eluf, Mauricio Mindriz, Michel Haradom, Miriam Dualibe, Paulo Giaquinto, Roberto Dolci, Sergio Miletto, Victor Please, Yasuko Tominag, Alberto Kleinas, Alencar Ferreira, Amanda Lemes, Ana Carolina de Aguiar Rodrigues, Barbara Leite, Carlos Diniz Jr., Clodoaldo Jurado, Gisela Gorovitz, João Hélio, Joaquim Cartaxo, Joel Leite, Jose Guido, José Paulo Pacheco, Lucio Prieto, Luiz Barreto, Manoel Martins, Marcelo Barreto, Marie-France Henry, Ozias Siqueira, Raoni Fernandes, Raquel Moreno, Ricardo Haas, Rogerio Bezerra, Rosely Coimbra, Suelly Solferini, Tita Dias, Vitor Lopes, José Carlos de Almeida.

NAPP Mulheres

Eleonora Menicucci e Anne Karolyne Moura

(coordenadoras), Amelinha Teles, Ana Flavia Oliveira, Ana Rita Prata, Angela Albino, Arlene Martinez Ricoldi, Atiliana Brunetto, Carmen Foro, Clara Ant, Darlene Testa, Denise Motta Dau, Dora Pires, Dulce Xavier, Eliana Cacique, Giomar Lopes, Gleise Hoffmann, Isadora Brandão, Isis Domingos Campos, Janaína Oliveira, Julia Martin, Junéia Batista, Kenarik Boujikian, Ludmila Lima Barreto, Luka Franca, Magda Biavaschi, Maia Aguilera, Marcia Vianna, Margarida Barreto, Maria Betania Avila, Maria José Rosado, Maria Lucia Silveira, Mariana Nasser, Marilane Oliveira Teixeira, Mila Fratti, Monica Melo, Náldia Coelho Monte, Natalia Szermeta, Neia Cunha, Nilza Iraci, Paula Sant'Anna Machado, Raimundinha, Rita Pinheiro, Rosane da Silva, Rosilane Dias, Sandra Mariano, Schuma Schumacher, Tatau Godinho, Vera Soares, Vivian Mendes.

NAPP Nordeste

Jonas Paulo (coordenador), Alexandre Lima, Adalberto Alencar, Chico Floresta, Darlan Santos, Francisco De Assis Diniz, Eduardo Topázio, Eliane Aquino, Ellen Coutinho, Eugênio Peixoto, Eva Maria Chiavon, Fabya Reis, Francisco Alexandre, Fernando Mineiro, Geraldo Saraiva, Glauber Piva, Igor Prazeres, Joaquim Cartaxo, Jomar Fernandes, José de Arimatéia, Leonardo Leão, Lidiane César, Luciana Mandelli, Marcelino Fonteles, Maria Fernanda Coelho, Paulo Cavalcanti Filho, Paulo Gabriel Nacif, Ranieri Muricy Barreto, Rejane Tavares, Renato Carvalho, Sérgio Caetano Leite, Sérgio Goiana, Tiago Xavier, Vivian Farias, Viviane Moura

NAPP Política externa

Marcelo Zero (coordenador), Celso Amorim, Marcio Jardim, Monica Valente, Romenio Pereira.

NAPP Saúde

Arthur Chioro (coordenador), Alexandre Padilha, Humberto Costa, Jorge Solla, Rogério Carvalho, Ana Paula Soter, Silvana Pereira, Fausto Pereira dos Santos, Eliane Cruz, Lumena Furtado, Bruno Moretti, Mozart Sales.

NAPP Segurança pública

Paulo Teixeira, Tarso Genro e Alberto Cantalice (coordenadores), Abdael Ambruster, Adriana Accorsi, Alberto Kopitte, Alceu Cardoso, Alessandra Oberling, Benedito Mariano, Camila Nunes Dias, Christian Guimarães, Colombo Cirqueira, Dalchen Viana, Eugenia Villa, Eugênio Aragão, Fabiana Zamora, Fernão Dias Leme, Gleide Andrade, Haidée Caruso, Isabel Figueiredo, Jacqueline Muniz, Jacqueline Sinhoretto, Jean François Deluchey, Jetan Pinheiro Barbosa, João Tayah, José Luiz Rattton, Jovanil Oliveira, Leandro Prior, Lenin Pires, Leonel Radde, Luciano Silva, Manoel Guimarães, Marcelo Fábio Vita, Marcius Siddarth, Michel Misse, Natalia Sena, Páris Barbosa, Paulo Ramos, Pedro Chê, Pedro Filipe, Rachel Montimor Brandão, Silvia Alyne, Tamires Sampaio, Tania Oliveira, Tarso Genro, Valter Pomar, Vinicyus Souza, Vladimir Brito.

NAPP Tecnologias de informação e comunicação

Cezar Alvarez (coordenador), Admison Medeiros Ferro, Aníbal Diniz, Antonio Carlos Melo Silva, Bruno Gaspar, Carlos Castro, Deivi Lopes Khun, Eugenia Bossi Fraga, Henrique Donim, João Cassino, Jorge Bittar, José Antônio Dias Tavares, José Henrique Schwengber, Katia Passos, Marcos Vinicius Ferreira Mazoni, Messias Melo, Miriam Chaves, Nazaré Bretas, Nelson Fujimoto, Ricardo Berzoini, Rodrigo Assumpção, Sady Jacques, Sergio Rosa, Sheyla Wilma de Lima.

NAPP Trabalho

Artur Henrique e Clemente Ganz Lucio

(coordenadores), Antonio Carlos Carvalho, Adriana Marcolino, André Bojikian Calixtre, Antonio Prado, Carlos Veras, Darlene Aparecida Testa, Emílio Chernavsky, Eneida Dultra, Givanilson Silva, José Dari Krein, José Lopes Feijóo, Juliane da Costa Furno, Laís Abramo, Léa Marques, Lourival Casula, Magda Barros Biavaschi, Marcelo Manzano, Marcelo Sereno, Marilane Oliveira Teixeira, Messias Melo, Paulo Sérgio Muçouçah, Paulo Sérgio de Oliveira, Sandra Brandão.

SUMÁRIO

PREFÁCIO

UM BALANÇO DE CINCO ANOS DO GOLPE **9**

ALOIZIO MERCADANTE

APRESENTAÇÃO

ESTA HISTÓRIA NÃO ACABA ASSIM. NÓS VOLTAREMOS! **13**

DILMA ROUSSEFF

TEMAS ESPECIAIS

PANDEMIA DA COVID-19 – GENOCÍDIO DO POVO BRASILEIRO **31**

O POVO FORA DO ORÇAMENTO **38**

A FARSA DO AJUSTE – O GOLPE ENCOLHEU O BRASIL **44**

CIDADANIA, DIREITOS E INCLUSÃO

BALANÇO DO GOLPE: POBRES MAIS POBRES, RICOS MAIS RICOS **53**

O SUS E O DIREITO À SAÚDE SOB ATAQUE **60**

A SANHA DESTRUIDORA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA, DEMOCRÁTICA E DE QUALIDADE **67**

NEGAÇÃO DO DIREITO AO TRABALHO E DOS DIREITOS DOS TRABALHADORES **81**

MENOS DIREITOS, MENOR COBERTURA E PIORA NO ATENDIMENTO:

O GOLPE CONTRA A PREVIDÊNCIA SOCIAL **94**

O ABANDONO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL COMO DIREITO DA CIDADANIA E DEVER DO ESTADO **101**

A GUERRA CONTRA A CULTURA COMO ESTRATÉGIA POLÍTICA NO BRASIL PÓS-GOLPE **110**

GOLPE APROFUNDA RACISMO E DESIGUALDADES RACIAIS **119**

O GOLPE ERA REALMENTE MISÓGINO – A DESCONSTRUÇÃO DAS POLÍTICAS DE GÊNERO **124**

OBSCURANTISMO PREVALECE: DESPREZO AOS DIREITOS DA POPULAÇÃO LGBTQIA+ **132**

5 ANOS DO GOLPE CONTRA A JUVENTUDE BRASILEIRA **139**

ANTI-INDÍGENAS GANHARAM AUTORIDADE E PODER A PARTIR DO GOLPE **146**

O GOLPE SOBRE OS DIREITOS HUMANOS – RETROCESSO CIVILIZATÓRIO **153**

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ROTEIRO DE UM PROJETO DE EXCLUSÃO: A GESTÃO MACROECONÔMICA PÓS-GOLPE **165**

O GOLPE, A DESINDUSTRIALIZAÇÃO E O RETROCESSO PRODUTIVO **176**

A POLÍTICA DE CT&I ENTRE NEOLIBERALISMO E O NEGACIONISMO **187**

DESMONTE DAS POLÍTICAS DEMOCRATIZANTES NAS ÁREAS RURAIS DO BRASIL **195**

DEVASTAÇÃO DAS POLÍTICAS E DIREITOS SOCIOAMBIENTAIS 209

INFRAESTRUTURA

- INTERRUPÇÃO NOS INVESTIMENTOS NA MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA NAS CIDADES 225
- ABANDONO DO COMPROMISSO COM A MELHORIA DA INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA 231
 - PRIVATIZAR A ELETROBRAS – ESTRATÉGIA DE RISCO PARA O SISTEMA ELÉTRICO 240
 - ÁGUA, RECURSOS HÍDRICOS E O GOLPE DE 2016: RETROCESSOS E RESISTÊNCIA 248
- ESQUARTEJAMENTO DA PETROBRAS – O GOLPE DESTRUINDO O DESENVOLVIMENTO 257
- INCOMPETÊNCIA E INSENSIBILIDADE EM TELECOMUNICAÇÕES E NO AUDIOVISUAL 265

POLÍTICA EXTERNA

DE PARCEIRO A PÁRIA: O GOLPE CONTRA A POLÍTICA EXTERNA 275

ESTADO, DIÁLOGO E DEMOCRACIA

- INSEGURANÇA PÚBLICA COMO RESULTADO DO GOLPE 287
- DESINFORMAÇÃO E DISCURSO DE ÓDIO COMO POLÍTICA DE GOVERNO 291
- POLITIZAÇÃO DO JUDICIÁRIO E MILITARIZAÇÃO DA POLÍTICA 303
- INSTRUMENTOS DO ESTADO DE EXCEÇÃO EM MOBILIZAÇÃO 309

SOBRE A ORGANIZADORA 318

UM BALANÇO DE CINCO ANOS DO GOLPE: **CONTRA A DESTRUIÇÃO DO PAÍS, PELA RECONSTRUÇÃO DO BRASIL**

Neste ano, completam-se cinco anos desde que um golpe jurídico, midiático e parlamentar interrompeu, sem crime de responsabilidade, o mandato da presidenta legitimamente eleita, Dilma Rousseff. Neste período, o Brasil tem enfrentado a mais grave crise da história contemporânea, com um rastro de morte, doença, desmonte de políticas públicas, retirada de direitos dos trabalhadores, degradação das instituições e dos valores democráticos, desemprego e fome sem precedentes.

As falsas promessas neoliberais dos que apoiaram a farsa do *impeachment* não se cumpriram, e o país tem hoje um Estado mais autoritário, um país completamente isolado internacionalmente, uma economia em crise e uma sociedade dividida pelo negacionismo e pelo obscurantismo. O fracasso do governo golpista de Temer e o despreparo e a falta de coordenação do governo Bolsonaro têm levado a cabo o mais severo desmonte das políticas públicas brasileiras de nossa história Republicana.

No início de 2021, o país amargava a triste marca de 14,8 milhões de desempregados, sendo 3,5 milhões há mais de dois anos e 6 milhões de pessoas que gostariam de trabalhar, mas desistiram de procurar uma vaga, caindo na triste situação do desalento. Puxada pela alta dos alimentos e o abuso nos preços dos combustíveis e do gás de cozinha, a inflação segue acima da meta. Além disso, a insegurança alimentar atingiu 36,7% dos domicílios, no final de 2020, enquanto a desigualdade de renda no trabalho cresceu a patamares recordes. Um exemplo emblemático desta tragédia é o consumo de carne, que caiu para o menor patamar dos últimos 25 anos, com os preços subindo em uma média de 35%, nos últimos 12 meses. Forte aceleração dos preços dos alimentos associado ao desemprego e perda de renda da população impulsionam um aumento generalizado da fome nas periferias do país. Enquanto isto, a renda dos 10% mais ricos representou 39 vezes o ganho dos 40% mais pobres.

As promessas de que o afastamento, sem crime de responsabilidade, de uma presidenta eleita democraticamente geraria um choque de confiança nos investidores capaz de recuperar a economia fracassaram. A agenda neoliberal, derrotada pelo PT, quatro vezes seguidas em eleições presidenciais e que foi retomada com o golpe, tem promovido o desmonte do Estado de bem-estar social, inviabilizando a capacidade de atuação do Estado, privatizando empresas estratégicas para o país, retirando direitos trabalhistas e previdenciários dos trabalhadores e desmoralizando e isolando o Brasil no mundo.

Mais que isso, a farsa do *impeachment* contra Dilma gerou um Estado autoritário e promoveu o arbítrio e a perseguição política. Ainda dividiu a nossa Nação e deu voz a uma extrema-direita obscurantista e negacionista, relegada ao ostracismo político desde o processo de redemocratização.

Sem a construção da narrativa da antipolítica, dos abusos judiciais e do *lawfare*, praticados pela Lava Jato, da criminalização

do PT e engajamento dos setores conservadores da mídia e de parcela majoritária do parlamento, o golpe não teria ocorrido e o Brasil não viveria essa tragédia histórica. Bolsonaro emergiu do processo de golpe contra Dilma e ganhou mais força a partir da condenação arbitrária e ilegal de Lula, que o impediu de participar das eleições presidenciais de 2018.

Entretanto, o fracasso do governo do ex-capitão, com sua agenda neoliberal e ortodoxia fiscal permanente, iniciadas pelos golpistas, faz com que, hoje, setores que apoiaram e avalizaram o golpe e que atropelaram o Estado de Direito e o devido processo legal tentem se reposicionar politicamente.

As sequelas sociais e as fissuras democráticas do Golpe de 2016 inviabilizaram eleitoralmente as principais lideranças da chamada direita liberal tradicional e aprofundaram a polarização política no país. Aqueles que plantaram e semearam o Golpe estão colhendo as consequências de atentar contra a soberania do voto popular. Já nós, que lutamos pela justiça e contra o *lawfare*, assistimos o STF julgar a incompetência do tribunal e a suspeição do juiz que condenou Lula, assegurando seus direitos políticos plenos. Nós, que lutamos e plantamos democracia, diálogo, um projeto sólido de desenvolvimento do país, participação popular e esperança, seguramente, vamos, em breve, colher com Lula lá uma nova oportunidade de reconstruir o Brasil. O Brasil nunca precisou tanto do PT, de Lula, da defesa da democracia e do respeito à soberania do voto popular como agora.

Nesse contexto, a reconstrução do Brasil para o presente e a transformação do país para o futuro impõem a necessidade de um balanço sistemático de tudo aquilo que foi subtraído da Sociedade e desmontado do Estado nesse período. Nesse sentido, por ocasião dos cinco anos do golpe, a Fundação Perseu Abramo (FPA) oferece esta publicação com o balanço dos impactos do golpe para o Brasil nas mais diversas áreas das políticas públicas.

Em diálogo com o Plano de Reconstrução e Transformação do Brasil, esta publicação compõe mais um importante instrumento de diagnóstico e ação para enfrentarmos os retrocessos e propormos alternativas para o Brasil.

Aloizio Mercadante

Presidente da Fundação Perseu Abramo,

Doutor em economia, professor universitário, ex-deputado, ex-senador e ex-ministro de Estado da Casa Civil, da Educação e de Ciência e Tecnologia nos governos do PT.

ESTA HISTÓRIA NÃO ACABA ASSIM NÓS VOLTAREMOS

DILMA ROUSSEFF

Este ano está fazendo cinco anos, desde a minha destituição como presidenta, por meio de um *impeachment* fraudulento, sem crime de responsabilidade. Um inquestionável golpe de Estado e, desde então, o



Brasil passou progressivamente a viver uma sucessão de retrocessos que incluem inflexão para o mais radical neoliberalismo na economia; conservadorismo e incentivo ao ódio e à violência na sociedade; ataques à soberania; degradação institucional e erosão da democracia.

Por diversas vezes – como em meu discurso, em 29 de agosto, na sessão do julgamento no Senado Federal, e na declaração à imprensa em 31 de agosto, após a decisão do Senado pelo *impeachment* –, denunciei o Golpe de Estado. Alertei sobre as consequências deletérias para o Brasil, para a Nação e para o nosso povo, do ataque à democracia e à Justiça praticado contra mim, primeira mulher a assumir por duas vezes a Presidência da República.

Naquela ocasião, afirmei que “O projeto nacional progressista, inclusivo e democrático que represento está sendo interrompido por uma poderosa força conservadora e reacionária, com o apoio de uma imprensa facciosa e venal. Vão capturar as instituições do Estado para colocá-las a serviço do mais radical liberalismo econômico e do retrocesso social”.

Deixei claro o que estava em jogo e a quem queriam atingir com aquele processo de *impeachment*. Não era apenas meu mandato e, por isso, denunciei: “O que está em jogo é o respeito às urnas, à vontade soberana do povo brasileiro e à Constituição. O que está em jogo são as conquistas dos últimos 13 anos: os ganhos das pessoas mais pobres e da classe média; a proteção às crianças; os jovens chegando às universidades e às escolas técnicas; a valorização do salário mínimo; os médicos atendendo à população; a realização do sonho da casa própria.”

E continuei: “O que está em jogo é o investimento em obras para garantir o combate à seca no semiárido, é a conclusão do sonho e esperado projeto de integração do São Francisco. O que está em jogo é, também, a grande descoberta do Brasil, o pré-sal. O que está em jogo é a inserção soberana de nosso país no cenário internacional, pautada pela ética e pela busca de interesses comuns. O que está em

jogo é a autoestima dos brasileiros e brasileiras, que resistiram aos ataques dos pessimistas de plantão à capacidade do país de realizar, com sucesso, a Copa do Mundo, as Olimpíadas e as Paraolimpíadas. O que está em jogo é a conquista da estabilidade, que busca o equilíbrio fiscal, mas não abre mão de programas sociais para a nossa população. O que está em jogo é o futuro do país, a oportunidade e a esperança de avançar sempre mais”.

Ao mesmo tempo previ que “O golpe não visa apenas me destituir, destituir uma presidenta eleita pelo voto de milhões de brasileiros, voto direto numa eleição justa. (...) O golpe não foi cometido apenas contra mim e contra meu partido. Isto foi apenas o começo. O golpe vai atingir indistintamente qualquer organização política progressista e democrática. O golpe é contra os movimentos sociais e sindicais, é contra os que lutam por direitos em todas as suas acepções: direito ao trabalho e à proteção das leis trabalhistas; direito a uma aposentadoria justa; direito à terra; direito à educação, à saúde e à cultura; direito aos jovens de protagonizarem a sua história; direito dos negros, dos indígenas, da população LGBTQIA+, das mulheres; direito de se manifestar sem ser reprimido.

O golpe é contra o povo e contra a nação. O golpe é misógino. O golpe é homofóbico. O golpe é racista. É a imposição da cultura da intolerância, do preconceito, da violência.”

1º ATO: O GOLPE DE 2016

O golpe de 2016 foi o primeiro ato do processo de corrosão da democracia, e seu corolário foi aprovar no Congresso a agenda neoliberal, seu compromisso estratégico. Por quatro eleições presidenciais consecutivas, esta agenda havia sido rejeitada nas urnas, e a urgência de aprová-la fez com que, logo após o golpe, ainda na interinidade, os golpistas propusessem uma emenda constitucional, transformando a austeridade fiscal em cláusula constitucional.

Conhecida como “Emenda do Teto dos Gastos”, inscreveu na Constituição o congelamento, em termos reais, por 20 anos, de todas as despesas correntes do governo federal. Saúde, educação, saneamento, habitação, ciência e tecnologia, cultura, proteção e direitos das mulheres e dos negros por exemplo, tiveram seus recursos congelados. Deixou, no entanto, sem limites as despesas financeiras, beneficiando os grandes bancos e os grandes rentistas. Retirou o povo do orçamento e retirou a cidadania das decisões sobre a destinação do dinheiro público.

O objetivo último era enquadrar o Brasil – econômica, social e geopoliticamente – à agenda neoliberal e a Emenda do Teto dos Gastos buscava desconstruir o marco legal e institucional que, então, enquadrava o orçamento e sua gestão. Nele, legislações do Estado Nacional Desenvolvimentista de 1940/1960 sobrepunham-se às do Estado de bem-estar social oriundas da Constituição de 1988 e, sobre estas duas, agiam as mudanças neoliberais introduzidas no governo FHC, como a lei de responsabilidade Fiscal e as metas macroeconômicas (de inflação, superávit fiscal, câmbio flutuante). Punições e sanções decorrentes da LRF buscavam conter, na prática, as contradições desse arcabouço triplo.

A Emenda do teto de gastos assinala o fim dessa sobreposição e, portanto, do pacto de 1988, impondo uma gestão orçamentária tipicamente neoliberal. Seu objetivo é não deixar espaço algum para que qualquer alternância de poder, ao longo de 20 anos, possa recorrer ao uso de instrumentos estranhos aos neoliberais. A aprovação da independência do Banco Central, já no governo Bolsonaro, vai completar este quadro de controle neoliberal da gestão da máquina governamental.

O outro grande alvo foi a desregulação do mercado de trabalho. Os principais artigos da legislação trabalhista, conquistados e aperfeiçoados pelas lutas sociais ao longo de décadas, foram revogados ou tiveram seus efeitos benéficos neutralizados. A regra passou a ser o

trabalho precário e intermitente, sendo permitida e ampliada a terceirização dos contratos de trabalho, reduzindo muitos direitos.

Foi criada toda sorte de obstáculos para o financiamento dos sindicatos, com o objetivo de minar seu poder e influência na sociedade, levando à fragilização do movimento sindical. O resultado tem sido devastador: da maior taxa de formalidade e menor taxa de desemprego da história em 2014 – média de 4,8% –, o Brasil saltou para uma imensa massa de milhões de trabalhadores informais e subempregados. Surgiu, assim, um precariado entregue também à superexploração das plataformas digitais. A reforma da aposentadoria levou milhões de pessoas a perder o direito a uma pensão digna e o acesso à velhice com estabilidade da vida.

O governo Bolsonaro deu continuidade ao retrocesso, prosseguindo no desmonte das políticas de redução das desigualdades e de inclusão social desenvolvidas pelos governos do PT.

O meio ambiente sofreu um processo de desregulação, com o sucateamento da fiscalização, a redução do monitoramento ambiental via satélite e a suspensão de iniciativas e ações de combate e controle do desmatamento, deixando a porta aberta para a entrega de nossas riquezas naturais na Amazônia. A “boiada” vai passando e degradando todos os biomas brasileiros.

As populações indígenas estão desprotegidas diante da convivência do governo com as ações de grileiros e empresas estrangeiras. Essas etnias se encontram fisicamente ameaçadas e seus líderes são criminalmente perseguidos.

A soberania nacional vem sendo ferida pela privatização do pré-sal e das empresas públicas – EMBRAER, BR Distribuidora, a empresa de dutos, as refinarias, gás e gasodutos – em um terrível processo de esquarteramento da PETROBRAS. As demais empresas públicas estão sob constante ameaça de privatização. As denominadas “reformas” são o preço que os neoliberais do mercado esperam receber para manter seu suporte ao neofascismo.

Em todas as áreas, reduziu-se a ação governamental e destruíram-se conquistas. Seguiram-se eventos crescentemente coercitivos, antidemocráticos e violentos. A ordem jurídica, o Estado democrático de direito e a normalidade constitucional foram afrontadas. Este imenso retrocesso começou no período Temer e chegou ao auge com o governo Bolsonaro.

O golpe de 2016 permitiu, sobretudo, o surgimento da ultradireita, ao cultivar o ódio, a intolerância e a violência. Ademais, a estratégia golpista dos liberais conservadores de criminalizar a política, apoiando-se na operação Lava Jato, e defender e liderar a realização das reformas impopulares no governo Temer, produziu como dano imprevisto a destruição da viabilidade política dos grupamentos de centro, da centro-direita e da direita.

Deram um tiro no pé. O enfraquecimento da direita e da centro direita, ironicamente devido também à criminalização da política com o objetivo de eliminar o PT e impedir a candidatura de Lula, conduziu o neoliberalismo à aliança com o neofascismo. Foi a fórmula escolhida por seus líderes políticos, sob os aplausos do mercado financeiro, dos militares e da mídia. Tudo para que, por meio de votos, esses segmentos voltassem a controlar o poder governamental e implantar a agenda de retrocesso econômico, destruição das conquistas sociais e erosão da soberania do país.

DEMOCRACIA FERIDA

Há quem faça uma analogia entre a democracia e uma árvore, para facilitar a distinção entre, de um lado, os golpes militares dos anos da Guerra Fria e, de outro, os golpes “híbridos” contemporâneos que ocorrem na América Latina.

Uma ditadura militar, quando se instala o faz pela força bruta das armas e a violência explícita dos tanques nas ruas, fechando o Congresso, suspendendo o Supremo Corte e instaurando a censura, como aconteceu no Brasil em 1964. A ação golpista, então, equivale a um

machado que derruba a “árvore da democracia”, cortando todos os direitos liberais-democráticos, para toda a população.

Isto significa que as prerrogativas e as liberdades são abruptamente suprimidas: independência dos poderes Legislativo e Judiciário, direito de organização e ação política, suspensão das liberdades de expressão, de imprensa, das garantias individuais, das eleições livres e do direito de voto.

Nos dias atuais, a ruptura institucional não mais requer tanques nas ruas nem fuzis nos palácios de governo. Usam as armas das leis, as instituições do judiciário e do parlamento, a mídia e militares camuflados para instaurar a chamada guerra híbrida.

Antes, a operação Brother Sam deixou evidente o movimento da marinha americana em apoio ao golpe militar de 1964 que depôs o governo de João Goulart. Agora, a intervenção ficou clara pelos “grampos” da National Security Agency (NSA), a interferência do Departamento de Justiça e do FBI na concepção, desenvolvimento e desdobramentos da Operação Lava Jato.

Juízes e procuradores brasileiros manipulam a lei e a transformam em arma para destruir adversários escolhidos – trata-se do *lawfare*. A mídia, setores do judiciário e do legislativo são fundamentais para legitimar essas rupturas institucionais com forte patrocínio internacional.

Neste caso, voltando à analogia, em vez do machado da ditadura, a árvore da democracia é invadida por fungos e parasitas que a corroem desde dentro; produzindo uma variante de Estado de exceção, que cada vez mais tem por centro de gravidade a lógica autoritária que procura matar a democracia. Esse processo ocorreu em Honduras, no Paraguai, na Bolívia. Ocorreu no Equador e na Argentina. E ocorreu no Brasil.

2º ATO: A INTERDIÇÃO DE LULA

Este ovo da serpente gerado pelo golpe em 2016 cresceu e se desenvolveu. Foi embalado e alimentado pela criminalização da política, por

meio de setores do Judiciário e setores do Ministério Público e por uma mídia persecutória que difundiu o ódio, o preconceito e a violência. Parecem proféticas as palavras que proferi, em maio e agosto de 2016, pois antecipei que não ficaria pedra sobre pedra com a fortíssima corrosão da justiça e da democracia advinda do *impeachment* fraudulento.

Como acontece com os Golpes de Estado, também o de 2016 começou com o *impeachment*, mas não parou por aí. Construiu o ambiente político que levou à ascensão pelo voto de um governo radicalmente neoliberal na economia e neofascista na política.

Tal fato só se tornou possível por meio da distorção da lei e do uso nefasto de segmentos das instituições do sistema judiciário como arma de perseguição e destruição das lideranças progressistas, em especial, do PT. A Lava Jato foi o componente estrutural dessa criminalização da política. Juízes devem se colocar equidistantes das partes, não podendo atuar em confronto com o réu, nem os procuradores podem se basear em convicções e não em provas. Tais princípios fundamentais da justiça foram violados pela força-tarefa da Lava Jato. As revelações da Vaza Jato, divulgadas pelo jornalista Glenn Greenwald, e as gravações da Operação Spoofing revelaram todas as irregularidades da Lava Jato. E, sobretudo, a sua deliberada contribuição para a eleição de Bolsonaro.

Tais revelações levaram ao conhecimento do mundo a criminoso atuação do juiz e dos procuradores, eivada de abusos e ilegalidades, que transformaram a Lava Jato em um instrumento decisivo na degradação institucional do país e no descaso com princípios fundamentais do Estado democrático de direito – tais como o pleno direito de defesa, o respeito ao devido processo legal e a imparcialidade da Justiça. A Lava Jato cometeu, sobretudo, uma inominável injustiça ao condenar um inocente, o ex-presidente Lula.

Se o ex-juiz e ex-ministro bolsonarista Sergio Moro e a Lava Jato trabalharam para viabilizar o Estado de exceção, a mídia funcionou como uma espécie de quarta instância do Poder Judiciário. Ela expu-

nha, julgava e condenava sem permitir o contraditório e o direito de defesa e sem, tampouco, pedir evidências e provas.

A mídia oligopolista condenou moralmente o ex-presidente Lula, colocando-o no centro das denúncias, por meio de vazamentos seletivos, com o objetivo de destruir sua reputação. Foram cúmplices do uso distorcido das leis e de todos os recursos disponíveis do sistema jurídico – com o *lawfare* – para perseguir e derrotar os adversários políticos, transformando-os em inimigos e buscando desacreditá-los.

O alvo principal desta perseguição foi o ex-presidente Lula. Ele era, segundo todas as pesquisas, o candidato favorito às eleições presidenciais de 2018. Se vencesse, colocaria por terra todo o projeto golpista conservador e neoliberal iniciado com o golpe de 2016.

Sem a condenação, a prisão e a interdição eleitoral praticada pela Lava Jato, Lula seria eleito presidente da República. Sem a força-tarefa de Curitiba, Bolsonaro não se elegeria. Nem mesmo patrocinando uma onda avassaladora de disparos de *fake news*, com disparos nas redes sociais financiados por empresários bolsonaristas para difamar os adversários, em especial, o candidato do PT. Fernando Hadad foi alvo de manifestações racistas, homofóbicas e misóginas.

Foi assim que chegamos ao segundo Ato do golpe: a indefensável e injusta interdição eleitoral imposta ao ex-presidente Lula. O troféu entregue por Sérgio Moro à direita, à extrema-direita e aos neoliberais foi a cabeça do ex-presidente. O então juiz federal Sérgio Moro, com o beneplácito da mídia, recebeu o cargo de ministro da Justiça, oferecido por Bolsonaro, grato por ter sido poupado de enfrentar nas urnas o maior líder popular do país.

Só agora, em abril de 2021, o STF reconheceu a inocência do ex-presidente Lula. A corte não apenas declarou o ex-juiz de Curitiba incompetente para julgá-lo, como reconheceu a suspeição de Sérgio Moro, mostrando que Lula – preso injustamente por 580 dias – foi vítima de uma ignóbil injustiça.

Os procuradores e o ex-juiz Sérgio Moro deverão, também, prestar contas à Justiça e à Nação sobre o flagrante atentado à soberania nacional perpetrado pela Lava jato. Foram agentes de um ataque aos interesses nacionais ao permitirem a participação direta e clandestina de instituições norte-americanas nas operações de investigação realizadas em território nacional. Todos devem responder pelos irreparáveis prejuízos econômicos causados pela Lava jato, que levou à destruição da indústria nacional de engenharia, com falências e perda de milhões de empregos.

3º ATO: BOLSONARO, ALIANÇA NEOLIBERAL E NEOFACISTA

Depois do *impeachment* ilegal e da prisão sem provas do ex-presidente Lula, a eleição de Bolsonaro, com amplo apoio do campo conservador, foi o terceiro ato do golpe, o ponto culminante do processo iniciado em 2016. Foi uma opção desastrosa dos neoliberais do centro e da centro-direita; dos militares; dos segmentos do mercado financeiro; de empresários e da mídia oligopolizada. A aposta deu errado e a passagem do tempo demonstrou que tal aliança foi catastrófica para o país.

Para viabilizar a adoção de sua ultrapassada agenda neoliberal, tais segmentos se aliaram ao grupo neofascista de Bolsonaro, integrado por milícias paramilitares, por segmentos militares da alta oficialidade das Forças Armadas e agrupamentos de extrema-direita nacionais e internacionais. Todos acreditavam que podiam tutelar Bolsonaro, ao tempo em que efetivavam as denominadas “reformas neoliberais” com a desregulamentação da previdência, do meio ambiente, da economia, das finanças, a retomada das privatizações.

Supunham, sem dúvida, ser possível moderar Bolsonaro e reformar seu comportamento neofascista baseado na defesa das armas, da violência, do ódio, com um conteúdo misógino, homofóbico e racis-

ta. Falharam. Tutelar Bolsonaro, inibindo o comportamento abusivo de indivíduo intolerante, que despreza a democracia, a vida e pede para que a população se arme para defendê-lo é algo que ninguém conseguiu e certamente não conseguirá. Mesmo porque, sabidamente, o fascismo não tem o *chip* da moderação. É viagem sem freios, rumo ao autoritarismo aberto ou contido e por isso tem de ser derrotado.

No seu primeiro ano de governo, Bolsonaro não deixou pedra sobre pedra no desmonte do país. Retrocedeu, internamente, nas garantias de direitos sociais, interrompendo o combate à pobreza e à fome, eliminando as oportunidades abertas de inclusão educacional e cultural. Corrompeu a soberania ao romper com a política externa autônoma e independente baseada no multilateralismo, na paz e no respeito à autodeterminação dos povos. Agrediu o Brasil ao desprezar o princípio de não atrelamento a outras nações e a seus interesses, ao expressar uma vergonhosa submissão ao governo de Donald Trump e ao desprezar os BRICS, o Acordo de Paris e a América Latina.

Hoje, Bolsonaro é visto no mundo como um dos piores chefes de Estado da história contemporânea, por seu descaso com o flagelo da COVID-19, seu despreito ao meio ambiente e sua índole destrutiva e fascista. O líder da extrema-direita brasileira que destruiu os frutos de uma política externa ativa, ativa e soberana, que, entre 2003 e 2015, desenvolveu uma firme defesa do multilateralismo.

Sem dúvida, o padrão bolsonarista é de terra arrasada. Em um dos seus primeiros discursos, em março de 2019, nos Estados Unidos, em um jantar com representantes da extrema-direita daquele país, Bolsonaro declarou que sempre sonhara “em libertar o Brasil da ideologia nefasta de esquerda”. E acrescentou: “o Brasil não é um terreno aberto onde nós pretendemos construir coisas para o nosso povo. Nós temos é que desconstruir muita coisa. Desfazer muita coisa. Para depois nós começarmos a fazer. Que eu sirva para que, pelo menos, eu possa ser um ponto de inflexão, já estou muito feliz.” A pandemia deixou ma-

nifesto até onde irá esse caráter destrutivo do governo de Bolsonaro. Se não for contido, irá além de 400 mil mortes de brasileiras e brasileiros. Será a maior catástrofe da história de nossa nação e do povo brasileiro.

4º ATO: A GESTÃO GENOCIDA DA PANDEMIA

E é assim que chegamos ao quarto ato do golpe de 2016: o verdadeiro genocídio que está sendo perpetrado contra o povo brasileiro pela ausência de gestão governamental adequada, tanto sanitária, quanto de políticas de proteção social para enfrentar a pandemia da COVID-19.

Antes e durante a pandemia, o governo bolsonaro fragilizou a rede de proteção social para a imensa maioria da população, enfraqueceu a saúde pública, deixando o país sem os médicos do programa Mais Médicos, sem leitos suficientes de UTI, sem respiradores, sem oxigênio e sem equipamentos de proteção individual. O Brasil se tornou um dos países que menos vem aplicando testes para identificação da COVID-19.

A pandemia do novo coronavírus mostrou, em todos os países, a necessidade e a importância de uma liderança que busque a unidade nacional para enfrentá-la. No nosso caso, coordenando e articulando governadores e prefeitos para fortalecer a saúde pública, o SUS, e garantindo proteção social aos setores mais frágeis e atingidos pelo desemprego e pela informalidade, dando suporte às empresas para escapar à falência.

Mas, na pandemia, o governo Bolsonaro não assegurou, e nem há indício algum que busque assegurar, qualquer tipo de gestão governamental. Ele jamais perde a oportunidade para manifestar seu desprezo por governadores, prefeitos, comunidade científica, médica e acadêmica, representações econômicas e sociais dos setores mais vulneráveis à pandemia.

À necessária cooperação e diálogo, o presidente só oferece acusações, negacionismo e ameaças. À necessidade de promover o distan-

ciamento social e o isolamento diante do agravamento do número de casos e de mortos, Bolsonaro responde com ameaças de colocar o Exército e a Polícia Federal contra governadores e prefeitos. No Brasil, a pandemia encontrou um governo acéfalo e uma liderança irresponsável e ineficiente.

Repito: Bolsonaro e seu governo negaram a gravidade da COVID-19 e aderiram à hipótese de enfrentamento da pandemia com base na tese da solução por contaminação do rebanho, afirmando que era apenas uma “gripezinha”.

O presidente e seu governo deixaram as pessoas se contaminarem e morrerem. E, diante da tragédia, saiu-se com um simplório e indecente “E daí?”. Há mais de um ano, Bolsonaro incentiva aglomerações e rejeita o uso de máscaras. Não investe em equipamentos hospitalares de UTI, não supre em quantidades suficientes oxigênio e os seus ministros da Saúde, com destaque para o general intendente, mostraram-se incapazes de garantir vacinas, aquiescendo ao desatino que é a recomendação do uso da cloroquina. Não é surpresa, portanto, que o Brasil esteja, juntamente com os EUA, na liderança do número de mortos e de casos de contaminação.

Vivemos uma catástrofe sanitária e social. O país está submetido ao comportamento genocida de um governo que despreza a vida e desdenha dos que choram pelos seus mortos. Ao destruir direitos e revogar conquistas alcançadas pelos trabalhadores ao longo de 13 anos de governos progressistas, a administração neofascista e neoliberal jogou o país em um abismo.

Fábricas estão fechando e deixando milhares de operários desamparados. Pequenos negócios entram em falência sem nenhum apoio. A maioria dos micro e pequenos empresários também não teve acesso ao crédito aprovado pelo Congresso. Inviabilizou-se o trabalho por conta própria e esses setores não têm qualquer proteção.

É deliberado o desprezo do governo pela saúde do povo, sendo intencional a recusa do devido apoio aos desempregados e à população que vive em situação vulnerável. No ano passado, o Palácio do Planalto cancelou o auxílio emergencial, em dezembro, adotado por imposição dos partidos de oposição. Meses depois, volta a pagar, com a metade do valor, e reduzindo a população beneficiada. E isto no auge da pandemia.

Essa tragédia nacional que vivemos é fruto do golpe neoliberal e neofascista. Foi a destituição do meu governo que gerou as condições para a dramática realidade de desemprego e fome, que começou bem antes da crise sanitária que vivemos. Durante a pandemia, a situação só se agravou. Há um ano, o Brasil tinha cerca de 6 mil mortos por COVID-19; agora, chegamos a mais de 410 mil mortos e as previsões são devastadoras caso tudo continue como está: 1 milhão de mortos até o final do ano.

É verdade que, depois do golpe de 2016, o Brasil já batia recorde de desemprego. Mas agora, um ano depois, chegamos a 15 milhões de brasileiros desempregados, 32 milhões de subempregados e quatro em cada dez trabalhadores exercendo atividades precárias. O dado real é que o país vive uma catástrofe social, além de sanitária.

O resultado está aí, visível a todos – a realidade dolorosa e vergonhosa. A fome, que havíamos vencido em nossos governos, voltou aos lares para 116 milhões de brasileiros. Esse é o número de pessoas que vivem com alguma forma de insegurança alimentar, ou sofrem carência de proteína, ou eliminam alguma das refeições, ou simplesmente passam fome – esses já são 19 milhões de pessoas.

Isso é o resultado do desleixo negacionista de Bolsonaro e da sua política neoliberal. São os criminosos responsáveis pela catástrofe humanitária no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Bolsonaro é o resultado do ovo da serpente chocado no golpe de 2016, no discurso do ódio que o sustentou e na interdição do ex-presidente Lula. Temos muitos combates a travar para enfrentar o pior governo da história do país e restabelecer a vida e os direitos que vêm sendo roubados do povo brasileiro desde o *impeachment* fraudulento.

Mais uma vez, o projeto conservador, neoliberal e neofascista dependerá da neutralização do PT para alcançar seus objetivos. E mais uma vez terá de se conformar com o fato de que o PT resiste e luta. O PT continua vivo, faz oposição firme ao neofascismo e ao neoliberalismo no Congresso, onde tem apresentado e feito aprovar propostas importantes em benefício dos trabalhadores prejudicados pela epidemia.

O PT reconstrói sua histórica identidade com os movimentos populares e as demais forças progressistas e democráticas. O nosso partido sabe que sua força vem das ruas, vem da ação e organização e do diálogo direto com o nosso povo, na cidade e no campo. E sabemos que é justamente quando a situação está mais difícil que devemos ter esperança, resistir, nos organizar e lutar.

O reconhecimento da inocência de Lula é uma vitória da justiça e da democracia. E abre uma forte e promissora perspectiva para a luta e a organização do povo brasileiro. Está aberto um caminho para a reconstrução do Brasil. Temos uma alternativa de poder no campo popular. E, sem dúvida, mais uma vez vamos seguir em frente e continuar lutando pela democracia, pela soberania e pela vida.

Os textos que seguem são uma crítica à destruição deliberada das nossas conquistas, mas também evidenciam o caminho que podemos trilhar. O povo vai lembrar que no governo do ex-presidente Lula e no meu governo saímos do mapa da fome, criamos 19,4 milhões de empregos formais, chegamos ao menor desemprego da história – 4,8 % em

2014 –, a renda média do trabalho subiu 18% em termos reais, e o salário mínimo teve aumento real de 77,2%.

Aqui apresentamos uma avaliação crítica do golpe e de seus atos subsequentes, apontando em direção à reconstrução do Brasil. Nesse caminho, há um primeiro estágio que são as medidas emergenciais. A começar pela garantia de vacina pública e gratuita para todos e da renda emergencial digna, de no mínimo 600 reais, para toda a população em condição de insegurança alimentar, desemprego e subocupação. Também são necessários crédito e subsídios aos micro e pequenos empresários, e é chegada a hora da extinção da Emenda do teto de gastos, da defesa intransigente da democracia e da soberania nacional. Para isso, é preciso gritar: Fora Bolsonaro!!!

Voltando ao início do processo de *impeachment*, naquele dia 31 de agosto encerrei minha declaração à imprensa dizendo:

“Quando o presidente Lula foi eleito pela primeira vez, em 2003, chegamos ao governo cantando juntos que ninguém devia ter medo de ser feliz. Por mais de 13 anos, realizamos com sucesso um projeto que promoveu a maior inclusão social e redução de desigualdades da história de nosso país”.

E naquela ocasião afirmei: “Esta história não acaba assim. Estou certa de que a interrupção deste processo pelo golpe de Estado não é definitiva. Nós voltaremos. Voltaremos para continuar nossa jornada rumo a um Brasil em que o povo é soberano.

Espero que saibamos nos unir em defesa de causas comuns a todos os progressistas, independentemente de filiação partidária ou posição política. Proponho que lutemos, todos juntos, contra o retrocesso, contra a agenda conservadora, contra a extinção de direitos, pela soberania nacional e pelo restabelecimento pleno da democracia.”

TEMAS ESPECIAIS



600 CONTRA A FOME, MST-DF
JEAN-MACIEL

TAMANDUÁ FERIDO POR CAUSA DAS QUEIMADAS

JULIANA CARVALHO/FOTOS PÚBLICAS



OPERAÇÃO VERDE BRASIL, RONDÔNIA PARA COMBATER INCÊNDIOS, 2019

VINIÍUS MENDONÇA/IBAMA/FOTOS PÚBLICAS

PANDEMIA DE COVID-19 GENOCÍDIO DO POVO BRASILEIRO

Em abril de 2009, a Organização Mundial da Saúde declarou o surto causado pela H1N1 como “emergência de saúde pública de âmbito internacional”. Em maio de 2009, a doença chegou ao Brasil. Em maio de 2010, após três meses de campanha de vacinação, o Brasil bateu a meta, com a imunização de 92 milhões de pessoas. Ao vacinar percentual da população superior a qualquer outro país do mundo naquela que era, até então, a maior campanha de vacinação em massa do século XXI, em um ano o Brasil debelou a pandemia.

Os segredos do sucesso no enfrentamento da H1N1 foram coordenação federal das ações de contenção e mitigação; recursos para compra de equipamentos, insumos e medicamentos no tempo certo; compra de vacinas com antecedência, de vários laboratórios e com transferência de tecnologia para o Butantan; recursos para Fiocruz produzir o *kit* de medicamento com eficiência comprovada, que foi distribuído para estados e municípios e colocado à disposição na rede de Farmácia Popular; campanha de comunicação sobre a vacina, para enfrentar *fake news*; mobilização de ampla estrutura para a vacinação, com calendário definido previamente e coordenação do Programa Nacional de Imunização. Tudo coordenado pelo presidente Lula.

Se tinha experiência de sucesso no enfrentamento a pandemias, porque o Brasil falhou tanto no enfrentamento à COVID-19? Por que chegamos a quase 15 milhões de adoecidos e ultrapassamos 400 mil mortes em abril de 2021, em 13 meses de pandemia de COVID-19?

A inépcia no enfrentamento da pandemia não decorre da incompetência do governo, ainda que ela exista. A tragédia humanitária que o Brasil vive é resultado de escolhas. O governo Bolsonaro escolheu a estratégia de alcançar a “imunidade de rebanho” natural e não por meio de vacinas, independente do custo em vidas dessa escolha. Bolsonaro, presidente fruto da onda antidemocrática resultante do golpe de 2016, escolheu promover o genocídio do povo brasileiro.

UM PRESIDENTE A FAVOR DO VÍRUS

Sob inspiração do ex-presidente Donald Trump, desde o início da pandemia Bolsonaro age em favor da disseminação do vírus e contra medidas de enfrentamento da pandemia. Sua atitude negacionista, de recusar o uso da máscara e incentivar aglomerações, é reconhecida e criticada em todo o mundo. Seu contínuo embate contra governadores e prefeitos, transformando medidas recomendadas pela ciência em estratégias de opositores para prejudicar seu governo e ameaçando intervir nas decisões, tomadas com respaldo do Supremo Tribunal Federal, criou um ambiente de desconfiança e dúvida na população, bombardeada por demonstrações opostas de suas lideranças, levando a uma descoordenação nacional que impede a implantação de um plano articulado de enfrentamento da pandemia.

O incentivo ao uso de medicamentos sem eficácia comprovada no tratamento da COVID-19, o mais “famoso” dos quais é a cloroquina, fez parte, desde os primórdios da pandemia, da estratégia de Bolsonaro de disseminar desinformação e transmitir a sensação de

que as pessoas estariam seguras mesmo se expondo sem proteção. Expressivo volume de recursos públicos foram destinados para a produção e compra de quantidades injustificáveis de medicamentos – o Exército chegou a ter estoque de cloroquina equivalente a 18 anos de uso. Propositamente, Bolsonaro criou enorme confusão entre tratamento preventivo e tratamento precoce, levando um sem número de brasileiros a se automedicarem com substâncias sem eficácia, e a retardarem a procura do sistema de saúde, com impactos sobre a progressão da doença. Isto poderá ter efeitos mais graves, só perceptíveis no futuro, sobre a saúde individual pelo uso excessivo de medicamentos cuja recomendação é para outras patologias. O Ministério da Saúde produziu e chegou a disponibilizar um aplicativo para “facilitar” o diagnóstico e a distribuição do chamado “*kit* COVID”, objeto também de distribuição na rede pública de saúde de Manaus, às vésperas da crise de falta de oxigênio em janeiro de 2021.

Coerente com a negativa de Bolsonaro de reconhecer a gravidade da doença, a “gripezinha” – como se referiu à doença em um de seus primeiros pronunciamentos sobre o tema –, seu governo retardou, ao máximo, a realização de campanhas informativas sobre a doença. Se omitiu diante da disseminação de informações falsas e distorcidas sobre a COVID-19, estratégias de prevenção e tratamento. Em março de 2020, chegou a iniciar uma campanha incentivando o fim do isolamento social, denominada “O Brasil não pode parar”. Somente em abril de 2021, um ano após o início da pandemia, foi lançada a primeira campanha nas redes sociais do governo e do Ministério da Saúde em defesa de medidas preventivas preconizadas pela Organização Mundial da Saúde.

Bolsonaro patrocina uma guerra de comunicação a favor de sua estratégia de “imunização de rebanho”. Não se trata de inépcia. É escolha política, feita por um presidente genocida.

FRACASSO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE NA COORDENAÇÃO DO ENFRENTAMENTO À COVID

A existência do SUS, com sua capilaridade e histórico de construção e implementação de políticas consensuadas entre União, estados e municípios, poderia ter sido um diferencial ao enfrentamento da COVID-19. Não foi isto que ocorreu. A inação do Ministério da Saúde, com trocas de comando e adoção de uma gestão militarizada, criou um vácuo de coordenação.

O governo Bolsonaro não definiu estratégias e medidas comuns ao país para contenção e mitigação da pandemia. Não organizou uma ampla estratégia de testagem no momento oportuno, não planejou a compra de respiradores, equipamentos de proteção individual, medicamentos, seringas e agulhas, o que gerou desequilíbrio de preços e oferta de insumos hospitalares. Somente três meses após o início da pandemia regulamentou os hospitais de campanha, para recebimento de recursos federais (Portaria 1.514/2020). Em agosto de 2020, o Ministério da Saúde cancelou a importação do chamado *kit* intubação, medicamentos essenciais para o tratamento, nas UTIs, de pacientes em estado grave. A liberação de recursos para estados e municípios avançou em ritmo lento, descontínuo e sem uma programação condizente com as necessidades do desenvolvimento da pandemia. Por duas vezes, em relatórios divulgados em junho e dezembro de 2020, o Tribunal de Contas da União apontou a omissão do governo federal. Nada se alterou e, com a expiração dos recursos extraordinários em 2020, o segundo ano da pandemia foi iniciado com menos leitos para atender à doença.

Na falta de diretrizes federais, estados e municípios passaram a atuar de forma fragmentada, com menor eficácia do que se atuassem com base em uma coordenação federal. O Ministério da Saúde não assumiu seu papel porque seguiu ordens do presidente Bolsonaro para

não fazê-lo. Além de não proteger vidas, Bolsonaro trabalha para avançar o número de mortes.

INSUFICIÊNCIA DAS MEDIDAS DE APOIO À POPULAÇÃO

Vencido pela pressão da sociedade e pela ação do Congresso Nacional, o governo Bolsonaro implementou ações de proteção à renda e ao emprego para apoiar a população durante as medidas de isolamento social. O necessário investimento foi expressivo – 524 bilhões de reais – para enfrentar a pandemia, dos quais 293 bilhões de reais foram destinados ao pagamento do auxílio emergencial. Certamente, poderia ter sido feito mais, em especial em relação ao apoio às micro e pequenas empresas e ao programa de proteção ao emprego, mas essas medidas conseguiram evitar o aumento ainda maior da pobreza e a queda mais expressiva do PIB.

Seu impacto sobre o enfrentamento da pandemia, contudo, ficou muito aquém do esperado. Isto porque foram implementadas de forma descoordenada com as medidas da área de saúde, sem vinculação com a adoção, pelos beneficiários, de medidas de isolamento e de prevenção. Ao contrário, coerente com o discurso negacionista de Bolsonaro e de seu governo, este investimento social foi apresentado como medida para acelerar a volta ao trabalho e a retomada do funcionamento da economia. Nem a estratégia de isolamento vertical, tese levantada pelo governo chegou a ser adotada adequadamente. Para essa estratégia seria necessário a compra de testes suficientes para realização dos bloqueios e isolamentos necessários, o que não foi feito.

Esta descoordenação se expressa também na decisão de Bolsonaro de permitir o encerramento das medidas ao final de 2020, como se a pandemia tivesse data para terminar. Bolsonaro postergou o máximo possível a renovação de todas elas, mesmo o Brasil vivendo o pior

momento da pandemia no início de 2021. O auxílio emergencial somente voltou a ser pago em abril de 2021, deixando a população sem proteção por três meses. Sua descontinuidade, diminuição do valor e dificuldade de acesso a grande parte da população, entretanto, têm acelerado o aumento da fome, que hoje é problema cotidiano de milhões de brasileiros.

Faltou consistência na proteção ao trabalho e à renda dos brasileiros porque Bolsonaro e seu governo discordavam da necessidade desta ação. E, obrigados a agir, quebraram seu vínculo com medidas da área de saúde. Boicotaram as medidas de proteção, porque Bolsonaro sempre defendeu que a economia estava à frente das vidas.

OMISSÃO NA COMPRA DE VACINAS

Se é verdade que as vacinas contra a COVID-19 somente se tornaram disponíveis ao final de 2020, também é verdade que o governo Bolsonaro agiu de forma irresponsável e atrasada na busca de alternativas para imunizar a população. O primeiro Plano de Imunização somente foi apresentado a partir de determinação do Supremo Tribunal Federal.

Em realidade, o governo Bolsonaro jamais se preocupou com uma estratégia consistente para imunização da população. No segundo semestre de 2020, o Brasil participou de estudos da fase 3 de quatro vacinas, o que o habilitava a ter preferência na aquisição destas vacinas. Embora tenha recebido propostas para adquirir estoques dessas vacinas, por incompetência logística ou preconceito ideológico, recusou as ofertas. Recursos mais expressivos para aquisição de vacinas somente foram alocados no orçamento em dezembro de 2020 (MP 1.015), quando o STF cobrava o plano de imunização.

O governo apostava em uma única vacina produzida pela FIOCRUZ que, mesmo muito importante, não teria capacidade de ser pro-

duzida para toda a população brasileira. Havia necessidade, ainda em 2020, de abrir diálogos com todas as possibilidades que surgiam. Tardou em negociar com o Butantan e até com a OMS, tendo aderido ao Covax Facility apenas no último dia e com o limite mínimo de doses.

Chegamos a 2021 sem dispor de vacinas suficientes, sem estratégia para comprar volumes mais expressivos e sem cronograma de imunização consistente, além das agressões feitas pelo governo Bolsonaro aos países dos quais dependemos para produção e imunizantes no Brasil. O início tardio da vacinação e o caos na gestão da pouca oferta de vacinas existentes indicam enorme dificuldade para o Brasil acelerar o processo de imunização para um ritmo compatível com o enfrentamento da crise sanitária.

Inegável o sucesso de Bolsonaro em sua opção pela “imunização de rebanho”: deixou o Brasil sem vacinas e os brasileiros, sem perspectiva de se imunizarem em curto prazo.

O aumento vertiginoso do número de brasileiros mortos a cada dia, que já rompeu a barreira de 400 mil pessoas que perderam a vida para a doença, é a resposta de um governo genocida à pandemia da COVID-19.

O POVO FORA DO ORÇAMENTO

O Orçamento da União é um instrumento político, que reflete as escolhas e prioridades dos que estão à frente do governo federal e das forças políticas que os apoiam.

Por isso, durante os 13 anos do PT no governo federal, a parcela das receitas do Estado destinadas ao atendimento das demandas da população cresceu continuamente. Havia uma prioridade – colocar o povo no orçamento.

A partir do golpe, tudo mudou. Os limites aos gastos impostos pela Emenda Constitucional 95/2016 e as escolhas políticas dos governos Temer e Bolsonaro secundarizaram demandas e interesses da população, subordinando os direitos sociais às metas de ajuste fiscal. Nestes cinco anos pós-golpe, impôs-se evidente tendência de redução dos recursos para políticas estruturantes que garantem direitos de proteção social e reduzem desigualdades.

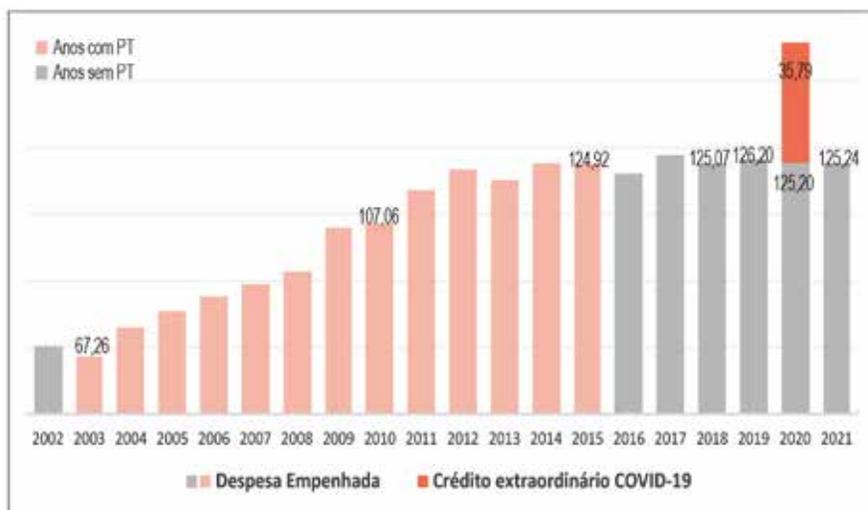
Os gráficos, a seguir, trazem uma fotografia incontestável da trágica e bem-sucedida estratégia de desconstruir o Brasil com o desmonte de sistemas estatais, implantada nos governos Temer e Bolsonaro. Crescentemente, **o povo está sendo excluído do orçamento.**

SAÚDE

O congelamento dos gastos em saúde, ainda que em termos reais, imposto pela EC 95/2016, tem duas implicações imediatas: diminuir

o gasto público *per capita* e dificultar a incorporação de novos equipamentos, processos e medicamentos. Em outras palavras, ampliará o subfinanciamento do SUS, tarefa executada com maestria nestes primeiros cinco anos pós-golpe.

GRÁFICO 1: EVOLUÇÃO DAS DESPESAS EMPENHADAS EM SAÚDE*



Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – Sioop, em 05 abr. 2020. Para 2002 a 2020 – recursos empenhados; para 2021 – LOA.

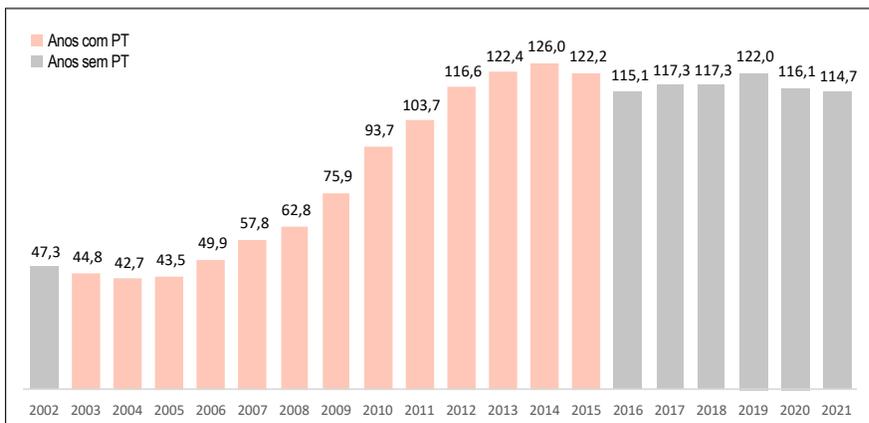
* Em bilhões de reais de 2020. Deflator utilizado: IPCA médio.

EDUCAÇÃO

A partir de 2016, os investimentos em educação passaram a decrescer. Em 2020, os gastos foram 5% menores que no último ano do governo Dilma. A previsão para 2021 é aprofundar estas perdas.

O ano de 2019 ficou fora desta tendência, devido ao aumento no complemento do FUNDEB por causa do leilão do pré-sal e alocação de quase 1 bilhão de reais de emendas parlamentares, mais que o dobro do ano anterior. Isto expressa um dos riscos da atual política de alocação orçamentária, que aumenta a incerteza quanto à continuidade do gasto (gráfico 2).

GRÁFICO 2: EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO DO MEC*



Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – Siop, em 05 abr. 2020. Para 2002 a 2020 – recursos empenhados; para 2021 – LOA.

* Em bilhões de reais de 2020. Deflator utilizado: IPCA médio.

ASSISTÊNCIA SOCIAL

O Sistema Único da Assistência Social (SUAS) está sendo asfixiado em termos orçamentários. Entre 2016 e 2020, os recursos diminuíram para menos da metade do empenhado em 2014. Em 2021, a Lei orçamentária anual (LOA) prevê apenas 21% daquele montante. Isto significa menos unidades públicas e serviços, menos profissionais atuando nos municípios e menos pessoas e famílias sendo atendidas na proteção e promoção de seus direitos (gráfico 3).

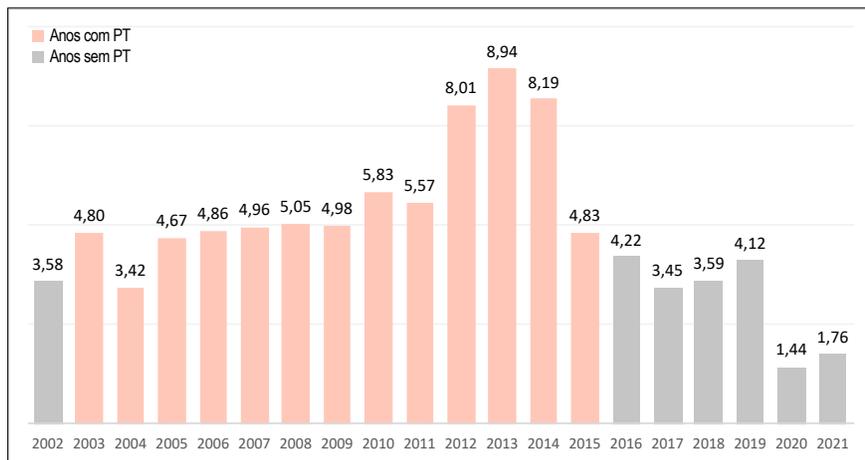
CULTURA

No governo Temer, os recursos para a cultura permaneceram relativamente estáveis, mas entre 20% e 30% menor que em 2015, último ano antes do golpe.

No governo Bolsonaro, o tamanho do desprezo pela Cultura se expressou em um corte brutal no orçamento, que perdeu quase 80% em relação ao investido em 2015. O orçamento previsto na LOA 2021

é do mesmo tamanho do valor investido no último ano do governo FHC, um retrocesso de vinte anos (gráfico 4).

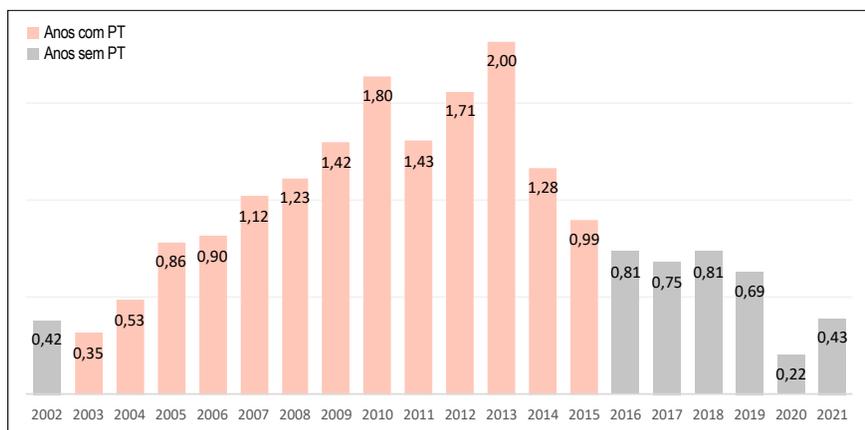
GRÁFICO 3: EVOLUÇÃO DAS DESPESAS DISCRICIONÁRIAS DA FUNÇÃO ASSISTÊNCIA SOCIAL*



Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – Siop, em 05 abr. 2020. Para 2002 a 2020 – recursos empenhados; para 2021 – LOA.

* Em bilhões de reais de 2020. Deflator utilizado: IPCA médio.

GRÁFICO 4: EVOLUÇÃO DAS DESPESAS DISCRICIONÁRIAS DA FUNÇÃO CULTURA*



Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – Siop, em 05 abr. 2020. Para 2002 a 2020 – recursos empenhados; para 2021 – LOA.

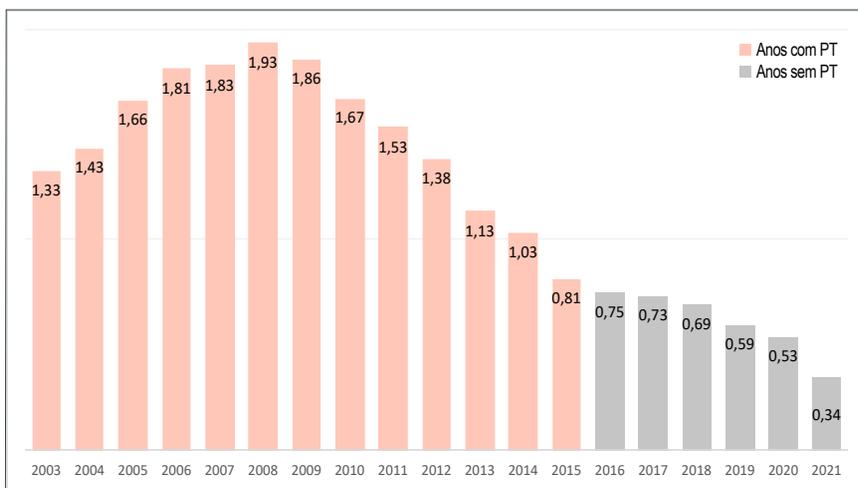
* Em bilhões de reais de 2020. Deflator utilizado: IPCA médio.

TRABALHO

Excluídos os gastos obrigatórios com seguro desemprego e abono salarial, as despesas discricionárias da função trabalho estão em trajetória decrescente. Isto significa asfixia de gastos com fiscalização do trabalho, enfrentamento ao trabalho escravo, entre outras.

As despesas dos três primeiros anos do governo Bolsonaro correspondem ao total gasto em 2011, primeiro ano do governo Dilma.

GRÁFICO 5: EVOLUÇÃO DAS DESPESAS DISCRICIONÁRIAS DA FUNÇÃO TRABALHO*



Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – Siop, em 05 abr. 2020. Para 2002 a 2020 – recursos empenhados; para 2021 – LOA.

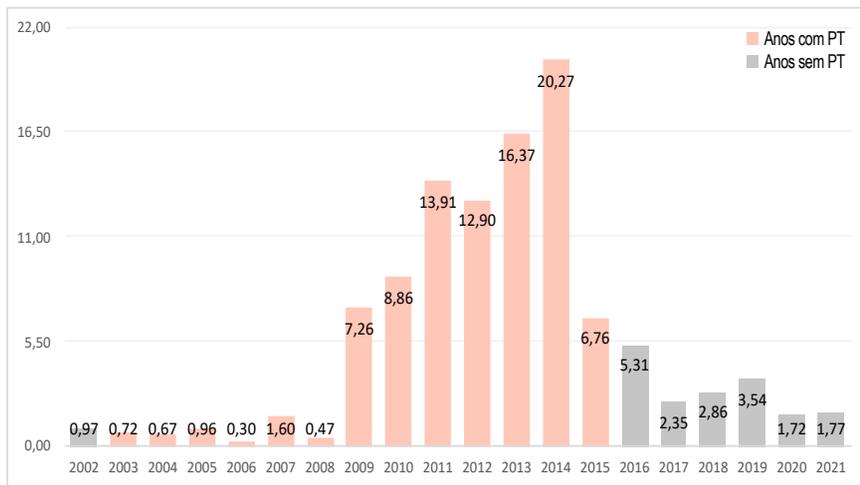
* Em bilhões de reais de 2020. Deflator utilizado: IPCA médio.

MORADIA

Uma das medidas mais importantes para garantir o direito à moradia foi a alocação, a partir de 2009, de recursos expressivos no orçamento da União para apoiar a construção de moradias de interesse social. Assim nasceu o Minha Casa Minha Vida – MCMV, que se tornou o maior programa de construção habitacional da história do Brasil.

Os governos Temer e Bolsonaro praticamente extinguiram os recursos para investimento em moradia de interesse social. Mataram o MCMV.

GRÁFICO 6: EVOLUÇÃO DAS DESPESAS DISCRICIONÁRIAS COM MORADIA DE INTERESSE SOCIAL*



Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – Siop, em 05 abr. 2020. Para 2002 a 2020 – recursos empenhados; para 2021 – LOA.

* Em bilhões de reais de 2020. Deflator utilizado: IPCA médio.

Cada vez há menos recursos orçamentários para atender as necessidades da população e impulsionar o desenvolvimento sustentável. Depois de o golpe cassar ilegalmente o mandato da presidenta Dilma, disseram que era necessário fazer a reforma trabalhista; depois que era necessário fazer a reforma da Previdência; depois que era necessário privatizar as empresas públicas, em especial as ligadas à PETROBRAS; depois que era necessário a independência do Banco Central; e agora que é necessário fazer a reforma administrativa. Sucessão de desculpas para acobertar um continuado processo de escolhas políticas cujo resultado é menos povo e mais juros e amortizações da dívida e gastos com defesa nacional no orçamento da União.

A FARSA DO AJUSTE O GOLPE ENCOLHEU O BRASIL

Com o propósito de obter apoio da opinião pública para o golpe, foi construída uma narrativa sobre um Brasil quebrado e em profundo desequilíbrio, com a promessa de que era “só tirar a Dilma” para assegurar a retomada do crescimento. As bases para esta narrativa estavam ancoradas em uma piora conjuntural de alguns indicadores que refletiam, em grande medida, a crise gerada pelo próprio processo de inviabilização política que antecedeu o golpe.

A radicalidade das mudanças na gestão macroeconômica propostas pelos governos pós-golpe se justificaria, no discurso, pela necessidade de reconstruir o que havia sido destruído. Mudanças que, na prática, propiciaram a adoção de políticas neoliberais de ajuste, nucleadas na redução do Estado, jamais validadas em processo eleitoral.

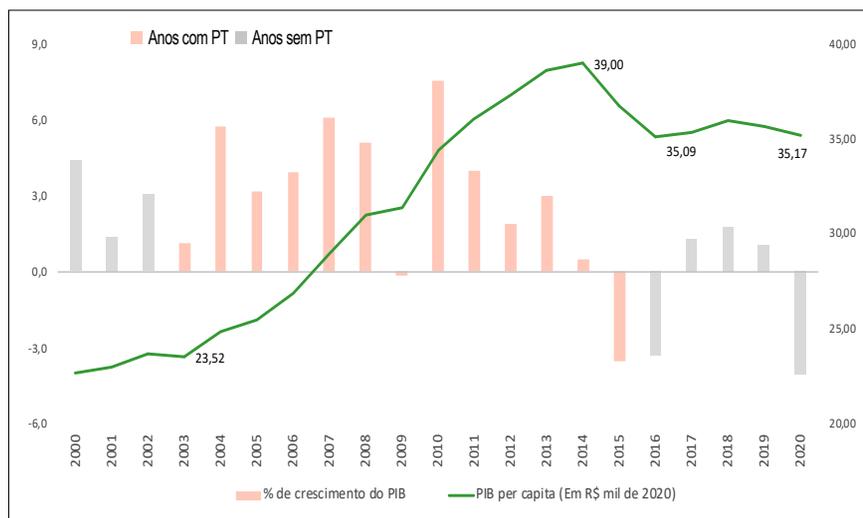
Passados cinco anos do golpe e dois governos comprometidos com a austeridade fiscal e a destruição do Estado, os resultados são desastrosos. Não faltaram medidas de ajuste: foram feitas duas reformas trabalhistas e uma previdenciária; adotadas duas novas regras fiscais – o teto dos gastos imposto pela Emenda Constitucional 95 (EC 95/2016) e a chamada PEC emergencial; o Banco Central tornou-se independente; empresas públicas foram privatizadas. Como o diagnóstico era falso e equivocado, o Brasil não voltou a crescer de forma sustentável. Ao

contrário, o desequilíbrio fiscal persiste, a inflação voltou a assombrar, a economia brasileira está menor e fora da lista das dez maiores do mundo, a população está mais pobre e assolada pela fome. Nem o PT quebrou o Brasil, nem o ajuste neoliberal é eficiente.

PIB NÃO VOLTOU A CRESCER, MAS A RENDA *PER CAPITA* DIMINUIU

A promessa de retomada do crescimento sustentado foi em vão. Mesmo desconsiderando a queda do PIB em 2020, pela excepcionalidade dos impactos da pandemia da COVID-19, a economia brasileira era, em 2019, apenas 0,81% maior que em 2015, praticamente estagnada. O PIB *per capita*, que cresceu 55% no período do PT, diminuiu 3% entre 2015 e 2010-9, queda ampliada em 2020, permanecendo, em todo o período pós-golpe, praticamente inalterado.

GRÁFICO 1: TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO DO PIB E EVOLUÇÃO DO PIB *PER CAPITA**



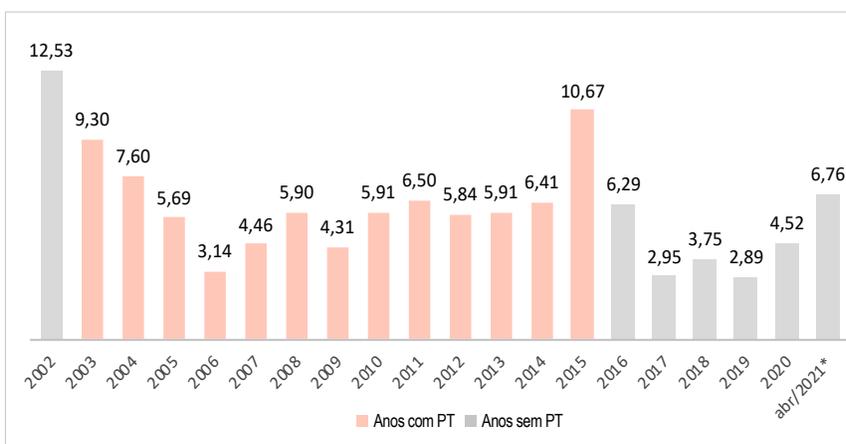
Fonte: Banco Central do Brasil, IBGE

* Em mil reais de 2020. Deflator utilizado: IPCA médio.

IPCA BEM COMPORTADO, MAS A INFLAÇÃO DE ALIMENTOS É CRESCENTE

É inegável que, nos anos pós-golpe, a inflação evoluiu de forma favorável, permanecendo abaixo do centro da meta no triênio 2017-2019, graças à estagnação no crescimento e baixo ritmo de aumento da renda do trabalho. No entanto, a partir do governo Bolsonaro, a inflação de alimentos se descolou do índice médio crescente mais que o dobro do IPCA. Ou seja, o golpe entregou inflação controlada, mas com carestia de alimentos.

GRÁFICO 2: EVOLUÇÃO DA INFLAÇÃO (IPCA) (%)



Fonte: IBGE

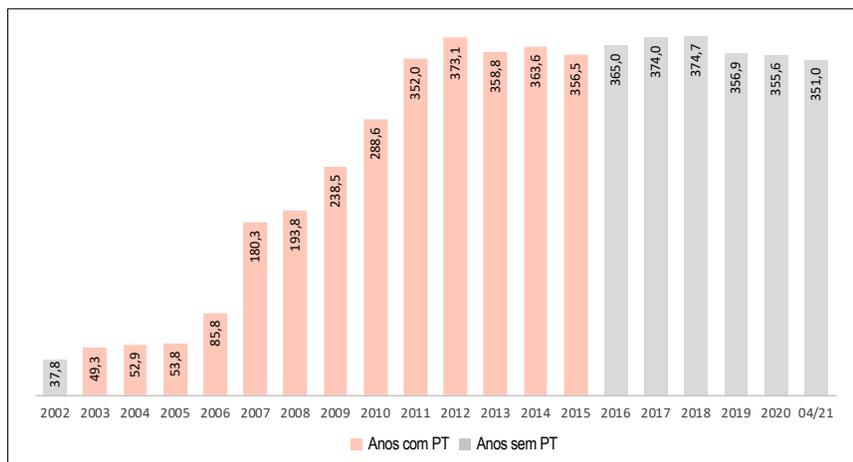
* Acumulado em 12 meses.

VOLUME DE RESERVAS INTERNACIONAIS PRATICAMENTE NÃO SE ALTEROU

Nos governos do PT, o Brasil acumulou expressivo volume de reservas internacionais, importante proteção contra crises externas. Pós-golpe, as reservas permaneceram estáveis, mostrando a correção da política adotada no período do PT e sua importância para a solidez da economia.

O ministro da economia de Bolsonaro chegou a ensaiar a venda de reservas para recomprar a dívida pública quando o momento evidentemente pedia por uma expansão do investimento público, mas não avançou neste intento.

GRÁFICO 3: **EVOLUÇÃO DAS RESERVAS INTERNACIONAIS (US\$ BILHÕES)**



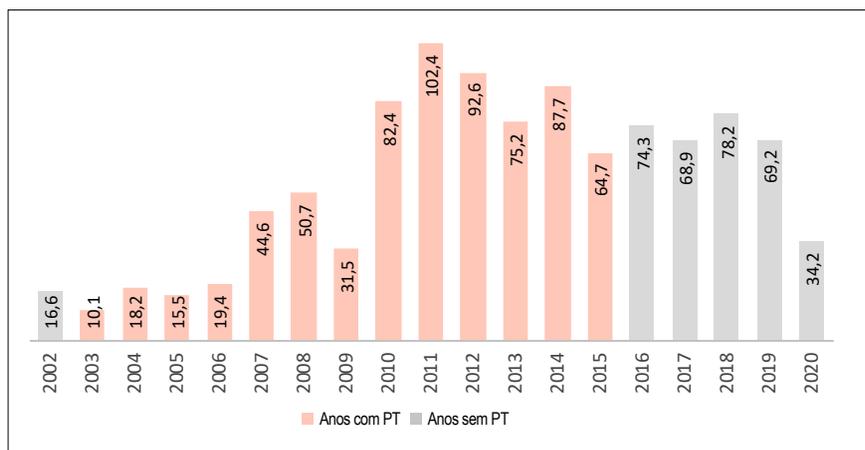
Fonte: Banco Central do Brasil.

INVESTIMENTOS DIRETOS NO PAÍS PERMANECEM ABAIXO DO PERÍODO DILMA

Se o investimento direto no Brasil for entendido como uma medida da confiança na economia, o golpe mudou, para pior, a avaliação dos investidores externos. Ainda que o saldo de investimento direto tenha permanecido positivo, o patamar não voltou aos registrados entre 2010 e 2014, que persistem momentos de recorde na história recente (gráfico 4).

DÉFICIT FISCAL CONTINUADO E DÍVIDA PÚBLICA CRESCENTE

A suposta insustentabilidade das contas públicas foi uma das críticas mais forte às gestões econômicas do PT, em especial ao governo

GRÁFICO 4: EVOLUÇÃO DOS INVESTIMENTOS DIRETOS NO PAÍS - IDP (EM US\$ BILHÕES)

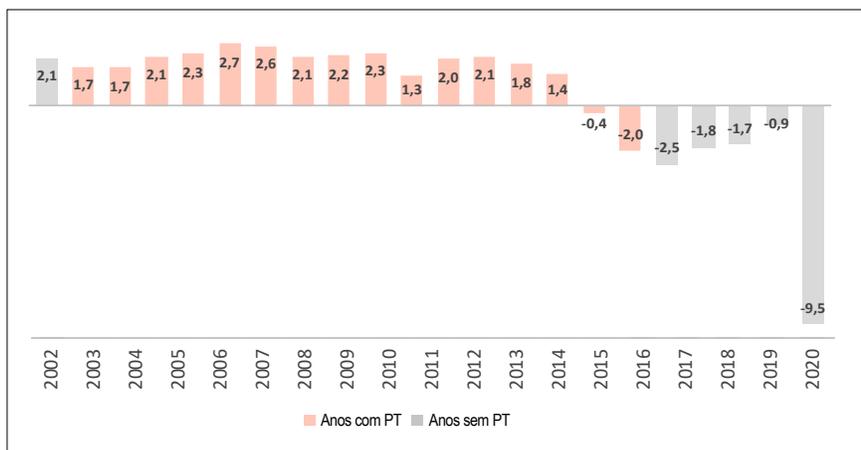
Fonte: Banco Central do Brasil.

Dilma. A adoção de novas regras fiscais foi vendida, pelos governos Temer e Bolsonaro, como imposição para reverter supostos desequilíbrios herdados do período do PT.

Passados cinco anos do golpe, e apesar das restrições ao gasto público impostas pela Emenda Constitucional 95 e mesmo com o alívio sobre as contas públicas gerado pela queda da Selic, o Brasil continua registrando déficit primário. A dívida pública manteve-se em contínuo crescimento, voltando, no caso da dívida líquida, a patamares anteriores ao do período do PT, quando o Brasil se encontrava em dificuldades financeiras e escorado em empréstimos do FMI. Toda a redução do endividamento conquistada nos períodos do PT foi revertida nos governos comprometidos com a austeridade fiscal, mostrando que só há sustentabilidade fiscal em uma econômica dinâmica, nunca em um país deprimido (gráficos 5 e 6).

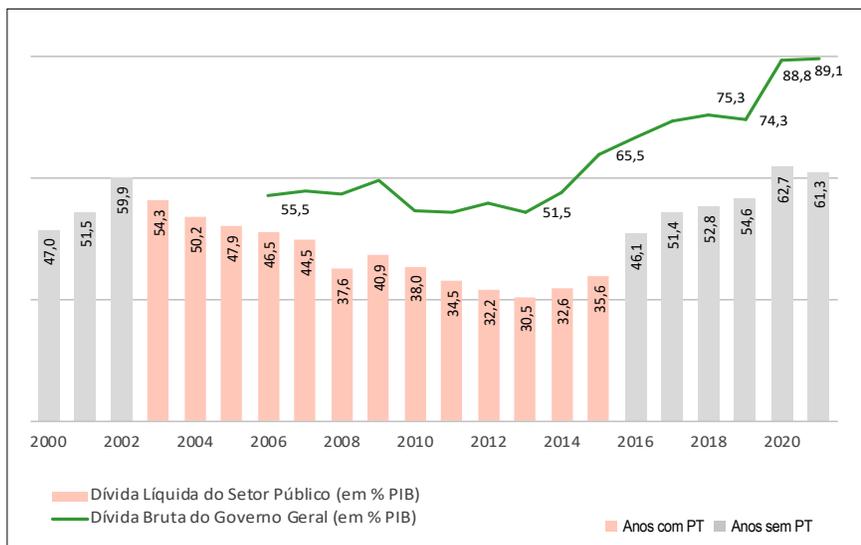
Em suma, a economia brasileira piorou após o golpe. O diagnóstico equivocado propiciou condições políticas para remédios desnecessários e destrutivos. Os governos Temer e Bolsonaro, comprometidos com um modelo de ajuste que fragiliza os fundamentos macroeconômicos,

GRÁFICO 5: RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO FEDERAL (% DO PIB)



Fonte: Banco Central do Brasil.

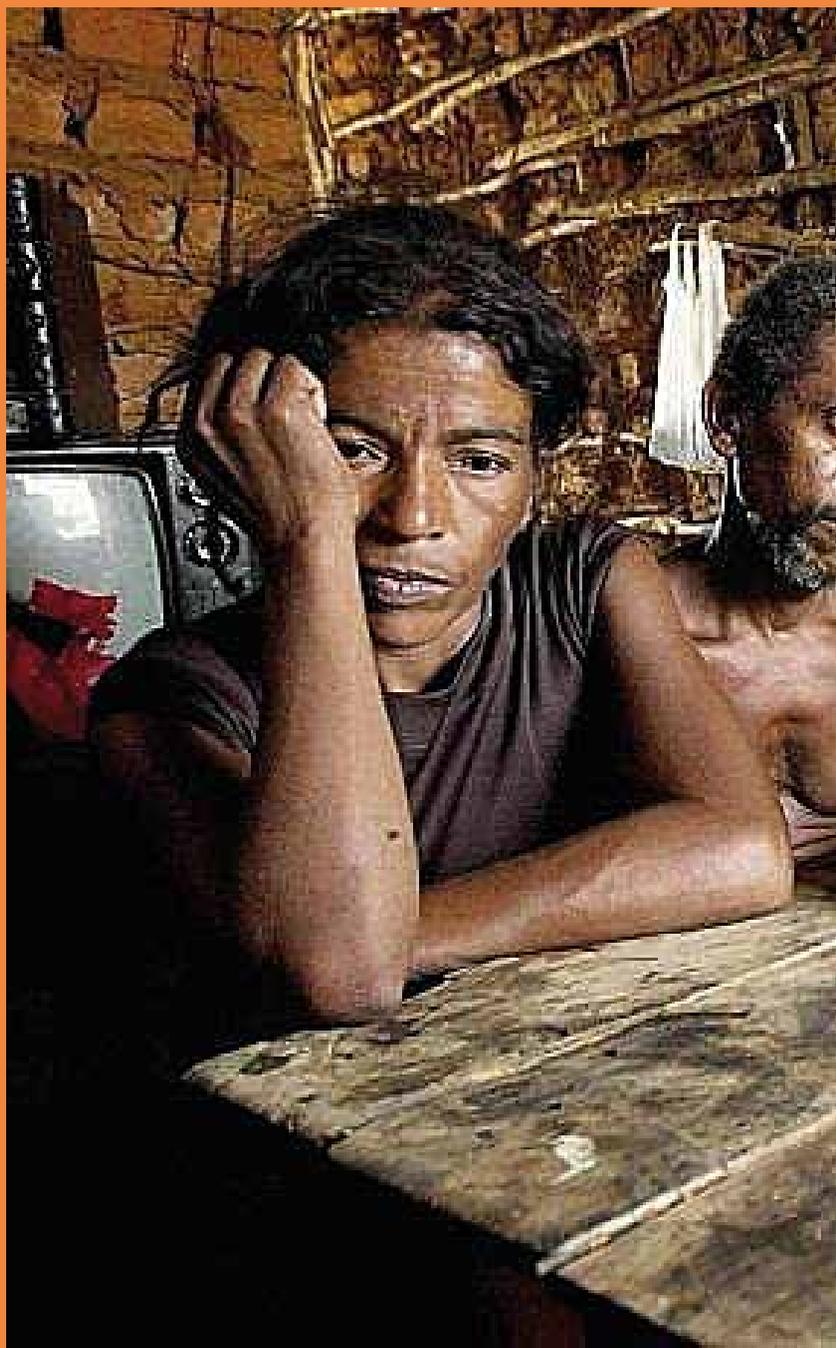
GRÁFICO 6: EVOLUÇÃO DAS DÍVIDAS BRUTA E LÍQUIDA (EM % DO PIB)



Fonte: Ministério da Economia. Secretaria do Tesouro Nacional.

micos, aprofundaram os desequilíbrios, não promoveram a retomada do crescimento, aumentaram o desemprego e tornaram a população mais pobre e o país e mais desigual.

ARQUIVO/AGÊNCIA BRASIL



CIDADANIA, DIREITOS E INCLUSÃO



ATO CONTRA O PRESIDENTE BOLSONARO EM MANAUS

ALBERTOCÉSAR ARAÚJO/AMAZÔNIA REAL/FOTOS PÚBLICAS



DOAÇÃO DE MARMITAS EM LONDRINA

IGOR-DE-NADAI/MST PR

BALANÇO DO GOLPE POBRES MAIS POBRES, RICOS MAIS RICOS

Os 13 anos de Lula e Dilma à frente do governo federal resultaram na maior redução de pobreza da história do Brasil. Aumento continuado do emprego, política de valorização do salário mínimo, garantia do direito à aposentadoria, expansão do acesso a benefícios assistenciais, Bolsa Família e fortalecimento da agricultura familiar foram políticas decisivas para este resultado.

O projeto do PT não se esgotava na distribuição de renda. Havia ainda o objetivo de reduzir as assimetrias de acesso a bens e serviços. Era urgente e necessário assegurar direito à educação, saúde, água, saneamento, energia, moradia, cultura e bens de consumo aos historicamente excluídos.

O Brasil era regido pela certeza de que o desenvolvimento com inclusão é bom para todos. E todos ganharam nos nossos governos.

O golpe foi mortal para este projeto de Brasil. A fome está de volta. A pobreza cresce continuamente. Desigualdade e exclusão voltaram a ser a norma. O acesso a direitos voltou a ser sonho.

A FOME ESTÁ DE VOLTA!

Devido às escolhas políticas dos presidentes Lula e Dilma, em 2014 o Brasil pôde comemorar uma conquista civilizatória histórica:

saímos do Mapa da Fome. Naquele ano, as Nações Unidas informaram que, graças a um amplo conjunto de políticas de enfrentamento à insegurança alimentar e de combate à pobreza, a parcela de brasileiros subalimentados havia decrescido 82%.

Os governos Temer e Bolsonaro destruíram todas as medidas apontadas pela FAO/ONU como responsáveis por tirar o Brasil do Mapa da Fome. Os dados disponíveis para o período mais recente mostram que voltamos a uma situação muito pior que a de antes de 2003.

Em dezembro de 2020, segundo o Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil, mais da metade dos brasileiros, 116,8 milhões de pessoas, estavam em Insegurança Alimentar. Entre estes, **19,1 milhões estavam em insegurança alimentar grave: a fome.**

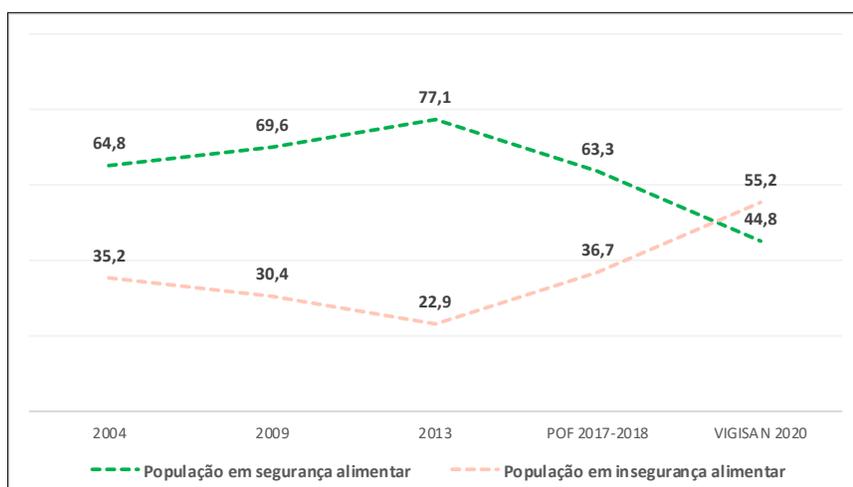
O aumento do flagelo da fome não pode ser atribuído à COVID-19. A volta da insegurança alimentar e da fome já havia ocorrido no governo Temer. Em 2018, a Segurança Alimentar já havia caído para 63,3%. Ou seja, o Brasil havia voltado à situação do início do governo Lula. Em 2020, o quadro se agravou e menos da metade (44,8%) da população estava em segurança alimentar.

A aniquilação das políticas de proteção social e de proteção ao trabalhador, o desmonte das várias políticas voltadas à agricultura familiar e ao direito à alimentação abriram o caminho para a volta do Brasil ao mapa da fome. Obra do golpe e de Temer e Bolsonaro. A falta de políticas consistentes para enfrentar a pandemia agravou a situação, mas a destruição a antecede (gráfico 1).

O quadro atual, em maio de 2021, certamente é pior que o registrado em dezembro de 2020. A interrupção do Auxílio Emergencial deixou cerca de 67 milhões de brasileiros e suas famílias completamente desassistidos por 4 meses e, ao ser retomado, tem valor irrisório,

incompatível com a sobrevivência digna de qualquer família. Como resultado, na ausência de políticas consistentes de proteção social e de enfrentamento à pobreza, voltamos a assistir à proliferação de campanhas de doação de alimentos, articuladas pela sociedade civil e governos subnacionais, para diminuir o flagelo da fome.

GRÁFICO 1: **EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO DE SEGURANÇA ALIMENTAR DA POPULAÇÃO BRASILEIRA***



Fonte: IBGE e Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede Penssan).
* Em porcentagem.

A EXTINÇÃO DO CONSEA E O ABANDONO DAS POLÍTICAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR

A primeira medida de Bolsonaro ao assumir a Presidência foi extinguir o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional, o CONSEA. Com isso, após 16 anos, o Brasil deixava de ter um espaço de participação e controle social e de articulação entre a sociedade civil e governo na elaboração de políticas públicas de segurança alimentar.

Bolsonaro desorganizou a coordenação nacional das políticas voltadas para o combate à fome exatamente quando a pobreza e a fome

voltavam a crescer. A Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, que seria realizada em 2019, não foi sequer convocada. A segunda edição do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN), contendo a estratégia de governo para garantir o direito constitucional à alimentação, terminou em 2019. Sem Conferência e sem vontade política do governo, não foi elaborada nova versão para o período 2020 e 2023.

O Brasil volta a conviver com a tragédia da fome sem uma agenda estratégica para enfrentá-la. A rigor, sem um governo que considere ser sua responsabilidade, em diálogo com a sociedade civil, criar políticas para enfrentar este drama.

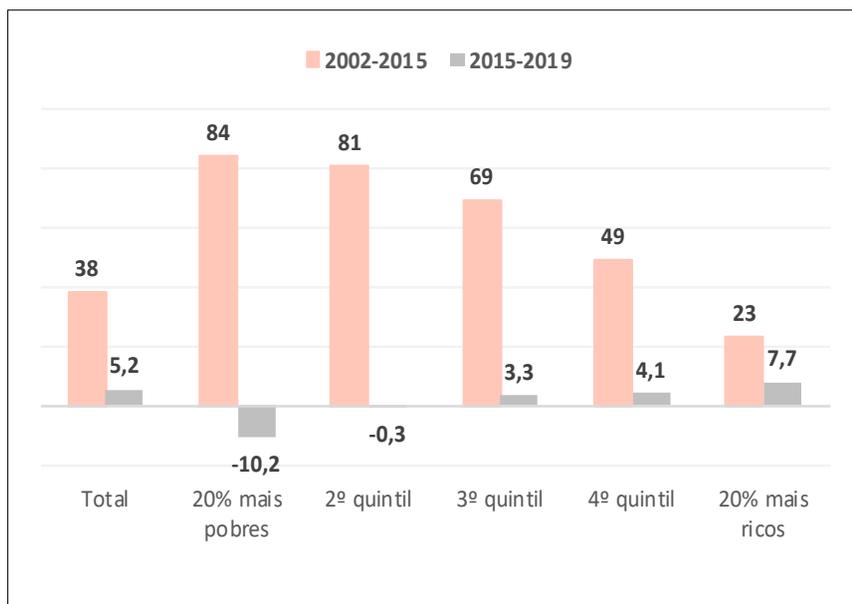
A POBREZA VOLTOU A CRESCER

A fragilização do sistema de proteção social, o aumento do desemprego, a perda de qualidade dos empregos decorrente de reforma trabalhista e o abandono da política de valorização do salário mínimo, trazidos pelo golpe, tiveram impacto imediato sobre a renda dos brasileiros. E resultaram no aumento da pobreza e da desigualdade.

Nos governos do PT, a renda domiciliar cresceu para todos, mais intensamente para os mais pobres. Até 2015, a renda real *per capita* dos 20% mais pobres cresceu 84%; para os 20% mais ricos, o aumento foi de 23%. Todos melhoraram de vida e a histórica desigualdade brasileira começou a diminuir.

O golpe interrompeu esta trajetória virtuosa. Entre 2015 e 2019, a renda domiciliar *per capita* dos 20% mais pobres diminuiu 10% em valores reais; a dos 20% mais ricos, aumentou quase 8%. Em decorrência, em 2019, mais de 26 milhões de brasileiros eram pobres; os mais ricos voltaram a ter renda 20 vezes maior que os mais pobres.

GRÁFICO 2: VARIAÇÃO PERCENTUAL DA RENDA DOMICILIAR PER CAPITA REAL POR QUINTIS

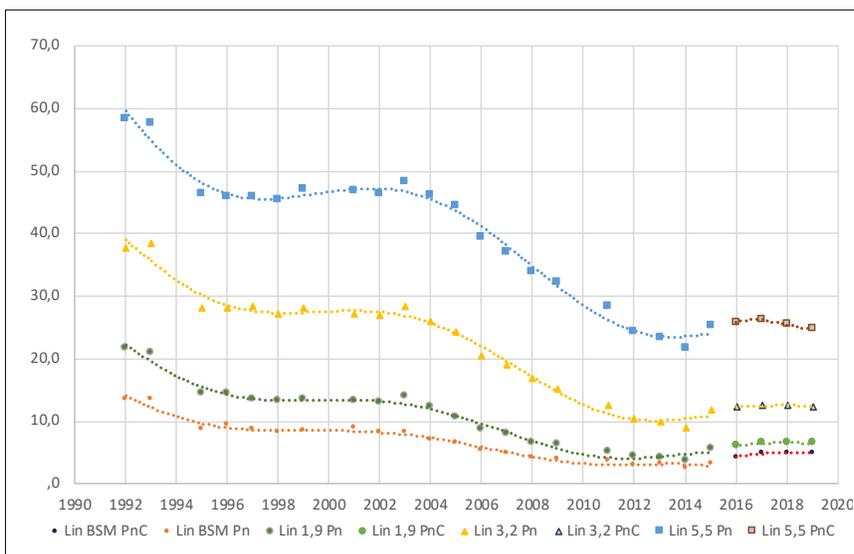


Fonte: IBGE. PNAD - 1992 a 2015; PNAD Contínua - 2015 a 2019 Suplemento rendimentos Domiciliares.

Esta mudança na evolução da renda domiciliar interrompeu a trajetória de redução da pobreza que havia marcado todo o período de 2004 a 2015. A partir de 2016, tanto em termos de participação na população quanto em números absolutos, a pobreza voltou a crescer, em especial entre o segmento na base da pirâmide de renda. Mais uma vez, os mais pobres entre os pobres foram mais afetados.

A superação da fome e a queda da pobreza durante os governos do PT permitiram ao Brasil cumprir exemplarmente os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. O cenário de exclusão construído a partir do golpe torna totalmente improvável que, na Agenda 2030, dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), o Brasil cumpra os objetivos: 1, de erradicação da pobreza; e 2, de erradicação da fome. Afinal, por escolha dos governos pós-golpe, o Brasil está mais pobre e mais desigual.

GRÁFICO 3: EVOLUÇÃO DA POBREZA NO BRASIL SEGUNDO VÁRIAS DEFINIÇÕES DE LINHAS DE POBREZA*



Fonte: IBGE. PNAD - 1992 a 2015; PNAD Contínua - 2015 a 2019.

* LP BSM: Linha de pobreza adotada no Plano Brasil Sem Miséria

LP DPPC: Linhas internacionais de pobreza adotadas na Agenda 2030, em dólares ajustados ao poder de paridade de compra dos EUA.

O DESPREZO PELO BOLSA FAMÍLIA

O Bolsa família é reconhecido como o maior e mais bem focalizado programa de transferência condicionada de renda do mundo. Em abril de 2016, às vésperas do golpe, o programa atendia 13,9 milhões de famílias, com gastos de apenas 0,47% do PIB, e permitia manter 36 milhões de brasileiros fora da extrema pobreza.

Desde a interrupção do governo Dilma, o Bolsa família está sob permanente ameaça, com ataques ao programa e a seus beneficiários. Em especial no governo Bolsonaro, presidente e ministros fazem recorrentes acusações de fraudes e de preguiça aos beneficiários, comentários que incentivam o ódio e o preconceito contra os mais pobres.

No governo Temer, em julho de 2017, o Bolsa Família sofreu uma drástica redução de mais de 1 milhão de beneficiários, reverti-

da por denúncias. Mas o alcance do Bolsa Família permanece, desde então, aquém do necessário. Com o empobrecimento das famílias, os recursos orçamentários restritos e a fragilização da rede de Assistência Social, a cobertura do programa se tornou insuficiente, havendo, em dezembro de 2020, mais de 2,1 milhões de famílias na “fila de espera”.

Os benefícios do Bolsa Família permanecem congelados desde junho de 2016, quando foi concedido um reajuste programado pela presidenta Dilma. O 13º para os beneficiários, prometido por Bolsonaro na campanha a presidente, só foi pago ao final de 2019, às custas de quase 1 milhão de famílias altamente vulneráveis, que ficaram na fila, enquanto o governo fazia caixa. A promessa foi um abono pago apenas uma vez e esquecida.

Durante a pandemia, a existência do Bolsa família permitiu o pagamento do Auxílio Emergencial em menos de um mês às famílias beneficiadas, enquanto as demais famílias foram submetidas a uma espera que chegou a 4 meses. Este potencial do Bolsa Família, de ajudar a organizar a demanda por políticas e serviços públicos, tem sido recorrentemente negligenciado. Aliás, após o golpe e, em especial, no governo Bolsonaro, o maior e mais bem-sucedido programa de transferência do mundo tornou-se apenas um gasto à espera da melhor oportunidade política para ser cortado.

SUS E O DIREITO À SAÚDE SOB ATAQUE

O fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS), patrimônio dos brasileiros, foi prioridade ao longo dos 13 anos do PT no governo federal. Para assegurar um SUS que cuidasse de todos em todo território nacional, com gestão descentralizada e democrática, e maior equidade, foram implementadas políticas para ampliar os investimentos no sistema e eliminar os vazios assistenciais existentes. Mais Médicos, SAMU, Brasil Sorridente, UPAs, Farmácia Popular, atenção à saúde indígena, Centro Especializado em Reabilitação (CER), Centro de Especialidades Odontológicas (CEO), para citar apenas alguns exemplos, são programas e políticas que os governos do PT agregaram à expansão do Saúde da Família, ao aprimoramento da rede de atenção básica, do Programa Nacional de Imunização, do programa de combate à AIDS/HIV, ampliação e qualificação da rede de saúde mental na perspectiva do cuidado em liberdade, para avançar na garantia ao direito à saúde prevista na Constituição de 1988.

O golpe de 2016 afetou de forma rápida e profunda o SUS. Já em 2016, com a Emenda Constitucional 95, o congelamento dos recursos para o SUS por 20 anos constitucionalizou o desfinanciamento do sistema. A esta medida se somaram o golpe contra o Mais Médicos, o

esvaziamento do Farmácia Popular, a alteração no modelo de financiamento à atenção básica, a mudança no modelo de cuidado em saúde mental, voltando a lógica manicomial, e tantas outras medidas patrocinadas pelos governos Temer e Bolsonaro, insensíveis e descompromissados com a importância do SUS para as brasileiras e brasileiros.

O processo de desmonte do SUS só não avançou mais porque a pandemia de COVID-19 explicitou o quão decisivo e fundamental é a existência de um sistema público e universal de saúde. Mas o estrago foi grande e, enquanto persistir o teto dos gastos, o SUS permanecerá sob risco, assim como o direito à saúde da população brasileira.

O SUBFINANCIAMENTO DO SUS SE CONSOLIDOU COMO DESFINANCIAMENTO

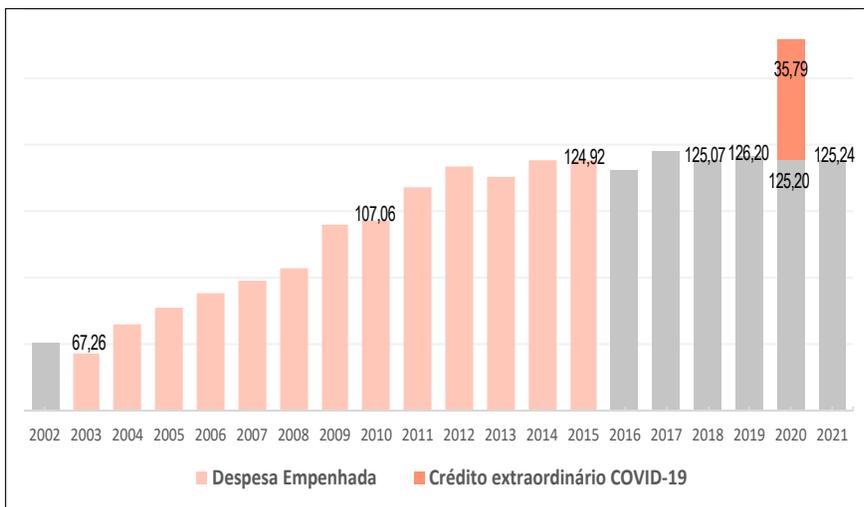
A Emenda Constitucional 95/2016 representou uma forte ruptura com o esforço que foi realizado nos governos do PT, de ampliar o financiamento ao SUS. Ao congelar os recursos do orçamento por 20 anos, o governo Temer transformou o subfinanciamento da saúde pública em regra constitucional de desfinanciamento.

Os efeitos desta regra são intensos. A partir de 2018 e até 2021, o valor real do orçamento destinado a ações e serviços públicos de saúde (ASPS) permaneceu estagnado. Como a população persistiu crescendo, isto resultou, no curto espaço de cinco anos, na redução de 4% no valor real do gasto *per capita* com saúde, que passou de 611 reais em 2015 para 588 reais em 2021.

Vale destacar ainda que, além deste processo estrutural de piora das condições de financiamento do SUS, o governo Bolsonaro agiu de forma irresponsável em 2021, ao não prever recursos para a continuidade do enfrentamento à COVID-19. Os 35,8 bilhões de reais alocados em 2020 no orçamento do SUS para as medidas de enfrentamento à pandemia desapareceram do orçamento de 2021, que foi novamente

colocado sob as regras do teto de gastos, absolutamente incompatível com a crise sanitária que o Brasil vive.

GRÁFICO 1: **EVOLUÇÃO DAS DESPESAS EMPENHADAS EM SAÚDE***

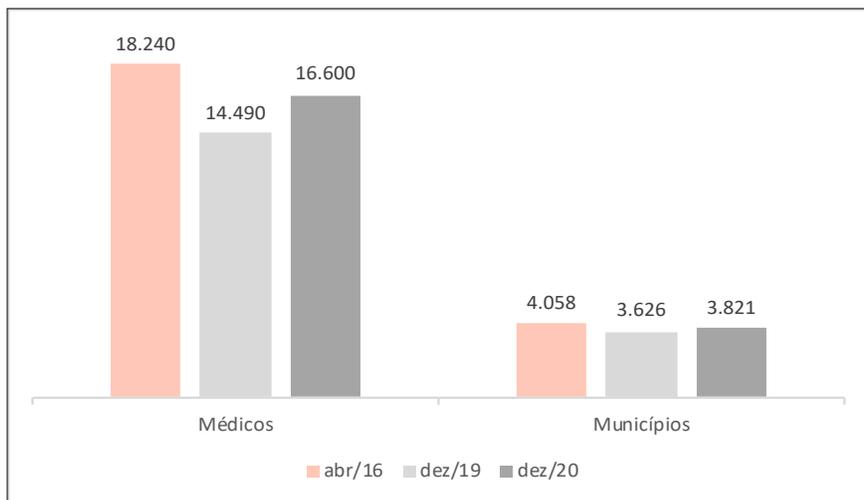


Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – Siop, em 05 abr. 2020. Para 2002 a 2020 – recursos empenhados; para 2021 – LOA.

* Em bilhões de reais de 2020. Deflator utilizado: IPCA médio.

O NOVO MODELO EXCLUDENTE DE FINANCIAMENTO À ATENÇÃO BÁSICA

Em novembro de 2019, Bolsonaro promoveu forte alteração nas regras para financiamento do custeio da Atenção Básica (Portaria 2.979/2019). Em substituição ao modelo que combinava um valor fixo (o Piso de Atenção Básica) multiplicado pelo tamanho da população e um valor variável para cobrir gastos com programas especiais, foi adotada uma regra que combina três critérios: captação ponderada, pagamento por desempenho e incentivo para ações estratégicas. Isto significa que, a partir de 2020, os recursos passam a ser distribuídos com base no número de usuários cadastrados pelas equipes de saúde,

GRÁFICO 2: NÚMERO DE PROFISSIONAIS E DE MUNICÍPIOS ATENDIDOS PELO MAIS MÉDICOS/MÉDICOS PELO BRASIL

Fonte: Ministério da Saúde.

com foco em pessoas em situação de vulnerabilidade e cumprimento de metas de desempenho.

Este novo modelo impõe dois riscos ao financiamento à Atenção Básica, com as UBS, único serviço do SUS presente em todos os municípios brasileiros e aberto a toda a população: ao definir o financiamento com base apenas no público cadastrado, afasta-se da proposta de universalidade que embasa o SUS; e, ao desconsiderar o conjunto da população, fragiliza ações da atenção básica voltadas a toda comunidade, como é o caso das vigilâncias em saúde.

Em simultâneo a este modelo que aponta para um “SUS para os pobres”, o governo Bolsonaro também agiu para criar condições para avançar na privatização da saúde. Uma das iniciativas foi a instituição, na MP que criou o Médicos pelo Brasil, da Agência para o Desenvolvimento da Atenção Primária à Saúde, sociedade privada que poderá fazer contratações no mercado, tanto para o ensino como para a prestação de serviços. O objetivo de privatizar a rede de atenção básica foi escancara-

do com a publicação do Decreto 10.530/2020, incluindo a política de fomento à atenção primária do SUS no programa de concessões e privatizações do governo Bolsonaro. Embora o decreto tenha sido revogado, diante de forte oposição, o risco permanece rondando o SUS.

O FIM DO MAIS MÉDICOS

A escassez e a distribuição desigual de médicos no território sempre foram desafios à garantia de atenção à saúde da população brasileira. A implantação do Mais Médicos deu início à reversão deste quadro, ao levar 18.240 médicos para 4.058 municípios e 34 Distritos de Saúde Indígena, assegurando atenção a mais de 63 milhões de pessoas. A ampliação de cursos de medicina em outras cidades que não apenas os grandes centros urbanos e a mudança e qualificação das diretrizes curriculares tinham um papel fundamental para avançar de forma definitiva na ampliação e fixação de médicos, apontando ainda para uma formação mais próxima das necessidades da população.

A partir do golpe, apesar do inegável impacto positivo do programa, o conflito ideológico, preconceitos e corporativismo que sempre disputaram a história do programa ganharam força, acumulando vitórias até sua extinção.

O governo Temer atrasou salários de profissionais, retirou o caráter de despesa obrigatória do programa e reduziu sua cobertura em 15%. Em 2017, os profissionais ligados ao programa foram proibidos de orientar residentes em Medicina da Família e, em abril de 2018, Temer suspendeu por cinco anos a criação de novos cursos de Medicina e a ampliação de vagas em cursos existentes. O golpe mortal no programa foi desferido por Bolsonaro que, ainda antes de sua posse, realizou uma série de ataques aos médicos cubanos, levando a uma crise diplomática com Cuba e ao rompimento do acordo de cooperação, que assegurava a oferta de 8.517 profissionais ao programa.

Em agosto de 2019, Bolsonaro instituiu o Programa Médicos pelo Brasil, por meio de Medida Provisória transformada em lei em dezembro daquele ano (Lei 13.958/2019). O novo programa está focado, exclusivamente, no provimento emergencial de médicos, formados ou com diploma validado no Brasil. Insistindo nesta estratégia, o governo Bolsonaro jamais conseguiu devolver ao programa a dimensão que teve no governo Dilma. Ao final de 2019, havia 14.490 médicos atuando em 3.626 municípios. Em 2020, eram 16.600 profissionais, em 3821 municípios. Nos dois casos, cobertura muito inferior à existente antes do golpe e sem as medidas de efeito a longo prazo (gráfico 5).

A REGRESSÃO DO FARMÁCIA POPULAR

Facilitar o acesso a medicamentos era a motivação central do programa Farmácia Popular, que operava por meio de uma rede própria e conveniada de farmácias em todo o Brasil, vendendo medicamentos com até 90% de desconto e, a partir de 2011, distribuindo gratuitamente medicamentos para diabetes, hipertensão e asma. Em 2015, 30,4 milhões de brasileiras e brasileiros retiraram medicamentos gratuitos, número que sobe para 36,5 milhões se considerados também os medicamentos vendidos com desconto.

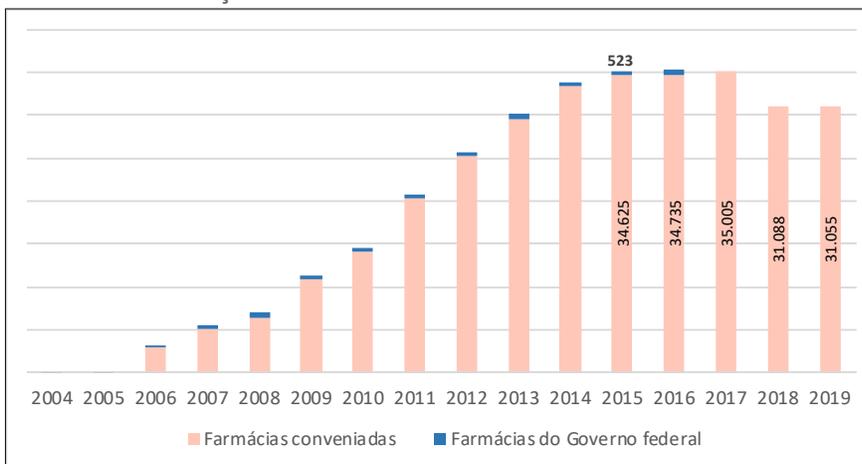
A partir do golpe, o programa sofreu contínua retração. Em 2016, Temer alterou as regras de garantia de medicamento com 90% de desconto para tratamento das doenças osteoporose, hipertensão, colesterol alto ou mal de Parkinson, restringindo a compra somente às pessoas acima de 50 anos, 40 anos e 20 anos, respectivamente. Em 2017, decretou o fechamento das unidades da rede própria do programa, o que encerrou atividades em 497 unidades.

Nestes cinco anos, o orçamento do programa foi reduzido continuamente, afetando sua capilaridade e cobertura. Em 2015, havia 34.625 farmácias conveniadas no Aqui tem Farmácia Popular, em

4.566 municípios. Em 2019, eram 31.055 unidades conveniadas em 4.329 municípios.

A redução do público atendido impressiona ainda mais. Em 2019, 19,1 milhões de pessoas retiraram medicamentos gratuitos, redução de 37% no total de pessoas beneficiadas em relação a 2015. Em 2020, este processo teve sequência pois, segundo dados obtidos pelo jornal *Folha de S.Paulo* com base na Lei de Acesso à Informação, o número de beneficiados teria decrescido em mais 1,2 milhão.

GRÁFICO 3 EVOLUÇÃO DA REDE DO PROGRAMA FARMÁCIA POPULAR



Fonte: Ministério da Saúde.

A SANHA DESTRUIDORA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA, DEMOCRÁTICA E DE QUALIDADE

Prioridade à educação foi uma constante nos 13 anos do PT no governo. Regida pela visão de que educação democrática e de qualidade é direito de todo cidadão e potencializa o acesso à cultura, a produção de ciência e tecnologia e o desenvolvimento do País, a política educacional foi transformada. Um novo padrão de financiamento foi construído, a cooperação federativa foi aprimorada e foi adotado um conjunto articulado e integrado de ações, para assegurar acesso, permanência e qualidade, desde a creche até a pós-graduação, conformando uma efetiva agenda instituinte do Sistema Nacional de Educação (SNE).

A partir do golpe de 2016, todas as conquistas na área da educação têm sido atacadas, algumas já destruídas, a partir de uma política voltada à entrega da educação pública às forças de mercado que disputam fundos públicos, reduzindo e comprometendo o financiamento à educação pública. As medidas ultraconservadoras do governo Bolsonaro visam a implantação de uma política educacional autoritária, que subtrai o direito dos estudantes ao conhecimento, fortalece preconceitos e a exclusão.

O SUFOCAMENTO ORÇAMENTÁRIO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

A emenda constitucional que congela os gastos públicos (EC 95/2016), aprovada apenas nove meses após o golpe, inviabilizou a continuidade da ampliação do financiamento à educação, diretriz dos governos do PT. Em apenas 5 anos, acumulam 6% de perdas reais. A perda deverá ser ainda maior, devido ao forte contingenciamento anunciado para 2021 pelo governo Bolsonaro.

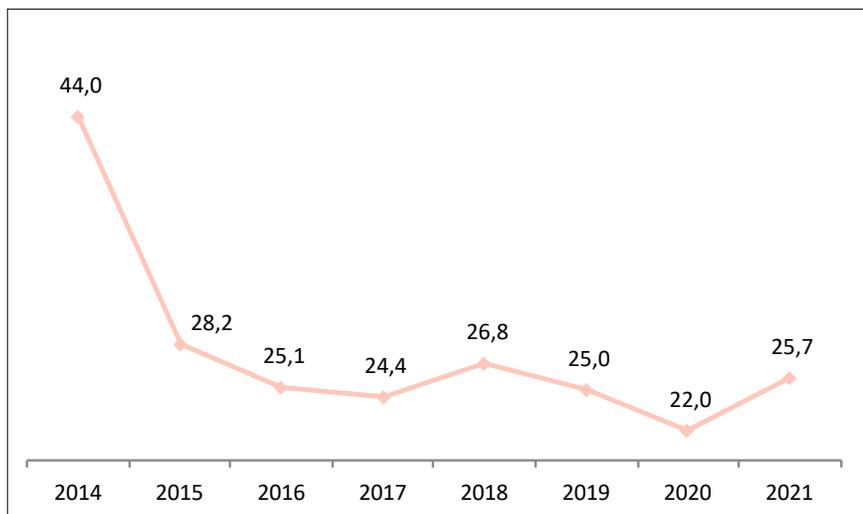
Além dos efeitos imediatos sobre o orçamento do Ministério da Educação (MEC), o teto dos gastos tem impacto mortal sobre o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, aprovado no governo Dilma, sem quaisquer vetos. O congelamento dos investimentos inviabiliza o alcance da meta 20 do PNE, de elevar o investimento da educação para 10% do PIB até 2024.

Sem elevação no investimento em educação pactuado no PNE, praticamente todas as demais metas ficam comprometidas. Isto porque a universalização do acesso e a elevação da qualidade, que estão subjacentes a praticamente todas requerem expansão e melhoria da oferta pública e gratuita de educação, além da valorização dos profissionais da educação. O teto dos gastos públicos inviabiliza o PNE e todo o esforço democrático e participativo mobilizado para sua construção.

A redução continuada do orçamento do MEC coloca em xeque o apoio federal à educação básica. Mesmo com a aprovação do FUNDEB Permanente em 2020, que ampliou a complementação devida a estados e municípios contra a vontade do governo Bolsonaro, os programas de fomento a estados e municípios foram brutalmente afetados. Estão neste grupo: ações como o Dinheiro Direto na Escola (PDDE), transporte escolar, alimentação escolar, Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), Programa de Ações Articuladas (PAR), Brasil Carinhoso, entre outros.

O orçamento do Fundo Nacional para o Desenvolvimento para a Educação (FNDE), responsável pela execução desses programas, acumulou redução de 41% entre 2014 e 2021, o que será aprofundado com o contingenciamento para o corrente ano. Cabe lembrar ainda que a queda nos investimentos federais na educação básica foi parcialmente amortecida pela alocação de emendas parlamentares, cuja execução tornou-se obrigatória. Apesar de esta estratégia diminuir o subfinanciamento, ela torna instáveis os recursos repassados para a educação básica e submete potencialmente sua execução a critérios clientelistas.

GRÁFICO 1: EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO DO FNDE*



Fonte: Câmara dos Deputados. Execução Orçamentária da União. Organizado por Nelson C. Amaral. Para 2014 a 2020 - recursos liquidados; para 2021 - LOA.

* Em bilhões de reais de janeiro de 2021. Deflator utilizado: IPCA médio.

Vale lembrar ainda que programas como o PRONATEC e o Ciências sem Fronteiras, que tantas oportunidades de formação profissional e desenvolvimento acadêmico ofereceram aos jovens brasileiros, foram extintos já a partir de 2016, sob o argumento de restrições fiscais.

DESVALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - OS GOLPES DO GOLPE

Os governos Temer e Bolsonaro têm sido coerentes – não priorizam a educação e não valorizam os profissionais da educação. Ameaças antidemocráticas, como a criação de canal de denúncia contra professores que atentem contra “a moral, a religião e a ética da família” e projetos como a Escola sem Partido tornaram-se usuais na guerra ideológica contra os profissionais da educação. E medidas objetivas resultaram em fragilização da relação de trabalho dos professores.

Em 2017, Temer sancionou a lei da terceirização (Lei 13.429), permitindo que setores público e privado possam terceirizar trabalhadores inclusive nas atividades fim das empresas. No sistema educacional, isto significa que as escolas não precisam mais manter vínculos celetistas com professores, podendo contratá-los como pessoa jurídica ou por meio de cooperativas. Ademais, com a reforma trabalhista, contratos de trabalho intermitentes e em tempo parcial se disseminaram. Desde então, notícias e denúncias sobre demissão massivas em escolas privadas, com recontração usando estes artifícios, têm crescido. No setor público, além de facilitar o processo de administração de escolas por Organizações Sociais, o preenchimento de cargos vagos por aposentadoria por meio destes contratos também começa a se tornar realidade.

Como contrapartida ao apoio a estados e municípios durante a pandemia, o governo Bolsonaro cobrou elevado preço dos servidores públicos, professores incluídos. Proibiu contratações, congelou salários, adicionais de tempo e benefícios dos servidores públicos até 31 de dezembro de 2021 (Lei complementar 173/2020). No caso dos servidores federais, as regras restritivas foram criadas com a aprovação da Emenda Constitucional 109, de 2021, que proíbe contrata-

ções e aumento de remuneração quando as despesas do governo chegam a 95%. Vale lembrar que essas medidas também são aplicáveis a estados e municípios.

O piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público também foi atacado. Embora o Supremo Tribunal Federal tenha se pronunciado pela constitucionalidade da lei do piso, o governo Bolsonaro adotou um artifício que zerou o reajuste em 2021 – rebaixou o Custo Aluno *per capita* do FUNDEB em 2020. Com isto, pela primeira vez desde sua instituição, o piso do magistério não teve reajuste, com prejuízos para a qualidade de vida dos profissionais e para o processo de valorização da remuneração dos professores.

Cabe destacar ainda que a proposta de Reforma Administrativa, se prosperar, impactará fortemente os serviços públicos de saúde e educação, áreas formadas majoritariamente por mulheres e com salários já bastante restritos. A Educação é, ainda, uma área que luta pelo cumprimento de um piso mínimo que não chega a três salários mínimos (quando o desafio seria a equiparação salarial com outras categorias que exigem formação equivalente), sem falar nas péssimas condições de trabalho e reconhecimento social.

CONTRARREFORMAS E RETROCESSOS NA EDUCAÇÃO

A partir do golpe, houve uma escalada de medidas regressivas, autoritárias e excludentes. Uma verdadeira guerra ideológica contra a educação, na qual algumas medidas prosperaram e outras permanecem como ameaças à espera do momento político adequado para vingarem.

A REFORMA DO ENSINO MÉDIO

Em 2017, o governo Temer patrocinou uma reforma no Ensino Médio (Lei 13.415) com uma concepção de Educação Básica total-

mente distinta da inscrita no Plano Nacional de Educação. Embora tenha havido aumento da carga horária do Ensino Médio, a lei sancionada desvincula a formação técnica e profissional da educação básica, adotando cinco itinerários formativos que criam equivalências indevidas entre as áreas do conhecimento. Ademais, estes itinerários dificilmente serão oferecidos, uma vez que em quase três mil municípios (53% do total) possuem somente uma escola de Ensino Médio regular.

Ademais, a reforma permite que profissionais com notório saber, sem a devida formação, ministrem aulas de formação técnica e profissional. Desvalorizando as licenciaturas, autoriza que profissionais graduados que tenham realizado complementação pedagógica ministrem aulas de disciplinas do Ensino Médio. Propicia, também, que a formação técnica e profissional seja oferecida fora da rede pública, transferindo recursos públicos à oferta privada.

Em suma, uma reforma com baixo potencial de assegurar o direito ao Ensino Médio para os jovens, mas com alta probabilidade de precarizar e privatizar o processo de aprendizagem, visando, em verdade, atender os interesses do mercado. Um caminho muito distante da proposta de educação integral contida, até então, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e o direito ao conhecimento científico, tecnológico, o acesso à filosofia e à arte.

DA DESESTRUTURAÇÃO DO MEC

No segundo dia do governo Bolsonaro, foi realizada uma mudança na estrutura funcional do MEC (Decreto 9.665/2019), explicitando a diretriz de menos inclusão e mais ideologia que é marca da gestão do ministério desde então. Houve a extinção da Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (SASE) e da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI).

Houve também a criação de uma Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares, no âmbito da Secretaria de Educação Básica, com o objetivo de induzir a militarização das escolas.

Foi dado início, também, a uma sucessão de medidas para fomentar a perseguição aos educadores, orientada à “caça a fantasmas” como marxismo cultural, ideologia de gênero, letramento, entre outros. Exemplar deste tipo de ação foi a comissão instituída no INEP (Portaria 244/2019) para intervir na montagem das provas do ENEM, que resultou, por exemplo, na ausência de qualquer menção à população LGBTQIA+ e à ditadura desde a implantação deste exame.

DA MILITARIZAÇÃO DAS ESCOLAS PÚBLICAS

O Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Decreto 10.004/2019) explicita a visão do governo Bolsonaro sobre o processo educacional – proposta pedagógica e curricular subordinada à disciplina assegurada pela intervenção militar no ambiente escolar. Na prática, o programa consiste na contratação de militares da reserva das Forças Armadas, bem como de policiais e bombeiros militares, para que atuem “no apoio à gestão escolar e à gestão educacional”.

A proposta do governo Bolsonaro é implantar 216 escolas cívico-militares até 2023, selecionando 54 por ano, cabendo aos estados aderirem ao modelo. Cada escola receberia até 1 milhão de reais para implementar o projeto. Em 2020, 53 escolas foram selecionadas, e apenas Espírito Santo, Piauí e Sergipe não aderiram ao programa. Em 2021, foram selecionadas 74 escolas e apenas Amazonas, Piauí, Roraima e Sergipe não aderiram ao programa.

Tal iniciativa, entretanto, abriu e ampliou o espaço para a implantação do modelo em vários estados, incluindo processos seletivos de acesso às matrículas, cobrança de mensalidades e taxas e recrutamento dos profissionais da educação, violando explicitamente os princípios de universalidade, gratuidade e de gestão democrática inscritos na Constituição Federal.

O APOIO À EDUCAÇÃO DOMICILIAR

Bolsonaro escolheu a regulamentação da educação domiciliar como uma das prioridades para seus 100 primeiros dias de mandato. Para isto, enviou projeto de lei à Câmara dos Deputados (PL 2.401/2019), sob a justificativa de que a educação domiciliar deve ser opção das famílias, concepção que sua base ideológica apoia como parte do movimento de desescolarização. Trata-se de um projeto que abre caminho para que grandes grupos privados que atuam na área educacional apoiem as famílias, por exemplo com material didático.

O projeto também é omissivo quanto à fiscalização do cumprimento de dias letivos e carga horária e quanto aos custos e tarefas da implantação da nova modalidade de ensino. Ancorado em uma concepção que desconsidera o direito inalienável da criança e do adolescente ao conhecimento por meio da educação, o PL 2.401/2019 é inconstitucional. Ele não avançou no Legislativo, mas persiste como uma ameaça ao sistema educacional brasileiro e ao direito das crianças e dos adolescentes.

Vale destacar que este projeto se soma aos vários que tramitam no Legislativo brasileiro regulando a chamada “Escola sem Partido”, com o propósito de cercear a liberdade de ensinar e de aprender, censurar materiais didáticos e criminalizar professores. Os dois projetos se irmanam na negação da escola como espaço plural e diverso de convivência e colaboração, fundamental à aprendizagem e à interação social. Comungam uma visão autoritária e excludente do processo formativo, coerente com a concepção de educação proposta pelo governo Bolsonaro.

A TENTATIVA DE DESMONTE DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Em outubro de 2020, Bolsonaro editou o Decreto 10.502, criando a Política Nacional de Educação Especial. Esta medida criava incentivos técnicos e financeiros para a criação de salas e escolas especiais para crianças com deficiências, transtornos globais do desenvolvimen-

to, como o autismo, e superdotação. Ou seja, apoiava o retorno à política segregacionista em relação às crianças com deficiência.

Tratava-se de um imenso retrocesso em relação à política de educação inclusiva, criada em 2008, no governo Lula. O caráter discriminatório da medida foi reconhecido pelo Supremo Tribunal Federal, que suspendeu, em dezembro de 2020, os efeitos do Decreto de Bolsonaro.

Vale lembrar que o governo Bolsonaro também atentou contra a educação das pessoas com deficiência ao permitir que, por falta de verbas, a TV INES saísse do ar. Tratava-se da única emissora do Brasil voltada para os surdos, transmitida por satélite e pelas redes sociais. A TV INES era referência entre a comunidade surda pelo conteúdo educativo e pela capacitação de professores e ensino à distância, fundamentais para ampliar a educação inclusiva.

O ATAQUE CONTINUADO À REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO

Uma das marcas da política educacional dos governos do PT foi a expansão da rede federal de ensino, pesquisa e extensão, para democratizar o acesso ao ensino superior público e reduzir sua desigual distribuição no território nacional. Esta rede federal está sob ataque desde o golpe.

A autonomia universitária tem sido um dos alvos de Bolsonaro, que já editou duas Medidas Provisórias (MP 914/2019 e MP 979/2020) com o propósito de alterar o processo de escolha de reitores. Ambas não prosperaram, sendo que a primeira perdeu validade por não ter sido votada, e a segunda foi devolvida pelo Congresso Nacional. Apesar de não ter conseguido alterar o processo de escolha, em 40% das nomeações que realizou Bolsonaro não escolheu o

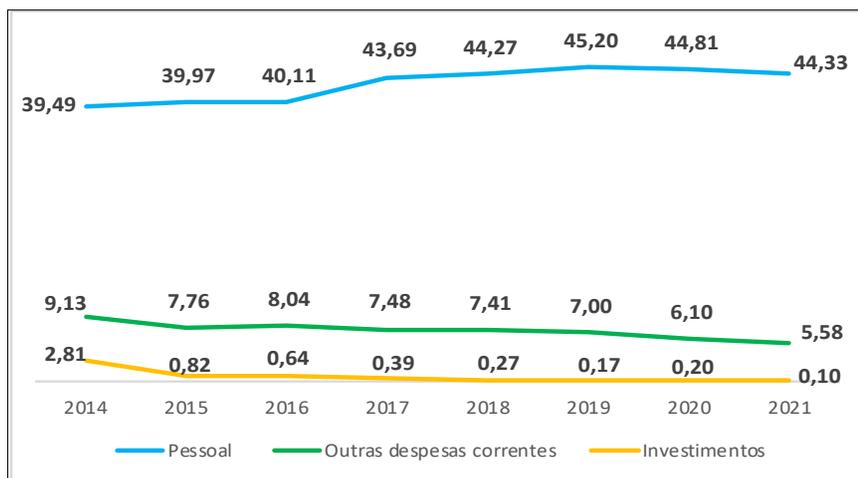
primeiro da lista tríplice, desrespeitando a escolha da comunidade acadêmica, ao contrário da prática no período do PT. Ressalte-se que, em abril de 2021, o Supremo Tribunal Federal se pronunciou sobre o tema, ao julgar uma Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental proposta pela OAB, afirmando ser constitucional a escolha de qualquer nome dentro da lista produzida pela comunidade acadêmica.

Um dos instrumentos deste ataque tem sido a redução de recursos para financiar esta rede. Até 2019, os gastos com pessoal ainda cresceram, devido a reajustes aprovados antes do governo Temer, a progressões na carreira e à substituição de aposentados. Em relação às despesas típicas de custeio (água, luz, internet, vigilância, limpeza, terceirizados, aquisição de material de consumo etc.) e aos investimentos na infraestrutura, o cenário é dramático já a partir do imediato pós-golpe.

No caso da rede de ensino superior, os recursos para despesas de custeio decresceram 39% em termos reais entre 2014 e a lei orçamentária de 2021, antes dos bloqueios anunciados em abril. Os recursos para investimento previstos para o ano corrente correspondem a 4% do que se investia em 2014 nas universidades federais. A situação dos institutos federais de educação tecnológica é crítica também – os recursos para custeio caíram 31% em termos reais e os investimentos em 2021 corresponderão a 1,4% do que se investia em 2014.

Esta estratégia, intensificada no governo Bolsonaro, implica sucatear a infraestrutura física e de laboratórios e comprometer o funcionamento cotidiano das instituições. Dois movimentos com um único propósito – criar condições para a privatização ou até mesmo o fechamento das universidades públicas, com impactos sobre o acesso da população ao ensino superior, à produção de ciência e à formação continuada de profissionais da educação básica.

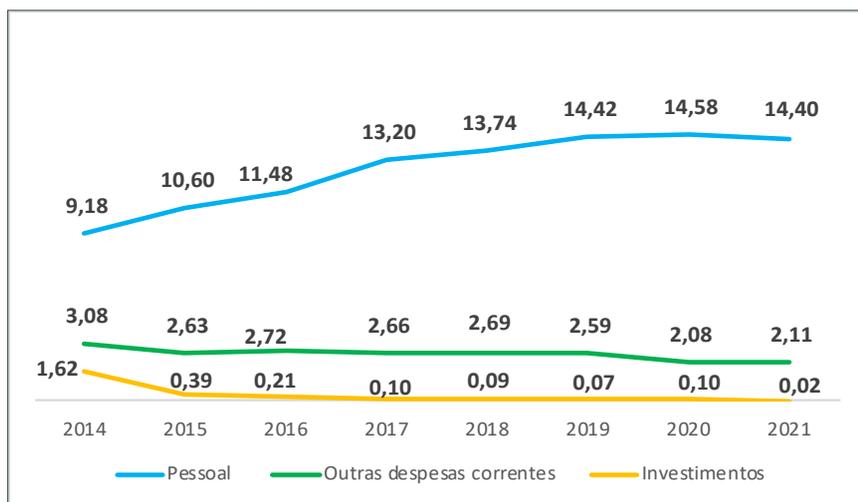
GRÁFICO 2: EVOLUÇÃO DOS RECURSOS APLICADOS NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS, POR TIPO DE GASTO*



Fonte: Câmara dos Deputados. Execução Orçamentária da União. Organizado por Nelson C. Amaral. Para 2014 a 2020 - recursos liquidados; para 2021 - LOA.

* Em bilhões de reais de janeiro de 2021. Deflator utilizado: IPCA médio.

GRÁFICO 3: EVOLUÇÃO DOS RECURSOS APLICADOS NOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA, POR TIPO DE GASTO*



Fonte: Câmara dos Deputados. Execução Orçamentária da União. Organizado por Nelson C. Amaral. Para 2014 a 2020 - recursos liquidados; para 2021 - LOA.

* Em bilhões de reais de janeiro de 2021. Deflator utilizado: IPCA médio.

Com o Future-se, o governo Bolsonaro buscou dar mais um passo para a reforma empresarial da educação. Com a justificativa de fortalecer a autonomia financeira das universidades e institutos federais de educação, o programa propõe contratos de gestão entre a União e as Instituições Federais de Ensino com Organizações Sociais (OS), além de medidas de fomento à captação de recursos próprios.

Apresentado em julho de 2019, o programa encontrou fortes resistências e a proposta foi submetida à consulta pública. Em 2020, o PL 3076 foi enviado ao Congresso Nacional, onde aguarda formação de comissão para apreciação conclusiva.

INTERRUPÇÃO DO PROCESSO DE INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR

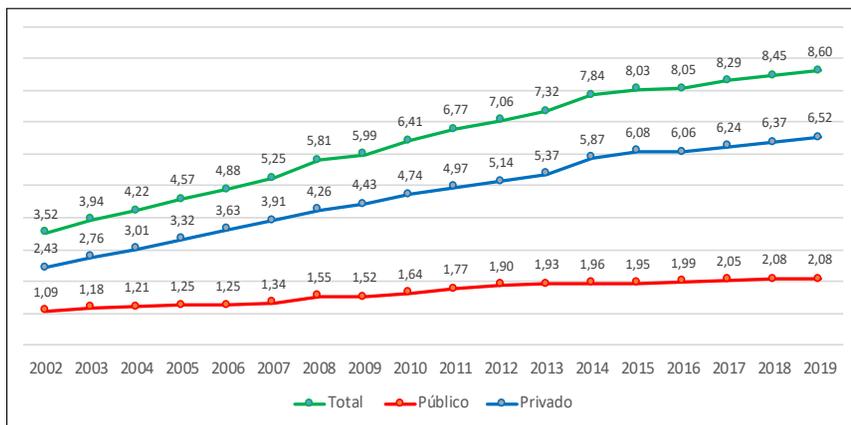
Expansão de vagas na rede federal, lei de cotas, ENEM, SISU, PROUNI e FIES foram políticas adotadas durante o período do PT para ampliar o acesso ao ensino superior. A partir do golpe, esse conjunto de ações se desequilibra.

Em relação às universidades federais, o número de matrículas parou de crescer, devido às restrições orçamentárias enfrentadas por esta rede de ensino. No caso do FIES, as mudanças nas regras do programa implementadas no governo Temer tornaram o acesso ao financiamento muito mais restritivo, diminuindo fortemente a demanda. No caso do PROUNI, apesar de a oferta de bolsa não ter sido reduzida, os recursos para apoio à permanência dos estudantes em universidade foram, em 2020, 7% menores em termos reais que em 2015; em 2021, antes do bloqueio, o orçamento do Programa de Assistência ao Estudante do Ensino Superior é praticamente o mesmo de 2015.

Em decorrência, o acesso crescente de estudantes ao ensino superior desacelerou. Sem crescimento de vagas na rede pública e com

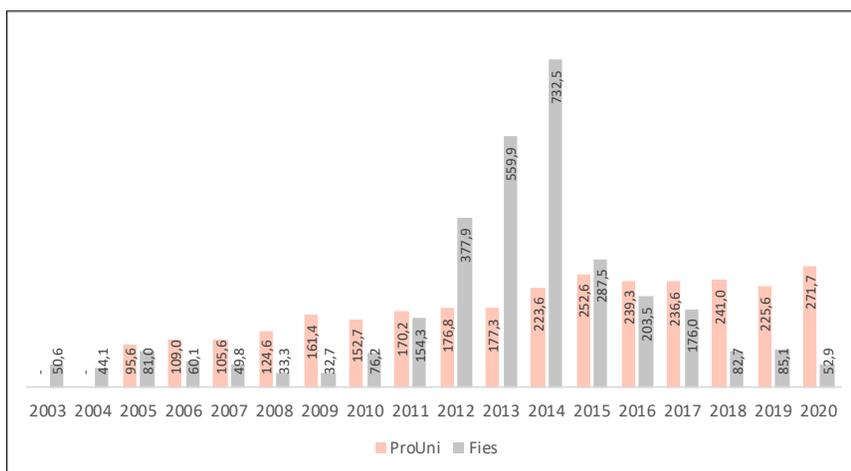
a inserção no ensino privado dependendo cada vez mais de recursos próprios ou familiares, há, hoje, menos oportunidades para os jovens brasileiros, em especial os de baixa renda (gráficos 4, 5 e 6).

GRÁFICO 4: EVOLUÇÃO DAS MATRÍCULAS NO ENSINO SUPERIOR (EM MILHÕES)

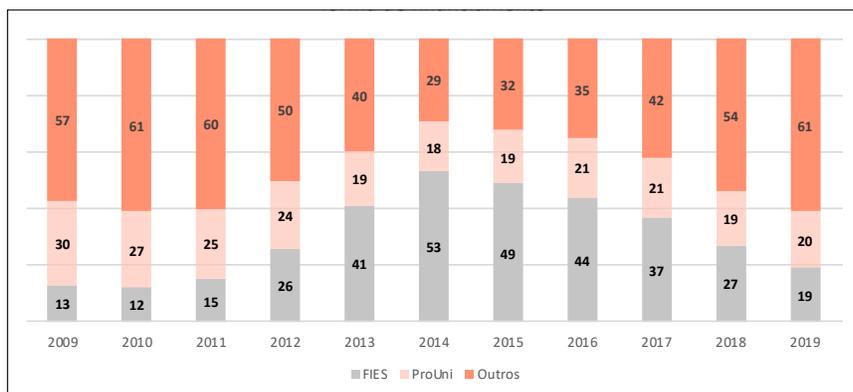


Fonte: Ministério da Educação, INEP – Censo do Ensino Superior.

GRÁFICO 5: NÚMERO DE ESTUDANTES BENEFICIADOS POR PROGRAMAS DE INCLUSÃO UNIVERSITÁRIA (EM MIL)



Fonte: Ministério da Educação, INEP – Censo do Ensino Superior.

GRÁFICO 6: DISTRIBUIÇÃO DAS MATRÍCULAS NA REDE PRIVADA DE ENSINO SUPERIOR SEGUNDO FORMA DE FINANCIAMENTO

Fonte: Ministério da Educação, INEP – Censo do Ensino Superior.

NEGAÇÃO DO DIREITO AO TRABALHO E DOS DIREITOS DOS TRABALHADORES

Mais emprego e mais renda – esse foi um resultado inquestionável dos 13 anos de governo do PT. Foram criados 19,4 milhões de empregos formais. O desemprego chegou aos menores patamares da série histórica. Havia política de valorização do salário mínimo. A renda do trabalho aumentou 18% em termos reais. E todos os direitos dos trabalhadores foram preservados.

Os governos Temer e Bolsonaro fizeram e vêm fazendo exatamente o contrário. Realizaram reformas que subtraíram direitos dos trabalhadores. Extinguiram o Ministério do Trabalho. Abandonaram a política de valorização do salário mínimo. Congelaram os gastos sociais. Praticaram uma política deliberada de manutenção de crise e arrocho que resulta em menos oportunidades de trabalho e mais desemprego.

Temer e Bolsonaro não têm compromisso com as trabalhadoras e os trabalhadores.

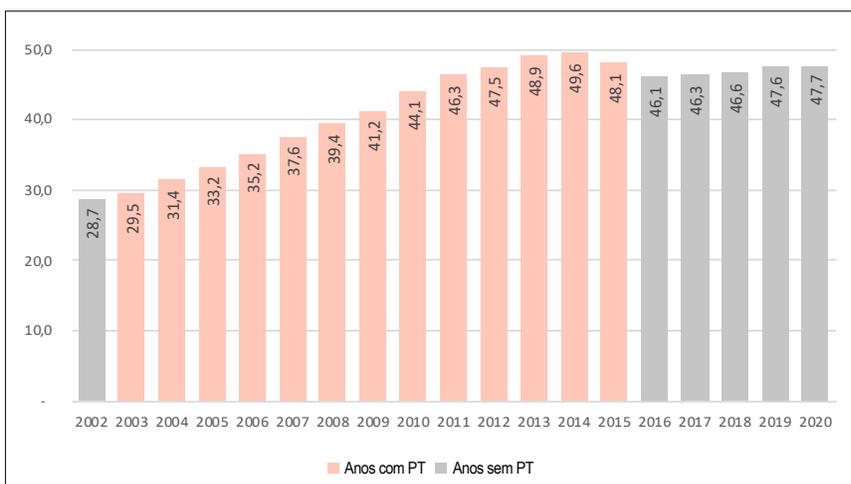
ESTAGNAÇÃO DO EMPREGO E EXPLOSÃO DO DESEMPREGO

A partir de 2015, já sob as ações de inviabilização do governo da presidenta Dilma, o emprego formal parou de crescer. Após que-

da em 2016, permaneceu praticamente estagnado nos anos seguintes. Em 2020, o total de empregos formais no Brasil permanecia inferior a 2015.

A falta de dinamismo do emprego formal conta somente uma parte do impacto do golpe sobre o mercado de trabalho brasileiro. Há ainda o aumento da informalidade, que foi expressivo no período. Até 2015, a taxa de informalidade (trabalhadores sem carteira, empregadores e conta própria sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar) decresceu, chegando a 39%, o menor patamar da série. A partir de então, a informalidade volta a crescer, chegando a 41% em 2019. Em 2020, volta para 38,7%, devido à queda acentuada da ocupação dos informais nos primeiros meses da pandemia. Em números absolutos, são 33,3 milhões de brasileiros que trabalham sem direitos e em ocupações com alta instabilidade de renda.

GRÁFICO 1: EVOLUÇÃO DO EMPREGO FORMAL NO BRASIL (EM MILHÕES)



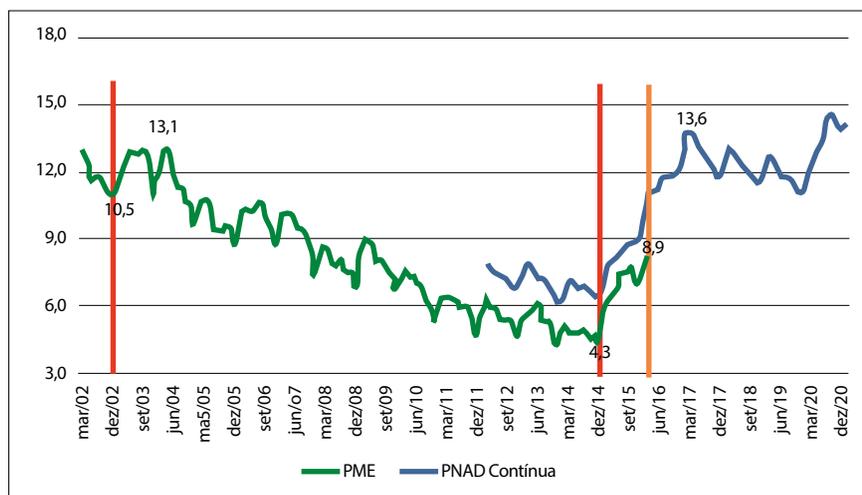
Fonte: Ministério da Economia. Rais – 2002 – 2019; Rais-Caged - 2020.

Outro aspecto da deterioração do mercado de trabalho brasileiro é a taxa de desocupação, que explodiu no pós-golpe. Após ter atingido os

menores patamares históricos em 2013 e 2014, esta taxa atingiu dois dígitos em 2016 e nunca mais decresceu. Em 2020, havia 13,4 milhões de pessoas desocupadas. Comparado com 2014, ano com os menores níveis de desocupação (6,7 milhões de pessoas), o crescimento foi de 100%.

A taxa de subutilização da força de trabalho também cresceu de forma acentuada. Em 2014, estava em 15,8%, o menor patamar já registrado. Em 2020, alcançou o maior valor da série, 28,1%, um contingente de 31,2 milhões de pessoas. Vale lembrar ainda o contingente em desalento, que correspondia 1,96 milhão de pessoas em 2015, passando a crescer a partir de então, chegando a 5,5 milhões em 2020, praticamente triplicando no pós-golpe.

GRÁFICO 2: EVOLUÇÃO DA TAXA DE DESOCUPAÇÃO NO BRASIL (EM %)



Fonte: IBGE. PME e PNAD Contínua.

Essa evolução do mercado de trabalho nos últimos cinco anos deixa claro contra quem foi o golpe institucional de 2016. Menos oportunidades de trabalho significam menos renda e mais pobreza; menor poder de barganha e menos direitos. As perdas para os trabalhadores foram óbvias e imensas.

600 CONTRA A FOME, MST-DF
KLEBER-FREIRE



DOAÇÃO DE MARMITAS EM LONDRINA
GIORGIA-PRATES/FOTOS PUBLICAS

ATO POR VACINA PARA TODOS, AUXÍLIO EMERGENCIAL, SOBERANIA ALIMENTAR E CONTRA A AUTONOMIA DO BANCO CENTRAL. AV. PAULISTA, SÃO PAULO, SP. 18/02/2021.
ROBERTO PARIZOTTI/FOTOS PÚBLICAS



2º BREQUE DOS APPS – GREVE DOS ENTREGADORES DE APLICATIVOS, SÃO PAULO/SP
ROBERTO PARIZOTTI/FOTOS PÚBLICAS

ABANDONO DA POLÍTICA DE VALORIZAÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO

Aumentar o valor real do salário mínimo era prioritário nos governos do PT, por seu impacto para elevação de pisos normativos e do poder de compra dos benefícios previdenciários, com efeito dinamizador da economia. Elaborada em resposta à bandeira histórica do movimento sindical (Lei 12.382/2011 e Lei 13.152/2015), a política de valorização vigorou até 2019, produzindo 78% de aumento real neste piso salarial entre 2003 e 2016.

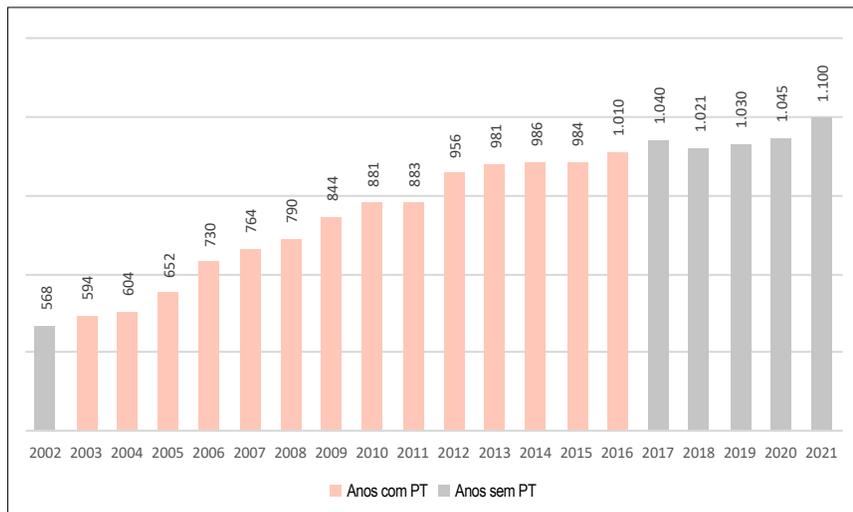
A partir do golpe, devido ao baixo crescimento do PIB, o crescimento real do salário mínimo desacelerou fortemente. A partir de 2020, essa tendência se intensificou, porque Bolsonaro decidiu não revalidar a lei de valorização do salário mínimo, acabando com os aumentos reais e, nos últimos dois anos, autorizando apenas a correção pela inflação.

Sem política de valorização do salário mínimo, perdem os trabalhadores e também aposentados e pensionistas, cujos rendimentos estão atrelados a esse piso. Ter apenas seu valor corrigido pela inflação, como faz o governo Bolsonaro, tira do salário mínimo seu potencial como instrumento de diminuição da pobreza e da desigualdade (gráfico 3).

DESMONTE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

Os governos Lula e Dilma foram um período em que o Estado brasileiro reconheceu a importância e implementou mecanismos de fomento para a economia solidária. Em articulação com os movimentos sociais, foi criada a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), realizados dois mapeamentos dos empreendimentos solidários no país, implantadas políticas de fomento e de assessoramento, e instituído um robusto programa de microcrédito produtivo orientado, entre outras medidas.

GRÁFICO 3: EVOLUÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO REAL MÉDIO ANUAL*



* Em reais médios de 2020. Deflator: IPCA.

O golpe de 2016 foi destrutivo para as políticas públicas de economia solidária. A SENAES foi extinta. Os recursos para as políticas solidárias de fomento a empreendimentos foram reduzidos a menos de 10% do que eram nos tempos do PT, fazendo com que a maioria dos programas fosse abandonada. Até mesmo as mudanças no programa de microcrédito produtivo, aumentando o limite de renda para acesso ao crédito e dispensando a primeira visita presencial, embora pareçam facilitar, extinguem a ação orientadora, fundamental para a maioria dos empreendimentos de economia solidária.

REFORMA TRABALHISTA 1

PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO COMO OBJETIVO REAL

Em 2017, Temer realizou uma mudança radical na legislação trabalhista (Lei 13.467), que altera totalmente o sistema até então existente. A essência da mudança nas regras é transtocar as fontes dos

direitos trabalhistas. A fonte prevalente deixa de ser a regulação pública universal, civilizatória portanto, e passa a ser o “livre encontro” entre vendedores e compradores da força de trabalho.

Essa é a ideia síntese da reforma, de caráter liberalizante e regressiva. Ela prevê que as regras que regulam a relação capital-trabalho possam ser ajustadas via acordo individual, que poderá, inclusive, ser redutor de direitos. Há, portanto, uma clara contraposição ao sistema até então vigente, no qual os acordos, mesmo os coletivos, não podem reduzir direitos definidos em lei, em face dos princípios da norma mais benéfica e da irrenunciabilidade de direitos assegurados por normas de ordem pública.

O nome “reforma” foi, mais uma vez, mal empregado. Porque ela não modernizou, como prometido, mas apenas precarizou as relações trabalhistas em diversos aspectos:

- Criou a possibilidade de prevalência de acordos e convenções coletivas sobre a legislação. As regras da Constituição tornaram-se teto dos direitos do trabalho e as leis ordinárias passaram a poder ser descartadas por instrumentos de negociação direta entre trabalhadores e empresas;
- Instituiu ou regularizou diversas modalidades de contratos precários – legalizou o contrato de trabalho intermitente, ampliou os limites de contrato em tempo parcial, liberou o uso de contrato de trabalho “autônomo exclusivo”, sem reconhecimento de vínculo;
- Incentivou a chamada “pejotização” do trabalho, com o trabalhador contratado como empresa, com menos direitos;
- Permitiu a terceirização de qualquer atividade das empresas, de forma ilimitada no setor privado e no serviço público (Lei 13.429/2017);
- Facilitou o desligamento por meio de diversos mecanismos – retira a obrigatoriedade de que as rescisões contratuais de em-

pregados com mais de um ano na empresa tenham, como condição de validade, a assistência sindical; estabelece a rescisão de “comum acordo”, com corte de 50% no aviso prévio, sem direito a seguro desemprego; facilita a dispensa imotivada etc;

- Promoveu alterações nas regras sobre jornada de trabalho – regulamenta a jornada 12/36 horas; elimina a remuneração dos períodos de deslocamento dentro da empresa ou para empresas de difícil acesso; permite a extrapolação do limite de 10 horas diárias; prevê possibilidade de acordos individuais para bancos de horas e para teletrabalho etc.

Foi uma reforma contra as trabalhadoras e os trabalhadores, e que também resultou na fragilização da organização sindical. Afinal, dentre as medidas aprovadas, estão o fim da contribuição sindical obrigatória e a imposição de obstáculos e dificuldades para a cobrança de outras formas de financiamento; a eleição de representação de trabalhadores sem o acompanhamento dos sindicatos; e a negociação de acordos e o encerramento de contratos sem qualquer participação sindical. Ademais, a ampliação da terceirização para todas as atividades também tende a fragmentar as organizações sindicais.

Inegável que Temer pagou a conta do apoio ao golpe com menos custos e obrigações para as empresas e menos direitos para os trabalhadores e trabalhadoras.

REFORMA TRABALHISTA 2 BOLSONARO TAMBÉM DEIXA SUA MARCA

O mandato de Bolsonaro começou com a extinção do Ministério do Trabalho, transformado em mera secretaria do Ministério da Economia. Medida coerente com a linha a ser adotada em seu governo, de

continuamente buscar reduzir o custo da mão de obra e aumentar o poder das empresas sobre a gestão do trabalho.

LEI DA LIBERDADE ECONÔMICA

Exemplar desta abordagem, a chamada Lei da Liberdade Econômica (Lei 13.874/2019) foi tão modificada em sua tramitação que, ao final, virou uma minirreforma trabalhista, com regras extremamente prejudiciais para os trabalhadores.

A nova lei ampliou para todos os setores de atividade a regra que autoriza o trabalho aos domingos, com a folga em dias úteis. Também autorizou a empresa a escalar o trabalhador nos finais de semana durante todo mês, com apenas uma folga de 24 horas em um domingo a cada quatro semanas. O pagamento em dobro do domingo trabalhado foi, na prática, extinto. Isto porque trabalhador ganhará em dobro as horas trabalhadas no domingo apenas se o empregador não der a folga durante a semana.

A lei criou o chamado “ponto por exceção”, modalidade em que o trabalhador não precisará registrar o ponto todos os dias. O registro só ocorrerá quando trabalhar além da sua jornada normal, ou em dias fora de sua escala, para fins de recebimento de suas horas extras. Como esta anotação de exceção deverá ser autorizada pelo empregador, o trabalhador estará sobre pressão direta para não fazê-lo. Esse sistema também priva a Fiscalização do Trabalho de instrumento importante para verificar os excessos de jornada. Abre, também, a possibilidade de pagamento “por fora” de parte da remuneração, em prejuízo tanto ao empregado, quanto aos fundos públicos, como o FGTS, à Previdência Social e à Receita Federal.

Ademais, ao sancionar a lei, Bolsonaro manteve o artigo que impede que os bens do empregador sejam usados para pagar dívidas da firma, trabalhistas ou fiscais. Ou seja, o próprio governo poderá

ser afetado se a empresa fechar e não pagar seus impostos, porque a lei irá dificultar a cobrança dos tributos por parte da Receita Federal.

A MP DA CARTEIRA VERDE AMARELA

Nessa mesma linha de medida restritiva dos direitos de trabalhadoras e trabalhadores, Bolsonaro editou a Medida Provisória 905/2019, conhecida como MP do Contrato Verde e Amarelo.

Eivada de inconstitucionalidades formal e materiais, essa MP tinha vários objetivos, todos de caráter precarizante para as relações do trabalho: instituir nova modalidade contratual, denominada “contrato verde e amarelo”, com direitos reduzidos; alterar regras sobre Participação nos Lucros ou Resultados (PLR) e sobre concessão de vale-alimentação; impor novas regras de trabalho aos domingos, de descanso semanal remunerado e de jornada no setor bancário; e mudar mecanismos de fiscalização exercido pelos órgãos estatais.

Embora a MP tenha sido revogada, as medidas propostas persistem no horizonte do governo Bolsonaro, à espera de uma situação política favorável à sua reapresentação e aprovação.

AS MEDIDAS DE SUSPENSÃO DE CONTRATO E REDUÇÃO DA JORNADA DURANTE A PANDEMIA

Mesmo ao adotar medidas para atenuar o impacto da pandemia sobre o emprego e a renda, o governo Bolsonaro honrou sua linha de secundarizar os direitos da classe trabalhadora. As Medidas Provisórias 927 e 936, editadas para regular o trabalho durante a pandemia e para reduzir jornada e suspender contratos de trabalho, alijaram a presença e atuação sindical e as negociações coletivas como locus promotor de soluções.

Essas MPs asseguraram superpoderes para os empregadores disporem do tempo, da remuneração e da forma da vida de seus empregados, em típica autorização estatal a práticas de expropriação da força de trabalho. A mesma diretriz permeia as Medidas Provisórias 1.045 e 1.046, editadas em abril de 2021, para renovar medidas de enfrentamento à pandemia, contidas nas MPS 927 e 936.

Vale, também, destacar a Emenda Constitucional 109, de 2021, aprovada com celeridade sob o (falso) argumento de ser necessária para a retomada do pagamento do auxílio emergencial. Com ela, foram impostas regras restritivas aos governos, proibindo contratações e aumento de remuneração quando as despesas públicas chegarem a 95%. Aproveitando a urgência associada à pandemia, o governo Bolsonaro cobrou elevado preço dos servidores públicos, os quais ainda poderão ser mais penalizados caso a PEC 32, da reforma administrativa, avance.

O ESVAZIAMENTO DO CODEFAT

Criado em 1990, o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT) é encarregado da gestão do fundo responsável pelo pagamento do seguro desemprego, abono salarial e pelo financiamento de políticas de trabalho e renda. Por sua composição paritária e tripartite, enquadra-se no modelo preconizado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) para gestão democrática de políticas de trabalho e renda.

Em 2019, essa instância foi esvaziada, perdendo duas de suas principais funções: elaborar diretrizes para programas e para alocação de recursos; e acompanhar e avaliar seu impacto social e de propor o aperfeiçoamento da legislação referente às políticas (Resolução 839). Ademais, o Conselho não terá mais atribuições de acompanhar

o financiamento de programas de educação profissional e tecnológica e de desenvolvimento econômico, o que reduz a participação de empregados e empregadores nas decisões referentes ao uso dos recursos do FAT.

MENOS DIREITOS, MENOR COBERTURA E PIORA NO ATENDIMENTO: O GOLPE CONTRA A PREVIDÊNCIA SOCIAL

Nos 13 anos dos governos do PT, a Previdência Social foi totalmente reestruturada, para assegurar mais direitos, mais proteção e mais qualidade no atendimento. O aumento continuado do emprego formal e as políticas de inclusão de parcelas de trabalhadores e trabalhadoras como domésticas, MEI, autônomos, donas de casa, entre outros, permitiram ampliar a cobertura da Previdência. A política de valorização do salário mínimo elevou o valor real dos benefícios. Houve mudanças para tornar o tratamento aos trabalhadores do setor público mais similar ao do setor privado, diminuindo as desigualdades, mas de forma gradual e com respeito a direitos adquiridos. Foram adotadas medidas para aprimorar a gestão e o atendimento aos beneficiários, como a implantação da Central de Teleatendimento da Previdência Social (135), ampliação das unidades de atendimento e, a partir de um processo de certificação, os segurados deixaram de precisar comprovar o direito à aposentadoria, comunicado a eles por meio de carta enviada pela Previdência.

O fim das filas no INSS, o maior poder de compra dos aposentados e pensionistas, mais brasileiras e brasileiros protegidos são marcas

do processo de fortalecimento da Previdência, conduzido nos governos do PT, que foi abortado pelo golpe de 2016. A partir de então, muita coisa mudou na Previdência Social. E para pior!

Os governos Temer e Bolsonaro passaram a tratar a Previdência exclusivamente como despesa, sem qualquer compromisso com o papel protetivo e distributivo que este sistema possui. O Ministério da Previdência foi extinto, transformado em mera secretaria do Ministério da Economia, expressão da subordinação da questão previdenciária à política econômica, em especial ao ajuste fiscal. A reforma da previdência foi realizada, retirando direitos de todos e sem qualquer medida para melhorar a arrecadação do sistema; ao contrário, a manutenção da economia em crise resultou em queda do emprego, com consequente perda de receitas. O fechamento de agências e a redução dos servidores do INSS resultaram em maior dificuldade de acesso a benefícios, trazendo de volta as filas, agora em versão virtual. Os governos pós-golpe fragilizaram o sistema de Previdência Social, com graves prejuízos às brasileiras e brasileiros.

REFORMA DA PREVIDÊNCIA - MENOS DIREITOS, SEM ASSEGURAR SUSTENTABILIDADE

Com o golpe, e após a aprovação da Emenda Constitucional 95, a realização de uma reforma na Previdência Social tornou-se objetivo central. Temer apresentou sua proposta, que não avançou. Bolsonaro apresentou nova proposta, ainda mais excludente, que prosperou. Ambas propondo redução de direitos e sem lidar de forma adequada com a questão das receitas previdenciárias.

A proposta de reforma da Previdência do governo Bolsonaro tinha, com objetivo central, reduzir o gasto com o sistema. Como afirmou o ministro Paulo Guedes, não importava qual fosse a alteração na

Previdência, desde que economizasse 1 trilhão de reais em dez anos. Ou seja, para reduzir a necessidade de financiamento da Previdência, valia tudo, inclusive retirar direitos dos trabalhadores se isto assegurar a diminuição do gasto com benefícios.

As mudanças foram profundas e afetaram todas as trabalhadoras e trabalhadores, do setor privado e do setor público, mesmo aqueles que já estavam no mercado de trabalho.

No caso do Regime Geral, segmento da Previdência Social que protege os trabalhadores da iniciativa privada, as principais mudanças foram:

- **aumento do tempo de contribuição**, que passa de 15 para 20 anos de contribuição (mínima), combinado com a idade mínima, que também cresce de 60/65 anos para 62/65 anos para mulheres/homens. Para professores, a nova regra exige 25 anos de contribuição exclusiva no magistério e a idade mínima (que não existia) passa a ser de 57/60 anos para mulheres/homens;
- **diminuição do valor da aposentadoria**, que passa a ser calculada pela média dos salários de contribuição desde 1994, multiplicado por 60% mais 2 pontos percentuais a cada ano que exceder 20 anos de contribuição. Antes era a média dos 80% maiores salários desde 1994 multiplicados pelo fator previdenciário.

Foram ainda criadas restrições ao acúmulo de benefícios e a alíquota mínima de contribuição cai de 8% para 7,5%, mas a máxima sobe de 11% para 14%.

No caso do Regime Próprio dos servidores públicos, as principais mudanças são:

- **aumento do tempo mínimo de contribuição**, que passa a ser de 25 anos para mulheres/homens, sem possibilidade de aposentadoria exclusivamente por tempo de contribuição;
- **elevação da idade mínima**, que passou para 62 anos para mu-

lheres e de 65 anos para homens. No caso dos professores, as idades mínimas elevadas de 50/55 anos pra 60/65 anos para mulheres/homens e tempo de contribuição mantido em 25/30 anos para mulheres/homens. No caso dos policiais, foi mantido em 25/30 anos de contribuição para mulheres/homens e idade de 55 anos.

Houve também aumento das alíquotas de contribuição para os servidores públicos, além da instituição de contribuição extraordinária proporcional ao déficit atuarial.

A reforma da Previdência Social de Bolsonaro retirou direitos dos trabalhadores, sem assegurar a sustentabilidade do sistema a médio e longo prazo. Não enfrentou a questão das receitas da Previdência, o que exigiria diminuir a desigualdade de contribuições entre setores produtivos – bancos têm alíquota mais baixa, por exemplo – e garantir a retomada do crescimento e do emprego. Como em várias outras políticas, Bolsonaro escolheu o povo para pagar a conta de seu desgoverno.

REGIME DE CAPITALIZAÇÃO A AMEAÇA PERMANECE NO HORIZONTE

A proposta de implantar o sistema de capitalização individual no Brasil foi excluída da reforma da Previdência aprovada pelo Congresso Nacional. No entanto, o caráter destrutivo dessa medida requer que a sociedade permaneça alerta.

A capitalização individual supõe que a aposentadoria de cada trabalhador será definida por sua capacidade de poupança ao longo do tempo em que trabalhar. Essa característica representa uma imensa incerteza sobre o valor da aposentadoria e, para os mais pobres, representa praticamente a certeza de não conseguir poupar e se aposentar,

gerando exclusão e desigualdade, exatamente o oposto dos impactos da atual Previdência brasileira.

Outro ponto de atenção é a adoção do regime de forma alternativa, ou seja, o trabalhador que optar por ele está excluído do regime geral, como pretendia Bolsonaro. Isto pode tornar o sistema ainda mais injusto pois, como os empregadores não serão obrigados a contribuir no regime de capitalização, somente conseguirá emprego quem abdicar do direito ao atual sistema previdenciário.

Ademais, como os novos trabalhadores deixarão de contribuir para o regime público, caberá ao Estado bancar as aposentadorias daqueles que já estão no sistema, extinguindo a solidariedade que o sustenta. Como a previdência no regime de capitalização é administrada por bancos, o Estado assume um imenso custo fiscal para que o setor financeiro tenha mais lucro. Menos direitos para os trabalhadores, mais gastos públicos e mais lucros para o sistema financeiro – esses são os resultados da capitalização individual.

A experiência internacional mostra que esta é uma escolha equivocada: segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), 18 países, entre os 30 que adotaram o regime de capitalização individual entre 1981 e 2014, haviam feito, até 2018, a “reforma da reforma”. A suposta referência de sucesso – o Chile – mostrou sua real face em outubro de 2019, em manifestações massivas da população contra um sistema que, 35 anos depois de adotado, garante a 90% dos aposentados um benefício que corresponde a apenas 56% do salário mínimo daquele país.

O ATAQUE AO DIREITO À APOSENTADORIA DA AGRICULTURA FAMILIAR

Em 2019, Bolsonaro aprovou Lei 13.846, com o suposto propósito de combater irregularidades na concessão de benefícios previdenciários. Sob este aparente nobre objetivo, a nova lei é mais um reforço

na política de restringir o acesso a estes benefícios, com grande impacto sobre os agricultores familiares.

A nova lei alterou a forma de comprovação da atividade produtiva, que deve ser feita pelo próprio trabalhador, por meio de uma auto-declaração e de documentos comprobatórios. Com isto, foi eliminada a participação subsidiária dos sindicatos dos segurados especiais e das colônias de pescadores em qualquer fase do processo da Previdência Social. O cadastramento destes trabalhadores passou a ser feito no Ministério da Economia, com atualização anual.

Com esses novos procedimentos, tornou-se mais difícil a comprovação da atividade e, em decorrência, a inserção previdenciária. Com a nova lei, cresceu o indeferimento de pedidos de aposentadoria e de outros benefícios da seguridade para os segurados especiais, aumentando a exclusão de segmentos vulneráveis no sistema previdenciário.

DESCASO COM A GESTÃO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Os governos após o golpe interromperam a reestruturação na gestão da Previdência, que proporcionou forte melhoria na prestação de serviços ao segurado. A política de expansão das unidades de atendimento adotada nos governos do PT foi abandonada e passaram a fechar agências. Em decorrência, em 2020, havia 1.552 agências da Previdência em todo o país, número inferior ao existente em 2015 (1.598) e 2016 (1.618), quando ainda vigia.

O governo Bolsonaro aprofundou a deterioração da gestão previdenciária. Segundo Boletim Estatístico da Previdência Social, em julho de 2019, o tempo médio de espera para emissão de benefícios no INSS chegou a 89 dias, o maior patamar em mais de dez anos, em total desrespeito à legislação, que prevê prazo máximo de 45 dias (Lei 8.213/1991). O aumento da fila se deu em razão da implantação do

INSS Digital e da falta de servidores na autarquia, que passou por uma drástica redução do seu quadro sem a devida reposição por meio da realização de concurso público.

A principal medida implementada pelo governo Bolsonaro para reduzir a fila foi a contratação de 7 mil militares da reserva para realização do trabalho previdenciário. A contratação foi um fracasso, com baixo preenchimento das vagas e inadequação dos militares ao trabalho. Sua efetivação ocorreu apenas em junho de 2020, justamente quando o tempo de espera voltou a subir. Além disso, é mais uma medida no sentido da militarização da administração pública.

Vendo o quadro se deteriorar, o governo rapidamente tomou mais providências: parou de divulgar o tempo de espera médio, em total descompromisso com a transparência e descaso com as pessoas beneficiárias. E tudo indica que o tempo de espera continuou crescendo, uma vez que o número de benefícios concedidos em 12 meses caiu, atingindo 4,8 milhões em janeiro de 2021, o menor patamar dos últimos 5 anos.

Após essa série de fracassos e medidas ineficazes, a solução encontrada pelo governo foi, além de parar de divulgar os dados, oficializar a incompetência em lidar com a fila de espera na previdência. Em fevereiro de 2021, o STF homologou acordo entre o Ministério Público Federal e o INSS, permitindo a ampliação do prazo de análise de benefícios de aposentadoria para até 90 dias¹. Os novos prazos entrarão em vigor no segundo semestre de 2021.

1. Exceto as aposentadorias por invalidez e auxílio-doença, que permanecem com 45 dias; as pensões por morte, auxílios-acidente e auxílios-reclusão, com prazo de 60 dias; e os salários-maternidade, com prazo de 30 dias.

O ABANDONO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL COMO DIREITO DA CIDADANIA E DEVER DO ESTADO

Um dos grandes avanços na política de proteção social durante o período do PT foi a implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), com a organização de uma rede de serviços socioassistenciais com mais de 11.400 unidades de proteção – CRAS, CREAS, Centros de População de Rua, além de mais de 6.400 unidades de acolhimento em todo país. Essa estrutura tem garantido condições de acesso a 19,2 milhões de benefícios socioassistenciais de renda, além do acompanhamento das famílias com direitos violados, como as violências cometidas contra crianças, adolescentes, mulheres, pessoas idosas, entre outros cidadãos de direitos que demandam proteção especial do Estado.

A criação do SUAS, e da legislação e normativas que o embasam, foi acompanhada de firme compromisso do governo federal com o financiamento dos serviços. Os recursos federais na Função Assistência Social foram multiplicados por quatro em termos reais, entre 2002 e 2015. A expansão dos equipamentos públicos da assistência social, contando com cofinanciamento federal, foi realidade em praticamente

todo o país. O SUAS foi construído com o aprofundamento do pacto federativo, da cooperação entre os três níveis de governo, de compromissos comuns com as prioridades e de firme engajamento com o diálogo, a pactuação e a transparência de informações.

Os governos pós-golpe têm atuado para devolver a assistência social para o campo da filantropia, inclusive com a ampliação de isenções tributárias, esvaziando a concepção de direitos e de ampliação de serviços para os vários públicos em vulnerabilidade. Trouxeram de volta a velha política assistencialista, baseada no favor e no “primeiro damismo”. Um caminhar em direção ao passado, mais excludente, menos eficiente na garantia de direitos, menos participativo e menos federativo.

O ESVAZIAMENTO E DESMONTE DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS)

Os governos Temer e Bolsonaro romperam com o modelo da Assistência Social republicano e participativo. A responsabilidade pública com os direitos sociais, que está no cerne do SUAS, está sendo esvaziada progressivamente. A redução do gasto federal com serviços deixou os municípios abandonados em face aos compromissos nacionais com a população mais vulnerável, deixando desprotegidas famílias em condições de pobreza, fragilizadas por contextos de violência ou por ausência de proteções e de garantia de vínculos. Ficam desprotegidos os que estão submetidos a situações de abandono, isolamento, trabalho infantil, exploração sexual ou situação de rua.

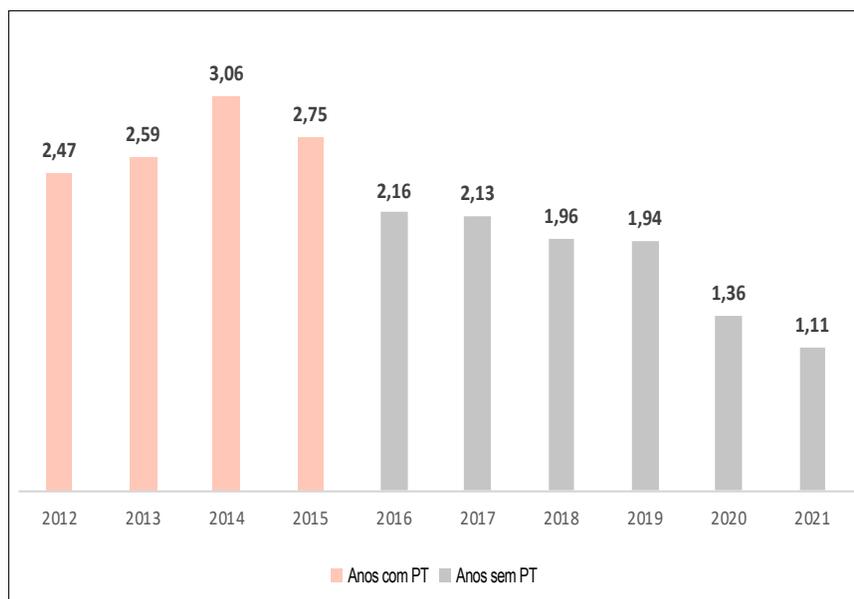
Alterações em gestão têm sido realizadas sem pactuação e deliberação. Os recursos orçamentários para o cofinanciamento do SUAS sofrem tanto com redução como com descontinuidades nos repasses.

Em 2019, o governo Bolsonaro desobrigou o repasse de valores considerados como déficit de exercícios anteriores (Portaria

2.362/19), devidos pela execução de ações pactuadas nos planos de ações municipais e estaduais. A chamada equalização de recursos compromete a sustentabilidade dos serviços, gera insegurança nos gestores, compromete o planejamento orçamentário do ciclo da política pública nas esferas subnacionais, já que os repasses, cada vez mais residuais, não são seguros e estáveis para os parâmetros de manutenção dos serviços já instalados.

A evolução do orçamento mostra que, a partir do golpe, há uma redução dos recursos federais para cofinanciamento de serviços, programas e projetos e benefícios, o que compromete a provisão de seguranças socioassistenciais continuadas. Para 2021, a dotação orçamentária é 18% inferior à de 2020. Ademais, frente a uma necessidade de 2,67 bilhões de reais para custeio dos serviços, o orçamento aprovado assegura somente 42% do total necessário.

GRÁFICO 1: ORÇAMENTO PARA ASSISTÊNCIA SOCIAL



Fonte: <https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/leis-orcamentarias/loa>

DESMONTE DO CADÚNICO FECHA ACESSO A DIREITOS E SERVIÇOS

O Cadastro Único para Programas Sociais (CADÚNICO) é uma plataforma de coleta de dados e informações das famílias de baixa renda. Seu aprimoramento ao longo dos governos do PT o transformou em “porta de entrada” para acesso à rede de proteção e a serviços públicos para os mais pobres, finalmente tornados visíveis ao Estado.

A destruição do CADÚNICO avança a passos largos, junto com a fragilização do SUAS. Como ambos resultam de pactuações com governos estaduais e municipais realizadas desde 2003 e reafirmadas continuamente, o fim do SUAS e do CADÚNICO acabará com o sistema em bases federativas. Comprometerá ainda muitos programas estaduais e municipais que utilizam as bases de dados e critérios desse cadastro.

Os passos nesta direção vêm sendo dados. No governo Temer, a Busca Ativa foi interrompida, e se inverteu a lógica de remuneração dos municípios, que passou a premiar os que excluíssem famílias do CADÚNICO e do Bolsa Família.

No governo Bolsonaro, o processo de desmonte se acelerou. Embora tenha ganhado status de secretaria nacional, o Cadastro Único passou a ser comandado por uma agente da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN). Em 2020, foram cortados 67% dos recursos de serviços socioassistenciais do SUAS, reduzindo fortemente os valores repassados aos estados e municípios para a gestão do cadastro.

O aplicativo do Auxílio Emergencial também se transformou em instrumento para sucatear o Cadastro e usar um sistema paralelo. A partir da experiência com este aplicativo e sob o argumento de modernizar o CADÚNICO, o plano do governo Bolsonaro é adotar uma plataforma digital com autocadastramento. Com isso, parte da popu-

lação já seria excluída pela falta de acesso à internet, à informação e às dificuldades de manejo do sistema. O próprio Bolsa Família fica sob risco, à medida que passa a ser mera transferência de renda numa relação beneficiário/banco, excluindo as dimensões de acesso a direitos e políticas públicas e inviabilizando as condicionalidades.

Todas essas alterações desconsideram o perfil da população usuária da Assistência Social, seus vínculos com a rede de serviços, especialmente no âmbito dos CRAS. A relação direta com o ambiente virtual, sem apoio dos profissionais, deverá resultar em maior exclusão social. São mudanças para excluir a população mais pobre!

A gestão Bolsonaro vem negociando com *Big Techs*, como Google e Facebook, a gestão deste novo sistema/aplicativo desumanizado. Pretendem colocar nas mãos de atores privados, questionados em países como Inglaterra e EUA por terem feito uso de informações privadas, as bases de dados de 114 milhões de brasileiros, total de cidadãos cujos dados, em algum momento desde 2003, passaram pelo CADÚnico.

Com Bolsonaro, o país voltou aos gravíssimos problemas de pobreza e fome do século XX agravados pelos novos desafios da sociedade de vigilância do século XXI.

O BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA (BPC) SOB ATAQUE

O governo Bolsonaro tentou desconstituir o BPC, direito previsto na Constituição, por meio da Emenda Constitucional da reforma da Previdência. Entre as mudanças propostas pelo governo estava a ampliação da idade de 65 para 70 anos.

Se tal reforma não conseguiu avançar no que se refere ao BPC, medidas administrativas têm dificultado o acesso dos beneficiários, como a exigência de os idosos se inscreverem no CADÚnico, sem a de-

vida divulgação e apoio; e os impactos da implantação do INSS digital. Com isso, mesmo diante do agravamento da pobreza, houve crescimento pífio do BPC em 2019, tanto para idosos como para pessoas com deficiência. Em 2020, houve redução de acesso para pessoas com deficiência, afetando mais de 14 mil beneficiários.

EXTINÇÃO E ABANDONO DA ARTICULAÇÃO INTERSETORIAL DE POLÍTICAS

Nos 13 anos do PT no governo, foi estruturada uma rede ampla e diversificada de políticas de proteção e inclusão social, da qual o Bolsa Família é a face mais conhecida. Uma das mais importantes inovações na estruturação dessa rede foi o esforço de impulsionar a integração de iniciativas setoriais. Sob a diretriz de que os mais complexos problemas sociais demandam ações intersetoriais, importantes iniciativas foram realizadas visando ampliar as ofertas públicas a partir de uma sinergia entre ações e órgãos públicos.

Nestes cinco anos pós-golpe, a extinção e abandono de vários programas vem fragmentando esta rede, diminuindo a capacidade de atenção do Estado brasileiro aos mais pobres e vulneráveis.

Combate ao trabalho infantil: deixou de ser prioridade das ações de fiscalização e ficou ameaçado com a extinção do Ministério do Trabalho. Foi fragilizado também pela desarticulação das políticas, em especial a de inclusão de crianças trabalhando no Bolsa Família, e de outras ações do SUAS, que buscavam garantir que ninguém fique fora da escola. Ademais, o discurso de que todo trabalho enobrece voltou a ser disseminado com intensidade, inclusive por autoridades governamentais. O governo Bolsonaro não previu nenhum recurso para o Programa Ações Estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, rompendo, desse modo, com pacto internacional com os direitos das infâncias.

Brasil Carinhoso: O programa foi extinto e os recursos que eram repassados para os municípios com o objetivo de estimular a inclusão de crianças pobres em creches foram interrompidos. Não há mais suporte aos municípios ou coordenação nacional dos esforços de atendimento às famílias em situação de vulnerabilidade.

Criado no governo Temer e mantido por Bolsonaro, o Criança Feliz, programa de visitas familiares, passou a usar os recursos para creches e para a atenção básica do SUAS à revelia da rede de assistência social. No lugar de uma ação de acolhimento em instituições escolares ao longo de todo o dia e atendimento por profissionais preparados, o programa apenas realiza visitas domiciliares eventuais sem nenhum aporte protetivo à criança ou a sua família.

Bolsa Verde: foi extinto, após atender 77 mil famílias beneficiárias do Bolsa Família que vivem em áreas com rico ativo ambiental, como reservas extrativistas ou Florestas Nacionais.

HOSPITAL DE CAMPANHA NO GAMA - DF
VINICIUS DE MELO/AGÊNCIA BRASÍLIA



CAMINHÕES COM OXIGÊNIO SAINDO DA SIDERÚRGICA VENEZUELANA
SIDERÚRGICA DEL ORINOCO/ALFREDO MANEIRO

VACINAÇÃO DA SEGUNDA DOSE PARA IDOSOS DE 68 ANOS EM PELOTAS - RS
MICHEL CORVELLO/FOTOS PÚBLICAS



MOVIMENTOS SOCIAIS ACENDERAM 500 VELAS SIMBOLIZANDO AS 500 MIL VÍTIMAS DA COVID-19

ELINEUDO MEIRA/@FOTOGRAFIA.75/FOTOS PÚBLICAS

A GUERRA CONTRA A CULTURA COMO ESTRATÉGIA POLÍTICA NO BRASIL PÓS-GOLPE

Os governos Lula e Dilma propiciaram o mais intenso desenvolvimento de políticas culturais da história brasileira, com base em uma perspectiva inovadora, que redimensionou o papel do Estado na área da cultura. Até então, o Estado havia delegado ao mercado, via incentivo fiscal, a atuação no campo cultural. Nos governos do PT, o Estado passou a oferecer condições estruturais para que a diversidade de expressões, fazeres e práticas culturais pudessem ser acolhidas, impulsionadas, fortalecidas e capilarizadas na cena nacional e internacional.

Diante de um histórico anterior de políticas tímidas, erráticas e intermitentes, o Ministério adotou uma política ativa de tratar a cultura em suas dimensões simbólica, cidadã e econômica, como um direito de todos, como inscrito na Constituição Federal de 1988. O novo posicionamento da gestão cultural ensejou a criação do Plano Nacional de Cultura (PNC) e do Sistema Nacional de Cultura (SNC), ambos incorporados à Constituição, e a organização de programas relevantes, a exemplo do Brasil Plural, Revelando Brasis, DOC-TV, Brasil de Todas as Telas, Mais Cultura nas Escolas, Mais Cultura nas Universidades

e o Cultura Viva, tornado lei no governo de Dilma Rousseff. Os governos liderados pelo PT efetivaram uma política inovadora nos territórios com protagonismo dos agentes e fazedores culturais e valorizando a diversidade cultural brasileira.

O novo conjunto de políticas públicas ensejou a formação de agentes culturais pelo país, dinamizando o setor e aumentando as demandas das políticas públicas, como as ações na área do cinema e do audiovisual. A realização das Conferências Nacionais de Cultura tornou a participação popular elemento estruturante da elaboração de políticas, programas e ações ministeriais, mobilizou e ampliou a capacidade organizativa campo cultural, que se apropriou das políticas públicas e se politizou.

Não surpreende, portanto, que durante o processo de *impeachment*, entre o final de 2015 e o começo de 2016, a comunidade artística e cultural tenha se destacado na denúncia da quebra democrática que significava o golpe de Estado. Inúmeros atos e muitas ações nas redes sociais em defesa da legitimidade do mandato de Dilma tiveram o protagonismo do setor cultural naquele período. Este ativismo teve sequência nos anos seguintes, com a maior parte do campo cultural assumindo posturas de defesa da democracia e contra o autoritarismo.

Diante da postura democrática dos agentes culturais, as forças golpistas e autoritárias foram explicitando uma hostilidade a todo o mundo artístico e cultural. As forças da extrema-direita adotaram uma guerra contra o mundo da cultura. Os artistas passaram a ser tratados como inimigos a serem combatidos, perseguidos e silenciados. A censura e as restrições à liberdade artística voltaram à cena no país após quase 30 anos de democracia.

O desmonte dos acúmulos multifacetados das políticas culturais no período do PT se realizou. A atitude predominante foi destruir tais políticas, ainda que quase nada de relevante fosse colocado em seu lugar. Os cortes profundos no orçamento apontam para o desprezo pela

cultura. A queda entre 2016 até 2021 foi constante, decrescendo 80% entre o governo Dilma e os míseros 43 milhões de reais previstos para 2021 por Bolsonaro. Essa redução orçamentária sintetiza o nível de desqualificação das políticas culturais no país desde o golpe.

DISSIMULADO, MAS EFETIVO - O DESMONTE PROMOVIDO NO PERÍODO TEMER

Com a consolidação do golpe midiático-jurídico-parlamentar, iniciou-se um processo de desmonte das instituições e das políticas culturais. Um dos primeiros atos do governo interino de Temer foi a extinção do Ministério da Cultura (MINC), criado em 1985. A medida não se concretizou devido à forte oposição da comunidade cultural, que organizou movimentos como o “Fica MINC” e o “Ocupa MINC”, que tomaram as sedes do Ministério da Cultura pelo país e conquistaram, semanas após, a manutenção do Ministério.

O MINC foi recriado em 23 de maio de 2016, em uma vitória expressiva do campo cultural. No entanto, sua recriação não resultou na retomada das políticas culturais que vinham sendo desenvolvidas antes do golpe. A partir de 2016, o Ministério foi submetido a um processo paulatino de desidratação política, financeira e de políticas públicas.

A instabilidade marcou a gestão do Ministério durante o governo de Michel Temer. Em pouco mais de dois anos e meio, passaram pela cadeira quatro ministros: Marcelo Calero (maio a novembro de 2016); Roberto Freire (novembro de 2016 e maio de 2017); João Batista de Andrade (maio de 2017 a julho de 2017); e Sérgio Sá Leitão (julho de 2017 a dezembro de 2018). O amplo número de ministros em tão curto espaço de tempo demonstra a não importância política dedicada ao Ministério e afetou profundamente a continuidade de sua atuação. As três tristes tradições desveladas sobre a história das políticas cultu-

rais no Brasil retornaram com toda força: as ausências, os autoritarismos e as instabilidades. O campo cultural voltou a viver tais tradições com uma intensidade que se imaginava superada.

Um choque entre o ministro Marcelo Calero e o então ministro Geddel Vieira Lima em torno da liberação pelo IPHAN da construção de um edifício em Salvador, no qual Vieira Lima tinha interesses particulares, detonou o primeiro gestor da cultura, com seis meses no cargo. O substituto Roberto Freire, presidente do PPS (hoje Cidadania), tratou de modo fisiológico e partidarizado o Ministério, transformando-o em quase sucursal do PPS, ainda que seu discurso fosse uma negação de tal empreendimento. O cineasta João Batista de Andrade ficou como ministro interino por quase dois meses. Em atrito com o governo, pediu demissão criticando o corte de 43% do orçamento do ministério. Por fim, assumiu Sérgio Sá Leitão, que apequenou ainda mais o Ministério, tornando-o um mero balcão da economia criativa, entronizada como política para salvar a cultura. A perspectiva adotada difere daquela assumida pela Secretaria de Economia Criativa do MINC no governo Dilma Rousseff, que buscava um diálogo, nada automático e fácil, com a diversidade cultural e os criadores populares. Por contraposição a esta perspectiva, o novo enfoque privilegiou as indústrias criativas, em viés deliberadamente submetido aos interesses de grandes empresas.

Praticamente todas as políticas, programas e projetos culturais criados nas gestões petistas foram abandonados, paralisados e desmontados. O desenvolvimento do SNC e o acompanhamento do PNC foram desleixados. Programas como o Cultura Viva foram descontinuados. O clima político-cultural produzido pelo golpe contaminou a sociedade brasileira com ódio, violência simbólica e física e ataques às liberdades de criação e expressão. A censura voltou a perseguir a cultura e os fazedores de cultura, diferente da ampla liberdade vivida nos governos de Lula e de Dilma.

A GUERRA CULTURAL COMO PARTE INTRÍNSECA DO GOVERNO BOLSONARO

Nada estranho que a gestão Bolsonaro tenha escolhido a cultura como inimiga, em conjunto com educação, ciências, artes, universidades públicas e culturas identitárias, em especial em suas manifestações de gênero, afro-brasileiras, LGBTQIA+ e dos povos originários. No caso da cultura, a gestão tem se caracterizado por agressões às liberdades de criação e de expressão; pelo retorno da censura; pelo desmonte das instituições, políticas e programas culturais; pela demonização da cultura e das artes; e pela deliberada atuação no sentido de asfixiar financeiramente a cultura.

Desde o início do mandato, Bolsonaro aprofundou o desmantelamento da institucionalidade do setor cultural, com a extinção do Ministério da Cultura e sua redução a uma mera secretaria especial, vinculada aleatoriamente ao Ministério da Cidadania e depois, a partir de novembro de 2019, ao Ministério do Turismo. Em pouco mais de dois anos, os responsáveis institucionais pela área federal da cultura já totalizaram cinco nomes: Henrique Pires (até agosto de 2019); Ricardo Braga (agosto/setembro de 2019); Roberto Alvim (setembro de 2019/janeiro de 2020); Regina Duarte (março/maio de 2020); e Mário Frias (junho de 2020 em diante). Além disso, muitos dos cargos de gestão das instituições nacionais vinculadas ao campo cultural foram tomados por indicações de dirigentes sem vínculos anteriores com a área cultural: militares, fundamentalistas religiosos e militantes da extrema-direita. Em geral, pessoas despreparadas e com posições contrárias à democracia e à diversidade cultural. Alguns deles funcionando como verdadeiros agentes para a desmonte dos órgãos e das políticas sob sua direção.

O desmonte da institucionalidade e das políticas culturais passou todo ministério e órgãos vinculados. As Conferências Na-

cionais de Cultura deixaram de acontecer e o Conselho Nacional de Políticas Culturais foi paralisado. Sedes regionais do Ministério foram fechadas nos estados. O Sistema Nacional de Cultura (SNC) e o Plano Nacional de Cultura (PNC) foram abandonados. Foi preciso que a deputada Benedita da Silva (PT) tomasse a iniciativa de propor uma lei para ampliar o prazo de vigência do PNC, instituído em 2010 e que havia expirado em 02 de dezembro de 2020. Com a nova lei, ele passou a ter prazo de vigência até dezembro de 2022. A gestão Bolsonaro não havia tomado nenhuma medida para avaliar a execução do PNC e a construção de um novo plano, conforme consta na Constituição Federal.

Os exemplos de desmonte de instituições e políticas culturais, promovidos inclusive por seus dirigentes indicados na gestão Bolsonaro, são muitos. A Fundação Casa de Rui Barbosa, por exemplo, desde a indicação da nova dirigente, passa por atritos internos e perseguições, que têm levado muitos funcionários e pesquisadores a se aposentar. O Centro de Pesquisas, o setor de Estudos de Políticas Culturais e o setor de Direito Cultural, que tinha como seu principal projeto a Cátedra Sérgio Vieira de Mello, foram praticamente desativados e seus estudos e pesquisas paralisados.

A Cinemateca Brasileira (CB), maior acervo de memória audiovisual (cinema, vídeo e televisão) da América do Sul, vive profunda crise e encontra-se fechada. Após o golpe de 2016, a administração da Cinemateca foi terceirizada e, partir de janeiro de 2019, passou a ser tratada como órgão extinto, dada a extinção do ministério. O contrato assinado com a instituição gestora não foi renovado em dezembro de 2019. Em maio de 2020, a Cinemateca não tinha mais recursos para funcionar e, em agosto, a gestão Bolsonaro fechou a instituição, suspendendo suas atividades. Os riscos de incêndio devido a não manutenção adequada de seus acervos colocam em sério perigo a memória audiovisual brasileira. Muitos materiais já estão perdidos e muitos pro-

jetos nacionais e internacionais, que dependem da Cinemateca para sua realização, estão parados, com graves prejuízos para a cena e a produção audiovisual.

Caso emblemático de desmonte tem sido a Fundação Cultural Palmares (FCP). O dirigente indicado por Roberto Alvim – secretário nacional de cultura exonerado por plagiar um discurso nazista de Joseph Goebbels – transformou a FCP em uma plataforma contra a comunidade e o movimento negro. Após declarar no seu perfil em rede social que “a escravidão foi terrível, mas benéfica para os descendentes”, retirou, em dezembro de 2020, as homenagens da FCP a 27 personalidades, entre elas Elza Soares, Gilberto Gil, Martinho da Vila, Milton Nascimento, Conceição Evaristo, Joaquim Cruz e Marina Silva. Recentemente, anunciou a exclusão de todos os arquivos da FCP associados a Carlos Marighella e a mudança do logotipo da instituição, alegando que ele faz referência ao machado de Xangô do candomblé.

Três importantes eixos do trabalho da FCP foram abandonados e/ou destruídos. A defesa dos territórios remanescentes de quilombos no plano jurídico e institucional foi descartada. Na gestão atual não houve nenhuma certificação, titulação ou ações de apoio, que significassem melhoria dessas áreas; pelo contrário, tem sido incentivada a invasão e as ameaças aos quilombolas. A situação se torna ainda mais grave com a revogação da proteção ambiental dos quilombos brasileiros. O segundo eixo, destinado à preservação, difusão e intercâmbio entre as manifestações culturais de origem negra, está praticamente suspenso, sem nenhuma iniciativa, em particular com relação ao continente africano. O terceiro eixo, também paralisado, trata da inclusão plena do negro na sociedade brasileira, por meio de palestras, seminários, oficinas, capacitações com a valorização da cultura negra e do legado da população negra para o processo civilizatório brasileiro. Além da desativação das políticas, a gestão tem destruído seu acervo digital, iconográfico e de conteúdo. A atitude de agressões e de provocações

constantes do atual gestor da FCP encarna o espírito bolsonarista no campo cultural.

A asfixia financeira à cultura foi atitude deliberada da gestão Bolsonaro. O livro, isento de impostos desde a Constituição Federal de 1946, por iniciativa do deputado comunista Jorge Amado, e desonerado do PIS e Confins no governo Lula em 2004, por proposta do ministro Paulo Guedes voltou a ser taxado. Os recursos do incentivo fiscal, via Lei Rouanet, encontram-se paralisados, e o mesmo ocorre com o fomento através do Fundo Setorial de Cultura e da ANCINE, levando a uma situação dramática de risco de sobrevivência da cultura e do audiovisual brasileiros.

O ABANDONO DA CULTURA DURANTE A PANDEMIA

A gestão da pandemia da COVID-19 por Bolsonaro é irresponsável, incompetente e genocida. No caso da cultura, soma-se ainda uma deliberada negligência, uma vez que o governo Bolsonaro não propôs qualquer medida específica para apoiar o setor cultural, atingido em cheio pelas medidas de distanciamento social do coronavírus.

Diante da inação do governo federal, a lei Aldir Blanc (Lei 14.017/2020) nasceu por proposta da deputada Benedita da Silva, prevendo três frentes de apoio – renda emergencial de 600 reais mensais para pessoas físicas, subsídios mensais para manutenção de espaços culturais, e editais, chamadas públicas e prêmios destinados ao setor. Embora tenha sido aprovada em junho, a lei foi regulamentada somente em agosto, expressão do descaso do governo Bolsonaro com o setor. Esta demora fez com que os 3 bilhões de reais previstos até o final de 2020 não fossem aplicados integralmente, o que exigiu nova movimentação do Congresso Nacional para elaborar legislação prorrogando prazo de aplicação até o fim de 2021.

Portanto, a análise da gestão Bolsonaro no campo da cultura não deve se ater ao desmonte da institucionalidade e das políticas culturais, por mais drástico que este processo seja. Simultaneamente à destruição, a guerra cultural bolsonarista pretende impor uma monocultura autocrática e autoritária com componentes negacionistas, criacionistas, fundamentalistas, terraplanistas, classistas, supremacistas, racistas, machistas, homofóbicos, preconceituosos e opressores. Esse é um dado novo e vital para a compreensão do lugar que a cultura ocupa na cena política brasileira atual. Desconhecer a singularidade da cultura estar inscrita, pela extrema-direita que ocupa o poder federal, na agenda política nacional contemporânea de modo poderoso e explícito, pode dificultar a superação do autoritarismo e do ultraneoliberalismo vigentes. E os polos desencadeadores da guerra cultural, além do presidente e de seus aliados, mesmo fora do governo, antes localizados em pastas como os ministérios da Educação e das Relações Exteriores, parecem se concentrar, em 2021, na própria Secretaria Especial de Cultura.

O GOLPE APROFUNDOU O RACISMO E AS DESIGUALDADES RACIAIS

O movimento negro vem atuando, desde o século passado, no enfrentamento ao racismo e à desigualdade racial, heranças históricas do processo de colonização-escravidão brasileiro. Nos governos do PT, muitas demandas se transformaram em conquistas, na forma de políticas de igualdade racial implementadas pelo Estado. São deste período a criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPiR); a instituição do Estatuto da Igualdade Racial, da Lei de cotas nas instituições federais e da Lei de cotas raciais nos concursos públicos federais. Foi também durante os governos do PT que grandes avanços ocorreram na agenda quilombola, com a regulamentação do processo de demarcação e titulação de terras das comunidades dos quilombos, assumida por órgão específico do INCRA; a criação do Programa Brasil Quilombola; e a adoção da Agenda Social Quilombola. Há mais: a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura afro-brasileira e africana nas escolas do ensino fundamental e médio, as Conferências Nacionais de Promoção da Igualdade Racial, o Plano Nacional de Políticas para povos e comunidades tradicionais; a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, o Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SINAPIR).

A destinação de recursos orçamentários para o cumprimento dos objetivos da política de igualdade racial ratificou sua importância. Sua inserção nos Planos Plurianuais possibilitou maior transparência e controle social das ações realizadas. Garantiu, também, a sua legitimidade em dois importantes aspectos da política pública: a transversalidade, trazendo a especificidade da igualdade racial para as ações dos outros ministérios e a dimensão estrutural, com orçamento próprio e ações específicas realizadas pela SEPPIR. Desta forma, as políticas de igualdade racial construíram um terreno propício para que a inclusão social brasileira incluísse a igualdade racial como um dos seus princípios emancipatórios.

O golpe interrompeu esse processo. A extinção do ministério, a interrupção das políticas, os profundos cortes orçamentários, o descaso com os direitos das comunidades quilombolas e a nomeação de gestores contrários à política de combate ao racismo e aos sujeitos que a protagonizaram, como na Fundação Palmares, são exemplos dos retrocessos em curso.

O golpe fez reviver a narrativa e a prática política de negação da existência do racismo que durante muito tempo foi proferida pelo Estado brasileiro. Ao implementar um processo contínuo de destruição das políticas de igualdade racial, fez o Brasil retroceder ao patamar de aparente neutralidade estatal que, na realidade, encobre a necropolítica instaurada na forma como as urgentes demandas da população negra têm sido tratadas.

UMA SEPPIR FIGURATIVA

O contínuo esvaziamento do espaço institucional de coordenação e implementação das políticas de igualdade racial é uma das facetas mais visíveis da destruição promovida a partir do golpe. Já em 2016, imediatamente após a posse de Temer, houve a extinção do Ministério

das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos, em 2016, rebaixando a SEPPIR de ministério para uma das secretarias do Ministério dos Direitos Humanos, com baixo orçamento e diminuição dos seus quadros profissionais. Com Bolsonaro, houve novo rebaixamento do status da SEPPIR, que foi transformada em uma das secretarias do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, fragilização acentuada pela extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), importante ministério para agricultura familiar, condição de muitos trabalhadores e trabalhadoras negras e negros.

Essa estratégia de manter a antiga SEPPIR como órgão rebaixado do status de ministério, sem orçamento, realizando apenas algumas ações esporádicas é uma das formas de perpetuação do racismo institucional. Mantém-se o discurso, uma estrutura mínima para o funcionamento do órgão, realizando poucas ações que não implicam gasto orçamentário, mas atos políticos vazios, sem diálogo com a comunidade. Intervêm no CNPIR, anulando mandatos de 14 conselheiros representantes de organizações gerais do movimento negro, juventude negra, quilombolas, trabalhadores, estudantes, pesquisadores negros e comunidade árabe.

Aprofunda-se, desta forma, o racismo institucional e a desigualdade racial. Expressão clara deste processo é o fato de, nos mais diversos atos e manifestações racistas ocorridos no Brasil após o golpe, em momento algum viu-se a SEPPIR do Golpe se manifestar, e nem ministros e ministras, secretários e secretárias que ocuparam a pasta tomarem atitudes e decisões políticas antirracistas.

SEM ORÇAMENTO, SEM POLÍTICAS DE IGUALDADE RACIAL

Sem recursos orçamentários nenhuma política pública consegue ser efetivada. Por isto, pode-se afirmar que está em curso, de forma

explícita, uma estratégia de destruição das políticas de igualdade racial no Brasil, ao inviabilizar, pela negação de orçamento, o combate ao racismo como parte da política de Estado.

No Plano Plurianual (PPA) 2020-2023, feito pelo governo Bolsonaro, inexistiu qualquer menção à população negra, quilombola ou ao racismo. O Programa 2034 – Promoção da Igualdade Racial e Superação do Racismo foi extinto e não há ação orçamentária ou programa que organize as políticas de igualdade racial. Essa realidade desobriga todo e qualquer órgão de alocar recursos para essas políticas.

O Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos continua com responsabilidade de implementá-las e atender o seu público, pois mantém em sua estrutura a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Porém, a política que deveria ser realizada por essa instância não tem nenhuma garantia e nem é realizada de forma eficaz, pois não existe orçamento para tal.

Em relação à política de regularização fundiária dos quilombos, além das mudanças nas estruturas do INCRA, o orçamento vem sendo asfixiado, o que impossibilita sua execução. Em 2020, o limite orçamentário para as ações de reconhecimento de territórios quilombolas correspondia a apenas 5% do total de 2015; para indenização de territórios quilombolas, equivalia a 19% do autorizado em 2015.

A INVERSÃO DO PAPEL DA FUNDAÇÃO PALMARES

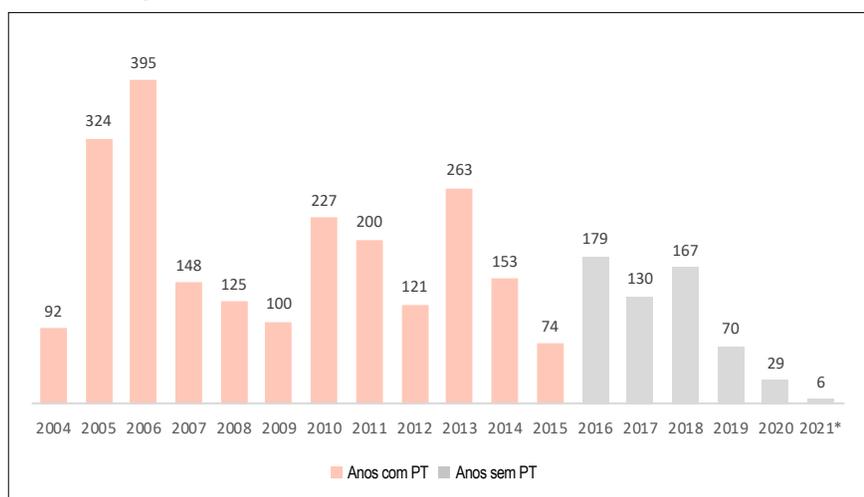
Criada em 1988, ano do centenário da abolição da escravatura, como uma das reivindicações do Movimento Negro, à Fundação Cultural Palmares (FCP) caberia promover a preservação dos valores culturais, históricos, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na formação da sociedade brasileira. Desde o início do governo Bolsonaro, seu presidente age de forma deliberada em direção contrária a este mandato. São várias suas declarações pejorativas e depreciativas em relação ao

Movimento Negro. Propôs a exclusão de nomes de pessoas negras e seus respectivos textos biográficos da Lista de Personalidades Negras da Fundação; fez registros nas redes sociais nos quais não somente se contrapõe à luta antirracista, bem como a minimiza e a despreza.

A Fundação Cultural Palmares vem se afastando cada vez mais da sua missão. Os posicionamentos do presidente negando, inclusive, a existência do racismo e agindo de forma arbitrária e autoritária nas suas decisões provocaram o pedido de demissão de gestores que alegaram ingerência generalizada da gestão. As condições objetivas para atuação da Fundação também vêm sendo destruídas.

O orçamento da FCP vem declinando continuamente desde o golpe e, em 2021, é 43% menor que o de 2016. No governo Bolsonaro, a estratégia de paralisar as políticas de reconhecimento das populações tradicionais avançou. O número de territórios quilombolas certificados chegou, em 2020, ao menor patamar desde 2004, com a certificação de apenas 29 territórios, menos da metade do que em 2019.

GRÁFICO 1: NÚMERO DE CERTIFICAÇÕES DE TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS NA FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES



Fonte: Fundação Cultural Palmares. Organizado por Achados e Perdidos.
*2021 = até fevereiro.

A lentidão do processo de certificação acentua a vulnerabilidade das populações quilombolas, que é grande mesmo naqueles territórios certificados e titulados. A baixa resolutividade da atuação da Fundação Palmares se torna especialmente perniciosa em tempos de pandemia.

Os próprios quilombolas, por meio da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), realizam o monitoramento da COVID-19 em todas as comunidades. Conseguiram a aprovação no Supremo Tribunal Federal (STF) da Arguição de Descumprimento de Direito Fundamental (ADPF) 742/2020, em setembro de 2020, o que assegurou a inclusão nos grupos prioritários de vacinação contra a COVID-19.

Esse perfil de gestão, em que o Estado se ausenta e se omite, é parte do processo de destruição das políticas de igualdade racial e da implementação do racismo institucional em curso. O golpe criou as condições para a regressão, que se aprofunda a cada dia.

O GOLPE ERA REALMENTE MISÓGINO A DESCONSTRUÇÃO DAS POLÍTICAS DE GÊNERO

O enfrentamento à violência contra as mulheres, a promoção de direitos e o estímulo à autonomia das brasileiras foram diretrizes centrais dos governos do PT. A criação da Secretaria de Políticas das Mulheres, a alocação de recursos orçamentários crescentes, a transversalidade das políticas, as parcerias com estados e municípios e com os movimentos sociais, as conferências e os Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres expressam o compromisso com busca da igualdade de gênero no Brasil.

O golpe interrompeu este processo. Progressivamente, as políticas e os instrumentos foram sendo fragilizados; a participação social, excluída; e os recursos orçamentários, reduzidos. O compromisso com a garantia e promoção dos direitos das mulheres deixou de existir.

SEM SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA MULHERES, SEM PROGRAMA NO PPA

A menor importância das políticas para as mulheres nos governos pós-golpe se expressa em medidas institucionais:

- o rebaixamento da instância de gestão dessas políticas, que perdeu status de ministério e transformou-se, no governo Bolsonaro, em secretaria ministerial;
- extinção, no PPA 2020-2023, instrumento de planejamento e organização das ações do governo federal, de programa voltado à garantia e promoção dos direitos das mulheres;
- inexistência, no PPA 2020-2023, de qualquer menção a gênero e violência contra a mulher.

Estas medidas explicitam uma mudança substantiva na atuação do Estado em relação as mulheres. Nos PPAs anteriores, com variadas formulações, prevalecia a lógica de direitos e a atuação do Estado visava a ampliação do acesso aos bens públicos e a superação das desigualdades e discriminações. No PPA atual, prevalece a visão de promoção da dignidade, e a formulação de proteção da maternidade e da família, um retrocesso em relação à saúde integral da mulher, direitos sexuais e reprodutivos.

Um retrocesso histórico na relação entre o Estado e as mulheres!

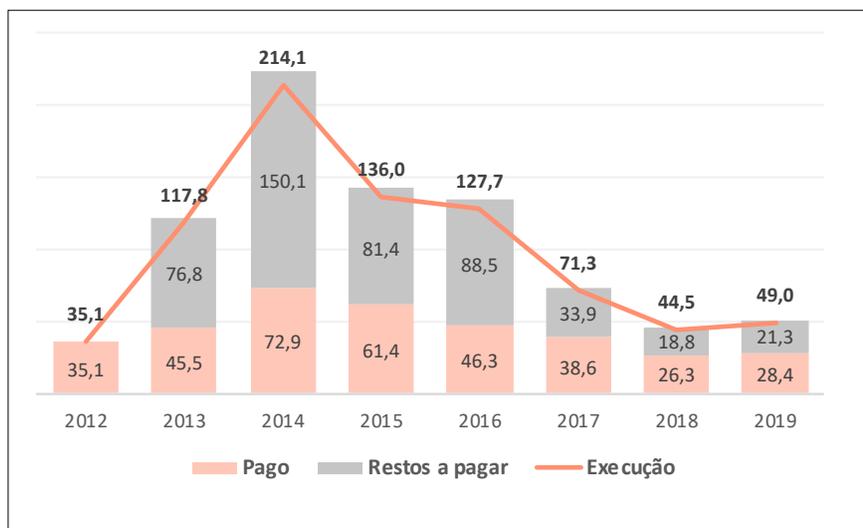
ESTRANGULAMENTO ORÇAMENTÁRIO DAS POLÍTICAS PARA AS MULHERES

A redução dos recursos disponíveis para os programas para as mulheres é uma marca do período pós-golpe. A partir 2017, primeiro ano em que o orçamento foi elaborado pelo governo Temer, o total executado caiu vertiginosamente. Em 2019, a execução correspondeu a 49 milhões de reais, 36% do total executado no último ano do governo Dilma.

A partir de 2020, não há mais recursos orçamentários neste programa. Nem mesmo existe um programa orçamentário específico para as políticas para as mulheres. As políticas de igualdade para as mulheres, igualdade racial, promoção dos Direitos Humanos e dos

direitos dos povos e comunidades tradicionais foram agrupadas em um único programa, cuja dotação orçamentária é distribuída entre todas essas áreas.

GRÁFICO 1: EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO PROGRAMA 2016 - POLÍTICAS PARA AS MULHERES - PROMOÇÃO DA AUTONOMIA E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA *



Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOp.
* Em milhões de reais de 2020. Deflator utilizado: IPCA médio.

PARALISIA DA CASA DA MULHER BRASILEIRA

Lançada em 2013, a Casa da Mulher Brasileira pretendia chegar às 27 capitais do país. Quando ocorreu o golpe, três casas haviam sido construídas – Campo Grande, Distrito Federal e Paraná, mas apenas as duas primeiras haviam iniciado o atendimento. Havia outras cinco em construção.

Desde então, apenas três casas foram concluídas e transferidas para os governos estaduais. Desde 2017, praticamente não houve execução orçamentária para esta ação.

Com a criação do programa Mulher Segura e Protegida em 2019 (Decreto 10.112), em substituição ao Mulher: Viver sem Violência, a manutenção das atuais e futuras Casas da Mulher foi transferida para estados e municípios. Na prática, frente às restrições orçamentárias vivenciadas pelos entes da Federação, isto significará a estagnação e progressivo término da ação.

EXTINÇÃO DO LIGUE 180

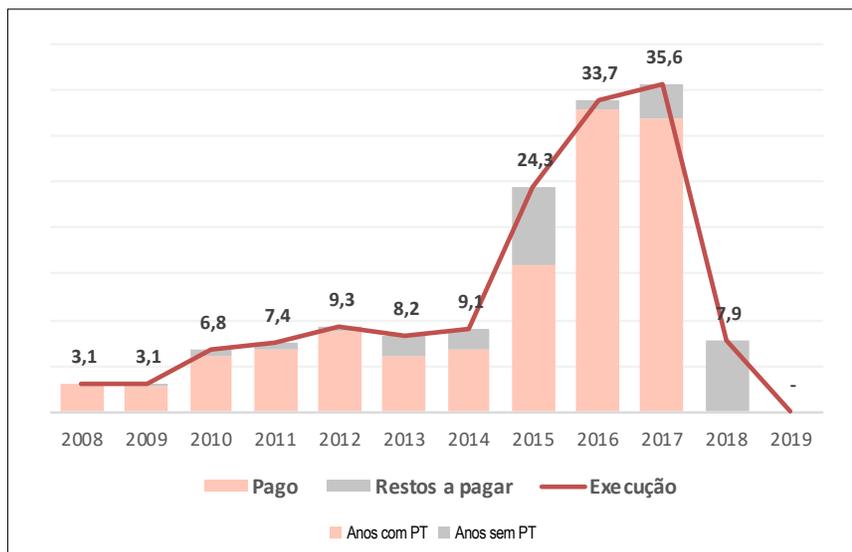
Criado em 2005 e aprimorado em 2013, o Ligue 180 tem sido um instrumento fundamental na política de enfrentamento à violência contra a mulher. A partir de 2018, não houve aporte de novos recursos para seu funcionamento, com a execução orçamentária restrita ao suprimento de restos a pagar. Em 2019, não houve nem mesmo restos a pagar.

No primeiro ano de governo, Bolsonaro decidiu integrar este canal ao Ligue 100, serviço de denúncias de violações de direitos humanos. Em um momento em que os dados de violência contra a mulher cresciam, demandando mais agilidade dos mecanismos de acesso a atendimento e denúncias, o governo extinguiu o Ligue 180.

Considerando a crescente demanda, esta medida de aparente racionalidade do sistema se justificaria se o montante investido permanecesse, ao menos, igual à soma do investido anteriormente nos dois serviços. Não foi isto que ocorreu, contudo.

Em 2020, as duas centrais de atendimento passaram a compartilhar o mesmo recurso orçamentário, com pagamento de 27,58 milhões de reais para o total dos serviços. No orçamento de 2021, constam de 31,5 milhões de reais, menos que o executado somente para o Ligue 180 em 2016.

GRÁFICO 2: EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA AÇÃO 8831 – CENTRAL DE ATENDIMENTO ÀS MULHERES – LIGUE 180*



Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - Sio.

* Em milhões de reais de 2020. Deflator utilizado: IPCA médio.

OS RETROCESSOS NAS POLÍTICAS DE ATENÇÃO À SAÚDE DAS MULHERES

A redução de recursos e as mudanças de foco na política de atenção integral à saúde da mulher têm comprometido ações fundamentais para o enfrentamento à violência e a garantia de direitos sexuais e reprodutivos.

Além da redução de recursos, a partir do golpe inúmeras medidas têm solapado os avanços nesta área. Em maio de 2019, o Ministério da Saúde tornou público um despacho proibindo o uso do termo violência obstétrica em suas normas e políticas. No mesmo mês, por meio do Decreto 9.795, extinguiu o departamento que, no Ministério da Saúde, cuidava da política de enfrentamento à epidemia de Aids, transformado em coordenações (na lógica institucio-

nal do Ministério, de menor importância), o que tende a dificultar ainda mais as mulheres a se protegerem do HIV e acessarem serviços e cuidados.

A humanização do atendimento às vítimas de violência sexual deixou de ser uma diretriz, como é exemplar a Portaria 2.282, substituída pela Portaria 2.561, ambas de 2020. Essa última, mesmo excluindo os excessos da primeira, mantém a recomendação de que médicos e profissionais da saúde notifiquem a polícia ao acolherem mulheres vítimas de estupro que procurem uma unidade de saúde pública para realizar um direito seu. Determina que, no termo de consentimento que as pacientes assinam para fazer a interrupção da gestação, haja uma lista dos riscos e dos desconfortos decorrentes do procedimento.

O Brasil tem se posicionado consistentemente contrário aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres em conferências internacionais das Nações Unidas:

- a partir de 2019, com base em instruções emitidas pelo Ministério das Relações Exteriores, representantes nas várias instâncias das Nações Unidas passaram a manifestar veto ao uso do termo “gênero” em documentos multilaterais;
- em outubro de 2020, se somou aos Estados Unidos, Uganda, Egito, Hungria e Indonésia na formulação de um documento, denominado Declaração de Genebra, cujo texto se opõe a políticas que preveem o acesso ao aborto e a favor do papel da família como fundamental para a sociedade;
- em março de 2021, durante a 46ª sessão do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, se recusou a assinar declaração em favor da proteção dos direitos das mulheres e por avanços em ações de igualdade de gênero. Segundo o Ministério das Relações Exteriores, a recusa decorre de o governo brasileiro não apoiar *“referências a termos e expressões ambíguas, tais como direitos sexuais e reprodutivos”*.

RETROCESSOS NAS AÇÕES PRÓ-EQUIDADE NO MUNDO DE TRABALHO

Reduzir as desigualdades entre mulheres e homens no mercado de trabalho foram objeto de várias medidas no período do PT. Pós-golpe, e em especial no governo Bolsonaro, esta questão perdeu relevância e as medidas foram abandonadas.

O Programa Pró-Equidade de Gênero, criado para estimular a adoção de ações em empresas de médio e grande porte para enfrentar todas as formas de discriminação, foi extinto após sua 6ª edição, que ocorreu entre 2016 e 2018, e na qual havia 122 empresas participantes.

O importante impacto pró-formalização da PEC das Domésticas (Emenda Constitucional 72/2103 e Lei Complementar 150/2015) foi interrompido pela combinação de baixo dinamismo do mercado de trabalho com reforma trabalhista. Em 2016, a parcela de domésticas com carteira assinada alcançou seu maior patamar (33%), passando a decrescer continuamente, até chegar a 28% em 2020. Em números absolutos, a perda foi de 636 mil empregos formais.

RETROCESSOS NAS AÇÕES PARA MULHERES DO CAMPO, DAS FLORESTAS, DAS ÁGUAS E DAS MARÉS

A implementação de políticas para assegurar direitos e autonomia das trabalhadoras rurais foi uma marca dos governos do PT. Resultado das mobilizações das Marchas das Margaridas, as mulheres conquistaram o acesso à terra, com a titulação conjunta nos assentamentos da reforma agrária e crédito fundiário; o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural, que beneficiou cerca de 550 mil mulheres trabalhadoras rurais; o Programa de Organização Produtiva para as Mulheres do Campo da Floresta e das Águas; entre outros.

Para combater a violência, foi institucionalizado o Fórum Nacional de Enfrentamento à Violência contra as mulheres do campo da Floresta e das águas e das Marés; criadas as Unidades Móveis de atendimento às Mulheres Rurais Vítimas de Violência; e disponibilizados barcos, em parceria com a Caixa Econômica Federal, para atendimento às mulheres ribeirinhas.

A partir do golpe, essas políticas e programas foram fragilizadas, abandonadas ou extintas. Para citar um exemplo, o programa de Apoio à Organização Econômica e Promoção da Cidadania de Mulheres Rurais foi extinto a partir do PPA 2020-2023, com o orçamento zerado a partir de então.

OBSCURANTISMO PREVALECE: DESPREZO AOS DIREITOS DA POPULAÇÃO LGBTQIA+

O compromisso com a garantia de direitos e o combate à discriminação e à violência contra a população LGBTQIA+ marcou os governos do PT. Foi o período da instituição do programa Brasil sem Homofobia, da regulamentação do uso do nome social, do reconhecimento dos direitos de casais do mesmo sexo, da criação de canais de interlocução e de representação da população LGBTQIA+ em instâncias de acompanhamento e controle social junto ao Estado brasileiro.

O Brasil pós-golpe de 2016 retrocedeu, e muito, em relação aos direitos e às oportunidades da população LGBTQIA+. No governo Temer, o principal impacto veio da PEC do teto dos gastos, que progressivamente limitou os recursos aplicados em políticas fundamentais à promoção e garantia de direitos.

Com Bolsonaro, no entanto, além da continuidade do corte de recursos, o obscurantismo e o preconceito passaram a marcar ações públicas, falas e posicionamentos de autoridades e gestores federais, estabelecendo a institucionalização da discriminação e da exclusão.

MENOS REPRESENTAÇÃO, E NENHUMA INTERLOCUÇÃO

O acesso de qualquer segmento social ao Estado é fundamental para que as políticas em seu benefício sejam mais efetivas. Dispor de instâncias na estrutura do governo com equipe técnica preparada para o diálogo e a implementação de políticas específicas também é necessário. Durante os governos Lula e Dilma, este acesso foi realizado principalmente com as Conferências Nacionais e a participação da sociedade civil no Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNCD/LGBTQIA+).

Nos dois primeiros anos do mandato de Bolsonaro, o fechamento do governo à população LGBTQIA+ tem sido uma diretriz, com a extinção de instâncias de representação e de execução de políticas.

- A Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI/MEC) foi extinta (Lei 13.844/2019), deixando o governo sem instância responsável pelo programa de formação de profissionais da educação para diversidade em ambiente escolar em relação no que se refere a LGBTQIA+, negros e negras, idosos etc.
- Todos os colegiados criados por decretos ou normas inferiores foram extintos (Decreto 9.812/2019), diminuindo o controle e a participação social na gestão pública;
- O Conselho Nacional de Combate à Discriminação LGBTQIA+ foi substituído pelo Conselho Nacional de Combate à Discriminação (Decreto 9.883/2019), passando a ter como objetivo a “proteção dos direitos de indivíduos e grupos sociais afetados por discriminação e intolerância”. A reorientação do conselho excluiu toda a população LGBTQIA+, e sua atuação passou a se pautar por pautas genéricas e amplas, ocultando toda e qualquer possibilidade de fomento a políticas que fortaleçam a identidade de gênero e a orientação sexual. Prova disso

- é a nova constituição do referido conselho que passou a contar com a participação e representação de apenas 3 organizações;
- Os Comitês de Gênero e de Diversidade e Inclusão, do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, que promoviam medidas contra violência de gênero e diversidade sexual dentro do ministério, foram extintos (Portaria de 19 ago. 2019);
 - A Secretaria de Diversidade, responsável pela implementação de políticas de cultura LGBTQIA+, povos ciganos, indígenas e outros, foi extinta (Decreto 10.359/2020), tornando-se um departamento da Secretaria de Economia Criativa, no Ministério do Turismo;
 - A Comissão Intersetorial de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes foi alterada, passando de 14 para 7 membros, sendo que apenas 1 pode ser ou não da sociedade civil, através do CONANDA.

A INVISIBILIDADE E A CENSURA COMO ESTRATÉGIAS

Assegurar voz e visibilidade a segmentos historicamente excluídos é um mecanismo necessário ao combate à discriminação e à desigualdade. Em direção oposta, o governo Bolsonaro tem protagonizado ações e políticas que aprofundam a discriminação e a censura à população LGBTQIA+, em muitos casos personificadas na figura do presidente da República.

Parte dessas iniciativas discriminatórias são difíceis de serem mapeadas, mas há algumas medidas que explicitam a estratégia de invisibilização, algumas protagonizadas pelo próprio presidente por meio de redes sociais, seus canais prediletos de manifestação.

- Em mensagem no Facebook em 07/03/2019, Bolsonaro ordenou que a direção do Banco do Brasil cancelasse curso de diversidade

e de prevenção e combate ao assédio moral e sexual na instituição. Em 09/03, o presidente do BB anunciou o cancelamento;

- Em 14/04/2019, Bolsonaro mandou tirar do ar campanha do Banco do Brasil com jovens, negros e negras e LGBTQIA+, e mandou demitir o diretor de Marketing do banco. Ademais, foi proibido o uso de vernáculos e expressões da comunidade LGBTQIA+ em qualquer publicidade e propaganda de órgãos da administração pública, empresas públicas e autarquias.
- O Plano Nacional de Turismo 2018-2022, adotado por meio do Decreto 9.791/2019, excluiu o incentivo ao turismo LGBT, que constava na versão inicial, mesmo reconhecendo que representa cerca de 10% do turismo no mundo e movimento 15% da economia do setor.
- A partir de junho de 2019, torna-se pública a orientação do governo brasileiro ao veto do termo gênero em resoluções da ONU e à abstenção em matérias sobre saúde sexual e reprodutiva.
- Em 15/08/2019, em sua *live* semanal, Bolsonaro declarou que projetos com certos temas (negros, LGBTQIA+ e prostituição) não seriam mais aprovados pela Agência Nacional do Cinema (ANCINE) para captar recursos por meio da Lei do Audiovisual. Entre os títulos para exclusão, citou *Afronte*, sobre a realidade de negros homossexuais no Distrito Federal; *Sexo Reverso*, história de sonhos e realizações de cinco pessoas transgêneros que vivem no Ceará; e *Religare queer*, sobre uma ex-freira lésbica.
- Em 16/09/2019, a ANCINE retira apoio à participação dos filmes *Greta* e *Negrum3*, com temática negra e LGBTQIA+, selecionados para participar do Festival Internacional de Cinema Queer, em Lisboa.
- Caixa suspendeu, em setembro e outubro de 2019, exibição das peças *Gritos* e *Lembro todo dia de você*, selecionadas por meio de edital para participarem do circuito Caixa Cultural, ambas com

temática LGBTQIA+ e sobre sexualidade. Também adotou novos critérios de seleção de projetos, que representam censura prévia em relação a temas LGBTQIA+, ditadura, contra o governo e cenas de nudez.

- Em 14/12/2019, foi emitida nota técnica da equipe encarregada de inspecionar o banco de itens para a prova do ENEM, vetando 66 itens. Apesar de o conteúdo censurado não ter sido divulgado, pela primeira vez em 10 anos a prova deixou de fora o tema da ditadura militar e não tratou de direitos LGBTQIA+.

O RETROCESSO NAS POLÍTICAS

Além de não executar o pequeno orçamento destinado às políticas LGBTQIA+ disponível em 2019 e 2020, o governo Bolsonaro tem alterado o escopo e a forma de atuação em várias políticas que, em governos anteriores, eram fundamentais para proteger a vida e assegurar direitos da população LGBTQIA+.

Em relação à política de prevenção à HIV/AIDS, por exemplo, as mudanças na estrutura do Ministério da Saúde não só diminuíram o status da política, como agregaram atribuições, colocando em risco a continuidade das estratégias bem-sucedidas na área. Ademais, as campanhas de saúde pública no período Bolsonaro têm vetado a presença de casais do mesmo sexo e, para adolescentes e jovens, trocado políticas de prevenção por campanhas de abstinência.

Há retrocessos também na política de drogas. Além da nova legislação que autoriza a internação involuntária (Lei 13.840/2019), foi dada ênfase na parceria com comunidades terapêuticas, muitas das quais ainda aceitam internações para terapias “religiosas” que prometem a reversão de orientação sexual e identidade de gênero de pessoas.

Cabe lembrar ainda a disposição do governo Bolsonaro de expurgar, dos livros didáticos distribuídos pelo governo federal, qualquer menção

à diversidade, sob o argumento de estarem combatendo a “ideologia de gênero”. Finalmente, as medidas de flexibilização de compra e porte de armas representam um aumento do risco para a população LGBTQIA+, já vítima preferencial de crimes de ódio no Brasil.

Mesmo no parlamento, a bancada de extrema-direita de sustentação ao governo Bolsonaro cotidianamente ataca aos direitos e a existência da população LGBTQIA+. Inúmeros projetos desta bancada visam retirar direitos da população, criminalizar existências e impedir o acesso à cidadania plena, baseados em uma concepção excludente e de ódio à população LGBTQIA+.

CINCO ANOS DO GOLPE CONTRA A JUVENTUDE BRASILEIRA

Nunca antes na história do país se desenvolveu tantas políticas públicas para a juventude e se deu a ela tanto espaço na formulação de um projeto nacional como nos governos Lula e Dilma. Marcos como o Estatuto da Juventude, as conferências nacionais, a Secretaria Nacional de Juventude, as ações na área da educação, saúde, esporte, cultura, trabalho, foram fundamentais também para a construção de uma nova forma de inserção da juventude na sociedade: não mais como problema a ser resolvido, mas como parte das soluções para o país. Desde o golpe de 2016, todavia, o que vivenciamos é um radical processo de desarticulação e desmonte das políticas voltadas à juventude, aliados à criminalização e estigmatização da nossa juventude.

DESMONTE DO ESTADO, DA EDUCAÇÃO E DAS OPORTUNIDADES

Desde a Ponte Para o Futuro, programa apresentado por Temer às elites brasileiras como fiador do golpe, já se evidenciava que a juventude passaria a ocupar outro lugar na agenda do país. O teto de gastos imposto pela Emenda Constitucional 95, que congelou investimentos públicos, em especial em saúde e educação, inaugurou um período de

penúria para os gastos sociais, com impactos duríssimos na vida da juventude. As medidas de estrangulamento da educação pública evoluíram rapidamente a ponto das mais tradicionais universidades federais do país estarem em risco de fechar as portas. Ainda, o esvaziamento do caráter social e a redução de oferta de vagas de bolsas integrais do Prouni e dos financiamentos do Fies atuam diretamente para a retomada do *status quo* do período que antecede os governos petistas no ensino superior brasileiro, transformando o acesso à universidade em sonho distante ou impossível para a imensa maioria dos jovens brasileiros.

No ensino básico, o cenário é ainda mais difícil. A realidade desigual entre as escolas públicas e particulares foi duramente impactada com a pandemia da COVID-19 e a impossibilidade de realização de aulas presenciais. O país que já viu o Programa Um Computador por Aluno no governo Lula se depara com a completa ausência de uma política nacional direcionada a tecnologias educacionais de educação remota, adaptada às necessárias medidas de isolamento social. Nesse contexto em que a educação demanda ainda mais atenção do Estado, o MEC teve, em 2020, a menor execução orçamentária da década em educação básica. Vale destacar, ainda, a tentativa de esvaziamento do FUNDEB por parte do governo Bolsonaro, impedida pela mobilização do conjunto do movimento educacional, garantindo a permanência dos recursos do FUNDEB para a educação básica.

A educação não vive, todavia, somente brutais reduções orçamentárias desde 2016. O golpe também deu vazão a uma agenda ideológica educacional conservadora radical em Brasília e nos estados e municípios, a exemplo do movimento Escola Sem Partido, voltado à criminalização da atividade docente e do pensamento nas escolas. O suposto combate à “ideologia de gênero” e ao “marxismo cultural” nas escolas compõe uma faceta ideológica importante do projeto de educação que se busca implementar no país: esvaziar a capacidade reflexiva e

crítica do processo de aprendizagem e reescrever a história do país e do mundo para as crianças e jovens.

Nesse mesmo esteio repressor, na contramão das conquistas da juventude nos governos petistas, o governo Bolsonaro, coautor e herdeiro do golpe, atua deliberadamente pela discriminação e repressão da sexualidade da nossa juventude, sobretudo através de declarações e ação do Ministério da Família e dos Direitos Humanos. Isso tem um impacto direto nos estigmas presentes na sociedade acerca da sexualidade e isentando o Estado de responsabilidade no desenvolvimento de políticas de prevenção e educação sexual. Exemplos significativos disso são o aumento dos casos de Sífilis, em que a curva de casos dos 20 aos 29 anos é muito maior do que as demais faixas etárias, e a campanha pela abstinência sexual como método contraceptivo promovida pelo governo federal.

DESEMPREGO E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO PARA A JUVENTUDE

O mundo do trabalho também se tornou muito mais árido para a juventude desde o golpe de 2016. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), no início de 2019, 27% dos jovens brasileiros estavam desempregados, mais que o dobro da média da população. No final de 2020, a taxa havia crescido para 29,8%, patamar 54% superior ao do final de 2015. Em paralelo, cresceu o trabalho não protegido, principalmente nos aplicativos de entrega, em que boa parte dos empregados são jovens, e diminuiu a renda média do trabalho.

O empreendedorismo como única opção imposta pela agenda neoliberal desde o governo Temer suscita uma saída individual ao anseio legítimo de emancipação pessoal e profissional, ao passo que retira direitos e provoca muitas vezes baixa remuneração e jornadas de trabalho exaustivas e precárias para a juventude. Para o trabalho assalariado, a resposta

do regime pós-golpe à juventude foi a Medida Provisória da “carteira verde e amarela” – que retirava direitos garantidos pela CLT e precarizava ainda mais as relações de trabalho para a juventude –, mas foi barrada pela mobilização popular e caducou no Senado Federal.

JUVENTUDE COMO INIMIGO DO ESTADO

O genocídio da juventude negra é uma dura realidade do nosso país, com raízes históricas e institucionais profundas. Porém, se antes tínhamos um governo que através de iniciativas como o Juventude Viva denunciava essa realidade e agia para confrontá-la, mobilizando sociedade civil, instituições e poderes para o combate ao racismo e à estigmatização da juventude, o que vemos hoje é o reforço do extermínio da nossa juventude pelos próprios agentes que comandam a República. Além da ausência completa de políticas de combate ao extermínio da juventude, há o incentivo ativo a ações de extermínio deliberadas, como as declarações do vice-presidente Hamilton Mourão, que classificou como “bandidos” todos os 28 sumariamente executados na chacinha de maio de 2021 no Jacarezinho.

Ainda sobre criminalização da juventude negra, a própria Secretaria Nacional de Juventude emitiu, em dezembro de 2020, nota favorável à Proposta de Emenda à Constituição de iniciativa de Flávio Bolsonaro que reduz a maioria penal, em absoluta contradição à defesa da juventude, à Constituição Federal, ao Estatuto da Criança e do Adolescente, e a tratados e acordos internacionais de Direitos Humanos.

DESESTRUTURAÇÃO DA GESTÃO DE JUVENTUDE

A criação de órgãos e ferramentas de gestão de políticas públicas de juventude e participação da juventude nos processos de tomada de decisão e formulação dessas políticas foi traço marcante dos governos

do PT. A criação da Secretaria Nacional de Juventude e do Conselho Nacional de Juventude e a realização das Conferências Nacionais de Juventude abriram uma avenida no Estado brasileiro por onde as demandas da juventude puderam invadir o governo federal.

Hoje, a diminuta Secretaria Nacional da Juventude do governo Bolsonaro é vinculada ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, e não tem previsto qualquer orçamento específico. A Conferência Nacional de Juventude, espaço fundamental de participação social e que deveria ter ocorrido em 2019, teve sua comissão organizadora constituída unicamente pelo governo federal, só cedendo à participação da sociedade civil após campanha de organizações de juventude e do Conselho Nacional de Juventude.

O golpe de 2016 impôs, portanto, um novo período para as políticas públicas de juventude no país. Substituíram o ciclo virtuoso de elaboração e execução dessas políticas pela negligência e violência contra a juventude. Urge retomar o Estado para a juventude brasileira e fazê-lo encará-la novamente como sujeito de direitos e agente fundamental do desenvolvimento nacional.

INCÊNDIO EM ALDEIA NA TERRA INDÍGENA DO XINGU, NO NORDESTE DE MATO GROSSO

AMAZÔNIA REAL/TAKUMA KUIKURO/FOTOS PÚBLICAS



MANIFESTAÇÃO EM MANAUS

ALBERTO CÉSAR ARAÚJO/AMAZÔNIA REAL/FOTOS PÚBLICAS

9 POVOS TUPINAMBÁ E PATAXÓ MARCHARAM CONTRA O MARCO TEMPORAL E PELA DEMARCAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS

TIAGO MIOTTO/CIMI/FOTOS PÚBLICAS



ATO COM MORADORES DAS ALDEIAS GUARANIS DO JARAGUÁ

ELINEUDO MEIRA/FOTOS PÚBLICAS

ANTI-INDÍGENAS GANHARAM AUTORIDADE A PARTIR DO GOLPE

Os governos do PT foram marcados pelo compromisso em assegurar os direitos à autonomia e diversidade dos povos indígenas e, em simultâneo, garantir o acesso a serviços públicos. A luta dos indígenas garantiu, neste período, a homologação de 22 milhões de hectares em 108 terras indígenas e a adoção de mesas de diálogo, para construir solução pacífica de conflitos. Houve a criação da Secretaria Especial de Saúde Indígena, para reformular a gestão da saúde indígena, com autonomia administrativa, orçamentária, financeira e responsabilidade sanitária dos 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs,) e a instituição da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (Decreto 7.747/ 2012), com o objetivo de proteger, recuperar e garantir o uso sustentável dos territórios indígenas. Vale lembrar ainda os 342 profissionais do Mais Médicos atuando nos DSEIs, as 3 mil escolas indígenas entregues, os mais de 16 mil indígenas universitários, as 30 mil famílias indígenas atendidas pelo Luz para Todos, e os 332 mil indígenas beneficiados pelo Bolsa Família. Ademais, em 2015, foi realizada a 1ª Conferência Nacional de Política Indigenista e o Brasil sediou a primeira edição dos Jogos Mundiais dos Povos Indígenas.

O golpe recaiu de forma intensa sobre os direitos, a vida e a luta dos povos indígenas. Com Temer, ganhou força, no Congresso Nacional, uma pauta anti-indígena patrocinada pela bancada ruralista, que

apoiou fortemente o golpe, resultando em centenas de proposições cujos alvos prioritários eram a revisão da legislação de demarcação e proteção e das regras para exploração das terras indígenas. Com Bolsonaro, chegou ao poder um governo em conflito com os povos indígenas, que paralisou a demarcação e busca avançar na exploração econômica das terras indígenas, esvaziou os órgãos indigenistas e trouxe de volta a defesa da tese da “integração”. O que era risco com Temer tem se transformado, com Bolsonaro, em realidade, com retrocessos inaceitáveis em relação aos direitos constitucionais dos povos indígenas.

PARALISIA DA DEMARCAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS

Durante a campanha presidencial, Bolsonaro prometeu que, se eleito, não demarcaria um só centímetro de terra indígena. Inegavelmente, está cumprindo esta promessa. Até o momento, são zero hectares demarcados, além de ter devolvido inúmeros processos à FUNAI.

TABELA 1: TERRAS INDÍGENAS DECLARADAS E HOMOLOGADAS, POR PERÍODO PRESIDENCIAL

Presidente (período)	TIs Declaradas		TIs homologadas	
	Nº	Extensão (ha)	Nº	Extensão (ha)
Sarney/Itamar/Collor (abr 1985 a dez 1994)	136	42.822.144	195	46.208.142
Fernando H. Cardoso (jan 1995/dez 2002)	118	35.955.850	145	41.226.902
Luiz Inácio Lula da Silva (jan 2003/dez 2010)	81	13.291.661	87	18.785.766
Dilma Rousseff (jan 2011 a mai 2016)	26	2.028.672	21	3.268.955
Michel Temer (mai 2016 a abr 2018)	3	3.397.569	1	19.216
Jair Bolsonaro (jan 2019 - presente)	0	0	0	0

Em abril de 2020, o governo Bolsonaro deu passo importante para fragilizar o direito à terra originária pelos povos indígenas. Por meio da Portaria Normativa 09, a FUNAI passou a certificar imóveis rurais em terras indígenas não homologadas. Com isto, as 235 terras indígenas em processo de demarcação, assim como todas as áreas formalmente reivindicadas por grupos indígenas, em qualquer estágio do processo de análise, deixaram de ser restrição ao registro das propriedades no Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (CAR/SICAR). Vale lembrar que, segundo levantamento do Ministério Público Federal, em 2020 havia 9.901 propriedades inscritas no CAR sobrepostas a terras indígenas em diferentes fases de regularização ou a áreas com restrição de uso.

O ENFRAQUECIMENTO DOS ÓRGÃOS INDIGENISTAS

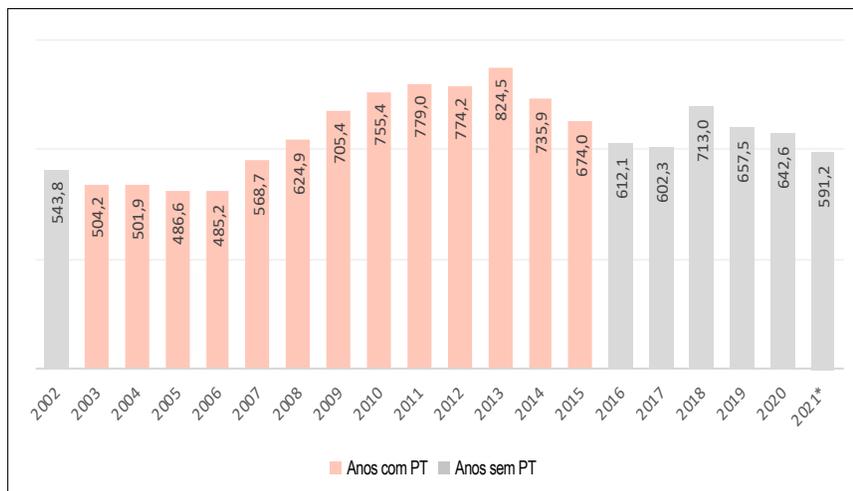
Em seus primeiros atos, Bolsonaro buscou atacar as instâncias do Estado encarregadas de assegurar direitos indígenas e participação nas políticas públicas.

Na reforma administrativa promovida no início de seu mandato, a FUNAI foi duplamente atacada. Ela foi transferida para o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, e sua atribuição de demarcar terras indígenas foi transferida para o Ministério da Agricultura. No primeiro caso, uma mudança alinhada à orientação catequista e assimilacionista do governo Bolsonaro para a política indigenista. No segundo caso, para subordinar o direito à terra aos interesses dos ruralistas. O governo Bolsonaro sofreu dupla derrota, no Congresso Nacional e no Supremo Tribunal Federal, e a FUNAI persistiu no Ministério da Justiça.

Se não conseguiu promover as alterações executivas que pretendia, Bolsonaro deu sequência à política de sufocamento orçamentário da FUNAI. Em quase todos os anos após o golpe, exceto em 2018, os

recursos da FUNAI têm sido inferiores ao total empenhado em 2015. Em valores reais, o orçamento aprovado para 2021 é 12% menor que em 2015.

GRÁFICO 1: EVOLUÇÃO DAS DESPESAS EMPENHADAS DA FUNAI*



Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - Siop, em 31 maio 2020. Para 2002 a 2020 - recursos empenhados; para 2021 - LOA.

* Em bilhões de reais de 2020. Deflator utilizado: IPCA médio.

Ao sufocamento orçamentário, soma-se, no caso da FUNAI, uma intensa troca de ocupantes de cargos de chefia e de coordenação, com a substituição de técnicos com longa passagem pela instituição por indicados dos ruralistas. No caso dos profissionais encarregados da elaboração de laudos antropológicos, as mudanças objetivaram assegurar a contratação de pessoas alinhadas com a política de “demarcação zero” prometida por Bolsonaro.

Vale ainda lembrar que o Conselho Nacional de Política Indígenista (CNPI) não se reúne desde 2016. Embora tenha escapado da sanha revogatória do governo Bolsonaro, que pretendia extinguir todos os conselhos de participação social em políticas públicas, o CNPI persiste sem atividade.

SAI PNGATI, ENTRE EXPLORAÇÃO PRIVADA EM TERRAS INDÍGENAS

Instituída em 2012, a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígena (PNGATI) buscava assegurar a autonomia e o protagonismo dos povos indígenas na gestão de seus territórios. Para isso, entre seus objetivos principais, estava o fomento a ações que assegurassem o uso sustentável dos territórios indígenas, acompanhadas por um Comitê Gestor formado por governo e representações dos povos indígenas.

Ao contrário deste alinhamento com as previsões da Constituição, o governo Bolsonaro vem buscando alterar a legislação para autorizar a exploração econômica privada das riquezas presentes nos territórios indígenas. Além do esvaziamento das ações de fiscalização, submetendo os povos indígenas a uma violência crescente contra suas terras e sua vida, há duas medidas que capitaneiam este esforço do governo Bolsonaro.

O Projeto de lei 191/2020, proposto por Bolsonaro, pretende regulamentar a exploração de recursos minerais e a geração de energia elétrica em terras indígenas, mas, se aprovado, autorizará qualquer atividade econômica nas TIs, incluindo agricultura, pecuária e turismo. O projeto abre caminho para que, mediante parcerias e outros mecanismos jurídicos, grupos econômicos explorem e se apropriem, na prática, das terras e riquezas naturais que são, constitucionalmente, de usufruto exclusivo dos povos indígenas.

Quanto à Instrução Normativa 01/2021, editada em conjunto pela FUNAI e pelo IBAMA, ela autoriza a “parceria” entre indígenas e não indígenas para a exploração econômica dos territórios, sem consulta aos afetados, no caso os povos indígenas. Uma medida infralegal tomada para acelerar a entrega das riquezas dos territórios indígenas ao setor privado.

TENTATIVA DE ADOÇÃO DE POLÍTICA RACISTA DE IDENTIFICAÇÃO INDÍGENA

Em janeiro de 2021, o governo Bolsonaro fez nova incursão em sua estratégia de dar nova orientação à política indigenista brasileira. Por meio da Resolução 04/2021, a FUNAI estabeleceu novos critérios para a “heteroidentificação” de indígenas no Brasil. Basicamente, esta medida define que a FUNAI passará a definir quem é e quem não é indígena no Brasil, o que antes era um papel dos próprios indígenas, um direito garantido pela Constituição Federal e por tratados internacionais assinados pelo país, como a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

A medida foi denunciada como racista e tornou-se objeto de uma Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF), sob argumento de inconstitucionalidade. Em maio de 2021, a Resolução foi suspensa pelo STF.

A FRAGILIZAÇÃO DA ATENÇÃO À SAÚDE INDÍGENA

O golpe de 2016 interrompeu o processo de fortalecimento da atenção à saúde indígena. O primeiro impacto veio da extinção do programa Mais Médicos, que havia levado profissionais aos 34 DSEIs. Como em 56% deles, os médicos em atividade eram cubanos e o programa substituto criado por Bolsonaro não conseguiu preencher a integralidade dessas vagas, o atendimento às populações indígenas se deteriorou, como mostra a elevação da taxa de mortalidade de bebês indígenas já em 2019.

Embora tenha sido obrigado a recuar de sua intenção de extinguir a SESAI, o governo Bolsonaro foi omissivo na prevenção, controle e cuidado das populações indígenas frente à pandemia da COVID-19.

Foram afetados 163 territórios e, até 31.05.2021, havia 54.785 casos confirmados e 1.092 mortes entre indígenas.

O plano de ação federal para combater a COVID-19 em territórios indígenas somente foi implementado sob ordem do STF, que exigiu três reformulações nas propostas, consideradas insuficientes. Por falta de informação, muitos indígenas se recusaram a realizar testes e, devido a *fake news*, há oposição à vacina. O número de cestas básicas distribuídas tem sido insuficiente, assim como a oferta de água. Insumos para atendimento e profissionais para assegurar atenção à saúde não chegaram a territórios não homologados. Em suma, o governo Bolsonaro reproduz, entre os indígenas, a mesma política genocida omissa que adotou para o conjunto do Brasil.

O GOLPE SOBRE OS DIREITOS HUMANOS RETROCESSO CIVILIZATÓRIO

Desde 2016, com a interrupção ilegal do mandato da presidenta Dilma, os retrocessos na área dos direitos humanos são inúmeros. As mudanças nas estruturas governamentais tiraram a autonomia e acabaram com a capacidade de transversalizar e entregar políticas públicas de direitos humanos. Os conselhos de participação social foram desidratados, para frear a controle social exercido pelos vários conselhos ligados à então Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, incluindo o Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH).

Durante o governo de Michel Temer, a Secretaria de Direitos Humanos foi rebaixada ao status de Secretaria Especial do Ministério da Justiça, de onde havia saído em 2006. Enquanto a Secretaria perdia orçamento e força política e as populações-alvo dos seus programas e políticas públicas já não tinham mais a mesma guarida que anteriormente, sua estrutura foi usada para promover a campanha da titular da secretaria a cargo na Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (CIDH/OEA), indicada pelo governo federal. Nos últimos meses de Temer, o Ministério foi recriado, incorporando a ele as estruturas dos ex-Ministérios da Promoção da Igualdade Racial e Políticas para Mulheres.

Ao contrário do que se previa, Bolsonaro fez uma opção de não extinguir a pasta dos direitos humanos, mas sim transformá-la em um instrumento da destruição e da subversão de princípios, ações, políticas, programas e narrativas de promoção e proteção de direitos humanos edificadas nos governos do PT. Como anunciou em seu discurso de posse, ele veio para “destruir tudo que foi feito” e colocou o Ministério sob a (anti)liderança da (anti)ministra dos Direitos Humanos, Damares Alves – conhecida por décadas de pregação antidireitos LGBTQIA+, antiaborto e antiesquerda, além de ter forjado currículo de mestre em educação e direito, que fora desmentido pela imprensa. Com Bolsonaro e Damares, o Ministério age sistematicamente não apenas para promover o desmonte das políticas construídas durante os governos do PT, mas também para desconstruir a ideia na sociedade de que os direitos humanos são universais, indivisíveis e para todas e para todos. A fragilização durante o governo Temer foi chave para que a resposta das estruturas públicas e da sociedade civil – cujas parcerias foram suspensas e que, sem permeabilidade, não encontrava mais espaço para diálogo – não conseguissem frear o desmonte.

A lista de retrocessos é ampla. Sob a regência de um governo autoritário, discriminador e avesso aos direitos humanos, o Brasil vive um recuo civilizatório sem precedentes.

A ANTIGESTÃO DAMARES

A ministra Damares Alves chegou ao ministério com objetivos muito claros. O primeiro deles, usar a estrutura colocada a seu dispor para destruir, no país, o que foi construído na década e meia anterior. No campo externo, age para destruir as posições, consensos e avanços que Brasil construiu dentro das instituições do sistema internacional de direitos humanos e para promover alianças espúrias com países reconhecidamente violadores de direitos humanos, forman-

do, inclusive, uma frente conservadora para barrar avanços nesses fóruns. Neste caso, o fim último é impactar a capacidade do próprio sistema internacional de direitos humanos e de suas instituições de responder aos retrocessos e violações de direitos humanos no Brasil e em outros países, ao promover uma agenda missionária e conservadora. Em especial, busca impor posições regressivas em temas relacionados a direitos sexuais e reprodutivos, das pessoas LGBTQIA+, das pessoas com deficiência e das pessoas indígenas, à proteção de vítimas e testemunhas, promovendo sua demonização, destruindo as estruturas de promoção de direito à memória, verdade e justiça, desmontando as estruturas estatais de enfrentamento e prevenção à tortura, entre outras áreas. O objetivo, segundo a própria ministra, é dissociar a agenda de direitos humanos da “agenda globalista” e fazer com que o Ministério deixe de cuidar de “pautas de minorias” e virar um Ministério que cuida das majorias. A baixa execução do orçamento anual do Ministério dos Direitos Humanos (que não passou de 44% em 2020, segundo o portal da transparência do governo federal) é sintoma de um Ministério mais preocupado em destruir do que construir, em um país cujas violações de direitos humanos são diárias e seguem se aprofundando.

O ATAQUE AO ESTADO LAICO

As estruturas dos Direitos Humanos passaram a ser usadas para beneficiar organizações ligadas às Igrejas Evangélicas, parceiras da ministra Damares, que até mesmo criou o “Cadastro Nacional das Organizações Religiosas”, catalogando as organizações evangélicas aptas a receber repasses federais. É o que Bolsonaro chamou de “Censo das Igrejas”. Enquanto mapeiam as igrejas evangélicas, cortaram 96% dos recursos destinados ao Censo Demográfico, deixando o Estado brasileiro sem um instrumento fundamental para conhecer a população e suas demandas e adequar as políticas públicas a seu atendimento.

A AGENDA ULTRACONSERVADORA GANHA UMA SECRETARIA DA FAMÍLIA

Em termos de estrutura ministerial, a inovação de Damares foi criar uma Secretaria da Família, para ser usada como ferramenta para a articulação e promoção de agenda ultraconservadora. A secretária da pasta já foi a eventos internacionais representando o Ministério, tanto nos Estados Unidos quanto na Hungria, onde traçou a estratégia de ação e influência da pasta comandada por Damares: o Ministério dos Direitos Humanos estaria atuando em parceria com o Ministério da Educação para “desideologizar” a educação básica no Brasil, freando quaisquer possibilidades de incorporação de temas de educação em direitos humanos no currículo escolar. O caso foi amplamente reportado pela mídia brasileira. O país que mais mata travestis no mundo, tem um ministério cuja linha narrativa central é promover os valores da “família tradicional”.

O DESPREZO PELAS CULTURAS TRADICIONAIS E POR DIREITOS CONSTITUCIONAIS

Está em curso um processo de demonização das culturas tradicionais, com impacto na salvaguarda de direitos das populações e comunidades indígenas, quilombolas e tradicionais. Têm ocorrido vazamentos de dados confidenciais de cidadãos e uma atuação direta da ministra para impedir que direitos humanos de crianças e adolescentes sejam resguardados, como no caso da menina capixaba de dez anos que engravidou como resultado de estupros sistemáticos de familiares. Conforme noticiado e apurado pelo jornal *Folha de S.Paulo*, entre outras agências, a ministra agiu nos bastidores para impedir que a criança fosse submetida ao procedimento que é legal e direito garantido pela Constituição.

UM IRRECONHECÍVEL BRASIL NOS FÓRUMS INTERNACIONAIS

No âmbito internacional, a atuação congregadora, progressista, consistente e respeitada do Brasil na defesa dos direitos humanos em

fóruns internacionais tornou-se passado. Com Bolsonaro, o Brasil passou a ser reconhecido por representar posições de retrocesso. Em reunião do Conselho de Direitos Humanos da ONU, em fevereiro deste ano, em Genebra, a ministra divulgou dados de investimentos governamentais que não condiziam com a verdade e afirmou que o governo estava cuidando das populações indígenas e de sua proteção durante a pandemia da COVID-19. No entanto, ações diretas para imunização de comunidades indígenas só foram levadas à frente meses depois, por ordem do STF. O desprezo pelo cumprimento de decisões e resoluções do sistema internacional de proteção aos direitos humanos é outra marca da “gestão Damares”.

REVISÃO AUTORITÁRIA DO PNDH-3

Como resultado da 11ª Conferência Nacional de Direitos Humanos, realizada em 2008 com ampla participação da sociedade civil, o Estado brasileiro publicou o 3º Programa Nacional de Direitos Humanos, em 2009. O PNDH-3 consolidou a agenda de Estado para a promoção, transversalização e implementação de compromissos nacionais e políticas públicas de direitos humanos e colocou compromissos de implementação de ações para todos os ministérios.

A Portaria 457/21, assinada pela ministra Damares em março de 2021, cria um Grupo de Trabalho, exclusivamente com integrantes do governo Bolsonaro, escolhidos a dedos, para revisar as bases do PNDH-3 sem representação da sociedade civil, o que coloca a estratégia de Estado, criada em 2009, para o avanço dos Direitos Humanos em risco. Ademais, nenhuma informação sobre os trabalhos do Grupo pode ser divulgada antes do encerramento das atividades, em uma verdadeira “revisão secreta” da política de Direitos Humanos do país, coerente com a falta de transparência característica do governo Bolsonaro.

OS RETROCESSOS NA ÁREA DE MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA

SOBRE A COMISSÃO DE ANISTIA

Os trabalhos da Comissão de Anistia começaram a ser esvaziados ainda no governo Temer, com início de revisão de anistias e interrupção das Caravanas da Anistia, entre outras medidas. Com Bolsonaro, o processo de esvaziamento da Comissão foi acelerado.

A Comissão de Anistia foi transferida do Ministério da Justiça para o Ministério dos Direitos Humanos. Em ação emblemática de sua oposição à atuação da Comissão, Damares nomeou, entre os novos integrantes do colegiado (Portaria 378/2019), pessoas publicamente hostis a iniciativas de reparação ou memória. Entre os vários militares nomeados para Comissão da Anistia, destaque para a nomeação do general da reserva Luiz Eduardo Rocha Paiva, militar que foi comandante da Escola de Comando do Estado Maior do Exército e conhecido por duvidar abertamente das torturas sofridas pela presidenta Dilma Rousseff.

Sob a gestão da ministra Damares, a Comissão da Anistia passou a promover a revisão de indenizações anteriormente concedidas a anistiados políticos. Negou, nos primeiros meses do governo Bolsonaro, mais de 271 pedidos, promoveu 88 arquivamentos e aprovou apenas 8 pedidos. Até fevereiro de 2021, 635 anistias haviam sido revistas, 612 das quais foram anuladas.

SOBRE A COMISSÃO ESPECIAL DE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS

No início de 2020, a ministra Damares revisou o regimento interno da CEMPD, e nomeou um membro do partido PSL, Marco Vinicius Pereira de Carvalho, para presidir a Comissão, sob o argumento de “correção de rumos e irregularidades”.

Houve ainda a retirada, da comissão, do poder de emitir certidões de óbito, o que vai contra a lei de criação da Comissão, a Lei 10.875/2004, que estabeleceu critérios para reconhecimento das vítimas da ditadura civil-militar, permitindo reconhecer como vítimas pessoas vitimadas por agentes públicos em manifestações públicas, conflitos armados ou que praticaram suicídio na iminência de serem presas ou em decorrência de sequelas psicológicas resultantes de atos de tortura.

DESESTRUTURAÇÃO DOS COLEGIADOS E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Uma das marcas dos governos pós-golpe, em especial o governo Bolsonaro, tem sido o esvaziamento, fragilização e até mesmo a extinção das instâncias de participação da sociedade civil na formulação e monitoramento de políticas públicas.

O Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH), principal órgão de participação social dos direitos humanos, tem sofrido sérios ataques desde 2016. Nos primeiros meses do governo golpista de Michel Temer, o órgão deixou de dispor de estrutura mínima para seu funcionamento. Os representantes da sociedade civil no conselho denunciaram o bloqueio à execução plena de atividades, à dificuldade de conseguir que o governo federal garantisse as reuniões e deliberações do colegiado.

Sob o governo Bolsonaro, a ministra Damares Alves também exonerou a secretaria-executiva escolhida pelo colegiado e proibiu que o conselho divulgue ampla e abertamente suas atividades, notas (incluindo as de repúdio contra desmandos do governo federal) e decisões em página oficial dedicada ao Conselho.

O Conselho Nacional da Pessoa com Deficiência foi extinto por Bolsonaro em abril de 2019. Outros órgãos participativos relativos à agenda dos Direitos Humanos, como o Conselho LGBTQIA+, o Comitê de

Educação em Direitos Humanos, o Conselho Nacional da Criança e do Adolescente (CONANDA), o Comitê de Prevenção e Combate à Tortura, o Conselho Nacional da Pessoa Idosa, entre outros, foram seriamente impactados pela gestão Damares. Além de não assegurar a estrutura mínima para o funcionamento de tais órgãos, publicou medidas autoritárias como alteração de conselheiros sem consulta à sociedade civil, mudança de regimentos, bloqueio de recursos para projetos, entre outras medidas que bloquearam a interação e o controle social da sociedade civil às políticas públicas de Direitos Humanos.

Desde 2005, o Brasil tem realizado conferências nacionais para debater a política nacional de promoção de direitos das crianças e adolescentes. Com Bolsonaro e Damares, isto não ocorreu. A última conferência havia ocorrido em abril de 2016, ainda sob a presidência de Dilma Rousseff e a seguinte deveria ter ocorrido em outubro de 2019, mas foi cancelada e não há notícias de nova remarcação.

O ENFRENTAMENTO E A PREVENÇÃO À TORTURA

Em junho de 2019, Bolsonaro publicou decreto que desmontou o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT), ao demitir todos os peritos do órgão, que haviam sido escolhidos por meio de seleção pública e transparente.

O órgão foi instalado em 2014, e era responsável por investigar violações de direitos humanos. O MNPCT faz parte do Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, e tem o mandato de fazer vistorias e relatos sobre violações em dependências públicas e privadas como prisões, unidades do sistema socioeducativo, abrigos de idosos, hospitais psiquiátricos, entre outros. Sua atuação foi decisiva para criar uma cultura de inspeções e de frear violações de direitos humanos, de forma independente, atuando como organismo de estado, e sendo elogiada pelas Nações Unidas e usada como modelo internacional.

O decreto de Bolsonaro exige que a contratação de novos peritos passe por sua aprovação pessoal, além de que os profissionais não devem receber salários, o que inviabiliza a profissionalização do órgão e a isenção dos peritos.

| ATO NA CONCESSIONÁRIA DA FORD, SONNERVIG/SÃO PAULO
ADONIS-GUERRA/FOTOS PÚBLICAS



DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



| GREVE DOS PETROLEIROS
FUP



| MUTIRÃO DO EMPREGO, SÃO PAULO/SP
ROBERTO PARIZOTTI/FOTOS PÚBLICAS

ROTEIRO DE UM PROJETO DE EXCLUSÃO A GESTÃO MACROECONÔMICA PÓS-GOLPE

A política econômica dos governos pós-golpe tem, como linha mestra, a busca por reversão do projeto dos governos petistas de promoção do crescimento de forma inclusiva. A redução do Estado via política fiscal, a omissão do Banco Central em atuar a favor do crescimento e a orientação geral de precarização e aumento da desigualdade no mercado de trabalho são a verdadeira motivação do consórcio golpista, com consequências nefastas para a vida cotidiana com corte de direitos e diminuição da renda.

Hoje já se pode atestar com segurança a falsidade do mote “*basta tirar a Dilma para voltarmos a crescer*”, que ecoou não apenas entre grupos oposicionistas, mas também na cúpula das análises econômicas e jornalísticas. Defendia-se que era suficiente promover a retração do Estado para que emergisse um mercado pulsante capaz de gerar crescimento.

Após cinco anos, a promessa segue a lógica autorrealizável da defesa do neoliberalismo: se ainda não funcionou, é porque não fizemos o bastante. O fracasso de uma dose não é lido como sinal de inadequação da proposta, mas como necessidade de tomá-la em dobro. A

pandemia expôs definitivamente a contradição de se encarar a política econômica apenas a partir dessa lente ideológica. Se o mundo todo já vinha questionando a efetividade da tese de *austeridade expansionista*, no período pandêmico ela parece ter se tornado um episódio distante do debate econômico.

É assim que o Brasil volta a figurar como a vanguarda do atraso, não apenas na economia, mas na pauta ambiental, na defesa dos direitos humanos e das liberdades individuais. O projeto neoliberal parece ter se tornado ainda mais cru, escancarando sua perspectiva autoritária e seu descompromisso com qualquer pacto civilizatório. Um verdadeiro enredo de exclusão.

POLÍTICA FISCAL - A REDUÇÃO DO ESTADO EM DOIS ATOS E DUAS PAUSAS

As chamadas *pedaladas fiscais*, ainda que servissem como um pretexto para a configuração do crime de responsabilidade, traziam consigo também a simbologia de criminalizar a ação governamental e o gasto público. A guinada liberal da arena política e de parcela da opinião pública, fundamentada no cenário de crise econômica e das denúncias da Lava jato, deu corpo a um discurso de redução do papel do Estado e seus serviços. Tratava-se de acabar com o “país da meia entrada” e fixar como mantra do debate econômico a necessidade de reduzir o déficit público exclusivamente por meio do corte de gastos.

A concretização desse projeto se deu menos de dois meses após a aprovação do *impeachment* na Câmara, quando Michel Temer apresentou a proposta que viria a se tornar a Emenda Constitucional 95, ou o Teto de Gastos, responsável por congelar o valor real dos gastos públicos durante 20 anos. Se levada a cabo, a EC 95 poderá representar a redução do gasto primário de um patamar próximo a 20% do PIB, em 2017, para 12%, em 2036. Trata-se de impor uma redução deliberada do Esta-

do diante da economia para que a sociedade se veja obrigada a selecionar quais dos serviços públicos deseja continuar provendo.

A aprovação do Teto de Gastos definiu parte fundamental do debate político e econômico desde então. Como consequência lógica, o Teto impôs a necessidade de iniciar a chamada *agenda reformista*, capaz de fazer com que os gastos públicos coubessem na nova regra.

Dentre as reformas, que agora haviam se tornado necessárias, a previdenciária aparecia com destaque, dado que os gastos com aposentadorias e pensões correspondem a um pouco mais da metade dos gastos primários. Temer propôs ao Congresso uma nova rodada de reduções do Estado, mas a ilegitimidade de seu governo e o caráter impopular e regressivo das reformas mobilizaram forte resistência ao desmonte do sistema previdenciário, que não prosperou.

A pauta *reformista* se manteve e o debate econômico nas eleições de 2018 girou em torno da necessidade de promover *ajustes* que permitissem a manutenção do Teto. Jair Bolsonaro assumiu com o compromisso de terminar aquilo que o governo Temer não havia conseguido e aprovar uma Reforma da Previdência. Após dois meses da posse, o presidente e seu ministro Paulo Guedes apresentaram a proposta que trazia consigo o objetivo de reduzir os gastos com benefícios em, pelo menos, 1 trilhão de reais ao longo de dez anos. O montante simbolizava aquilo que Guedes considerava o ajuste necessário para tornar o sistema previdenciário atrativo ao setor privado para a adoção do modelo de capitalização.

Embora tenha passado por alterações importantes no Congresso, a Reforma da Previdência preservou seu principal objetivo: estabelecer uma idade mínima, ainda que diferenciada para homens e mulheres, encerrando a aposentadoria por tempo de contribuição. A estimativa de redução de gastos a ser gerada ao longo de uma década, próxima de 995 bilhões de reais, é similar ao desejado por Guedes, mas seus planos de transformá-la em um regime de capitalização não prosperaram.

Outra temática do enredo fiscal dos governos pós-golpe são as privatizações. Tanto quanto as outras agendas de reforma, essas medidas constituem a promessa eterna de um futuro glorioso e de recursos abundantes. A própria inserção das privatizações no quadro fiscal mostra o único objetivo de seus proponentes: obter recursos vendendo estoque para atenuar fluxos. Não há praticamente menção a critérios técnicos e busca por maior eficiência. Ao contrário, as medidas já tomadas desarticulam importantes instrumentos de política econômica e vendem ativos construídos ao longo de anos, por gerações de brasileiros, em um momento de baixa histórica do preço das empresas.

O ano de 2020 começou embalado pelo segundo ímpeto de cortes dos gastos públicos, com foco no funcionalismo. A proposta de Reforma Administrativa tinha como meta a redução da despesa com folha de pagamentos e a flexibilização do regime de trabalho. Porém, a *agenda reformista* passou por sua segunda pausa, da qual ainda não saiu, com o início da pandemia da COVID-19. A necessidade de responder à crise sanitária impôs ao governo a interrupção não apenas de sua agenda de reformas, mas também do período de corte das despesas, exigindo exatamente seu contrário.

No início, Paulo Guedes transmitiu a mensagem de que o curso do governo não iria se alterar. Anunciou que seriam necessários apenas 5 bilhões de reais para superar a crise e que a recuperação econômica seria em “V”. Errou mais uma vez em seus prognósticos, tanto a respeito das medidas que seriam tomadas pelo governo, quanto no desempenho da economia.

Enquanto Guedes defendia o pagamento de 200 reais para trabalhadores informais, o Congresso acabou sendo guiado pelas propostas da oposição e forçou o governo a aceitar o Auxílio com cinco parcelas de 600 reais, além de outras quatro no valor de 300 reais. Além disso, o Programa de Manutenção do Emprego e da Renda, o auxílio a estados e municípios e as despesas extras em saúde resultaram em gastos

adicionais de 528 bilhões de reais, gerando o maior déficit primário da história, de 743 bilhões de reais.

O fim do segundo ato de reformas trouxe consigo o fim efetivo do principal personagem desde o golpe, o Teto de Gastos. Ainda que esteja vivo no papel, ele precisou ser suspenso com a aprovação do Orçamento de Guerra (EC 106) no primeiro ano de pandemia e, no segundo ano, passou a ser contornado por meio da aprovação de créditos extraordinários para gastos ainda exigidos pela crise sanitária. Por fim, a PEC Emergencial (EC 109) definiu novos gatilhos para o congelamento de despesas, remendando a EC 95 e adotando um critério de acionamento dos “gatilhos” motivados pela razão entre seu componente obrigatório e o total.

Fica nítido, portanto, o enredo das emendas constitucionais aprovadas após o golpe. Sob o argumento da redução do papel do Estado na economia, buscaram a redução das despesas públicas, a redução de direitos sociais ou a determinação de limites para atuação estatal. A política fiscal resultante é mais enrijecida e menos capaz de atender às demandas de nossos tempos. Ao final do enredo, temos quatro regras fiscais: meta de resultado primário, regra de ouro, teto de gastos e, mais recentemente, razão entre despesas obrigatórias e totais. Trata-se de um emaranhado legislativo construído, a cada ocasião, para promover o ajuste dos próximos governos, nunca de seu próprio.

POLÍTICA MONETÁRIA E CAMBIAL: A OMISSÃO EM TRÊS ATOS

O contorno da política monetária do pós-golpe começou a ser desenhado ainda antes do afastamento da presidenta Dilma. A pressão do mercado e dos agentes do setor financeiro para que o Banco Central respondesse a uma inflação majoritariamente causada pelo descongelamento de preços administrados com uma drástica elevação da taxa

de juros é uma das raízes do elevado nível de desemprego que vivemos desde então. As gestões subsequentes, mesmo diante de uma inflação abaixo do piso da meta, resistiram a uma redução mais substantiva da taxa de juros. Ao longo deste período, outro elemento também tomou conta da narrativa da autoridade monetária: que o alegado descontrole fiscal era o responsável por impedir a necessária queda da taxa Selic.

A forma como devem se articular política fiscal e monetária é um dos pontos em que mais se explicita a divergência entre o projeto golpista e uma gestão macroeconômica comprometida com o crescimento e desenvolvimento nacional. Os profetas do apocalipse fiscal, para os quais a quebra do país é sempre uma questão de tempo, defenderam e seguem argumentando que o elevado déficit primário e a trajetória de crescimento da razão dívida/PIB impedem um afrouxamento maior da política monetária e, com isso, dificultam a retomada da atividade.

Em oposição ao entendimento de que é preciso coordenar política fiscal e monetária para garantir uma retomada econômica substantiva, a expressão que melhor sintetiza o sentido do manejo monetário no pós-golpe é do atual presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto: “neste momento, o BC é passageiro, o piloto é o fiscal”. Ao se desresponsabilizar em relação ao elevado nível de desemprego e desempenho econômico pífio – transferindo ao ajuste fiscal a condição de ancorar expectativas, para só então a política monetária poder entrar em cena e garantir “sozinha” uma eventual retomada –, o Banco Central ao longo dos últimos cinco anos foi conivente com a tragédia social que o Brasil vive.

Pode-se dividir a política monetária deste período em três atos, que têm, neste debate fiscal o seu pano de fundo e na autonomia do Banco Central o seu objetivo final. O primeiro ato se iniciou junto com a gestão de Ilan Goldfajn, em junho de 2016, e vai até o fim de 2017. Neste período, há resistência em reduzir a taxa básica de juros do patamar de 14% ao ano em que se encontrava, mesmo com as evidências de que a

pressão inflacionária era passageira e o desemprego, ao contrário, duradouro. Só em agosto de 2017, a taxa ficou abaixo de 10% ao ano em termos nominais. Também foi neste mês que a inflação acumulada de 12 meses atingiu a mínima de 2,46%, significando que, no auge da desaceleração, a taxa de juros reais estava acima de 7% ao ano.

Os inúmeros balanços positivos feitos pelos agentes do mercado da gestão Goldfajn ressaltam a queda da Selic e da inflação para níveis historicamente baixos, deixando de lado a outra face da história, de que convivemos neste período com uma baixa utilização da capacidade instalada, escassez de emprego e precarização do trabalho também recordes. O verdadeiro banqueiro central do período foi o desemprego, no fim do dia o responsável por uma inflação tão baixa, reflexo de uma economia desaquecida.

O segundo ato se inicia em 2017 quando, pela primeira vez na história, a inflação anual de 2,95% fica abaixo do limite inferior de tolerância de 3,0%. Começava ali um período de mais de um ano em que a Selic foi mantida em 6,50% ao ano, apesar da persistência do desemprego e da estabilidade do nível de preços próximo ao piso da meta. O Banco Central estava transformando o piso da meta em centro e o centro em teto, atribuindo à política fiscal a responsabilidade pela inércia da gestão monetária.

As características deste segundo ato se mantêm até o início de 2020, sendo marcado por não avançar em uma política monetária mais expansionista, mantendo a taxa de juros praticamente estável. Contudo, mesmo antes da pandemia, a resiliência do desemprego e o controle da inflação pressionaram o BC por retomar um ciclo de cortes, algo ainda mais intensificado com o início da crise sanitária.

O terceiro ato ainda está inacabado e, conseqüentemente, em disputa. A condução da política monetária durante a pandemia, além da importante garantia de liquidez ao sistema financeiro, foi marcada pela queda acentuada das taxas de juros. Enquanto a redução da taxa

foi importante e de acordo com o que vinha se efetivando ao redor do mundo, a forte desvalorização cambial, motivada pela reversão internacional dos fluxos de capital dos países emergentes e pela crise política institucional característica do governo Bolsonaro, impactou os preços de maneira substantiva a partir de agosto de 2020. A pressão inflacionária se perpetuou por conta da manutenção do quadro internacional e das incertezas frente ao governo brasileiro e, novamente, houve pressão para o Banco Central elevar a taxa de juros, e de responsabilizar a gestão fiscal pela dramática desvalorização cambial.

A autoridade monetária possui instrumentos para agir no mercado de câmbio. A herança bendita dos governos petistas de mais de 350 bilhões de dólares em reservas cambiais e uma dívida pública denominada majoritariamente em moeda nacional são ativos que permitem uma suavização da moeda e também garantem uma margem de atuação para a economia brasileira muito mais ampla do que a maioria dos países emergentes.

Além disso, o BC abriu mão, mesmo com autorização do Congresso, de agir no mercado secundário de títulos e com isso diminuir a pressão sobre a curva de juros de longo prazo. A opção por não intervir contribuiu para que o mercado pressionasse por elevações na taxa básica de juros e atribuisse ao fiscal a responsabilidade de resolver a questão cambial.

Do primeiro ao terceiro ato, o fio condutor da atuação da política monetária do período pós-golpe é de negligência frente ao seu papel e sua capacidade de reverter o desempenho econômico pífio, o desemprego crescente e a volatilidade excessiva da taxa de câmbio.

Mesmo já atuando de maneira alheia ao que poderiam ser as exigências da sociedade brasileira frente a sua autoridade monetária, o projeto golpista para o Banco Central só foi concluído com a votação da autonomia em 2021. O sentido desta autonomia é o mesmo: tornar cada dia mais o Banco Central autônomo dos interesses da maioria e influenciado por impressões e interesses de uma minoria de donos do capital.

O enredo da tragédia golpista na condução da política macroeconômica mais parece um samba de uma nota só: ajuste e reformas. O ajuste parece ter valor em si, uma defesa moral da parcimônia que se coloca superior a quaisquer justificativas ou demandas sociais. Já as reformas são uma moldura disforme na qual se enquadra qualquer projeto que se proponha realizar diminuição do Estado e de seus instrumentos de política econômica. Das privatizações à flexibilização do mercado de trabalho, da reforma administrativa à autonomia do Banco Central, a estratégia é sempre a mesma: retirar da arena da política e dos espaços democráticos as decisões sobre a gestão econômica.



MANIFESTANTES PROTESTAM NA AV. PAULISTA CONTRA O GOVERNO BOLSONARO
ROBERTO PARIZOTTI/FOTOS PÚBLICAS

MANIFESTAÇÃO NA AV. PAULISTA 29/MAIO/2021
SERGIO SILVA



BICICLEATA "FORA BOLSONARO" , PRAÇA DO CICLISTA, AV. PAULISTA, SÃO PAULO, SP
ROBERTO PARIZOTTI/FOTOS PÚBLICAS

O GOLPE, A DESINDUSTRIALIZAÇÃO E O RETROCESSO PRODUTIVO

A partir do golpe de 2016, várias políticas industriais foram paulatinamente desmontadas, e os recursos para a inovação foram enxugados. Iniciativas como a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior, o Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação, a Política de desenvolvimento produtivo, o Inovar-Auto, a Lei do Bem e o Programa de apoio ao desenvolvimento tecnológico da indústria de semicondutores foram descontinuadas ou enfraquecidas. Sem falar na grande redução do alcance das políticas de conteúdo nacional na área de petróleo e gás natural.

Desde então, com o baixo dinamismo do mercado interno brasileiro, a estrutura produtiva brasileira vem se fragilizando e o processo de desindustrialização se aprofundando. O encerramento de atividades de grandes empresas, inclusive multinacionais, se transformou em rotina, com impactos sobre o nível de emprego, a renda e o investimento produtivo no Brasil. Os governos Temer e Bolsonaro, com sua omissão e até mesmo oposição a políticas de fomento ao setor produtivo, estão operando um rápido e profundo pelo retrocesso produtivo no Brasil.

A CRISE DA INDÚSTRIA NOS CINCO ANOS APÓS O GOLPE

A grave crise econômica que se abateu no país se expressa na contínua queda de participação da indústria no PIB brasileiro, um dos indicadores que apontam para o processo de desindustrialização. Embora este processo tenha se iniciado nos anos 1990, ele se acelerou no período pós-golpe, com a participação da indústria caindo de 22,5%, em 2015, para 20,4%, em 2020 com a participação da indústria de transformação descendo de 12,2% para 11,3%.

Internamente à indústria, o setor que mais vem sofrendo com a crise a partir de 2015 é o de alta tecnologia. Como a economia mundial atravessa uma nova fase de transformação tecnológica, com a ascensão da chamada Indústria 4.0, isto significa que a crise que afeta a indústria brasileira tende a elevar o *gap* frente à nova fronteira tecnológica mundial.

Do ponto de vista setorial, a indústria automobilística, com participação de 18% na produção da indústria de transformação, representa bem a gravidade da crise na indústria brasileira após o golpe de 2016. A indústria automobilística foi um dos setores mais beneficiados pelo maior dinamismo do mercado interno durante os governos do PT, inclusive com um programa industrial específico para o setor durante o governo Dilma, o Inovar-auto.

Com o aquecimento do mercado interno no período do PT, a produção total de veículos deu um salto extraordinário, saindo de 1,691 milhão de unidades em 2000 para 3,713 milhões de unidades em 2014. Nos últimos 5 anos – 2016 a 2020 –, a queda da produção é considerável, de 2,195 milhões de unidades em 2016 para 2,014 milhões de unidades em 2020.

A crise que se abate sobre o setor automobilístico é fundamentalmente resultado da grave crise do mercado interno brasileiro, para

o qual se destinam mais de 80% de sua produção. Portanto, o que determina a dinâmica da produção da indústria automobilística é o mercado interno, de modo que a forte crise que o setor atravessa desde o golpe de 2016 foi resultado do baixo dinamismo do mercado consumidor brasileiro, marcado pela elevada taxa de desemprego e queda da renda dos assalariados.

MULTINACIONAIS EM FUGA DO BRASIL

O baixo dinamismo da economia durante os governos Temer e Bolsonaro, devido à equivocada política macroeconômica do período, afetou negativamente a dinâmica do mercado interno, que havia sido um dos motores da economia nos governos do PT. Em decorrência, o Brasil vivencia, desde o golpe, o fechamento de grandes empresas em setores estratégicos, acelerando o processo precoce de desindustrialização.

Esta crise ganhou maior visibilidade com encerramento de atividades de grandes empresas multinacionais no país, de vários setores. Desde 2018, passa de duas dezenas o número de multinacionais que deixaram o país pela falta de crescimento econômico e a falta de perspectiva de retomada. Em média, desde 2018, uma empresa estrangeira desistiu do país a cada dois meses.

A lista de multinacionais que fecharam e encerram suas atividades no Brasil é longa e diversificada. No setor automobilístico: Ford, Mercedes Benz e Audi; no eletroeletrônico: Sony e Nikon; no farmacêutico: Roche, Eli Lilly. A Virgin Atlantic encerrou suas atividades na área de aviação no Brasil, assim como a LafargeHolcim, na área de cimentos, e a Brasil Kirin, na área de cervejas. A lista na área de comércio e serviços é longa também: Walmart, Forever 21, Nike, Lush Cosméticos, Lime, Glovo, Hooters, Fnac, Häagen-dazs, RR Donnelley, Kiehl's.

Em alguns casos, houve maior comoção nacional, dado a representatividade e relevância de algumas empresas. Por exemplo, após 48

anos no Brasil, a Sony anunciou o fechamento da indústria na Zona Franca de Manaus, com o fim de 300 empregos diretos. E a Ford, depois que encerrou quase um século de funcionamento no Brasil, fechará todas suas unidades até o final de 2020, demitindo cerca de 5 mil trabalhadores diretos e passando a comercializar no país veículos produzidos no Uruguai e na Argentina.

Após o golpe, o Brasil voltou a ser um mercado repleto de incertezas e com predomínio de consumidores de baixa renda, pouco atrativo. As multinacionais saem, levando investimentos para outros países e deixando desemprego no Brasil.

DESMONTE DO APOIO ÀS PEQUENAS EMPRESAS E AO EMPREENDEDORISMO

Os governos do PT foram o período do Simples Nacional, da desburocratização do processo de abertura de empresas, de criação do MEI, de preferência nas compras públicas e de facilitação do acesso ao crédito para os pequenos empreendedores. Nestes últimos cinco anos após o golpe de 2016, este segmento perdeu prioridade na política econômica. Políticas foram extintas ou fragilizadas e, durante a pior crise sanitária já vivida pelo país, as medidas de apoio às MPEs foram insuficientes.

Entre as várias políticas de fomento ao empreendedorismo, cabe destacar duas, que foram praticamente extintas:

- Territórios da Cidadania – programa criado em 2008, atuava nos municípios com baixo IDH e visava atendimento individual e coletivo de pequenos e micro empresários e a articulação com o poder público local a fim de criar um ambiente de negócios mais favorável para estas empresas e para o desenvolvimento.
- Cartão BNDES – correspondia a um “cheque especial” para as pequenas empresas que passavam por momentos de dificul-

dade. As taxas de juros eram muito baixas e havia um prazo grande para os valores serem devolvidos aos bancos. O governo Bolsonaro não teve coragem de extinguir essa linha, mas os valores concedidos em 2020 foram 1% dos valores de 2013. Considerando que 2020 foi o pior ano da história para as pequenas empresas, o cartão poderia ter desempenhado um papel importantíssimo no enfrentamento da crise.

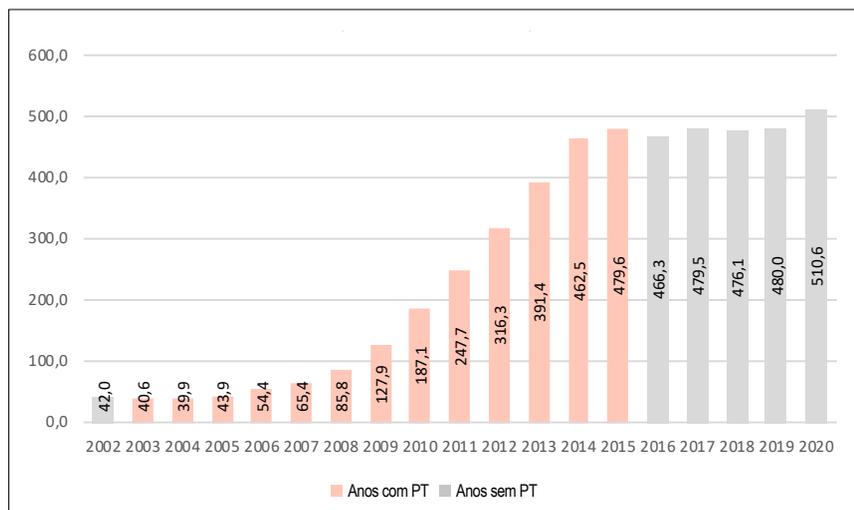
BANCOS PÚBLICOS UM NOVO PAPEL APÓS O GOLPE

Os governos Lula e Dilma utilizaram os bancos públicos como instituições vocacionadas para (i) suprir os gargalos de financiamento de longo-prazo; (ii) apoiar a bancarização das camadas populares; (iii) apoiar a dinamização do ciclo creditício; (iv) atuar como ferramentas de políticas anticíclicas e como (v) dispositivos para o fortalecimento de políticas distributivas. Os bancos públicos serviram, inclusive, para pressionar as instituições financeiras privadas para a redução dos juros e dos *spreads* bancários. O capital financeiro privado não ficou parado e reagiu, forçando a elevação das taxas de juros ao mesmo tempo em que o capital industrial não respondia aos estímulos devido à natureza financeira de suas receitas, que já compunha uma significativa parcela de suas receitas. Essa tendência se intensificou depois do golpe.

Desde então, o Banco do Brasil e a Caixa começaram a praticar juros mais caros, impactando em diversas linhas de crédito pessoal e para o setor produtivo. Em 2017 e 2018, entre os cinco maiores bancos do país, o Banco do Brasil teve o maior juro no financiamento de veículos, enquanto a Caixa operou a segunda maior taxa no rotativo do cartão de crédito. Ambos passaram a adotar o discurso de recomposição das receitas e de recuperação da rentabilidade e abriram mão das funções públicas e sociais dos bancos estatais.

O Banco do Brasil anunciou uma reestruturação, envolvendo a demissão de cerca de 18 mil funcionários, o fechamento de cerca de 402 agências, a transformação de 379 agências em postos de atendimento, e o encerramento das atividades de 31 superintendências. A Caixa Econômica Federal, por seu turno, definiu como meta demitir cerca de 11 mil funcionários com o encerramento das atividades em cerca de 100 agências, além de estar preparando estudos para viabilizar a abertura de capital da empresa. No caso da Caixa, a reorientação pós-golpe se expressa também na estagnação das operações de crédito imobiliário, que se deu pelo esvaziamento do Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) e o novo foco de créditos para alta renda.

GRÁFICO 1: EVOLUÇÃO DA CARTEIRA DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO DA CAIXA*



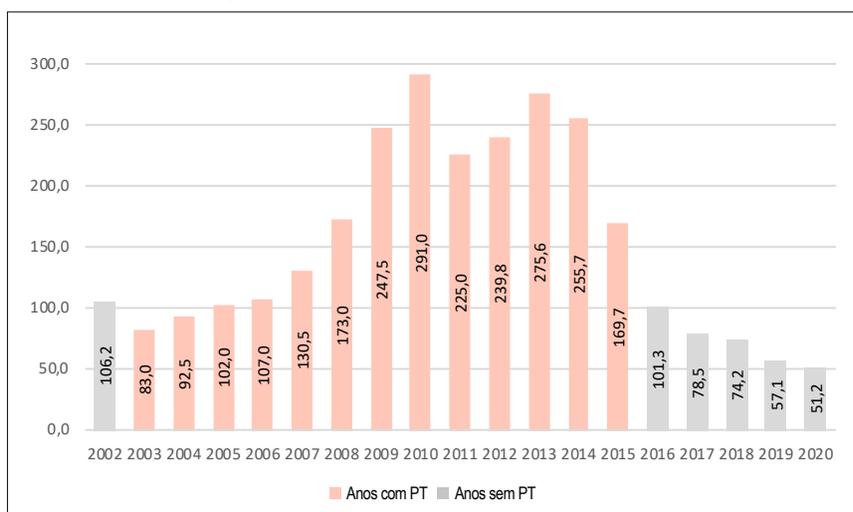
Fonte: Balanços da Caixa Econômica Federal – CEF.

* Em bilhões de reais de 2020. Deflator utilizado: IPCA médio.

Com o BNDES não tem sido diferente, dado o esvaziamento da função precípua do banco no financiamento do desenvolvimento do país. Os desembolsos do banco decresceram vertiginosamente, em ter-

mos reais, a partir do golpe. O volume de financiamento concedido pelo banco, que ultrapassou os 275 bilhões de reais em 2013, caiu para o patamar de 101 bilhões de reais em 2016, e nos últimos cinco anos tem sofrido reduções sistemáticas. Em 2020, foram desembolsados somente 51 bilhões de reais, 30% do último ano do governo Dilma.

GRÁFICO 2: EVOLUÇÃO DOS DESEMBOLSOS DO BNDES *



Fonte: BNDES.

* Em bilhões de reais de 2020. Deflator utilizado: IPCA médio.

INVIABILIZAÇÃO DO BNDES COMO BANCO DE FOMENTO AO INVESTIMENTO

Desde o golpe, o BNDES tem passado por um acelerado e profundo processo de desmonte. O fim da taxa de juros de longo prazo – TJLP, a obrigatoriedade de devolução de recursos ao Tesouro, a venda de participações acionárias do BNDESPar, além da tentativa de retirada do PIS-PASEP como fonte de recursos do banco, são medidas que visam converter o maior banco de investimentos brasileiro em mera agência de privatizações e modelagem de PPPs (parcerias público-privadas).

BNDES E EXTINÇÃO DA TJLP

A extinção da TJLP (taxa de juros de longo prazo) foi o primeiro passo em direção à tentativa de eliminar todos os mecanismos de crédito direcionado do país. Enquanto a TJLP era fixada em níveis mais baixos pelo governo com base em suas prioridades econômicas, a taxa que a substituiu, a TLP, acompanha automaticamente a rentabilidade da NTN-B de cinco anos. Esse título público é indexado à inflação passada (IPCA) e paga, acima disso, uma taxa real de juros fixada pelo mercado.

A nova TLP teve efeitos negativos sobre o financiamento de longo prazo do BNDES. Introduziu na taxa do BNDES grande volatilidade e um comportamento pró-cíclico. A TLP tende a flutuar muito e a aumentar substancialmente em momentos de crise. Entretanto, o pior efeito da nova taxa tem sido impor um custo de captação extremamente elevado, que simplesmente torna o BNDES o banco de desenvolvimento que empresta mediante as taxas mais altas do mundo.

Com esse nível de juros, o BNDES perde competitividade em todas as suas linhas de atuação. Seus financiamentos deixam de ser atrativos até para projetos de muito longo prazo. O mesmo se aplica para os compradores de máquinas e equipamentos nacionais de elevados níveis de conteúdo nacional – acima de 60% – que se beneficiam dos empréstimos do FINAME. A introdução da TLP, portanto, afeta negativamente a estrutura industrial, pois os bens de capital importados têm custo financeiro muito inferior à TLP. Ou seja, o esforço histórico do Banco de estabelecer a paridade de custo do crédito de investimento entre empresas brasileira e as concorrentes estrangeiras ficou comprometido.

Sem a TJLP, o BNDES deixa de poder cumprir o papel que desempenha há mais de seis décadas. Não pode mais ser um mecanismo de proteção dos produtores nacionais de máquinas e equipamentos. Deixa de proteger o investimento produtivo frente à instabilidade macroeconômica, como ocorreu em 2008 e 2009. Perde a capacidade de realizar atuações de fomento e ações anticíclicas.

BNDES E COMPROMETIMENTO DO FAT

O Fundo de Apoio ao Trabalhador (FAT) também foi comprometido pela TLP como mecanismo de captação de recursos de longo prazo. O ganho de rentabilidade do Fundo, com a mudança, escondeu sua perda de função. O objetivo dos governos golpistas tem sido utilizar os recursos do FAT para reduzir o déficit público ou iniciar uma desoneração fiscal, reduzindo a alíquota do PIS. Entretanto, como a situação fiscal é dramática, a desoneração prometida não foi efetivada. Diante desse cenário, a substituição da TJLP pela TLP também foi o primeiro passo de um projeto mais amplo que visa a eliminação do crédito direcionado no Brasil.

No primeiro momento, o BNDES e os recursos do FAT tenderam a ficar ociosos, permitindo a aceleração dos pagamentos ao Tesouro Nacional. Ao mesmo tempo, aumentou-se o *spread* do crédito doméstico, graças ao aumento do poder de mercado dos cinco grandes bancos comerciais, que controlam o acesso aos empréstimos bancários e ao mercado de capitais.

Nesse cenário, o mais provável é a substituição do crédito direcionado pela captação de fontes externas, denominada em moeda estrangeira. Com isso, o país volta à situação anterior a 2004, com o aumento ainda maior da dolarização dos balanços das empresas e, conseqüentemente, as tornando vulneráveis e criando instabilidade macroeconômica.

BNDES E DIMINUIÇÃO DOS RECURSOS DO PIS/PASEP

A Emenda Constitucional 103/2019 reduziu de 40% para 28% o repasse do PIS-PASEP para o BNDES para apoio a projetos que geram emprego e renda no Brasil. Como resultado, o *funding* do banco ficou mais restrito, assim como sua capacidade de fomentar o investimento.

Em 2019, o BNDES recebeu do FAT 19,4 bilhões de reais e devolveu 14 bilhões de reais ao governo federal. O banco continuará a pagar ao FAT cerca de 14 bilhões de reais por ano, o que significa uma

baixa disponibilidade de atendimento à demanda por investimento, em especial sem ela for crescente.

BNDES E DESCAPITALIZAÇÃO DO BNDESPAR

A atual gestão do BNDES tem acelerado os desinvestimentos da carteira da BNDESPar no meio de uma das maiores crises econômicas da história do país. Os desinvestimentos entre dezembro de 2019 e novembro de 2020 atingiram quase 44 bilhões de reais, atingindo parte substantiva dos ativos mais rentáveis da carteira do Banco. Quase todos os desinvestimentos foram feitos após o aprofundamento da crise mundial causada pela pandemia do coronavírus.

Diversos investidores privados comemoraram a “liquidação COVID da BNDESPar”. Somente no “maior *block trade* da história”, como foi celebrado pelo presidente do BNDES num tuíte em agosto de 2020, o banco alienou 135 milhões de ações ao preço de 60 reais e 26 centavos por ação, resultando numa venda total de 8,1 bilhões de reais pela BNDESPar. Hoje, essa carteira valeria 14,1 bilhões de reais, e a BNDESPar ainda deixou de receber 325 milhões de reais em dividendos. Fazendo a mesma conta para casos públicos de desinvestimento se chega ao número de 12,2 bilhões de reais de prejuízo.

Que urgência poderia justificar essa liquidação de ações? A resposta certamente não foi o uso de recursos para combate à crise econômica. A evolução do balanço do BNDES entre o 3º trimestre de 2019 e o 3º trimestre de 2020 mostra que a carteira de crédito do banco encolheu 10,5 bilhões de reais. A resposta também não vai ser encontrada na aplicação de recursos ao saneamento, cujo investimento sofre para se recuperar. A verdade é que as alienações da carteira de ações tiveram até agora apenas um destino: “aplicações interfinanceiras de liquidez”. Estas aumentaram de 57,8 bilhões de reais em setembro de 2019 para 129,7 bilhões de reais em setembro de 2020, e devem ter atingido valor próximo a 150 bilhões de reais ao final de 2020.

BNDES E DESCAPITALIZAÇÃO JUNTO AO TESOURO

Pela imposição do Ministério da Economia, sob a gestão de Paulo Guedes, o BNDES devolverá 62 bilhões de reais ao Tesouro Nacional até dezembro de 2021. Nestes primeiros meses do ano, já foram pagos 38 bilhões de reais. Mais 54,2 bilhões de reais serão quitados até dezembro de 2022. A decisão foi chancelada pelo Conselho de Administração do BNDES e o dinheiro poderá ser usado pelo governo para reduzir sua dívida.

A dívida remanescente do BNDES com o Tesouro é de 116,2 bilhões de reais, sendo 13,5 bilhões de reais de Instrumentos Especiais de Capital Próprio (IECP) (híbridos) e 102,7 bilhões de reais de contratos de mútuos. Nesse valor já estão descontados os 38 bilhões de reais referentes à liquidação antecipada efetuada em março de 2021.

A POLÍTICA DE CT&I ENTRE O NEOLIBERALISMO E O NEGACIONISMO

Nações mais desenvolvidas têm no avanço da pesquisa e inovação as bases para construção de uma sociedade do conhecimento. A centralidade dessa agenda nos países desenvolvidos, e em alguns países em desenvolvimento, nos últimos anos, instaurou estratégias industriais e de CT&I com status de políticas de Estado de longo prazo, apoiadas em incentivos à P&D, subvenções e uso do poder de compra governamental. A perspectiva de ascensão e ampliação da digitalização – disseminação da tecnologia 5G e da indústria 4.0 – intensificou essa agenda, como evidencia o manifesto franco-germânico por uma nova política industrial e de P&D para a Europa, o fortalecimento da indústria articulada ao Green New Deal nos EUA, as prioridades chinesas à inteligência artificial e ao avanço em semicondutores.

Sem ciência não há inovação e sem inovação não há desenvolvimento. Reconhecendo esta centralidade, os governos do PT buscaram fortalecer a educação, a ciência e inovação em prol da soberania nacional. As possibilidades de mitigar as assimetrias de competitividade na relação com os países desenvolvidos, com avanços na agenda de cooperação e integração latino-americana, essenciais para superar o hiato tecnológico e as desigualdades regionais, foram basilares para essa política de cooperação solidária. São exemplos dessa agenda estratégica: i) temas ambientais, climáticos, de segurança energética, assim como os de

saúde e de qualidade de vida; ii) ênfase na cooperação com China, Rússia e África do Sul, em áreas como biotecnologia, nanotecnologia, saúde, energia limpa, TICs e novos materiais; iii) estabelecimento de parcerias com países em desenvolvimento, notadamente com os países latino-americanos e africanos; iv) cooperação e reforço dos laços Sul-Sul, com importante papel na redução das assimetrias sociais e econômicas.

Os governos pós-golpe impuseram fortes restrições à capacidade do Brasil responder aos desafios impostos pela atual crise econômica, agravada pela pandemia da COVID-19, ao redefinir as bases para a economia brasileira, centrado numa agenda ultraneoliberal e ajuste fiscal ortodoxo. Desde o golpe de 2016, a política de Estado mínimo tem inviabilizado o avanço do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNC-TI), ampliado e fortalecido nas gestões do PT. O modelo neoliberal desconstrói o objetivo de produzir ciência e fomentar inovações e reduz a possibilidade de o país usufruir dos benefícios do progresso técnico para minorar seus graves problemas. A baixa taxa de investimento prejudica a competitividade da economia nacional, gera perda de emprego e renda, e pode levar ao surgimento de gargalos que inviabilizarão a recuperação econômica e um novo ciclo de crescimento.

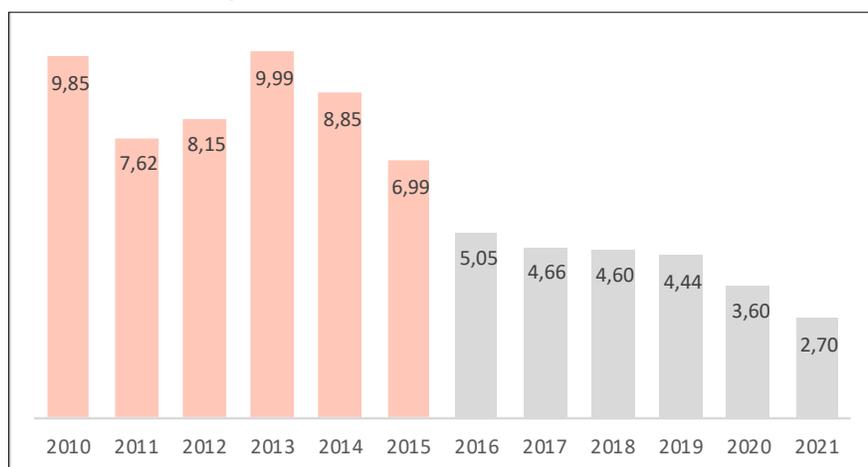
O neoliberalismo e o negacionismo impõem o descrédito sobre os resultados da produção científica, o que vem acompanhado de: i) redução drástica dos investimentos públicos, que caem de 56 bilhões de reais em 2014 para o seu menor patamar histórico, 25,9 bilhões de reais em 2021; ii) perda de recursos orçamentários do Ministério de Ciência, Tecnologias e Inovações (MCTI), que terá seu menor orçamento discricionário dos últimos anos em 2021; iii) encolhimento do maior fundo de apoio à ciência e inovação, o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), que sofre retrocessos nos recursos discricionários para 0,5 bilhão de reais em 2021. Mais ainda, a redução de investimentos na saúde e na educação, bem como em outras áreas estratégicas, faz esmorecer a formação de recursos humanos, o avanço da infraestrutura científica e da inovação.

A EXTINÇÃO DO MCTI E O ENCOLHIMENTO ORÇAMENTÁRIO

O primeiro ataque do golpe contra o SNCTI se deu em 2016, com a extinção do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, vinculando sua missão à das Comunicações. Isto ocasionou a descontinuidade do Plano de Ação de CT&I e da Estratégia Nacional de CT&I, com a desarticulação de programas e ações que construíam a sinergia dessas políticas com a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior, a Política de Desenvolvimento Produtivo, o Plano Brasil Maior, os Projetos de Parcerias para Desenvolvimento Produtivo do Complexo Industrial da Saúde.

Além desta desarticulação do sistema, os recursos discricionários previstos para a ciência, tecnologia e inovação apresentaram os piores patamares das últimas décadas desde que o golpe se desfechou. A previsão orçamentária para 2021 é a mais baixa da série histórica e flagrantemente insuficiente para enfrentarmos os desafios estruturais e os desafios adicionais impostos pelo avanço da pandemia.

GRÁFICO 1: **EVOLUÇÃO DOS RECURSOS DISCRICIONÁRIOS DO MCTI***



Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - Sioj.

* Em bilhões de reais de 2020. Deflator utilizado: IPCA médio.

Segundo números da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), a lei orçamentária para 2021 tem 453,7 bilhões de reais vinculados à quebra da Regra de Ouro pelo Congresso. Institutos de Pesquisa vinculados ao MCTI, como o INPE, tiveram uma redução de recursos de 41,9% em relação à lei de 2020. Mesmo com o 1,6 bilhão de reais condicionado à aprovação de créditos suplementares incluídos na Regra de Ouro, o INPE ainda terá um orçamento 10% menor que o ano anterior. A rubrica de Pesquisa, Desenvolvimento Científico e Difusão do Conhecimento (P&D) nas Unidades de Pesquisa, reduziu 41% em 2021. Se quebrada, a Regra de Ouro (26,7 milhões de reais) ficará abaixo do ano anterior, ainda, em 15,8%. Nos Contratos de Gestão com Organizações, o corte foi de 50,8% (Lei 9.637/98). Com a Regra de Ouro (159,2 milhões de reais), a redução diminuiu para 19,5%.

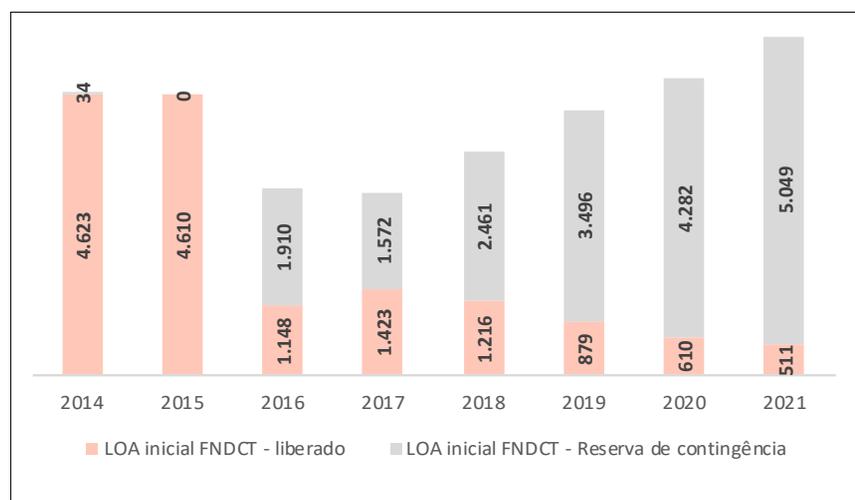
As restrições orçamentárias do MCTI levaram o governo a encerrar as atividades da CEITEC, a única empresa no Brasil que projeta e fabrica circuitos eletrônicos integrados (*chips*), componentes essenciais para equipamentos eletrônicos e chaves para a indústria 4.0. A queda de investimentos afeta também a estratégia de governo digital para 2020-2022, dado que a magnitude do processamento e guarda das informações da população, que faz uso e depende dos serviços públicos, depende das empresas públicas de tecnologia da informação. O Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO) e a Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (DATAPREV), que fazem, respectivamente, a guarda as informações da Receita Federal do Brasil e os dados da Seguridade Social, estão na lista prioritária de empresas a serem privatizadas. Isso fragiliza a segurança da hospedagem e armazenamento dos dados, que podem ficar em *data centers* das *Big Techs*, sujeita a legislação estrangeira.

O CONTINGENCIAMENTO DO FNDCT

O orçamento do FNDCT, nos anos pós-golpe, passou a ser objeto de significativos processos de contingenciamento dos recursos.

Em 2016, 62% dos recursos do FNDCT em reserva de contingência; em 2019, foram cerca de 80%. Em 2021, nada menos que 91% dos recursos do FNDCT estão em reserva de contingência, um total de 5 bilhões de reais imobilizados. Na prática, o fundo tornou-se mero instrumento de ajuste fiscal e atendimento à meta de resultado primário, quando deveria ser um dos principais instrumentos de desenvolvimento científico e tecnológico e de inovação do país. O FNDCT é essencial, em termos econômicos, sociais e sanitários para o Brasil enfrentar a crise atual.

GRÁFICO 2: EVOLUÇÃO DOS RECURSOS ALOCADOS NA LOA PARA O FNDCT *



Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – Sio. Consulta em 09 de maio de 2021.

* Em bilhões de reais de 2020. Deflator utilizado: IPCA médio.

Apenas para ilustrar, em relação ao complexo econômico-industrial de saúde, o FNDCT financiou diversos investimentos relevantes. Os recursos do FNDCT viabilizaram a produção da vacina contra a febre amarela pelo Instituto Farmanguinhos. O FNDCT financiou a pesquisa que relacionou o vírus Zika à microcefalia.

Atualmente, o padrão observado nos principais países do mundo envolve justamente a indução estatal para a realização de investimentos em C&T com o propósito de enfrentamento à pandemia. No Brasil, a alocação dos recursos do FNDCT em reserva de contingência é mais um obstáculo ao enfrentamento da pandemia.

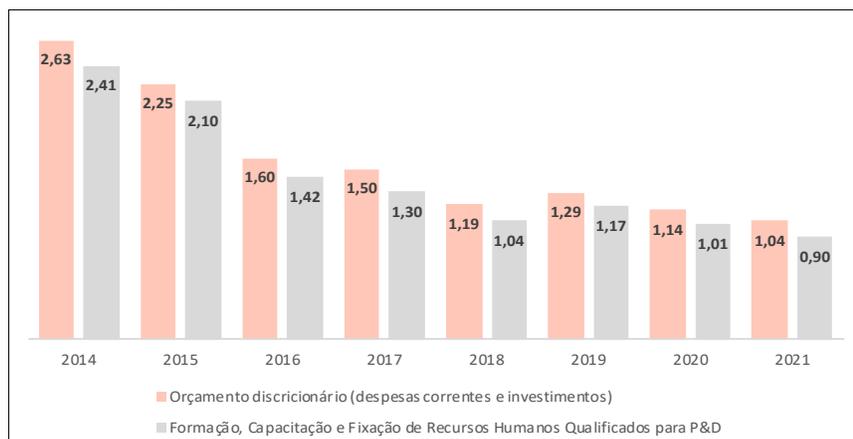
DESMONTE DO CNPQ, CAPES E UNIVERSIDADES FEDERAIS

Com enorme empenho, o Brasil qualificou significativo corpo de pesquisadores, que tem atuado na fronteira do conhecimento e que projetou o Brasil como 13º maior produtor de ciência mundial. Entre 2010 e 2015, o crescimento médio dos países em publicações científicas indexadas foi de 51%, enquanto o Brasil teve um crescimento de 134% no mesmo período, segundo os dados da CAPES.

Esta posição hoje está ameaçada pelas políticas destrutivas adotadas pelos governos pós-golpe. O orçamento discricionário das universidades federais caiu de 7,86 bilhões de reais para 4,51 bilhões de reais, inimaginável para um país das dimensões do Brasil, diverso e desigual, que deve ter na educação um dos eixos estratégicos de seu desenvolvimento, enquanto nação soberana.

O declínio dos recursos investidos no CNPq e na CAPES explicita que o desfinanciamento do sistema de ciência e inovação é uma política deliberada dos governos pós-golpe. No caso do CNPq, seu orçamento assim como o destinado a formação, capacitação e fixação de recursos humanos mudou de patamar a partir de 2016, permanecendo, nos últimos quatro anos, em cerca de metade do disponível em 2015, antes do golpe. No caso da CAPES, as perdas são ainda maiores e o disponível para bolsas de ensino superior tem oscilado entre 30% e 25% do disponível em 2015. Tanto para o CNPq quanto para a CAPES, os recursos para 2021 são recordes negativos.

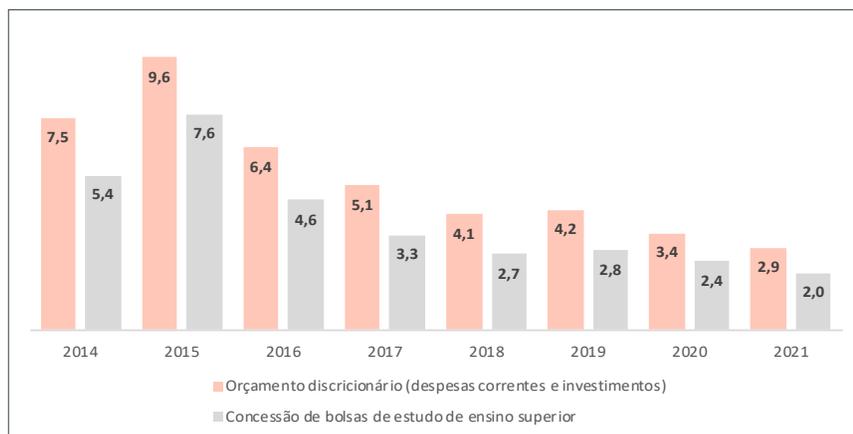
GRÁFICO 3: EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO DISCRICIONÁRIO E PARA FORMAÇÃO, CAPACITAÇÃO E FIXAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA P&D DO CNPq*



Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – Siop. Consulta em 09 de maio de 2021.

*Em bilhões de reais de 2020. Deflator utilizado: IPCA médio.

GRÁFICO 4: EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO DISCRICIONÁRIO E PARA CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO DE ENSINO SUPERIOR DA CAPES*



Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – Siop. Consulta em 09 de maio de 2021.

*Em bilhões de reais de 2020. Deflator utilizado: IPCA médio.

Está em curso, também, a redução drástica no fomento, subvenção e crédito, promovendo enorme retrocesso ao SNCTI e, como con-

sequência, o sucateamento e a degradação da infraestrutura desenvolvida com grandes aportes de recursos públicos nos últimos vinte anos, com enorme sucesso na geração de conhecimentos e na formação de recursos humanos, fundamentais para as transformações no campo do conhecimento e da produção.

Para que o sistema de CT&I possa ser retomado no cumprimento de seu papel, é indispensável dotá-lo de planos estratégicos de longo prazo, e de bases adequadas de financiamento, resgatando os fundos estáveis com horizonte de longo prazo. A contribuição do sistema de CT&I para o desenvolvimento nacional deve objetivar uma melhor articulação e divisão do funções entre seus atores, oferecendo infraestruturas de grande porte de uso compartilhado. É necessário ampliar o foco em projetos de grande escala que possam mobilizar as instituições nacionais e internacionais com competências complementares, assim como financiar a infraestrutura de pesquisa das universidades e centros de pesquisa.

É urgente vencermos o obscurantismo, através da valorização da produção de conhecimento nacional. É preciso investimento contínuo nas instituições de P&D nacionais e na formação de mão de obra qualificada em todas as regiões do país. O conhecimento científico, a inovação e a educação devem ser colocados novamente no centro das questões nacionais e revalorizados como alavancas para o crescimento econômico, reindustrialização e redução da pobreza, buscando uma economia ambientalmente sustentável e solidária – esse é um caminho que já conhecemos e que pode ser feito.

DESMONTE DAS POLÍTICAS DEMOCRATIZANTES NAS ÁREAS RURAIS DO BRASIL

A agricultura familiar foi reconhecida, nos governos do PT, como eixo estratégico para o desenvolvimento do Brasil. Foi instituída a Política Nacional de Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais e adotados variados programas de fomento e proteção à produção, de acesso a mercados, e para assegurar o avanço da reforma agrária. Os resultados foram extraordinários: mais inclusão e mais trabalho no campo, mais alimentos de qualidade para os brasileiros, menos violência no campo e mais justiça no acesso à terra.

O golpe de 2016 foi fatal a este processo de fortalecimento da agricultura familiar e da democracia no campo. Com as elites rurais retomando o controle das políticas setoriais, cuidou-se de restabelecer a velha ordem político-institucional marcada pelo rebaixamento da presença da agricultura familiar e camponesa. De imediato foi extinto o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA); na sequência, teve início a escalada de retrocessos nas políticas conquistadas pelos trabalhadores rurais, visando restringir ou até mesmo excluí-los das disputas pelos recursos orçamentários da União.

Com Temer, a realidade agrária brasileira retrocedeu para o período anterior ao primeiro governo Lula. Com Bolsonaro, o Brasil rural retrocedeu para antes da Constituição de 1988.

SEM INSTITUCIONALIDADE, SEM INSTÂNCIAS DE PARTICIPAÇÃO E SEM DIÁLOGO

A primeira Medida Provisória assinada por Temer, após o golpe, continha a extinção do MDA. Fundido inicialmente ao Ministério do Desenvolvimento Social, sob pressão, e devido aos vínculos produtivos entre agronegócio e ‘setores integrados’ da agricultura familiar, transformou-se em uma secretaria especial da Casa Civil da Presidência da República.

O rebaixamento institucional foi radicalizado no governo Bolsonaro. A secretaria que conduzia as políticas para a agricultura familiar saiu da Presidência e foi deslocada para o Ministério da Agricultura. E, para conduzir as políticas agrária e para a agricultura familiar, foi colocado à frente da secretaria Nabhan Garcia, ex-presidente da UDR e figura icônica dos setores mais atrasados das oligarquias rurais.

Adicionalmente, foram extintos espaços de diálogo com a sociedade civil, a exemplo do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF); Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA); e a Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO). A Ouvidoria Agrária Nacional do INCRA foi transformada em mera ouvidoria dos serviços do Instituto, com a extinção de sua função de consolidar informações sobre tensões e conflitos no campo.

Neste novo arranjo institucional em que as políticas para a agricultura familiar foram secundarizadas, o foco da atuação do Ministério da Agricultura foi colocado na agenda econômica do agronegócio, em especial, do exportador, tendo como pontos centrais: (i) abertura

de novos mercados externos, independente dos impactos da estratégia exportadora sobre o abastecimento e nos preços internos; (ii) pressão sem trégua sobre a área econômica do governo por desonerações crescentes para as cadeias do agronegócio e pela ampliação das subvenções ao setor, notadamente no seguro rural; (iii) liberação massiva de agrotóxicos; e (iv) desregulação do crédito aos grandes produtores, com a aprovação da Lei 13.986/2020, que modifica e cria títulos para prover o crédito aos grandes produtores, inclusive com recursos externos, mas com subvenções pelo Tesouro.

O desprezo de Bolsonaro pela agricultura familiar se expressou também no veto de praticamente toda a Lei 14.048, chamada Lei Assis Carvalho. Em plena pandemia, deixou a agricultura familiar sem qualquer medida de proteção e estímulo econômico mesmo com a crise no abastecimento alimentar, tratada com absoluta indiferença pelo governo Bolsonaro.

REDUÇÃO DO CRÉDITO PARA A AGRICULTURA FAMILIAR

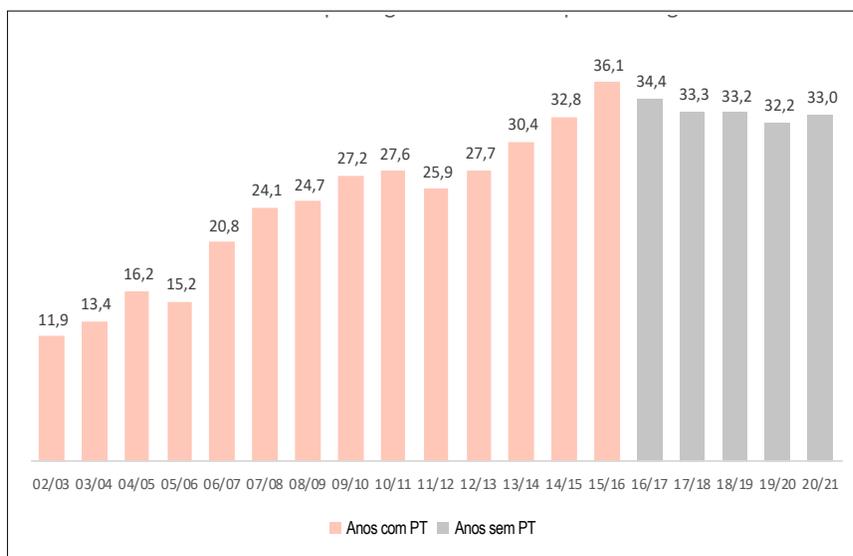
A partir do golpe, a estrutura diferenciada de crédito para a agricultura familiar começou a minguar. O volume de recursos alocados para o PRONAF permaneceu praticamente estável a partir da safra 2016/2017. Mesmo o aparente aumento da dotação para a safra 2020/2021 deve ser relativizado, pois o valor alocado é, em termos reais, 7% menor que o disponibilizado na última safra do governo Dilma.

A partir de 2019, o governo Bolsonaro acabou com o “plano safra” da agricultura familiar, que passou a ser parte do financiamento mais geral da agricultura. Ademais, a definição de valor elevado do corte da renda para caracterizar o pequeno produtor (até 415 mil reais) permitirá o acesso de médios produtores ao PRONAF de médios pro-

dutores, retornando ao histórico processo de exclusão de agricultores familiares ao acesso ao crédito.

Este processo de exclusão já estava em curso. Nos cinco últimos anos, houve significativa redução no número de contratos de crédito firmados com recursos do PRONAF. Em 2015 foram celebrados 1.697.300 contratos com recursos do PRONAF. Em 2020, esse número caiu para 1.438.193, uma redução de 15,3%.

GRÁFICO 1: VOLUME DE CRÉDITO PARA AGRICULTURA FAMILIAR POR SAFRA AGRÍCOLA*



Fonte: Ministério da Agricultura.

* Em bilhões de reais de 2020. Deflator utilizado: IPCA médio.

DESMONTE DAS POLÍTICAS DE APOIO À AGRICULTURA FAMILIAR

Nos governos do PT, foi estruturado um amplo conjunto de instrumentos para a agricultura familiar, visando fomentar a produção sustentável, ampliar mercados e diminuir o risco produtivo e proteger

a renda dos pequenos produtores. Praticamente todas essas políticas e programas foram brutalmente reduzidos, quando não foram totalmente extintos, como foi o caso da ATER para a agricultura familiar e do programa de apoio à organização econômica e promoção da cidadania de mulheres rurais.

PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) ESTÁ DEFINHANDO

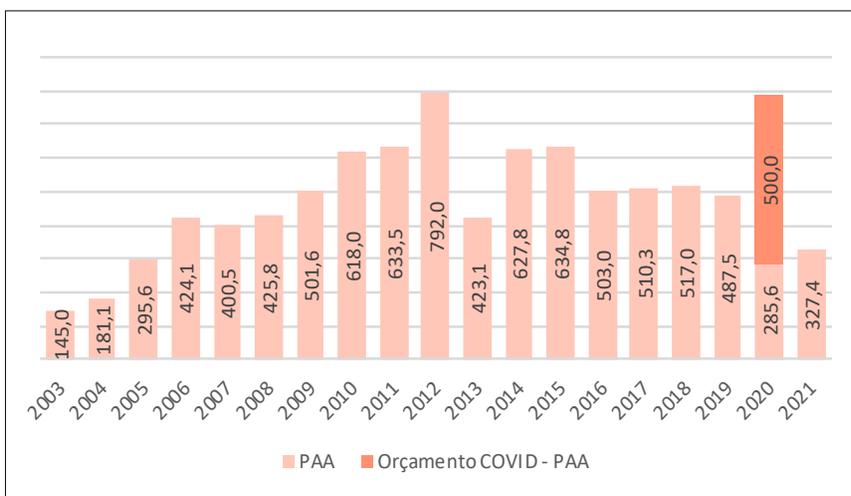
Instrumento que já teve papel importante no abastecimento, no atendimento à populações em situação de vulnerabilidade, e no apoio à agricultura familiar, o PAA está sendo conduzido de forma célere para a extinção.

Os recursos para o PAA cresceram de forma praticamente contínua até 2012. No biênio 2013-14, com a interdição de sua execução em alguns estados devido a ações da Lava jato, houve redução do volume aplicado. A retomada da execução acelerada do programa foi abortada pelo golpe e, a partir de 2016, o programa foi sendo progressivamente reduzido. Em 2021, o orçamento previsto é 59% menor, em termos reais, que o executado em 2015. Ressalte-se que, em 2020, o valor orçamentário mais expressivo deve-se a um incremento de 500 milhões de reais associado ao orçamento COVID. Também diminuiu continuamente o número de agricultores familiares atendidos pelo programa, que chegou a 184 mil, em 2012, caindo para 80 mil em 2016 e para 40 mil em 2020.

Houve também uma mudança no foco do Programa, que tem sido cada vez mais a promoção das compras institucionais, para compensar a diminuição dos orçamentos federais do PAA. Em 2020, cerca de 58% do valor total do PAA foi de compras institucionais. Contudo, o mercado de compras institucionais favorece agricultores mais

organizados, que já contam com associações e/ou cooperativas mais estruturadas. Os agricultores mais pobres e vulneráveis, que ainda não conseguem atender a esse mercado, pois ainda não passaram pela curva de aprendizado que o PAA proporciona, ficam cada vez mais excluídos, assim como são prejudicadas as entidades que recebiam alimentos do Programa.

GRÁFICO 2: EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS - PAA



Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SioP.

O ABANDONO DA PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL

Enquanto nos governos do PT buscou-se estimular a produção agrícola sustentável, por meio de linhas de crédito especiais como o PRONAF Agroecologia e o programa ABC, os governos pós-golpe abraçaram a causa dos agrotóxicos.

Após o golpe, vem crescendo rapidamente a liberação de novos registros de agrotóxicos no Brasil. Em 16 anos, de 2000 a 2015, foram liberados 1.954 novos registros de agrotóxicos. Depois do golpe, de

2016 a 2021 (até 23/04), foram liberados 2.170 novos registros de produtos agrotóxicos, dos quais cerca de 60% em 2 anos e 4 meses do governo Bolsonaro.

Para este resultado, foi instrumental a mudança no marco regulatório para agrotóxicos, promovida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), em 2019. Ao adotar o risco de morte como único critério para classificar a toxicidade de um produto, a ANVISA alterou significativamente a avaliação de risco desses produtos, que passaram a ter novas exigências de informações contidas nos rótulos, e permitiu a dispensa de estudos de toxicidade se isso for “justificado tecnicamente” pela empresa.

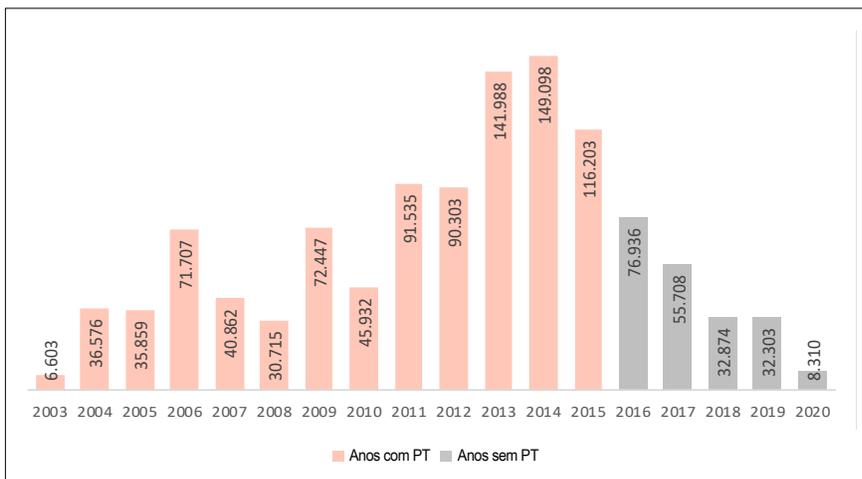
O Brasil tornou-se o maior importador mundial de agrotóxicos (3 bilhões de dólares) e segundo maior consumidor mundial desses produtos (502 mil toneladas). O elevado grau de contaminação ambiental por esses produtos está se transformando em grave caso de saúde pública no país.

DESMONTE DO PROGRAMA DE CISTERNAS

A implantação de 1,3 milhão de cisternas para consumo e de 170 mil cisternas para produção resultou de uma política prioritária dos governos do PT, para assegurar acesso à água em domicílios de baixa renda na zona rural. Esta premiada tecnologia social foi praticamente abandonada após o golpe.

Embora ainda haja uma demanda estimada de 1,3 milhão de famílias sem acesso regular à água, o número de cisternas vem decrescendo continuamente, chegando a valores irrisórios em 2020. E, em 2021, como o orçamento corresponde a 48% do executado em 2020, as perspectivas são ainda piores.

GRÁFICO 3: EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE CISTERNAS ENTREGUES



Fonte: Ministério da Cidadania.

A IRRESPONSÁVEL AUSÊNCIA DE POLÍTICA DE ESTOQUES PÚBLICOS DE ALIMENTOS

O governo Bolsonaro não tem qualquer compromisso com a soberania e segurança alimentar da população. Abandonou a política de estoques de produtos estratégicos como arroz, feijão e milho, entre outros, permitindo que os estoques públicos praticamente zerassem.

O AGF, instrumento histórico utilizado para a aquisição de alimentos para fins de estoques e outras finalidades, enfrenta processo de definhamento acentuado. Os recursos efetivamente despendidos pelo Tesouro para essas operações diminuíram 78% entre 2018 e 2020.

Em sua política irresponsável de expandir as exportações do agro-negócio sem qualquer limite, o governo Bolsonaro deixou o país à mercê dos grandes grupos interessados em exportar e lucrar. Nenhum governo neoliberal anterior a Bolsonaro adotou essa estratégia estúpida de transferir para o mercado a responsabilidade pela regulação do abastecimento alimentar.

Em decorrência, a pandemia nos pegou sem estoques públicos e incapazes de regular o preço de produtos essenciais para o abastecimento alimentar da população brasileira. O resultado foi o aumento do preço do arroz, do óleo de soja, da carne, entre outros, com forte impacto sobre a segurança alimentar dos brasileiros, em especial os mais pobres.

Como também está em curso o processo de privatização dos armazéns da CONAB, o abastecimento alimentar da população brasileira está hoje, por causa desta política irresponsável, sob forte risco.

TABELA 1: ESTOQUES PÚBLICOS – POSIÇÃO DE MARÇO DE 2021 E O CONSUMO DOS PRODUTOS

Produto	Março (kg)	Consumo /dia (kg)
milho	91.975.385	186.111.111
arroz	21.681.283	30.000.000
feijão	50.355	8.472.222
trigo	1.652.310	32.222.222
farinha de mandioca	21.611	8.400.000 (somente consumo não industrial)

Fonte: Companhia nacional de abastecimento – CONAB (<https://portaldeinformacoes.conab.gov.br/>)

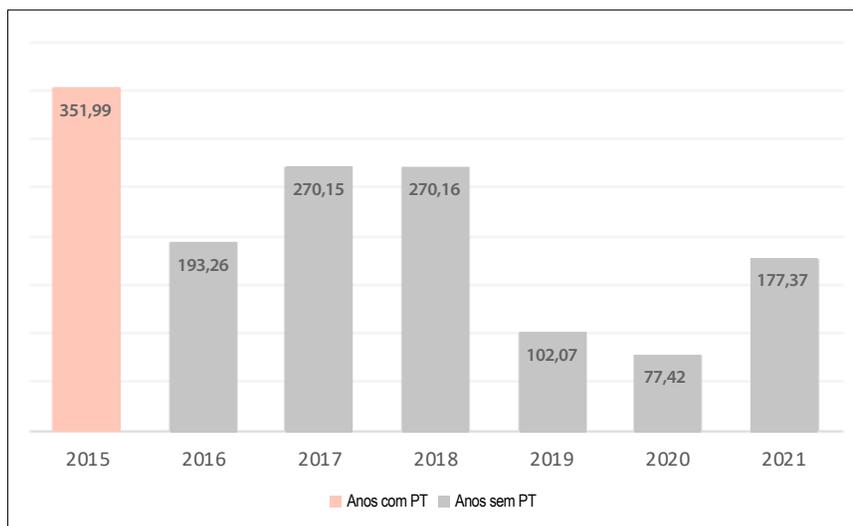
A INTERDIÇÃO DA REFORMA AGRÁRIA

A ascensão das forças políticas que patrocinaram o golpe resultou na interdição imediata e plena do programa de reforma agrária. Ao mesmo tempo, tornaram prioridade absoluta a privatização de terras públicas mediante a titulação dos assentamentos e a regularização fundiária das ocupações ilegais de terras da União. O alvo subjacente a esta estratégia foi criar as condições formais para a transferência dessas terras para o mercado e assim atender à obsessão dos agentes do agonegocio que, da mesma forma, operam intensamente pela apropriação das terras indígenas e das Unidades de Conservação.

As alterações normativas promovidas após 2016 facilitaram a pilhagem do patrimônio fundiário da União por grileiros. A Lei 13.465/2017 foi decisiva nesta direção. Duas mudanças que ela promoveu na legislação sobre regularização fundiária merecem destaque: aumento da área máxima possível de titulação de 1.500 hectares (ha) para 2.500 ha; e alteração do marco temporal da ocupação regularizável, avançando-o de julho de 2004 para julho de 2008 (e 2011) e passando a regularizar posses mais recentes, em clara sinalização de tolerância à grilagem. Ela alterou ainda a Lei 8.629/1993 para excluir a possibilidade da titulação coletiva das famílias já assentadas, por meio da concessão do direito real de uso, e tornou obrigatório aos beneficiários da reforma agrária o recebimento do título individual de domínio, mais uma medida a estimular e a facilitar o retorno de terras públicas ao mercado.

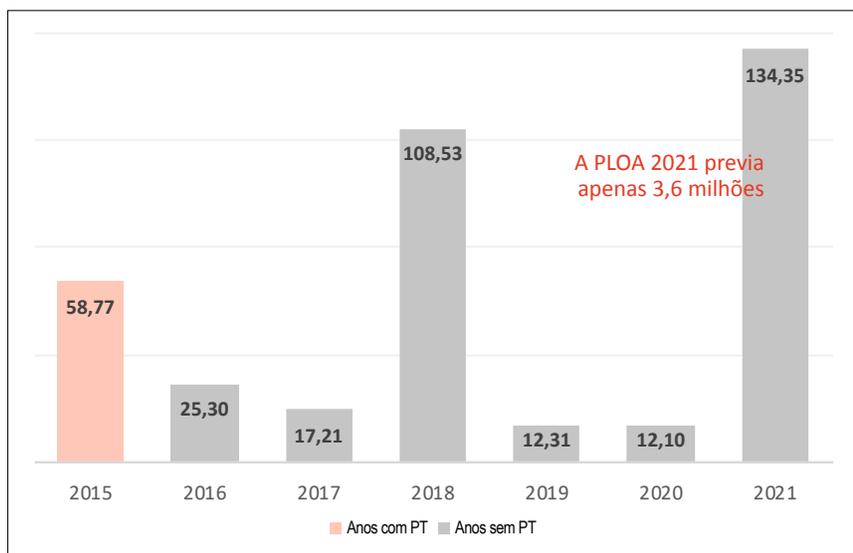
A evolução dos recursos orçamentários nos governos Temer e Bolsonaro mostra que essas medidas de regularização fundiária que reforçam o princípio mercantil atribuído à posse da terra têm ganhado concretude. Em 2021, ano em que os cortes orçamentários foram intensos, a dotação para ações de consolidação de assentamentos rurais e o Programa Terra Legal cresceram não apenas em relação ao anterior, mas também em relação ao previsto no projeto orçamentário. Nos dois casos, expressando a celeridade que se pretende imprimir ao processo de titulação dos assentados (gráficos 5 e 6).

As mudanças na legislação promovidas por Temer deram as bases para o governo Bolsonaro institucionalizar a paralisação da reforma agrária. Nos primeiros dias da gestão Bolsonaro, foi determinada a suspensão de vistorias de imóveis e do andamento dos processos administrativos de desapropriação. Essa medida foi aprofundada com a desistência de ações de desapropriação que já tramitavam no Judiciário e do arquivamento de processos de compra de áreas para o assentamento de famílias sem-terra. Em dezembro de 2020, foi criado o Programa Titula Brasil, que busca

GRÁFICO 4: RECURSOS PARA CONSOLIDAÇÃO DE ASSENTAMENTOS RURAIS*

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - Sioj.

* Em milhões de reais de 2020. Deflator utilizado: IPCA médio.

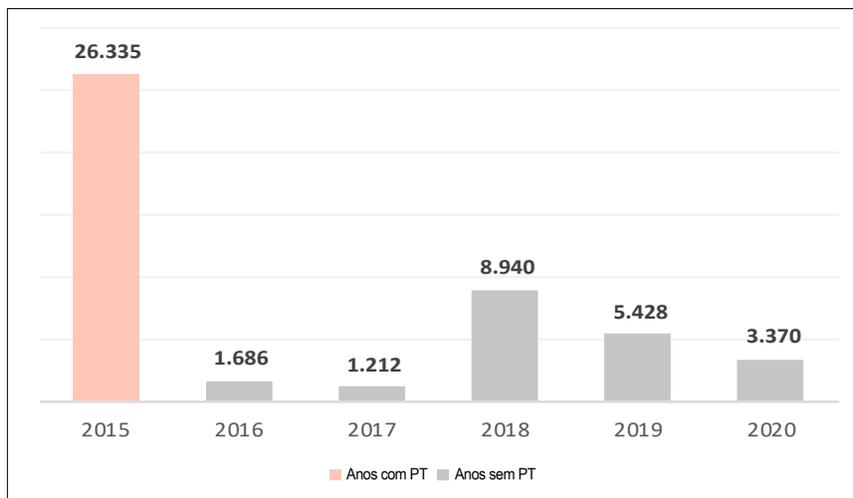
GRÁFICO 5: RECURSOS PARA O PROGRAMA TERRA LEGAL*

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - Sioj.

* Em milhões de reais de 2020. Deflator utilizado: IPCA médio.

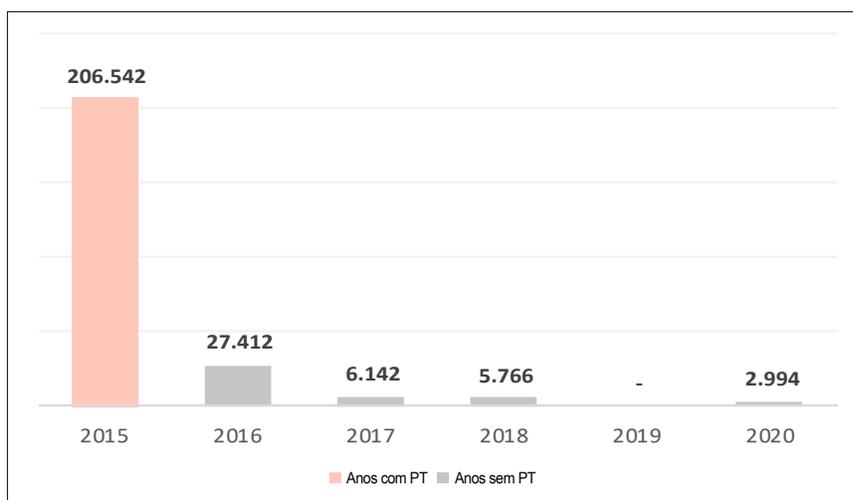
acelerar a titulação de terras ocupadas da União, transferindo aos municípios a responsabilidade pela execução de parte do processo, sobretudo a realização das vistorias de campo (gráficos 7 e 8).

GRÁFICO 6: NÚMERO DE FAMÍLIAS ASSENTADAS



Fonte: INCRA.

GRÁFICO 7: ÁREA OBTIDA PARA REFORMA AGRÁRIA (EM HA)



Fonte: INCRA.

DEMARCAÇÃO ZERO PARA INDÍGENAS E QUILOMBOLAS

Bolsonaro vem cumprindo sua promessa de não demarcar um centímetro de terra indígena. E, à semelhança do que fez com os processos de obtenção de terras para a reforma agrária, devolveu, para revisão, vários processos à Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Vale lembrar que, em 2020, 60% das terras indígenas foram devastadas por focos de incêndios, um aumento de 38% em comparação com 2019.

TABELA 2: DEMARCAÇÕES DE TERRAS INDÍGENAS

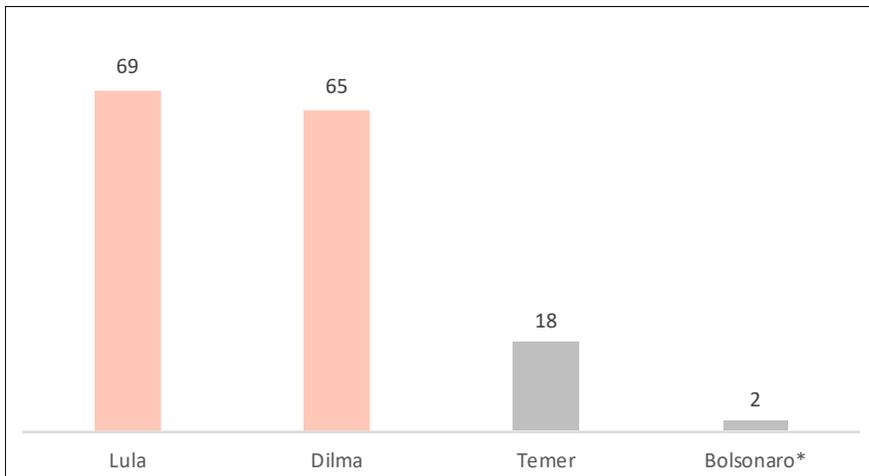
Presidente (período)	TIs Declaradas		TIs homologadas	
	Nº	Extensão (ha)	Nº	Extensão (ha)
Sarney/Itamar/Collor (abr 1985 a dez 1994)	136	42.822.144	195	46.208.142
Fernando H. Cardoso (jan 1995/dez 2002)	118	35.955.850	145	41.226.902
Luiz Inácio Lula da Silva (jan 2003/dez 2010)	81	13.291.661	87	18.785.766
Dilma Rousseff (jan 2011 a mai 2016)	26	2.028.672	21	3.268.955
Michel Temer (mai 2016 a abr 2018)	3	3.397.569	1	19.216
Jair Bolsonaro (jan 2019 - presente)	0	0	0	0

Fonte: Instituto Socioambiental – ISA.

Em relação a terras quilombolas, foram abertos 16 processos de titulação de quilombos em 2019. Entre janeiro e maio de 2020, apenas um. Os números são bem inferiores à média de 77 novas análises territoriais entre 2016 e 2018, durante o governo Temer, e apenas uma fração dos 148 processos anuais abertos pelo INCRA entre 2004 e 2009, durante o governo Lula.

Segundo levantamento da Terra de Direitos, no atual ritmo, o país levaria 1.170 anos até que todos os processos abertos no Incra fossem concluídos. O cálculo não levava em conta a pandemia, que atrasou ainda mais o cronograma.

GRÁFICO 9: NÚMERO DE TERRAS QUILOMBOLAS TITULADAS, POR GOVERNO



Fonte: Comissão Pro-Índio de São Paulo
*Em ambos os casos, demarcações parciais

DEVASTAÇÃO DAS POLÍTICAS E DIREITOS SOCIOAMBIENTAIS

Desde o golpe de 2016 o país vem sofrendo um processo contínuo de retrocessos em relação à proteção da natureza, aos direitos socioambientais e ao papel do Estado na indução do desenvolvimento sustentável. Além da Política Nacional de Meio Ambiente e dos avanços alcançados com a Constituição de 1988, todas as conquistas ambientais da sociedade brasileira, especialmente as alcançadas nos governos petistas – que representaram um salto em direção ao crescimento econômico com justiça social e preservação ambiental –, estão sendo solapadas, sobretudo pelo governo Bolsonaro.

O Brasil retrocedeu em tudo que foi construído nas últimas décadas. Retrocedeu nos aspectos legais e institucionais, na participação da sociedade nos espaços de formulação e controle, na descentralização, no acesso à informação e na construção de consensos em torno de valores socioambientais. O marco jurídico de proteção ambiental está sob ataque, o papel do Estado está sendo revertido e as portei- ras da devastação foram abertas.

RETROCESSO NA INSTITUCIONALIZAÇÃO DA QUESTÃO AMBIENTAL E NO PAPEL DO ESTADO

Sob o governo Bolsonaro, o meio ambiente e toda a consciência nacional em prol da sua proteção, até mesmo os fundamentos do direi-

to ambiental consagrado pela Constituição, foram elevados à condição de inimigos da pátria. Portador de um discurso mais próximo de um contraventor ambiental do que de chefe de Estado, Bolsonaro está retrocedendo na institucionalização e mudando o papel do Estado nas questões socioambientais.

A arquitetura institucional criada ao longo das últimas décadas está sob ataque. Bolsonaro tomou medidas concretas para esvaziar as competências e atribuições do Ministério do Meio Ambiente, transferindo para outras pastas órgãos como a Agência Nacional de Águas (ANA) e o Serviço Florestal Brasileiro (SFB). Na mesma linha, rebaixou a capacidade de intervenção do IBAMA e do ICMBio, retirando-lhes a autonomia que uma autarquia detém legalmente. O Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) foi esvaziado, com redução de 96 para 23 integrantes, com as cadeiras da sociedade civil decrescendo de 23 para 4.

No plano normativo, é bem conhecida a comitiva tocada pelo ministro Salles para fazer passar a boiada. Foram dezenas de canetas revogando, alterando e fragilizando regulações e procedimentos infralegais. Apenas algumas dessas medidas puderam ser revertidas no âmbito do judiciário, já que no âmbito do Parlamento nenhum Projeto de Decreto Legislativo (PDL) foi colocado para deliberação.

De um Estado descentralizado, atuando em sintonia com entes federados do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) e em conformidade com os princípios do Pacto Federativo, permeado por processos democráticos de participação da sociedade, sob o governo Bolsonaro retrocedeu para a forma centralizada e autoritária, excluindo os estados e municípios de qualquer protagonismo no planejamento das políticas e da gestão ambiental. Não por outra razão, os estados foram excluídos do Conselho de Desenvolvimento da Amazônia, para colocar um exemplo.

Ministérios, autarquias e órgãos foram colonizados por grupos de interesse que comandam e definem a aplicação dos recursos públicos, interditam as demandas socioambientais e afastam o Estado das necessidades da conservação. Basta um olhar sobre quem comanda o INCRA, a FUNAI, o Serviço Florestal Brasileiro e a Fundação Palmares para constatar a usurpação das finalidades desses órgãos. Por outro lado, reina a subserviência no IBAMA, no ICMBio e no próprio Ministério do Meio Ambiente, transformado em uma espécie de sucursal do Ministério da Agricultura para facilitar a liberação de agrotóxicos, transgênicos, para não cobrar as multas ambientais e para não levar a cabo a implementação do Código Florestal.

Com o CONAMA esvaziado, os órgãos do SISNAMA enfraquecidos e desarticulados, a participação da sociedade negada e com o rebaixamento de normas, regras e da autonomia de ação dos órgãos ambientais federais, somados ao permanente ataque ideológico ao legado institucional que herdou, Bolsonaro vem impondo uma reversão importante ao arcabouço institucional construído historicamente para tratar das questões ambientais. Com isso, o meio ambiente fica cada vez mais à deriva, sem a proteção do Estado e a mercê de toda sorte de ilicitudes e depredação.

EXPLOSÃO DOS DESMATAMENTOS, INCÊNDIOS FLORESTAIS E EMISSÕES

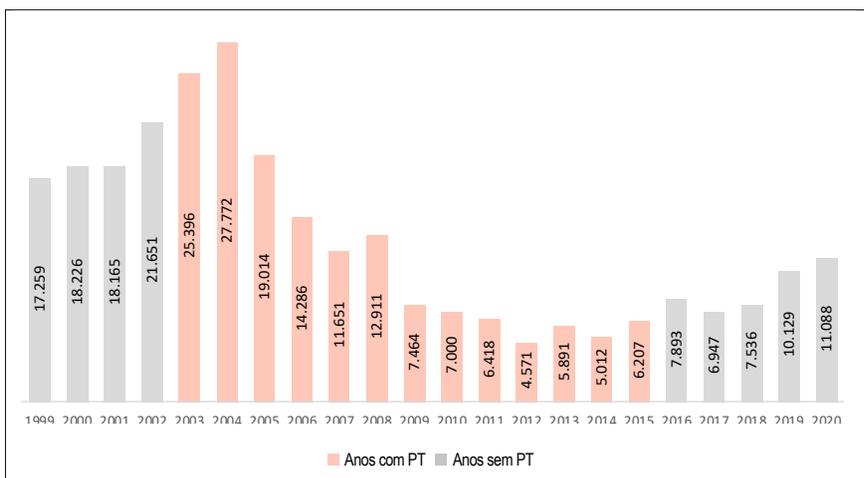
O Brasil vive um processo de devastação ambiental sem precedentes. A explosão do desmatamento e o aumento das queimadas aumentaram as emissões de gases de efeito estufa, comprometendo a preservação de nossa biodiversidade e afastando o país do protagonismo que alcançou nos governos Lula/Dilma no combate ao aquecimento global.

DEVASTAÇÃO DA AMAZÔNIA

A Amazônia está sendo devastada pelo desmatamento e pelas queimadas criminosas. A média de focos de queimada na Amazônia cresceu 16% quando comparado o governo Dilma e os governos pós-golpe.

O governo Bolsonaro tem sido conivente com este processo, como demonstram a desativação do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento da Amazônia Legal (PPCDAm) e a instituição de um Conselho da Amazônia, composto por 19 militares e 4 delegados da Polícia Federal, mas sem nenhum representante do IBAMA, ICMBio ou FUNAI. Também contribuem, nesta direção, mudanças normativas, como a retirada da autonomia e a discricionariedade dos fiscais do ICMBio para a inutilização de equipamentos utilizados em infrações ambientais ou como a flexibilização de normas para fiscalizar e multar serrarias que comprem madeira ilegal.

GRÁFICO 1: TAXA DE DESMATAMENTO ANUAL NA AMAZÔNIA (KM²/ANO)



Fonte: PRODES/INPE/MCTI

A única ação concreta do governo Bolsonaro para enfrentar o desmatamento foi tentar desacreditar o INPE, instituição que, nas últimas

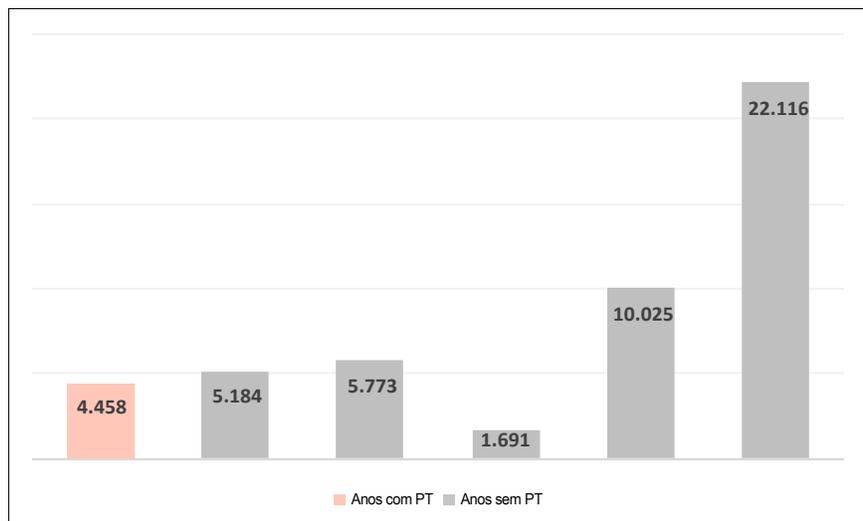
duas décadas, faz a medição do fenômeno. Tentativa que envolveu a substituição da direção e a tentativa de adquirir, do setor privado, novo sistema de monitoramento da Amazônia.

Os dados do INPE são explícitos: sob Bolsonaro, a Amazônia está sendo destruída. Em 2020, o desmatamento alcançou a taxa de 11,1 mil quilômetros quadrados (km²), a maior taxa dos últimos 11 anos. Os dados dos quatro primeiros meses apontam para mais um recorde da taxa em 2021, com um aumento de cerca de 58% entre março e abril, após quase triplicar no mês anterior.

O PANTANAL EM CHAMAS

Uma das maiores tragédias ambientais do país foi a devastação do Pantanal em 2020 pelos incêndios florestais. Aproximadamente 26% de todo o bioma foi consumido pelas chamas em uma área de 33 mil km², o que equivale à soma do território do Distrito Federal e de Alagoas.

GRÁFICO 2: PANTANAL - NÚMERO DE FOCOS DE QUEIMADAS



Toda essa devastação ocorreu perante a inércia e omissão do poder público. Esta constatação está no Relatório da Comissão Externa encarregada de acompanhar e promover a estratégia nacional para enfrentar as queimadas em biomas brasileiros – CEXQUEI. Após ampla caracterização das causas dos incêndios, a Comissão constatou que “por mais que as condições climáticas sejam um fator importante para a compreensão da tragédia socioambiental no Pantanal, a atuação do governo federal e o ‘componente humano’ foram fatores essenciais para que se ultrapassasse, em muito, todos os recordes históricos de devastação”.

EMISSÕES EM ALTA E NÃO CUMPRIMENTO DA META CLIMÁTICA

O Brasil vem se afastando cada vez mais de suas metas de clima.

No âmbito da Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), a meta era reduzir o desmatamento da Amazônia em 80% e as emissões de gases-estufa da região em 40% até 2020, em relação ao cenário tendencial. Isso significava uma taxa de desmatamento de, no máximo, 3.925 km² e emissões brutas máximas de 2,068 bilhões de toneladas CO₂. Longe da meta, o desmatamento oficial em 2020 foi 11,1 mil km² e de acordo com projeções pelo Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa (SEEG), as emissões foram da ordem de 2,2 bilhões de toneladas.

Em relação ao Acordo de Paris, na sua Contribuição Nacionalmente Determinada –(NDC), o Brasil se comprometeu a reduzir suas emissões líquidas em 37% até 2025 em relação aos níveis de 2005. Além da meta para 2025, a NDC tem um indicativo de meta para 2030, de 43% de redução. Como as emissões líquidas brasileiras em 2019 eram de 1,570 bilhão de toneladas de CO₂ equivalente, para cumprir a NDC (emissão líquida de 1,3 bilhão de toneladas) o Brasil precisaria chegar a 2025 com emissões líquidas 17% menores do que a registrada em 2019.

Dois fatos afastam o Brasil da possibilidade de alcançar a meta. O primeiro, a tendência verificada a partir de 2015, com o país aumentando suas emissões líquidas em 12%, e com a curva seguindo ascendente. O segundo, a atitude do governo Bolsonaro de propor que as emissões do Brasil em 2030 sejam 27% maiores do que quando ratificou o Acordo de Paris, conforme a NDC encaminhada à Convenção do Clima das Nações Unidas.

Em síntese, o golpe não foi apenas contra a democracia, afastou também o país dos seus compromissos com a agenda global de enfrentamento das crises ambiental e climática. Agora, o Brasil está no rumo do colapso dos ecossistemas que ameaça e compromete o futuro da sociedade brasileira e de toda a humanidade.

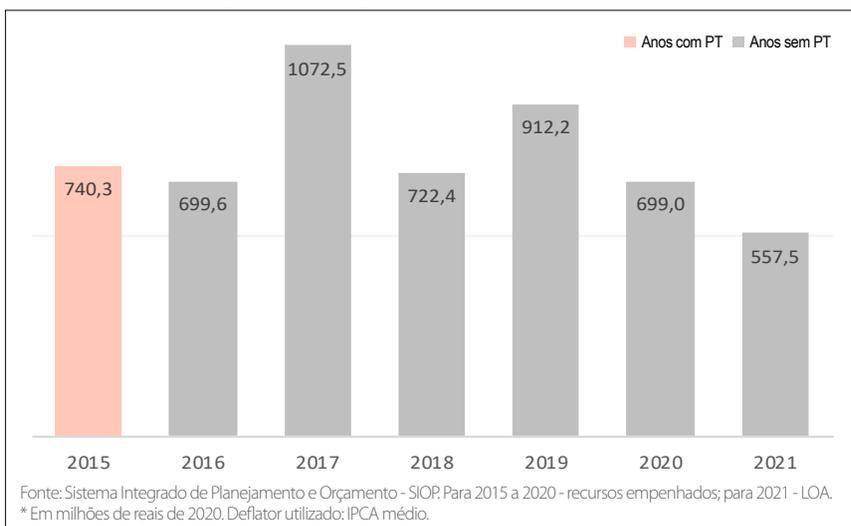
UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E ÁREAS AMBIENTALMENTE PROTEGIDAS SOB AMEAÇA

As Unidades de Conservação (UCs), as terras indígenas, as Áreas de Proteção Permanentes e a Reserva Legal dos imóveis rurais, espaços ambientais e legalmente protegidos, assim como os territórios quilombolas e das populações tradicionais, e até mesmo os assentamentos da reforma agrária, estão passando por um processo de desconstituição e apropriação privada.

Além da intenção declarada do ministro Ricardo Salles de realizar a revisão de todas as 334 unidades de conservação federais do país, vários projetos de lei tramitam no Congresso Nacional com a mesma finalidade, todos buscando transformar as Unidades de Conservação em fronteira de expansão das atividades econômicas. O mais emblemático desses projetos é o PL 191/2020, encaminhado pelo Executivo, que abre as Terras Indígenas para a exploração mineral e outras atividades econômicas.

Uma forma mais sutil de privatizar os bens públicos, como as Unidades de Conservação, ocorre mediante a transferência para a ini-

GRÁFICO 3: EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO DO ICMBIO*



ciativa privada das atribuições e responsabilidades do poder público em relação a esses bens. É exatamente isso que o governo Bolsonaro está fazendo mediante dois mecanismos: incluindo as Unidades de Conservação no Programa Nacional de Desestatização (PND), habilitando-as para o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI); iniciativas como o Programa Adote um Parque, pelo qual empresas ou indivíduos destinam recursos financeiros, na forma de produtos e serviços, para determinada UC, em troca do direito de uso de slogans de parceiros da conservação e outros direitos de imagens e uso temporário da unidade adotada para atividades institucionais.

Para justificar a entrega do patrimônio público ao mercado, primeiro o governo realiza uma campanha difamatória dos servidores públicos ambientais. Depois, asfixia o ICMBio financeiramente – que terá, em 2021, orçamento 20% menor que no ano anterior – e rebaixa sua capacidade operacional aparelhando o órgão com dirigentes alheios à missão do órgão. Essa manobra não visa outro fim que não a

subordinação da política ambiental ao programa neoliberal e privatista do governo Bolsonaro.

EXPROPRIAÇÃO DOS DIREITOS TERRITORIAIS DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, implantada durante o governo Lula (Decreto 6.040/2007) permitiu o reconhecimento do direito à ocupação e uso dos territórios e recursos naturais como condição para a reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica dos povos e comunidades tradicionais. Entre os instrumentos jurídicos que asseguram esse direito estão a Concessão de Direito Real de Uso (CDRU) e o Termo da Autorização de Uso Sustentável (TAUS), aplicáveis para regularizar a utilização e o aproveitamento dos imóveis da União.

Nessas áreas da União, da Amazônia ao sul do país, vivem milhares de famílias de Povos e Comunidades Tradicionais que vinham tendo suas ocupações regularizadas. A partir do golpe de 2016, o processo de demarcação e reconhecimento das áreas tradicionalmente ocupadas foi praticamente interrompido, atendendo aos interesses de organizações dos setores que promoveram a ruptura democrática no país, como a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e a Frente Parlamentar Agropecuária. E, ainda pior, a Secretaria de Patrimônio da União tem se negado a se manifestar perante a justiça como parte interessada em conflitos possessórios, deixando as comunidades à mercê dos interesses de fazendeiros e demais grupos econômicos, cujo poder político e influência perante os tribunais é desproporcional à capacidade organizativa e de respostas das famílias comunitárias.

Com o retrocesso, comunidades ribeirinhas em todo o país estão sendo expropriadas de seus direitos territoriais, seja mediante métodos

de violência direta contra elas aplicados, incluindo assassinatos de lideranças e coações de toda ordem, seja por decisões judiciais tomadas sem nenhuma mediação dos órgãos federais envolvidos. Se esse quadro de violência ocorre em todo o país, a situação é mais grave em algumas regiões, como nas margens do Rio São Francisco, notadamente no estado de Minas Gerais, onde o *lobby* ruralista obteve total apoio do governo Bolsonaro, que paralisou o processo de demarcação das áreas da União e de reconhecimento dos direitos territoriais das comunidades ribeirinhas.

ECOSSISTEMAS COSTEIROS E MARINHOS À DERIVA

O Sistema Costeiro-Marinho, que abarca áreas de diferentes biomas, foi duramente castigado pela omissão e pelos atos ilegais do governo Bolsonaro. O derramamento de óleo que poluiu o litoral do Nordeste provocou danos ambientais e socioecômicos incalculáveis. Por omissão e incompetência, Ricardo Salles não acionou em tempo o Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo (PNC), previsto em lei, cujos instrumentos e mecanismos, se colocados em prática, poderiam ter reduzido os impactos e danos causados pela poluição.

Na Câmara dos Deputados, o governo atua mediante sua base para encerrar a Comissão Parlamentar de Inquérito(CPI) do derramamento de óleo antes de concluir o processo de apuração. A manobra visa transformar a CPI em pizza, evitando a responsabilização do ministro do Meio Ambiente e outras autoridades federais pela omissão e atos que praticaram.

Valendo-se de um CONAMA esvaziado e por ele manipulado, Ricardo Salles revogou um conjunto de resoluções de proteção dos manguezais e restingas. Agiu para atender interesses dos setores da carcinicultura, da indústria imobiliária, da mineração e turismo, em detrimento da conservação e uso sustentável desses espaços fundamentais

para a manutenção da biodiversidade e serviços ambientais do Sistema Costeiro-Marinho. Seu ímpeto serviçal aos interesses privados foi barrado pelo STF, graças a uma ação movida pelo Partido dos Trabalhadores e pela intervenção da justiça do Rio de Janeiro.

Não bastassem essas investidas, no momento mais crítico da crise causada pelo derramamento de óleo na costa do Nordeste, o presidente do ICMBio alterou o Plano de Ação Nacional (PAN) para os manguezais, revogando a parte que previa ações para a erradicação de carcinicultura e a recuperação dos sistemas já afetados pela atividade. Atendeu, por ordem do ministro Salles, uma exigência do secretário de Pesca e Aquicultura do Ministério da Agricultura, em mais um ato de subordinação e subserviência aos interesses econômicos.

MATA ATLÂNTICA - PATRIMÔNIO NACIONAL AMEAÇADO PELA BOIADA DE SALLES

A sanha antiambientalista do governo Bolsonaro não poupou nem mesmo a Mata Atlântica. Na sua tática de “passar boiada”, o ministro Ricardo Salles vem alterando ou tentando alterar normas para remover a proteção a este que é o bioma com a menor cobertura florestal, com apenas 12% de vegetação florestal natural.

Em julho de 2019, veio o primeiro ataque à proteção da Mata Atlântica. O IBAMA alterou regras sobre supressão de vegetação no bioma (Instrução Normativa 20/2019), criando a possibilidade de o infrator recorrer diretamente ao superintendente e ao presidente, e reduzindo a compensação de desmatamentos ilegais.

Em abril de 2020, Ricardo Salles determinou, com um despacho, aos órgãos ambientais federais a adoção de regras do Código Florestal na Mata Atlântica, em detrimento da Lei da Mata Atlântica, uma Lei Especial e mais restritiva que regula o uso do Bioma, regulamentada e aplicada nos 17 estados que o compõem. Queria, na prática, abrir

caminho para a anulação de multas, embargos e desmatamentos ilegais para favorecer o mercado imobiliário e setores do agronegócio.

Bombardeado por ações judiciais e diante da iminente derrota, recuou do ato ilegal, mas não do propósito. Segue buscando fragilizar o marco legal de proteção da Mata Atlântica, declarada patrimônio nacional pela Constituição Federal de 1988.

RECURSOS HÍDRICOS – CENTRALISMO, MERCANTILIZAÇÃO E RISCOS AMBIENTAIS

Os retrocessos promovidos pelo governo Bolsonaro também afetaram o sistema de gestão de recursos hídricos. As alterações solapam o processo de construção de um sistema cujos pilares são, entre outros, a gestão descentralizada, participativa e em articulação com o Sistema Nacional de Meio Ambiente.

O primeiro passo foi a transferência de todo Sistema de Gestão, incluída a Agência Nacional de Águas – e agora e Saneamento Básico – (ANA) para o Ministério do Desenvolvimento Regional. Esta transferência não é apenas uma troca de “caixinhas”, mas sim a mudança radical da concepção na gestão de águas, de sustentável para uma visão meramente utilitarista, focada apenas em obras.

Na sequência, o Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), órgão máximo do sistema de gestão de águas, foi reduzido de 57 para 37 membros, precarizando a participação dos estados e da sociedade civil. Mais governo federal e menos descentralização e participação. A centralização e a visão retrógrada na gestão das águas vão se expressando na flexibilização da lei de segurança de barragens, na leniência com a infestação de nocivas pequenas centrais hidrelétricas no Pantanal, e no estímulo aos interesses privados do setor de saneamento.

A MARCHA DA BOIADA PASSA PELO CONGRESSO NACIONAL

O golpe de 2016 abriu a porteira para a boiada – combinação de discurso e atos infralegais contra as instituições ambientais – passar. Há uma segunda etapa do desmonte, ainda mais profunda, que o governo Bolsonaro pretende implementar, que requer mudanças em leis e na Constituição. Afinal, as forças do golpe lutam pelo fim da política ambiental para deixarem a natureza no limbo, sem proteção jurídica e Estatal.

Esse objetivo passa e depende do Congresso Nacional. Parte da investida já aconteceu, com a desregulamentação dos recursos hídricos e do saneamento. Há mais mudanças no horizonte a serem combatidas, e que, embora contidas em inúmeros projetos de lei, se dividem em três grandes objetivos: apropriação privada dos bens comuns da natureza e da cultura, como terras públicas, biodiversidade, água e os territórios tradicionais; rebaixar as normas de proteção ambiental, notadamente o licenciamento ambiental; e abrir Terras Indígenas e Unidades de Conservação para a exploração econômica.

Entre os projetos voltados ao primeiro objetivo, o mais impactante é o PL 510/2021, uma versão piorada da MP da grilagem. Se aprovado, grandes extensões de áreas públicas na Amazônia, de até 2.500 hectares, verdadeiros latifúndios, ocupadas irregularmente, serão regularizadas em nome de invasores. Além de aumentar a concentração fundiária e legalizar desmatamentos criminosos, a medida irá criar as condições para o desmatamento legal de milhões de hectares, um resultado na contramão de todo e qualquer projeto de desenvolvimento sustentável da Amazônia. Outros projetos com a mesma finalidade tramitam na Câmara dos Deputados e devem ser igualmente rejeitados.

Em relação ao licenciamento ambiental, o substitutivo ao PL 3.729/2004 pretende transformar o licenciamento em exceção e não

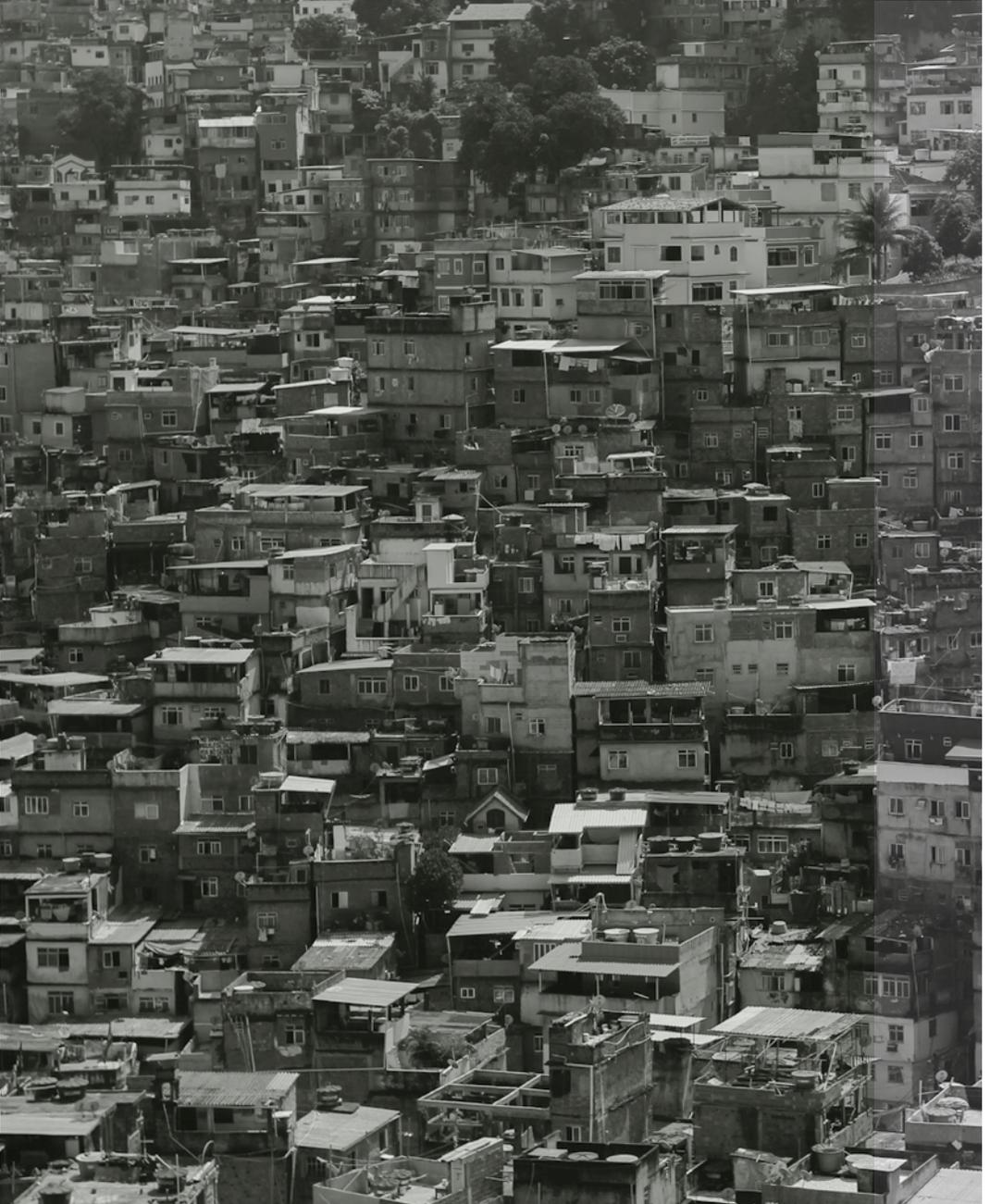
regra. A eliminação da exigência atual do licenciamento para um amplo conjunto de obras e empreendimentos, a exclusão da análise de risco e de impactos indiretos, adoção do autolicensing, rebaixamento da interveniência de órgãos como ICMBio, FUNAI, INCRA e SEPIR, e esvaziamento dos mecanismos de participação da sociedade, estão entre as exigências do agronegócio, do setor de infraestrutura e logística e outros setores refratários aos princípios da precaução e de respeito aos direitos socioambientais.

Quanto às iniciativas que ameaçam a integridade das Terras Indígenas (TIs) e das Unidades de Conservação (UCs), a tarefa mais urgente é evitar a aprovação do PL 191/2020, proposto por Bolsonaro. O projeto visa regulamentar a exploração de recursos minerais e a geração de energia elétrica em terras indígenas. Na verdade, autoriza qualquer atividade econômica nas TIs, incluindo agricultura, pecuária e turismo. Se aprovado, o projeto abre caminho para que, mediante parcerias e outros mecanismos jurídicos, grupos econômicos explorem e se apropriem, na prática, das terras e riquezas naturais que são, constitucionalmente, de usufruto exclusivo dos povos indígenas.

Depois do golpe, desde que Temer tentou abrir a Reserva Nacional de Cobre e Associados (RENCA), e principalmente com Bolsonaro, está em curso uma orquestração entre as forças que tomaram de assalto o poder para solapar as conquistas democráticas da sociedade brasileira em relação aos direitos ambientais, à proteção da natureza e ao protagonismo dos povos indígenas, das comunidades tradicionais e dos movimentos sociais portadores de alternativas ao processo de exclusão social provocado pelas políticas neoliberais restauradas pelo golpe.

INFRAESTRUTURA

BEN-DUMOND



MANIFESTAÇÃO EM SOLIDARIEDADE AO JACAREZINHO - AV. PAULISTA
ROBERTO PARIZOTTI/FOTOS PUBLICAS



MILITARES EM APOIO À OPERAÇÃO EM FAVELAS, NO RIO DE JANEIRO. 2017
VLADIMIR PLATONOW/AGÊNCIA BRASIL

INTERRUPÇÃO NOS INVESTIMENTOS NA MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA NAS CIDADES

Nos governos do PT, a melhoria da qualidade de vida nas cidades foi assumida como tarefa do governo federal, em parceria com estados e municípios. Apoio à elaboração de projetos, volumes inéditos de recursos e ações coerentes com o enfrentamento das carências e desigualdades urbanas foram marcas do período. No total, por meio do Programa de Aceleração do Crescimento, foram destinados cerca de 715 bilhões de reais para investimento em moradias do Minha Casa Minha Vida, obras de saneamento, mobilidade e prevenção de riscos.

A partir do golpe, sob a égide do ajuste fiscal nunca alcançado, o apoio do governo federal a Estados e municípios foi progressivamente reduzido, apesar de as carências urbanas persistirem crescendo.

EXTINÇÃO DO MINISTÉRIO DAS CIDADES RECRIA VAZIO INSTITUCIONAL

Criado em 2003, o Ministério das Cidades recolocou o governo federal na construção da Política de Desenvolvimento Urbano, estimulando os municípios e atores sociais na elaboração de novas práticas de planejamento do território e gestão democrática.

No governo Temer, houve um esvaziamento orçamentário do Ministério, com os recursos empenhados voltando ao patamar de 2008, e correspondendo a cerca de um terço do período 2013-2015. Ademais, a 6ª. Conferência Nacional das Cidades, que deveria ter ocorrido em 2017, foi transferida para 2019 e o Conselho das Cidades foi esvaziado.

No governo Bolsonaro, o Ministério das Cidades foi extinto, recriando o vazio e os retrocesso institucional existente antes dos governos do PT, com resultados desastrosos:

- as ações voltadas ao desenvolvimento das cidades foram pulverizadas entre ministérios e secretarias, assim como os recursos;
- o Conselho de Desenvolvimento Urbano, que substituiria o Conselho das Cidades, segue sem definição há 2 anos;
- os municípios perdem centralidade na construção dessas ações e os movimentos de reforma urbana e direito à cidade ficam sem interlocução junto ao governo federal, perdendo representatividade.

A EXCLUSÃO DOS MAIS POBRES DO MINHA CASA MINHA VIDA (MCMV)

Os números mostram que o MCMV foi o maior programa habitação da história do Brasil. Foram 4,2 milhões de moradias contratadas até maio de 2016, em 96% dos municípios. Praticamente metade dessas moradias atendeu famílias com renda de até 1.800 reais, a chamada Faixa 1 do programa, o que só foi possível porque os governos petistas reconheceram que parte expressiva da população não consegue acessar um financiamento nas condições do sistema bancário – e ajustaram o MCMV para resolver este problema.

O golpe de 2016 foi mortal para o MCMV em sua forma original. A Faixa 1, que atendia as famílias mais pobres, foi sendo abandonada. Como resultado, do total de moradias contratadas para as

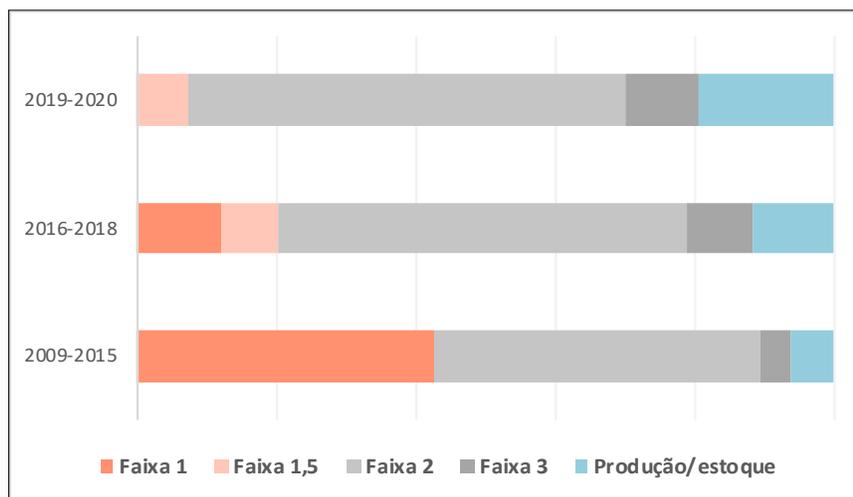
famílias mais vulneráveis entre 2009 e 2020, 91% foram nos governos do PT.

Temer reduziu progressivamente os recursos do Orçamento da União (OGU) destinados ao MCMV. Bolsonaro praticamente zerou as contratações de moradias para o segmento de menor renda. Em 2020, lançou o Casa Verde Amarela que, na prática, extingue o MCMV ao alterar o perfil dos investimentos e passar a operar basicamente com o subsídio do FGTS.

Na prática, o Programa Casa Verde Amarela é uma nova marca fantasia, utilizada por Bolsonaro para entregar moradias para famílias de baixa renda em empreendimentos habitacionais em sua maioria contratados ainda no governo Dilma.

Em 2021, o cenário será ainda mais regressivo. Os cortes do orçamento de 2021 devem paralisar cerca de 250 mil moradias que estavam em execução. Ou seja, nem mesmo concluir o que estava em curso será possível.

GRÁFICO 1: EVOLUÇÃO DAS CONTRATAÇÕES DO MCMV POR FAIXA DE RENDA



Fonte: SIS-HAB – Ministério do Desenvolvimento Regional.

VITÓRIA DA INICIATIVA PRIVADA NO SANEAMENTO BÁSICO

Nos governos do PT, o saneamento básico, infraestrutura com baixa cobertura na maior parte dos municípios brasileiros, foi priorizado pela combinação de duas iniciativas – a aprovação de um marco regulatório para o setor, orientado para a universalização do serviço, e a retomada do financiamento para as empresas públicas, principais operadores do saneamento no Brasil.

O golpe minou as bases destas duas iniciativas. Em relação aos investimentos, que haviam ultrapassado 200 bilhões de reais no período 2003 a 2015, houve corte brusco. A partir de 2016, os recursos do OGU para a área caíram a pouco mais da metade do executado em 2015 e a menos de 20% do executado em 2013, ano com maior investimento. Devido à restrição orçamentária imposta pelo golpe, não houve novas seleções de projetos,

A sanção da Lei 14.026/2020, promoverá a grande ruptura na área de saneamento. Nascida da MP 868/2018, editada no governo Temer, a nova lei cria as condições para que, independentemente da vontade do titular dos serviços e dos prestadores estatais, a presença do setor privado no saneamento seja praticamente obrigatória. Autoriza, portanto, a privatização do setor

As modificações trazidas pela Lei 14.026/2020 causam grande desequilíbrio nos contratos existentes, ao tornarem obrigatória a licitação dos serviços quando estes não sejam prestados diretamente pelo titular. Ademais, esvaziam as atribuições do poder de decisão, principalmente do titular dos serviços. Por estas razões, há três Ações Diretas de Inconstitucionalidade contra a lei, que acabou criando um ambiente de instabilidade jurídica para o setor, que inibirá ainda mais novos investimentos.

O GOVERNO FEDERAL NÃO APOIA MAIS INVESTIMENTOS EM MOBILIDADE

Também no caso da mobilidade, os governos do PT promoveram importantes mudanças na política federal de transporte urbano. Assentada no conceito de que a mobilidade é um direito das pessoas, foi aprovada nova Lei de mobilidade urbana (Lei 12.587/2012). E o governo federal disponibilizou volume de recursos extraordinário para a área, da ordem de 200 bilhões de reais, a serem aplicados em projetos que incorporariam nas malhas urbanas 658 quilômetros de transporte sobre trilhos, 3.204 quilômetros de transporte sobre pneus e 21 quilômetros de transporte fluvial.

O golpe colocou os investimentos em mobilidade urbana em segundo plano. Os recursos alocados no Orçamento da União na subfunção Transporte Coletivo Urbano eram, em 2020, 27% do disponível em 2015. E na LOA de 2021, o total alocado corresponde a cerca de 10% do empenhado no ano anterior, ou seja, menos de 3% do empenhado no último ano do PT.

Ademais, 55 projetos que haviam sido selecionados pelo PAC foram cancelados, retirando cerca de 15 bilhões de reais de estados e municípios para obras de mobilidade urbana.

Se a questão do transporte coletivo é fundamental para assegurar cidades acessíveis e democráticas, o golpe mostrou a que veio, ao praticamente inviabilizar a ação do governo federal na área.

OS RETROCESSOS NA POLÍTICA DE PREVENÇÃO DE RISCOS E DESASTRES

Os governos do PT encararam o desafio de construir uma política integrada para apoiar estados e municípios na gestão dos riscos e resposta a desastres.

Para isto, disponibilizaram recursos da ordem de 19 bilhões de reais para obras de prevenção, mapear áreas de risco, aprimorar a capacidade de resposta a desastres, integradas e montar uma rede nacional de monitoramento e alerta. Foram apoiadas 332 obras de drenagem e 140 obras de contenção de encostas.

Todo este esforço foi abandonado a partir do golpe. Na esteira da PEC do teto dos gastos, os investimentos no setor despencaram – os recursos para drenagem caíram, em média, 75% e os para contenção de encostas, 90%. E nunca mais se recuperaram.

O Plano Plurianual 2020-2023 completou o desmonte da atuação integrada, além de perseverar na redução dos recursos para apoio aos municípios e estados. No atual PPA, praticamente só há recursos para ações de defesa civil a serem deflagradas após a ocorrência dos desastres, destino de 70% dos recursos empenhados em 2020 e de 94% dos previstos para 2021.

No governo Bolsonaro, não há mais investimento em prevenção de riscos e desastres nas cidades e estados.

ABANDONO DO COMPROMISSO COM A MELHORIA DA INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA

Para ampliar e modernizar a malha logística brasileira, os governos do PT adotaram a estratégia de combinar investimento público e privado. Além de acelerar o processo de melhoria desta estrutura essencial para o desenvolvimento, foi possível impulsionar o crescimento econômico e a ampliação da riqueza e do emprego.

Os governos Temer e Bolsonaro abandonaram essa estratégia, na crença de que apenas o setor privado bastava. Reduziram drasticamente os investimentos públicos e centraram a atuação do Estado na adoção de medidas para rentabilizar negócios privados ao invés de viabilizar uma estratégia de desenvolvimento para o país. Iniciaram a desregulamentação e reorganização dos marcos legais para atender a interesses paroquiais e privados, ao invés de perseguir o objetivo de aumentar a capacidade dos diversos modais de transporte.

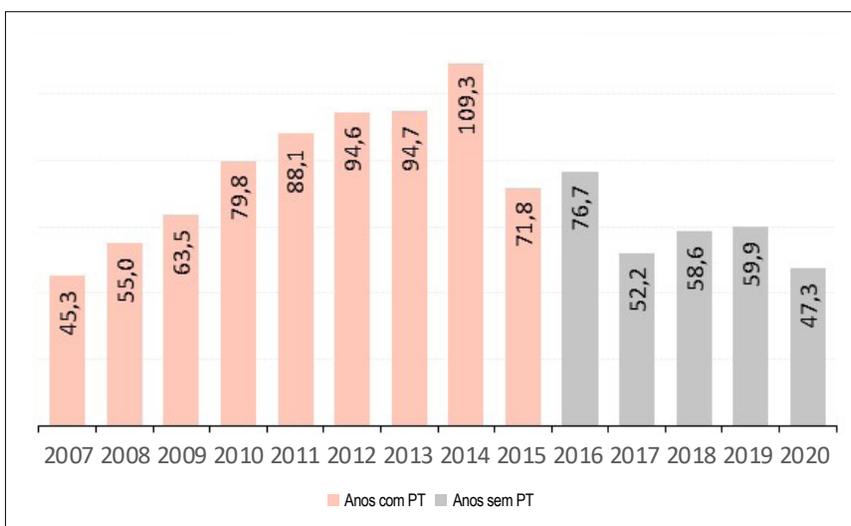
DESPREZO PELO INVESTIMENTO PÚBLICO COMO INDUTOR DO CRESCIMENTO

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) foi progressivamente abandonado no governo Temer e totalmente eliminado no (des)

governo Bolsonaro. A lógica de priorizar investimentos e integrar recursos da União, financiamentos dos bancos públicos e investimentos das estatais, que caracterizava o PAC, deixou de existir nestes governos.

Em decorrência, a partir de 2016, o investimento público mudou de patamar, chegando, em 2020, a apenas 40% do realizado em 2014.

GRÁFICO 1: INVESTIMENTOS DO GOVERNO FEDERAL - OGU*



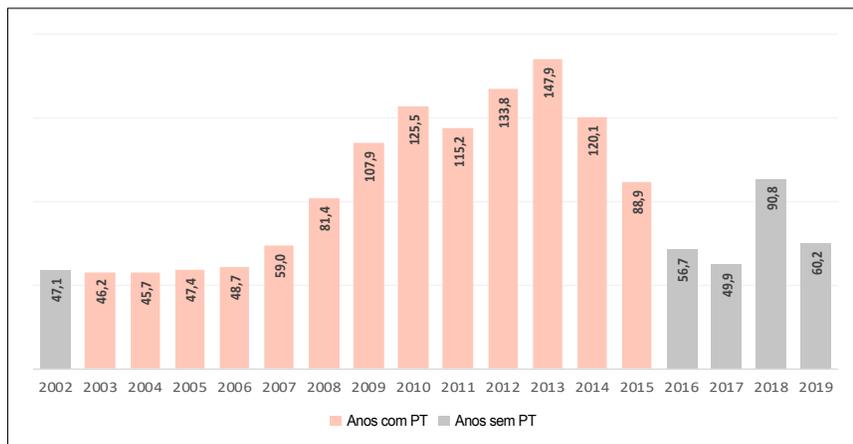
Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional/Ministério da Economia.

*Em bilhões de reais de 2020. Deflator utilizado: IPCA.

As empresas públicas federais, que foram poderoso vetor de dinamização do aumento da infraestrutura, especialmente na área de energia, reduziram seus investimentos a menos da metade do pico alcançado em 2013 (gráfico 2).

Os desembolsos do BNDES, banco público fundamental no financiamento ao investimento, especialmente a infraestrutura, despencaram nos últimos seis anos. Em 2020, os desembolsos totais corresponderam a cerca de um quinto do alcançado em 2010, ano da melhor marca (gráfico 3).

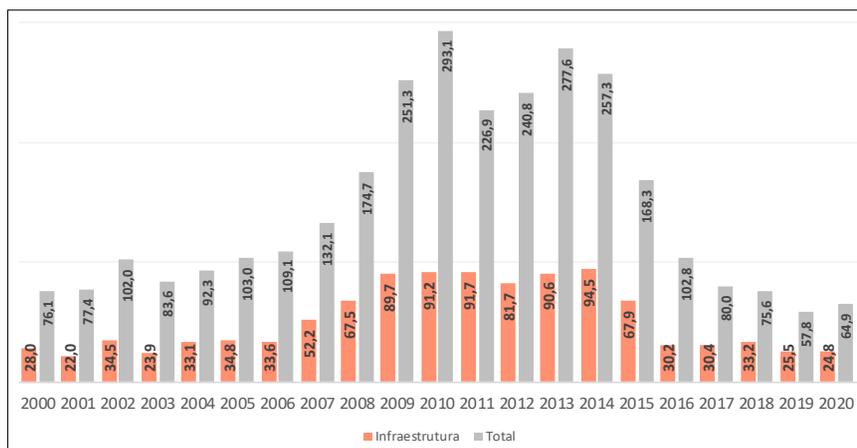
GRÁFICO 2: INVESTIMENTOS DAS EMPRESAS ESTATAIS*



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional/Ministério da Economia.

*Em bilhões de reais de 2020. Deflator utilizado: IPCA.

GRÁFICO 3: EVOLUÇÃO DOS DESEMBOLSOS DO BNDES – TOTAL E INFRAESTRUTURA*



Fonte: BNDES.

* Em bilhões de reais de 2020. Deflator utilizado: IPCA.

O abandono do investimento público como indutor do crescimento resultou em reduzidas entregas de obras pelos governos pós-golpe. As poucas obras entregues correspondem àquelas adiantadas

no período do PAC ou trechos insignificantes de obras que já estavam em andamento.

A título de exemplo, nos dois primeiros anos da gestão Bolsonaro, foram investidos em média 8,2 bilhões de reais de recursos do OGU na função transporte. No período 2010-2014, a gestão petista investiu, em média, 20 bilhões de reais, mais do que o dobro.

NOVAS CONCESSÕES INSUFICIENTES PARA GERAR INVESTIMENTO

A aposta dos governos Temer e Bolsonaro é que a iniciativa privada conduziria o investimento em infraestrutura logística. Entretanto, mesmo sendo prioritário, no setor de rodovias por exemplo, o governo Temer licitou apenas um trecho e Bolsonaro três, enquanto Dilma e Lula licitaram, cada um, oito trechos.

Além disso, boa parte dos projetos incluídos na atual carteira de Bolsonaro estavam sendo preparados há vários anos. Este é o caso da licitação da ferrovia Norte-Sul, no trecho Porto Nacional (TO) até Estrela D'Oeste (SP), leiloada em no primeiro semestre de 2019, cuja obra estava praticamente concluída e o governo atual apenas licitou a concessão. O mesmo ocorreu com a concessão do trecho I da FIO, cuja obra estava com 75% concluída deste 2016.

As renovações antecipadas de concessões ferroviárias existentes foram outro artifício do governo Bolsonaro para tentar estimular o investimento. Porém, com uma diferença fundamental frente ao proposto do governo Dilma: os princípios do governo Bolsonaro sempre foram a maior geração de caixa com pagamento de outorgas, em vez de investimento no aumento da capacidade. As renovações deixaram de prever condicionantes para garantir direitos dos usuários, desconsideraram as possibilidades de intervir no desenvolvimento local e não previram investimentos significativos no curto prazo.

Além disso, como os investimentos previstos nas concessões comecem de fato a serem realizados a partir um a dois anos, no mínimo, após a realização do leilão e ocorrem ao longo dos contratos, com duração média de 25 anos, esses leilões não resultarão em novas inversões neste governo. O investimento privado que está ocorrendo e ocorrerá até 2022 está associado às concessões do período Lula-Dilma, realizadas nos governos do PT.

O ALVOROÇO INEFICIENTE EM TORNO DA REVISÃO DOS MARCOS LEGAIS

A linha dogmática ultraliberal caracteriza as revisões dos marcos legais em vários setores, mas com resultados pífios quanto ao estímulo ao investimento.

Embora tenha proposto revisões setoriais, o governo resiste em promover uma revisão da Lei Geral de Concessões. Ao invés da discussão mais abrangente, o governo tem optado, com o PL 2.646/2020, pela revisão apenas da parte que estimula os investimentos privados por meio de debêntures.

PORTOS

O modelo de concessão da autoridade portuária (CODESA, CODESP e outros portos públicos) é exemplo da insegurança gerada, que poderá criar uma instabilidade regulatória dos contratos de arrendamentos vigentes e a serem incorporados pelo futuro arrendatário e não assegura o emprego dos funcionários das empresas estatais que terão seu controle acionário vendido ao setor privado, com possibilidades reais de desemprego em massa.

Outra alteração realizada pela Lei 14.047/2020 é a de permitir que arrendamentos sem competitividade no mercado possam ser dispensados de licitação.

CABOTAGEM

O PL 4.199/2020, difundido como a BR do Mar (ou BR do Mal), aprovado na Câmara e em debate no Senado, favorece as grandes empresas já instaladas. Essas empresas terão a vantagem de poder afretar no exterior, a um custo menor, um quantitativo não permitido às entrantes. Essa vantagem se soma à decorrente da maior escala que possuem, o que pode resultar em aumento da concentração do mercado.

Outro efeito nefasto será a eliminação da fabricação de novas embarcações produzidas nos estaleiros nacionais, o que afetará ainda mais os empregos na indústria naval.

FERROVIAS

Na ilusão de que apenas o setor privado faz investimentos estruturantes, há um grande risco do governo Bolsonaro aproveitar a tramitação no Senado do PLS 261/2018 para acabar com o modelo de concessões ferroviárias (ferrovias públicas concedidas ao privado para operação) e criar o modelo de autorização, com isso perdendo patrimônio público e capacidade de regulação. As ferrovias autorizadas serão propriedade privada, sem prazo de vigência e com autorregulação.

AVIAÇÃO

No setor aéreo, o governo federal tem atuado de forma bastante limitada para estimular o investimento. Além de algumas ações regulatórias de rotina, a principal medida do setor foi a edição do programa Voo fácil, que apenas desregulamenta a aviação geral, incluindo a possibilidade de venda de assentos individuais para empresas de taxi aéreo. Para a aviação comercial, as medidas que poderiam impactar o investimento no setor são secundárias, resumindo-se ao reequilíbrio dos contratos de concessão dos aeroportos, postergando investimentos e reduzindo tarifas.

Além disso, o Executivo editou normas regulando a cobrança de bagagens e possibilitando a desnacionalização da propriedade das empresas aéreas.

RODOVIAS

No setor de concessões rodoviárias, pela primeira vez, o governo federal adotou o critério de maior valor da outorga para definir o vencedor da concorrência. Este critério não havia sido adotado nem nas concessões do governo FHC.

Com isso, os possíveis ganhos no processo de leilão e disputa entre as empresas deixarão de se refletir em menores tarifas para os usuários. Além disso, os recursos de outorga estão sendo destinados à redução da dívida e não a novos investimentos em infraestrutura.



PROTESTO CONTRA O GOVERNO BOLSONARO EM BRASÍLIA, EM 19/6/2021
MATEUS VELOSO

NA NOITE DO DIA 14 DE MARÇO, A SOCIÓLOGA MARIELLE FRANCO FOI EXECUTADA COM NOVE TIROS, QUATRO DELES NA CABEÇA. QUEM MANDOU MATAR?
MÍDIA NINJA



MANIFESTAÇÃO NA AV. PAULISTA CONTRA O RACISMO
ROBERTO PARIZOTTI

PRIVATIZAR A ELETROBRAS: ESTRATÉGIA DE RISCO PARA O SISTEMA ELÉTRICO BRASILEIRO

O Brasil passou pelo maior racionamento da história em 2001. Foi um ano seco, mas a falta de investimentos na expansão da oferta de energia elétrica foi o fator determinante. Naquele período, nem a ELETROBRAS investia, proibida pelo governo porque seria privatizada, nem o setor privado investia, por considerar muito arriscado investir no setor elétrico. Os governos do PT mudaram esta história. A ELETROBRAS pode voltar a investir e o marco regulatório do setor foi reformulado, introduzindo leilões para contratação de energia, cujos vencedores recebem contratos de longo prazo, reduzindo o risco e facilitando a obtenção de financiamento.

O novo modelo atraiu investidores privados de empresas nacionais e estrangeiras, permitindo forte expansão no sistema energético. Até 2016, foram contratados 92 mil megawatts (MW) de diversas fontes de energia, com prioridade para as renováveis, embora tenha havido contratação de algumas termelétricas para garantir a segurança do abastecimento. O Brasil voltou a construir pequenas, médias e grandes hidrelétricas e foi viabilizada a contratação das energias eólicas, solar e biomassa. O Brasil não tinha praticamente nenhuma eólica instalada, e graças aos leilões está atualmente entre os sete países com maior capa-

cidade instalada no mundo. Já temos instalados mais de 9 mil MW de usinas solares centralizadas e distribuídas, o que supera a capacidade da usina hidrelétrica de Tucuruí, a segunda maior hidrelétrica brasileira.

Houve também um esforço de redução da tarifa de energia elétrica ao se condicionar a prorrogação dos contratos de concessão das hidrelétricas, antigas, com investimentos já amortizados à venda da energia mais barata para o consumidor.

Após o golpe, o planejamento de longo prazo e a parceria entre investimento público e privado que vinha viabilizando a expansão da oferta, com segurança para consumidores e preservando de uma das matrizes energéticas mais limpas do mundo, têm sido colocados em xeque. Os planos de desinvestimento levados a cabo desde o golpe têm especial incidência no setor de energia. Das 31 empresas subsidiárias privatizadas, 21 pertencem ao setor energético, sendo oito ligadas ao Sistema PETROBRAS e 13 ligadas ao Sistema ELETROBRAS. Desde o golpe, foram vendidas a Amazonas Distribuidora de Energia (AM), Boa Vista Energia (RR), Eletroacre (AC), Cepisa (PI), Ceal (AL), Ceron (RO) e Celg-D (GO). Foram vendidas, ainda, as usinas hidrelétricas de São Simão, Jaguará, Miranda, Volta Grande, localizadas em Minas Gerais e Goiás.

O governo Bolsonaro pretende viabilizar a venda da ELETROBRAS ainda em 2021. Trata-se de privatizar a principal responsável pela geração de energia e pelo investimento nesse setor no Brasil, com as subsidiárias Furnas, Chesf, Eletronorte e metade de Itaipu. O parque gerador da ELETROBRAS compõe-se de 48 usinas hidrelétricas, 12 termelétricas convencionais a óleo, carvão e gás natural, 62 centrais eólicas, uma central fotovoltaica e 2 usinas nucleares. A capacidade instalada desse parque é de 51.143 MW, o que a torna a maior geradora de energia elétrica da América Latina.

Mais de 70% da eletricidade consumida no Brasil vem de usinas hidrelétricas, e a geração de energia é apenas uma das utilidades dos

reservatórios, ao lado do abastecimento de água, da regularização dos rios, da irrigação etc. No mundo, Canadá, Noruega, Suécia, Venezuela e Brasil são os únicos países em que a energia hidráulica é a principal fonte primária para a geração de energia elétrica. Em todos eles, essas empresas são estatais. Se a ELETROBRAS for privatizada, o Brasil será o único país a vender as suas hidrelétricas. Vale lembrar que o projeto de privatização da ELETROBRAS prevê que a empresa que a adquirir poderá vender a energia das usinas amortizadas pelo preço de mercado, que pode ser duas a três vezes maior do que a vendida atualmente.

O DESMONTE DA ELETROBRAS

A tentativa do governo Bolsonaro de privatizar a ELETROBRAS é similar a que ocorreu nos anos 1990 e que culminou na crise energética e no apagão de 2001. O atual presidente da empresa afirmou que a ELETROBRAS não é eficiente em nenhuma das suas operações. Uma declaração tão forte obviamente não reflete as mudanças positivas da companhia nos últimos anos, mas apenas legitima a nova “velha” estratégia em curso.

A atual crise, aliada ao alto endividamento da empresa – motivada em grande medida pelo pagamento de juros ao próprio governo federal – e a manutenção das tarifas a patamares relativamente baixos fragilizaram as condições da ELETROBRAS. Com isso, sua dívida líquida de 18,3 bilhões de reais supera em mais de oito vezes sua geração de caixa.

No entanto, o que se observa até o momento é a repetição da estratégia de desmonte, como fica claro no Plano Diretor de Negócios e Gestão (2017-2021) apresentado pela empresa. Novamente, o objetivo é fragmentar o sistema de energia e iniciar um amplo processo de privatização. Por isso, a primeira medida tomada a partir do golpe foi justamente acabar com as seis distribuidoras estaduais, incluindo-as no Programa de Parcerias e Investimentos (PPI). Nesse mesmo compasso,

a empresa reduziu em 29% seus investimentos, de 50,3 bilhões para 35,8 bilhões de reais.

Além disso, a empresa tem negociado as participações minoritárias da estatal. Atualmente são 178 participações diretas e indiretas em companhias do setor, como nas usinas de Belo Monte, Jirau e Teles Pires. O objetivo da empresa com esses negócios é levantar algo em torno de 20 bilhões de reais. Ademais, os acionistas da estatal aprovaram a venda de participação (51%) da Celg Distribuição.

A ELETROBRAS estabeleceu a privatização, a reestruturação dos negócios e a governança corporativa como prioridades estratégicas. O objetivo é circunscrever as atividades da empresa apenas na geração e transmissão de energia. As distribuidoras foram colocadas à venda e a administração dos fundos setoriais, que movimentam cerca de 30 bilhões de reais, passou a ser feita, definitivamente, pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), retirando da estatal a função de financiadora setorial.

Mais ainda, a empresa busca enxugar em 25% seu quadro de funcionários e elabora um plano de incentivo à aposentadoria para reduzir, no médio prazo, ainda mais o seu tamanho. Esse processo tem sido acompanhado, também, pela venda dos ativos imobiliários da empresa.

APAGÃO NO AMAPÁ

No caso do Amapá, a companhia espanhola Isolux, que operava na região, havia entrado em recuperação judicial em 2016. Depois desse processo, a empresa mudou de nome e passou a atuar como Gemini Energy, sendo a responsável, desde janeiro de 2020, por 85,04% das linhas de transmissão da subestação em que houve o problema com o transformador, enquanto 14,96% ficam a cargo da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM).

O apagão chama a atenção do país para as contradições do modelo privatizante, que é constantemente associado por adeptos do neoliberalismo a uma gestão mais eficiente das empresas. No entanto, as privatizações no setor elétrico têm resultado em apagões sistemáticos, como ocorreu no início da década de 2000 e se repete atualmente.

O DESMONTE DOS PROGRAMAS SOB RESPONSABILIDADE DA ELETROBRAS

A política de desmanche da ELETROBRAS, implementada pelo governo Bolsonaro, coloca em questão a eficiência de todo o setor de energia elétrica. A atual gestão da ELETROBRAS decidiu que a estatal não tem mais obrigação de investir e manter o Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (PROCEL) e o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica – Luz para Todos, nem de manter o Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (CEPEL), o maior centro de pesquisas de energia elétrica da América do Sul.

LUZ PARA TODOS

Criado em 2003 pelo presidente Lula, o programa Luz para Todos atendeu 16,8 milhões de pessoas, que passaram a ter acesso à energia elétrica em regiões até então sem cobertura desse serviço público essencial. Além do acesso à energia, o programa movimentou a economia e gerou quase meio milhão de empregos diretos e indiretos, ao utilizar 7,9 milhões de postes, 1,15 milhão de transformadores e 1,5 milhão de quilômetros de cabos elétricos (o suficiente para 38 voltas ao redor da Terra). Além do impulso ao setor de materiais elétricos, o programa beneficiou também a indústria e o comércio de eletrodomésticos, entre outros.

Tudo isso pode virar pó, pois o texto do novo estatuto da ELETROBRAS estabelece que, se a União determinar investimentos em progra-

mas de governo, ela deverá ser ressarcida pelos cofres públicos. Além de extinguir o Luz para Todos, esta decisão afronta o artigo 173 da Constituição, que estabelece que os interesses coletivos e sociais são funções primárias de empresas estatais.

CENTRO DE PESQUISA EM ENERGIA ELÉTRICA - CEPEL

O CEPEL atua há mais de 45 anos em vários temas estratégicos para o país como energias renováveis, eficiência energética e novas tecnologias, atendendo as empresas ELETROBRAS e do setor elétrico nacional. O centro trabalha em parceria com universidades, desenvolvendo recursos humanos qualificados em toda cadeia produtiva do setor elétrico.

O CEPEL é uma pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, constituído sob a forma de associação civil. Aproximadamente 80% de seus recursos são provenientes das fundadoras do centro, a ELETROBRAS e suas quatro controladas, Furnas, Chesf, Eletronorte e Eletrosul, e o restante oriundo de outras empresas associadas e de ensaios laboratoriais, projetos de pesquisa e serviços tecnológicos prestados a agentes do setor elétrico.

O desmonte da ELETROBRAS, visando a privatização da empresa, é visto com preocupação pelos pesquisadores do CEPEL, pois o Centro é responsável pelo desenvolvimento de *softwares* que controlam a distribuição de energia em todo o país. Como o Brasil tem um dos maiores sistemas de energia interligado do mundo, é o equilíbrio da distribuição que permite atender todo o território nacional, já que os grandes centros do país ficam, em sua maioria, distantes das principais fontes de geração tanto hidrelétrica quanto eólica.

Outra área importante em que o CEPEL atua é a do desenvolvimento com ensaios para a indústria em geral e para o setor elétrico. O Centro faz testes com grandes transformadores de energia, para dar maior confiabilidade às estações de energia e linhas de transmissão, evitando perdas, para que as tarifas sejam menores. Segundo engenheiros

da ELETROBRAS, se um sistema de monitoramento do tipo desenvolvido pelo CEPEL estivesse instalado nos transformadores da subestação do Amapá, o apagão de 22 dias poderia ter sido evitado.

Se a privatização já implica riscos ao CEPEL, a decisão dos acionistas que desobriga a ELETROBRAS a investir no CEPEL é ainda pior. Isto porque a mudança estatutária terá efeitos imediatos, enquanto o projeto de privatização ao menos prevê quatro anos de investimentos obrigatórios no Centro de Pesquisas após a venda da estatal.

PROGRAMA NACIONAL DE CONSERVAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - PROCEL

Criado em 1985 pelo governo federal e executado pela ELETROBRAS, o PROCEL é voltado para o aumento da eficiência de equipamentos e serviços, para a disseminação de conhecimento sobre o uso eficiente da energia e para a adoção de hábitos de consumo mais conscientes. O “selo PROCEL” de eficiência, encontrado em eletrodomésticos vendidos no mercado, é a face mais conhecida deste programa que contribui para postergar investimentos no setor elétrico, reduzir emissões de gases de efeito estufa e mitigar impactos ambientais, colaborando para um mundo mais sustentável.

O PROCEL também está sob ameaça a partir das alterações propostas para o estatuto da ELETROBRAS. Ao desobrigar a ELETROBRAS de investir no programa, perdem o setor elétrico, os consumidores e o meio ambiente.

ALERTA ATIVADO: NOVO RACIONAMENTO DE ENERGIA NO HORIZONTE?

Nos últimos sete anos, os reservatórios das hidrelétricas receberam volume de água inferior à média histórica, configurando a pior crise hidrológica desde 1930. Por esta razão, o Brasil chegou ao final do perío-

do de chuvas de 2021 com uma situação crítica em seus reservatórios, em especial na Bacia do Rio Paraná, cujo conjunto de reservatórios responde por cerca de 53% de toda a capacidade de armazenamento do Sistema Interligado Nacional (SIN).

A situação de alerta existia desde o final de 2020, quando foi autorizado despacho de geração termelétrica fora da ordem de mérito e a importação de energia da Argentina e do Uruguai. A situação tornou-se pública, contudo, em junho de 2021, com a divulgação de Nota Técnica pelo Operador Nacional do Sistema (ONS), indicando a possibilidade de “perda do controle hidráulico de reservatórios da bacia do Rio Paraná no segundo semestre de 2021”, com risco de falta de energia para atender os subsistemas Sul e Sudeste/Centro-Oeste.

Há várias ações que podem ser adotadas para evitar o déficit de energia até o final de 2021 e seu prolongamento ou piora em 2022. No entanto, todas essas ações têm impacto adverso sobre famílias e empresas: aumento do custo de energia em função do acionamento mais intenso das termelétricas, inviabilização da navegação na hidrovia Paraná-Tietê, redução da água para irrigação e das atividades de piscicultura, remanejamento de horários de consumo por grandes consumidores, entre outras.

Todas essas ações para evitar o racionamento têm custo político no curto prazo e exigirão, até 2022, uma gestão do sistema cujo sucesso exige atuação integrada e articulada entre órgãos de governo, muitos dos quais estão, nos últimos anos, sob intenso processo de desmonte. Se a capacidade de gestão de crise demonstrada pelo governo Bolsonaro diante da COVID-19 for a referência, o Brasil tem risco elevado de vivenciar, em curto prazo, novo racionamento de energia, repetindo a situação de crise de 20 anos atrás.

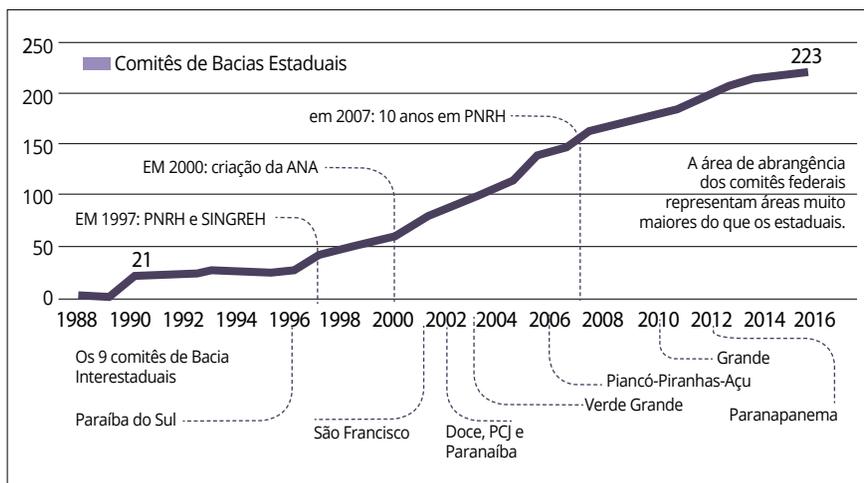
ÁGUA, RECURSOS HÍDRICOS E O GOLPE DE 2016: RETROCESSOS E RESISTÊNCIAS

O Brasil tem um robusto Sistema de Recursos Hídricos, resultado de uma construção histórica que remonta à Constituição Federal de 1988 que, ao ser regulamentada pela Lei 9.433/1997, garantiu que o país teria uma gestão descentralizada e participativa das águas e tornou o sistema brasileiro referencial em nível global. Os governos Lula e Dilma garantiram um ambiente propício à evolução do Sistema de Gestão Integrada de Recursos Hídricos, expresso na ampliação da quantidade de Comitês de Bacia Hidrográfica (estaduais e interestaduais) criados e na aprovação do Plano Nacional de Recursos Hídricos 2006-2020, o que permitiu a implantação de vários instrumentos de gestão (gráfico 1).

Durante os governos Lula e Dilma, houve avanços institucionais e elevação dos investimentos e aprimoramento da alocação dos recursos disponíveis para garantir acesso à água para abastecimento das pessoas e para o desenvolvimento produtivo. Entre os avanços institucionais, cabe destacar o lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e a criação de uma carreira de analistas de infraestrutura para apoiar a sua gestão; a organização do Plano Plurianual; adoção de aprimoramentos na legislação de licitações (como o Regime Diferenciado

de Contratações – RDC) e o lançamento do Plano Nacional de Redução de Riscos de Desastres.

GRÁFICO 1: CRIAÇÃO DE COMITÊS DE BACIA HIDROGRÁFICA NO BRASIL



Fonte: Agência Nacional de Águas. Conjuntura dos recursos hídricos no Brasil 2017: relatório pleno.

A carteira de investimentos do PAC na área de recursos hídricos incluiu empreendimentos de grande porte, como canais, adutoras, barragens para usos múltiplos, empreendimentos de macrodrenagem, e investimentos para contenção de cheias, além da recuperação e aprimoramento de perímetros públicos de irrigação. Um destaque é Projeto de Integração da Bacia do São Francisco (PISF), cuja execução exigiu que o Estado brasileiro reaprendesse a construir infraestrutura. Em paralelo, para atender a população rural dispersa principalmente no Semiárido, os governos do PT apoiaram a implantação de soluções locais de abastecimento, em especial as cisternas, mas também os Sistema Simplificados de Abastecimento.

A preocupação com a gestão de riscos de desastres foi forte durante os governos do PT. Os municípios foram apoiados no mapeamento de áreas de risco urbanas e os estados, na aquisição de radares meteorológicos e na implantação de salas de situação. Houve também a efetiva

instalação do Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais (CEMADEN) e do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres (CENAD), que até então existiam apenas virtualmente. Ademais, para dar suporte às populações carentes durante a grande seca de 2010-2017, os governos do PT garantiram o abastecimento de água às populações dos Semiárido com a Operação Carro-Pipa e o Programa Água Para Todos.

RISCOS INSTITUCIONAIS

A reorganização ministerial promovida em 2019 pelo (des)governo Bolsonaro transferiu toda a pauta de água do Ministério do Meio Ambiente (MMA) para o novo Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR). Se, por um lado, é um alívio ao setor estar longe do ministro Ricardo Salles e sua sanha destruidora, por outro lado, significa afastar o olhar ambiental da pauta de Recursos Hídricos. Além disto, o Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) foi reconfigurado, após passar mais de um ano sem reunir-se, tendo havido redução das representações da sociedade, assim como o número de Câmaras Técnicas.

A avidez dos mercados, acoplada ao garrote da Emenda Constitucional 95, está fazendo prosperar propostas como a do Projeto de Lei do Senado 495 que, literalmente, pretende privatizar as águas e transformar os Comitês de Bacias em lojas para sua transação.

A LENTIDÃO DO PISF E DAS GRANDES INFRAESTRUTURAS HÍDRICAS

Todas as grandes obras de recursos hídricos entregues ou paralisadas pelos governos golpistas foram iniciadas durante os governos Lula e Dilma. No caso do PISF, do total investido até abril de 2021,

77% foram aplicados nos governos do PT. Nos 28 meses do governo Bolsonaro, foram investidos apenas 700 milhões de reais nesta obra, o que significa apenas 3,3% do total investido.

Embora quase a totalidade das obras físicas do PISF tenha sido realizada nos governos do PT, poucas foram as entregas no período, devido à necessidade de testar equipamentos e os reservatórios. A partir do golpe, os governos Temer e Bolsonaro, ávidos por fazer entregas de obras, relativizaram as boas práticas de enchimento de reservatórios e de testes de equipamentos. São várias as notícias dos acidentes e vazamentos de barragens do projeto que circularam nos jornais após entregas apressadas de obras.

A incapacidade dos governos pós-golpe para construir um acordo com os governos dos estados para a Operação e Manutenção do PISF tem gerado despesas acumuladas elevadas, que já superam os 840 milhões de reais em valores atualizados.

GRÁFICO 2: INVESTIMENTOS NO PROJETO DE INTEGRAÇÃO DO SÃO FRANCISCO – PISF*

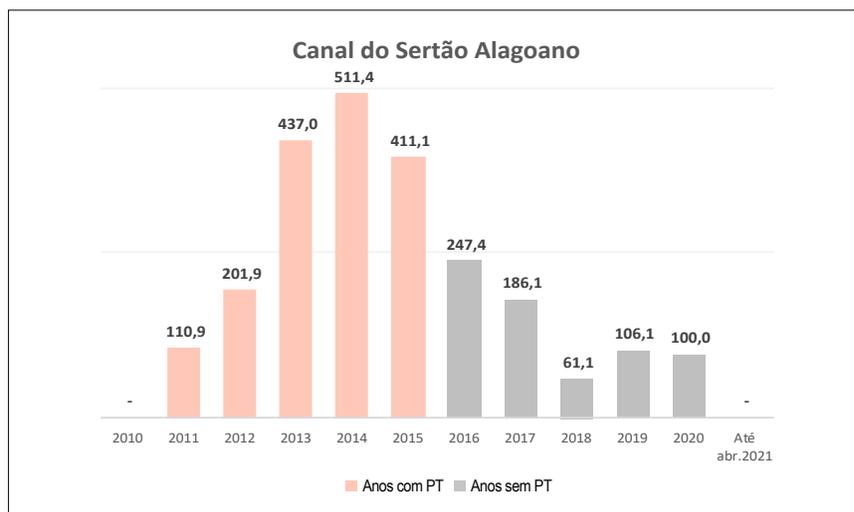


Fonte: Até 2010, 6º Balanço do PAC. 2011 – 2021 - Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - Siop
* Em bilhões de reais. Atualizados para abril de 2021, pelo INCC.

Além do PISE, os governos do PT realizaram um amplo conjunto de investimentos em obras estruturantes para assegurar segurança hídrica ao Nordeste. Como parte expressiva dos investimentos havia sido feita até 2015 – exceto a obra do Cinturão das Águas do Ceará, cujo início foi em 2013 –, os governos pós-golpe apenas deram sequência, nem sempre em ritmo adequado. No caso de obras que demandavam novas etapas, como é o caso do Canal do Sertão Alagoano, elas não foram asseguradas (gráficos 3, 4 5 e 6).

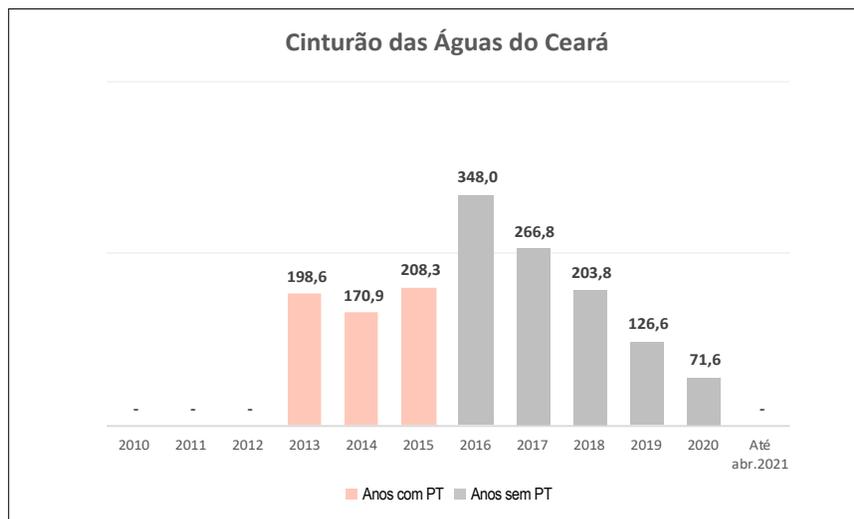
Ao contrário da consistente carteira de investimentos hídricos estruturada durante o período do PT, os governos pós-golpe acenam com a construção da bilionária e altamente impactante transposição do rio Tocantins para as bacias do São Francisco e Parnaíba, no esforço de atender à expansão da soja na região do Matopiba. Provavelmente, mais um factóide de governos que não conseguem planejar e executar investimentos de longo prazo.

GRÁFICO 3: INVESTIMENTOS NOS EMPREENDIMENTOS ESTRUTURANTES DO NORDESTE*



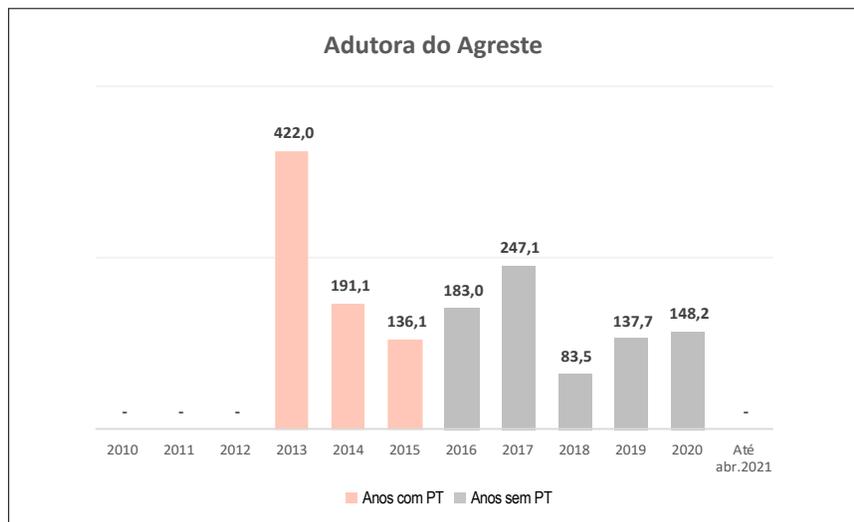
Fonte: Até 2010, 6º Balanço do PAC. 2011 – 2021 - Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - Sio-p
* Em milhões de reais. Atualizados para abril de 2021, pelo INCC.

GRÁFICO 4: INVESTIMENTOS NOS EMPREENDIMENTOS ESTRUTURANTES DO NORDESTE*



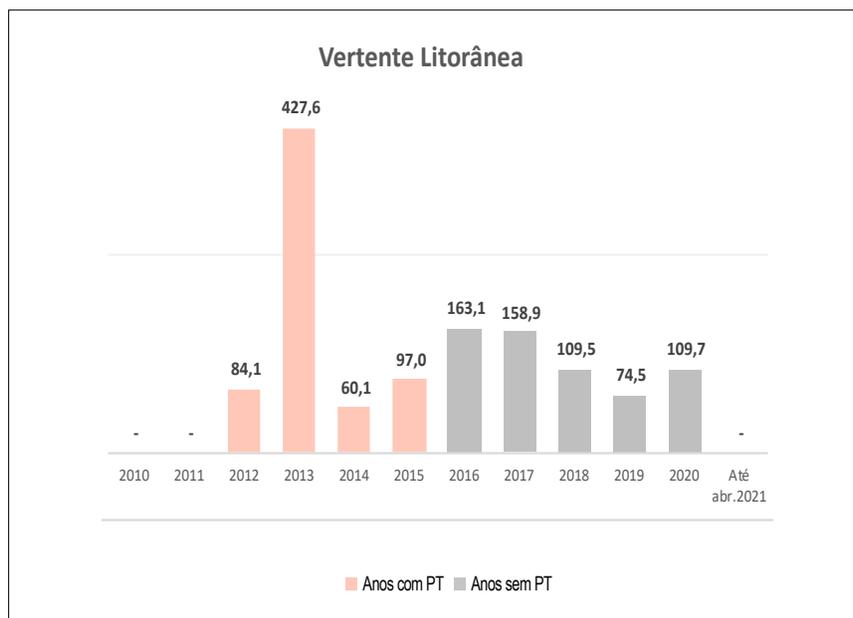
Fonte: Até 2010, 6º Balanço do PAC. 2011 – 2021 - Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SioP
* Em milhões de reais. Atualizados para abril de 2021, pelo INCC.

GRÁFICO 5: INVESTIMENTOS NOS EMPREENDIMENTOS ESTRUTURANTES DO NORDESTE*



Fonte: Até 2010, 6º Balanço do PAC. 2011 – 2021 - Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SioP
* Em milhões de reais. Atualizados para abril de 2021, pelo INCC.

GRÁFICO 6: INVESTIMENTOS NOS EMPREENDIMENTOS ESTRUTURANTES DO NORDESTE*



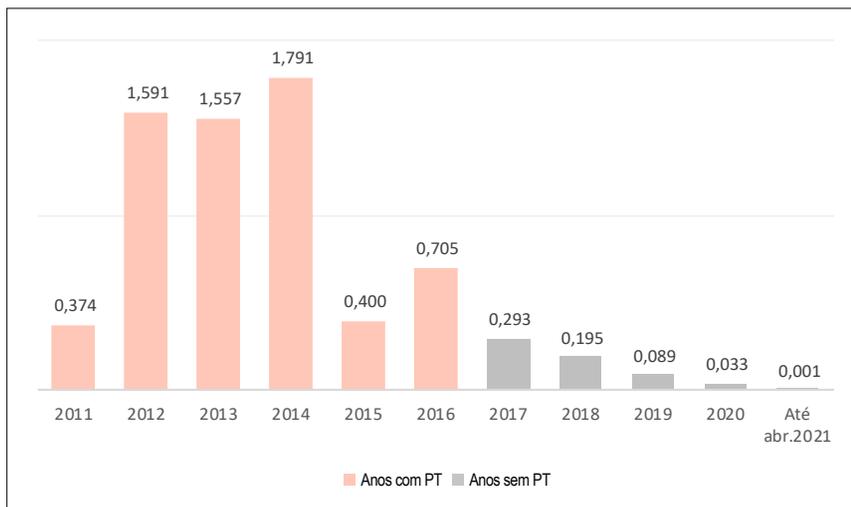
Fonte: Até 2010, 6º Balanço do PAC. 2011 – 2021 - Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - Siop
* Em milhões de reais. Atualizados para abril de 2021, pelo INCC.

O GOLPE SOBRE O DIREITO À ÁGUA

Com o golpe, o Semiárido perdeu o apoio para superar a insegurança hídrica, com o fim do Programa Água Para Todos, o que restringiu a execução de sistemas simplificados de abastecimento de água. O Programa só manteve execuções pós-golpe porque os repasses aos governos estaduais feitos antes de 2015 permitiram a estes manter a sua implantação. No entanto, o nível de investimento atual é praticamente zero.

Vale lembrar que, até maio de 2016, foram entregues 1.257.670 cisternas para consumo e 169.537 para produção, o que foi vital para superar a grande seca que se iniciou em 2010 e se estendeu até 2017.

GRÁFICO 7: INVESTIMENTOS NO ÁGUA PARA TODOS*



Fonte: Até 2010, 6º Balanço do PAC. 2011 – 2021 - Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – Sioj.
*Em bilhões de reais. Atualizados para abril de 2021, pelo INCC.

INVESTIMENTO ZERO PARA A REVITALIZAÇÃO DE BACIAS

Os governos Lula e Dilma assumiram o compromisso de investimentos em revitalização de bacias hidrográficas, em especial da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. A referência para este processo era o Programa Cultivando Água Boa, implantado por Itaipu e que se tornou exemplo global, premiado e reproduzido por outros países.

Na Bacia do São Francisco houve maciços investimentos em revitalização, que resultaram em melhoria nos indicadores de qualidade das águas dos rios da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Vários desses investimentos vieram da carteira de Saneamento do extinto Ministério das Cidades. Com o golpe, mesmo os investimentos em ações ambientais para revitalização de bacias foram virtualmente reduzidos a zero.

Hoje, o Brasil caminha para uma situação de apagão da infraestrutura hídrica. A falta de investimentos e de custeio das infraestruturas hídricas, as mudanças climáticas e a ocupação desordenada do solo geram um quadro de alto risco. Em especial, uma nova grande seca, num ambiente em que o governo abre mão de seus instrumentos para proteger a população, poderá ser catastrófica para as pessoas e para a economia. Tudo resultado do golpe, que quebrou os compromissos do governo federal com a segurança hídrica da população.

ESQUARTEJAMENTO DA PETROBRAS O GOLPE DESTRUINDO O DESENVOLVIMENTO

Nos governos Lula e Dilma, a PETROBRAS esteve no centro do projeto de desenvolvimento do país. A petrolífera estatal brasileira teve papel decisivo no crescimento econômico do país e na recuperação da crise iniciada em 2008. Seu plano de investimentos foi decisivo para os projetos do PAC. Sua política de conteúdo nacional foi fundamental para a reativação da indústria naval. Sua política de compras públicas foi essencial para a expansão da engenharia pesada. Sua política de pesquisa e desenvolvimento foi essencial para a descoberta do pré-sal, que permitiu a criação de um fundo social para a educação, a ciência e a saúde. Sua força de trabalho crescia, motivada pelo papel de âncora de desenvolvimento do país e de crescimento nacional e internacional da empresa, que se tornava uma das mais importantes do mundo.

A descoberta do pré-sal garantiu soberania e segurança energética ao país e foi resultado de (i) uma visão geopolítica que tratou os recursos naturais como bens estratégicos; (ii) uma visão macroeconômica que colocou a cadeia produtiva de óleo e gás no centro de um projeto de desenvolvimento econômico, industrial e tecnológico; (iii) de uma visão microeconômica que tratou a PETROBRAS como empresa integrada, investidora e indutora.

Os governos Temer e Bolsonaro desfizeram o arranjo econômico-institucional exitoso que possibilitou a descoberta do pré-sal. O petróleo voltou a ser tratado como mera *commodity*, a estrutura industrial-produtiva já frágil se mostra ainda mais combalida, a PETROBRAS vai sendo desmontada, desestatizada e desnacionalizada. A atual política energética e petrolífera brasileira minimiza os ganhos do país e da PETROBRAS e maximiza os ganhos de petrolíferas estrangeiras.

PRIVATIZAÇÃO DA RLAM – PERDA HISTÓRICA E PATRIMONIAL

A PETROBRAS finalizou a venda da Refinaria Landulpho Alves e de seus ativos logísticos associados. A privatização da RLAM (BA) marca uma perda histórica e patrimonial. Histórica, pois essa foi a primeira refinaria nacional de petróleo, criada ainda na década de 1950 impulsionada pelo sonho da soberania energética. Patrimonial, pois estima-se que a operação de 1,65 bilhão dólares subvalorizou a refinaria em pelo menos -35% de seu valor efetivo.

Atualmente, a RLAM responde por 14% da capacidade total de refino de petróleo do Brasil, inclui quatro terminais de armazenamento e 669 quilômetros de malha dutoviária.

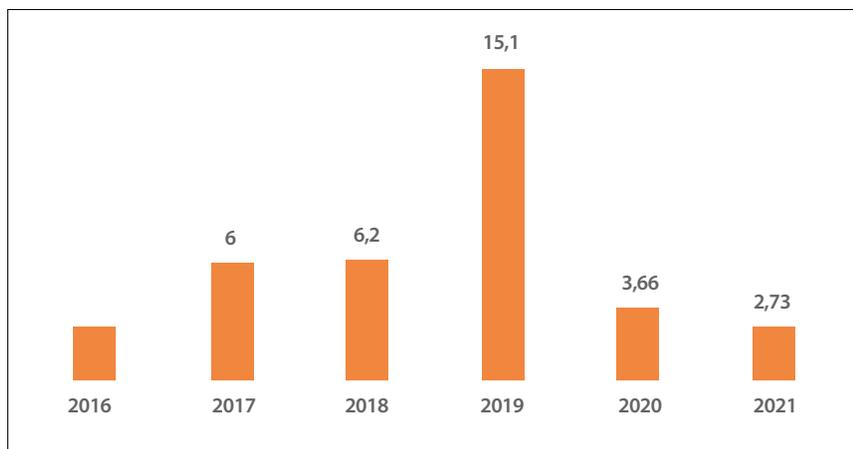
Contraditoriamente, sob o argumento de que as empresas estatais são ineficientes a RLAM foi vendida para um fundo soberano estatal dos Emirados Árabes, o Mubadala Capital. Equivocadamente, sob o argumento de defesa da concorrência, a venda da RLAM pode abrir espaço para a criação de monopólios internacionais na região. Esta é apenas a primeira das oito refinarias que a PETROBRAS pretende vender nos próximos anos, reduzindo pela metade a capacidade de refino da petrolífera brasileira e do país.

O ESQUARTEJAMENTO DA PETROBRAS

A PETROBRAS já foi uma grande empresa integrada de energia atuando internacionalmente. Hoje, caminha para ser uma média empresa enxuta de exploração e produção do pré-sal apenas na costa do eixo RJ-SP. A petrolífera brasileira vive dos ganhos das descobertas feitas no pré-sal, e não realizou mais nenhuma grande descoberta significativa de óleo. Se não fossem os Contratos da Cessão Onerosa de 2010, que resultaram nos campos de Búzios, Atapu e Sépia, a produção da empresa estaria em profundo declínio. As reservas provadas, que já estiveram em 12.883 MMboe em 2010, caíram para 8.815 MMboe em 2020.

Desde o golpe, a PETROBRAS está sendo desmontada como empresa integrada de energia. Ela está sendo convertida em uma empresa enxuta, que pretende atuar apenas nas áreas de exploração e produção em águas ultraprofundas do pré-sal. Com isso, a renda petroleira do Brasil vai sendo transferida:

GRÁFICO 1: TRAJETÓRIA DO PLANO DE DESINVESTIMENTOS PETROBRAS, EM US\$ BILHÕES (2016-2021)



Fonte: Relatórios anuais Petrobras FORM 20F. Elaboração própria.

2016		2017		2018	
Ativo	Valor	Ativo	Valor	Ativo	Valor
Petrobras Argentina	0,1	Petrobras Chile	2,2	Campo de Iara e Lapa	2,2
Bloco BMS8 – Bacia de Santos	2,5	Guarani S.A.	0,2	São Martinho S.A.	0,14
Nansey Seikyu	0,2	São Martinho S.A.	0,1	Campo de Azulão	0,06
		NTS (90% de participações)	5,2	Suape e Citepe	2,9
				Campo de Lapa	0,05
				Polos de Pampo e Enchova	0,851
	2,8		6		6,201

2019		2020		2021	
Ativo	Valor	Ativo	Valor	Ativo	Valor
Petrobras Paraguai	0,38	Petrobras Oil & Gas B.V.	1,53	Campo de Frade	0,1
Pasadena	0,56	Campo Tucano Sul	0,003	Petrobras Uruguai	0,062
TAG (90% das participações)	8,72	Polo Macau	0,191	Campo de Lapa	0,05
Campo de Baúna	0,66	Polos de Pampo e Enchova	0,451	Campo de Pescada, Arabaião e Dentão	0,002
BR Distribuidora (33% de participações)	2,55	Campos Ponta do Mel e Redonda	0,007	Campo Fazenda Belém e Icapuí	0,035
Campo de Maromba	0,09	TAG (10% das participações)	0,205	Polo Rio Ventura	0,094
Belém Bioenergia Brasil	0,006	Polo Lagoa Parda	0,009	Polo Cricaré	0,155
Campos de Pargo, Paropeba e Vermelho	0,37	Campo de Baúna	0,38	Polo Recôncavo	0,25
Polo Lagoa Larga	0,009	Polo Tucano Sul	0,003	Polo Remanso	0,03
Campo de Frade	0,1	Liquigás Distribuidora	0,879	Eólica Mangue Seco 1	0,0082
Campos de produção terrestre RN	0,38			Eólica Mangue Seco 2	0,007
Campo de Tartaruga Verde e Espadarte	1,29			Eólica Mangue Seco 3	0,007
				Eólica Mangue Seco 4	0,007
				Campos de Peroá e Congoá	0,055
				Polo Miranga	0,22
				RLAM	1,65
	15,115		3,658		2,7322

- do Estado para o mercado, por meio das desestatizações do Sistema PETROBRAS e o fim da obrigatoriedade de atuar como operadora única do pré-sal;
- do nacional para o internacional, com as desonerações fiscais para grandes petrolíferas e o fim da cessão onerosa;
- do público para o privado, com a abertura para múltiplos operadores e repasses de reajustes de preços instáveis e abusivos dos combustíveis;
- da produção para o rentismo, com a queda de investimentos, do conteúdo local e a antecipação de pagamento para litígios de acionistas de fora;
- do longo prazo para o curto prazo, com leilões de óleo e gás em ritmo acelerado e os óbices ao fundo social do petróleo.

Este processo está ancorado no plano de desinvestimentos da petrolífera brasileira. Até 2020, foram vendidos ativos nos seguintes segmentos: gás e logística (Gaspetro, NTS e TAG), distribuição (BR e Liquegás), renováveis (PBio, BSBios, Guarani, Eólicas de Mangue Seco 1, 2, 3 e 4), termelétricas (térmicas Rômulo Almeida e Celso Furtado, Bahia 1, Arembepe e Muricy), petroquímica (Suape e Braskem), fertilizantes (Fafen-BA, Fafen-SE, Araucária Nitrogenados e UFN-III), além de campos de terra e águas rasas na área de exploração e produção. Campos maduros na Bacia de Campos estão também sendo privatizados.

Entre 2016 e 2020, a PETROBRAS já privatizou o equivalente a 3,7 bilhões de dólares. Em 2021, há previsão de que outros 2,7 bilhões de dólares em desinvestimentos devam ser realizados, além da venda de oito das 13 refinarias da companhia. A PETROBRAS ainda pretende vender a RNEST, REPAR, REFAP, REGAP, REMAN, LUBNOR e SIX.

PRIVATIZAÇÃO DO REFINO: EXPORTAÇÃO DE ÓLEO CRU E IMPORTAÇÃO DE DERIVADOS

Para levar a cabo essa política de desmonte, a PETROBRAS tem deixado suas refinarias deliberadamente operando com capacidade ociosa e com carga de processamento, em média, de 77%. Além disso, o mercado brasileiro tem sido aberto para importadores, cuja participação no mercado cresceu cerca de 35% nos últimos anos. Com essa política, o Brasil exporta óleo cru e importa derivados, de maior valor adicionado.

Esta estratégia está associada à política de Preço de Paridade Internacional (PPI), que reajusta diesel, gasolina e gás com base no preço internacional do petróleo e na cotação do dólar. Na prática, quando o preço do petróleo aumenta, as elevações são repassadas até chegarem ao consumidor; mas quando o preço do petróleo diminui, as reduções são represadas pelos ganhos dos importadores e pelas margens de lucro de um mercado de distribuição oligopolizado nacionalmente e de um mercado de revenda cartelizado regional e localmente.

O resultado desta política de preços são combustíveis e fretes mais caros, com piora na qualidade de vida das famílias e dos trabalhadores. As greves e ameaças de greves de caminhoneiros e petroleiros, as paralisações e reivindicações de trabalhadores de aplicativos, bem como a carestia do botijão de gás e dos alimentos, guardam relação com essa desastrosa política de preços.

Quem paga a conta são os consumidores. Só em 2021, a gasolina acumula aumento de mais de 34% e o diesel, de mais de 27%. O preço médio do gás ultrapassou a casa dos 70 reais.

Quem paga a conta são os trabalhadores. Entre 2015 e 2019, o efetivo da companhia caiu de 56.847 trabalhadores para 46.416 trabalhadores.

Quem paga a conta é o meio ambiente, devido ao aumento na quantidade de vazamentos de óleos e derivados. Em 2018, vazaram 18,47m³ de óleos e derivados, em 2019 essa quantidade subiu para 415,34 m³, em 17 ocorrências, sobretudo em áreas *offshore*.

Quem paga a conta é a ciência, com a redução dos investimentos em PD&I. Segundo a Energy Evaluate, a petrolífera brasileira já foi a empresa do setor que mais investiu PD&I. Entre 2014 e 2018, a PETROBRAS investiu 9,5 bilhões de dólares em PD&I. Em 2019, o investimento foi de 100 milhões de dólares em projetos de descarbonização e 70 milhões de dólares para projetos em energias renováveis. A empresa que já investiu em grandes *clusters* de articulação empresa-centros de pesquisa-governo hoje aposta em inovações a partir de *startups*. A PETROBRAS havia articulado redes de pesquisas com centenas de pesquisadores em mais de 70 universidades e centro de pesquisas no Brasil, ampliando as condições de pesquisa básica no país, que poderia contribuir para o desenvolvimento mais amplo, além de resolver as questões tecnológicas específicas do setor de petróleo e gás. Tudo isso está sendo desmontado depois de 2015. Em 2019, não houve projetos aprovados no Programa P&D do setor energia elétrica.

OPERAÇÃO LAVA JATO E DESMONTE DA PETROBRAS

Sob o pretexto de combater a corrupção, a Operação Lava Jato custou 4,4 milhões de empregos ao país, subtraiu o equivalente a 3,6% do PIB, fez com que o Estado deixasse de arrecadar 47,4 bilhões de reais em impostos, além de perder 20,3 bilhões de reais em contribuições sobre a folha de pagamentos e reduzir a massa salarial do país em 85,8 bilhões de reais.

A Lava Jato destruiu o capital produtivo nacional nas áreas de óleo e gás, engenharia naval, engenharia pesada e construção civil. Foi também fundamental na construção e difusão do discurso de que a PETROBRAS era uma empresa corrupta porque estatal e integrada.

Nesse sentido, a Operação ajudou a viabilizar as gestões neoliberais e as privatizações que vendem ativos da PETROBRAS para petrolíferas estatais, empresas estrangeiras e fundos financeiros.

Esse método de enfrentamento à corrupção expôs indevidamente a PETROBRAS às autoridades monetárias e judiciais dos EUA. A petrolífera brasileira teve que desembolsar cerca de 14,5 bilhões de reais para acionistas estrangeiros em contenciosos. A Lava Jato criminalizou o plano de investimentos da PETROBRAS: a petrolífera que chegou a investir cerca de 43 bilhões de dólares em 2010, não investiu mais do que 8 bilhões de dólares em 2020. A Operação estimou que a PETROBRAS perdeu 6,2 bilhões de reais com ilícitos, mas as gestões neoliberais promoveram perda de mais de 110,18 bilhões de reais com *impairments* (operações contábeis de reavaliação de ativos).

NOVA LEI DO GÁS: ENTREGA ÀS EMPRESAS PRIVADAS

A nova regulação para o segmento de gás natural, aprovada em 2020 (Lei 14.134/2020), tira a PETROBRAS do setor, continuando o processo de desmonte do setor, que tinha sua infraestrutura de transporte e logística, além da produção e distribuição, muito dependentes da empresa.

Haverá privatização e saída da PETROBRAS, que está vendendo toda sua participação nos gasodutos, abrindo suas unidades de processamento de gás, além da proibição às outras produtoras de gás de vender seu produto para a PETROBRAS, que também deixará de participar nas distribuidoras de gás natural.

Sem a empresa âncora, os grandes consumidores esperam obter melhores resultados, aproveitando-se dos investimentos já realizados. Não há, contudo, nenhuma garantia de que serão realizados novos investimentos necessários para a densificação da malha de gasodutos e ampliação das fontes de suprimento do gás natural.

INCOMPETÊNCIA E INSENSIBILIDADE EM TELECOMUNICAÇÕES E NO AUDIOVISUAL

Decorridos cinco anos do golpe, o quadro na área de telecomunicações é desolador. Em uma área intensiva em inovação, a tempestividade das decisões altera de forma radical as possibilidades de avanço e seus impactos sobre a sociedade. Desde o golpe, o Brasil coleciona oportunidades perdidas, por escolhas incompetentes dos governos que sucederam ao PT.

O VAZIO INSTITUCIONAL

Logo nos primeiros dias do golpe, as políticas públicas de telecomunicações perderam força e poder de agenda. O Ministério das Comunicações, criado em 1967 e fortalecido nas gestões do presidente Lula e da presidenta Dilma, foi extinto na reforma ministerial de Temer. A pasta foi incorporada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, fazendo com que a agenda de inclusão digital e de fortalecimento do setor de telecomunicações fosse relegada ao segundo plano.

Embora tenha recriado o Ministério das Comunicações em 2020, Bolsonaro não o fez para fortalecer as agendas do setor de telecomunicações. O ministro das Comunicações, em verdade, cuida da operação política do governo junto ao Congresso Nacional e da comunicação institucional governamental, ao incorporar a Secretaria de Comunicação

Social da Presidência da República. O ministro é ministro da propaganda do governo. A agenda de telecomunicações continuou relegada ao segundo plano.

O DESPERDÍCIO DE OPORTUNIDADES COM O 5G

O leilão das frequências para o 5G se arrasta no tempo, apesar de se saber que essa tecnologia é disruptiva e que sua implantação é urgente e imprescindível para as revolucionárias aplicações previstas para a indústria, os serviços e a agricultura. A área de CT&I vive um processo dramático de cortes nos investimentos e não há um plano para assegurar que esse setor se aproprie da plataforma 5G para impulsionar as transformações econômicas, sociais e ambientais necessárias para que o Brasil esteja em sintonia com o que ocorre na China e nas nações desenvolvidas.

Mantido o quadro atual, a tendência é que a incorporação do 5G não gere impactos tão amplos como possível e se amplie o fosso que nos separa das nações desenvolvidas.

O APROFUNDAMENTO DA EXCLUSÃO DIGITAL

O ambiente da pandemia da COVID-19 explicitou as desigualdades sociais na área de comunicações. Enquanto as crianças e os jovens de classe média puderam manter o seu processo de aprendizado através das aulas *on-line*, transmitidas por plataformas de EAD na internet, os mais pobres, alunos da rede pública de educação, ficaram bloqueados em relação ao sistema educacional por não terem acesso à internet. A consequência é a elevação da distância de aprendizado entre camadas sociais e o aumento da desigualdade social.

O Congresso Nacional fez o seu papel, ainda que limitado, ao aprovar projeto de lei 3477/2020, destinando 3,5 bilhões de reais ao subsídio do acesso à internet e à compra de dispositivos como *tablets* e

smartphones aos alunos da rede pública no ano de 2020. Apesar dessa limitada iniciativa, o presidente Bolsonaro vetou o PL.

A ANATEL aprovou o Plano Estrutural de Redes de Telecomunicações (PERT), em junho de 2019. Nele, estão identificadas as carências de acesso à internet em todo o país: pequenas cidades, escolas, unidades de saúde, população mais pobre. Apesar da excelente iniciativa, a universalização da internet continua sendo um sonho por absoluta insensibilidade social do Poder Executivo, que não aloca recursos orçamentários para essa finalidade.

O avanço no acesso à internet tem ocorrido graças, sobretudo, aos milhares de pequenos provedores que se expandiram por todo o país e que hoje, no seu conjunto, lideram a expansão do acesso da população à internet fixa. Os planos de acesso à internet por celular, oferecidos pelas grandes operadoras e por provedores que usam sua infraestrutura e licenças de ocupação do espaço para comercializar o serviço celular com suas marcas, são limitados nas franquias de dados. Com isso, as classes D e E, e mesmo a C, que acessam à internet basicamente por celular, têm um serviço precário e insuficiente.

Além das grandes operadoras e dos pequenos provedores, há duas empresas públicas que deveriam cumprir papel complementar às empresas privadas no provimento do acesso à internet.

A **Rede Nacional de Pesquisas (RNP)** destina-se a conectar universidades, institutos federais de educação, ciência e tecnologia e institutos federais de pesquisa. Tem cumprido o seu papel, embora cada vez mais limitado por falta de recursos orçamentários.

A **TELEBRAS** foi reativada em 2011, para constituir uma rede estrutural (*backbone* e *backhaul*) pública cuja comercialização asseguraria aos pequenos provedores regionais o acesso à grande rede. Naquele momento, as grandes operadoras dificultavam a conexão à rede, cobrando preços exorbitantes ou não comercializando o acesso ao *backbone*.

A reativação da TELEBRAS foi um sucesso, pois, ao oferecer *backbone* de qualidade a preços módicos, quebrou o oligopólio, fazendo com que

os preços de mercado de atacado despencassem, o que permitiu aos pequenos provedores oferecer acesso no varejo a preços bem mais acessíveis aos usuários. A TELEBRAS expandiu de forma rápida o seu *backbone*, mas sofreu duras restrições orçamentárias após o golpe de 2016.

SUBAPROVEITAMENTO DO SATÉLITE ESTACIONÁRIO

O Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações (SGDC) foi projetado com duas bandas: a banda X, destinada às comunicações de segurança militares; e a banda KA, destinada ao acesso à internet em banda larga, em todo o território brasileiro. Ao decidir pela compra, o governo Dilma objetivava, além de ter um satélite de comunicações de última geração tecnológica, capacitar técnicos e empresas brasileiras para que o SGDC 2 viesse a ser integralmente montado em território brasileiro. Por isso, constam do contrato com a empresa francesa Thales Alenia Space, o treinamento de técnicos da TELEBRAS, das Forças Armadas, da Agência Espacial Brasileira (AEB) e do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), assim como um programa de transferência de tecnologia.

Quando houve o golpe de 2016, o SGDC estava pronto para ser lançado, com a infraestrutura terrestre praticamente pronta para a operação. Faltava a construção do centro definitivo de controle de Brasília, embora o centro inicial já estivesse totalmente montado.

O SGDC foi lançado com sucesso em maio de 2017. Mas aí começaram os problemas, devido à combinação de incompetência, cortes de recursos e total ausência de visão estratégica sobre o papel desse sistema para a inclusão digital e para o desenvolvimento tecnológico e industrial do Brasil.

Sem a devida transparência, foi firmado contrato com a empresa Viasat para a comercialização dos acessos, fato que gerou um contencioso jurídico que atrasou enormemente o início da comercialização do SGDC. Foram dois anos perdidos, com o satélite em órbita, queimando

combustível e preciosos anos dos seus 18 de tempo de vida. Foram muitos milhões de reais do orçamento público absolutamente perdidos.

Embora o SGDC esteja completando quatro anos do seu lançamento e não haja transparência plena nas informações sobre o uso dos 58 Gb/s de sua capacidade, há grande ociosidade na ocupação desse importante sistema de comunicação, que cobre todo o território brasileiro. Não faltam escolas e alunos, unidades de saúde e pacientes a serem conectados. Apesar da crise pandêmica, o SGDC, que custou 2,8 bilhões de reais, tem hoje apenas cerca de 30% da sua capacidade da banda KA utilizada.

Ademais, não há qualquer iniciativa para dar sequência à transferência de tecnologia. O programa do SGDC previa, além da capacitação dos técnicos, a identificação de empresas brasileiras com potencial para desenvolver e produzir subsistemas importantes de um satélite de comunicações. Houve a identificação de empresas e a transferência de tecnologia, capacitando essas empresas a projetar os subsistemas. No entanto, de pouco valerá esse trabalho se não for levado à frente o projeto e montagem do SGDC 2 no Brasil.

TELEBRAS SAI DO PROJETO ESTRATÉGICO DO CABO SUBMARINO BRASIL - EUROPA

No governo da presidenta Dilma, decidiu-se que, como parte de sua infraestrutura, a TELEBRAS implantaria um cabo de comunicações entre o Brasil e a Europa. Da parte brasileira, o interesse devia-se ao fato de não termos ligação direta com a Europa. As rotas de cabos internacionais até então se dirigiam aos EUA e de lá para a Europa, o que, além de revelar problemas geopolíticos estratégicos, tornava o caminho para a Europa muito longo, com repercussão na latência das comunicações, sobretudo aquelas ligadas a atividades de pesquisa *on-line*. Como laboratórios da Europa realizam importantes atividades de pesquisa em astronomia a partir de potentes telescópios localizados no deserto do

Atacama, no Chile, a União Europeia decidiu participar do empreendimento, com aporte considerável de recursos.

Por isso, o projeto seria implantado por meio de uma empresa em *joint venture* entre a TELEBRAS e um grupo empresarial espanhol.

Após o golpe, diante do brutal corte de gastos e da concepção neoliberal dos governos Temer e Bolsonaro, os recursos brasileiros para viabilizar a implantação do cabo foram eliminados do orçamento. O governo decidiu também que a TELEBRAS deveria sair desse estratégico projeto. Com isso, o cabo submarino Brasil Europa foi implantado exclusivamente por uma empresa espanhola, a EllaLink. Ele foi inaugurado em junho de 2021, mas sem participação da Telebras.

ERA PARA TER A AMAZÔNIA CONECTADA

Lançado em 2015, o Amazônia Conectada era um dos mais importantes programas de conectividade para a região, e buscava cobrir a Amazônia com 9 mil quilômetros de cabos ópticos, interligando 59 de seus municípios por meio de infovias, utilizando o leito dos rios. Ele seria implementado em parceria pelo Ministério da Defesa (Exército), MCT (RNP) e TELEBRAS, aos quais se juntaram entidades de C&T do Amazonas.

Apesar de seu caráter estratégico, o Amazônia Conectada foi paralisado. O trecho inicial, um *link* entre duas unidades do Exército em Manaus, foi inaugurado em 2016. Em 2017, estava previsto o lançamento de 900 km de cabo entre Manaus e Tefé, mas só uma parte foi lançada. Auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU), feita em 2019, mostrou que haviam sido concluídas três fases do programa, totalizando uma rede de 850 km de cabos de fibra óptica, 10,9% da extensão total prevista. As duas infovias construídas, Manaus – Barcelos e Manaus – Tefé, estão sob responsabilidade do Exército.

No governo Bolsonaro, em 2020, o nome do projeto foi trocado para Programa Amazônia Conectada e Integrada (PAIS), mas a im-

plementação também não avançou. O desenho institucional do projeto, problema apontado pelo TCU, persistiu sem equacionamento, pela dificuldade em definir a governança, o gestor e a participação da iniciativa privada no provimento de internet aos municípios e distritos por meio da compra de capacidade, entre outros. E o financiamento da implantação das infovias passou a depender da aprovação do edital do 5G pelo TCU.

PARAMOS DE AVANÇAR NA RELAÇÃO TV PAGA E PRODUÇÃO AUDIOVISUAL

No governo Dilma, foi aprovada a Lei 12.485/2011 (conhecida como lei do SeAC), estabelecendo marco regulatório único para a TV por assinatura e instituindo a obrigatoriedade de cotas para a produção audiovisual brasileira independente em todos os canais de espaço qualificado (filmes, documentários, animação infantil). O resultado foi extremamente positivo. O número de assinantes da TV paga cresceu de 8 para quase 19 milhões. A produção audiovisual brasileira explodiu, estimulada pela política de cotas e pelo financiamento público da produção, por meio do Fundo Setorial do Audiovisual (FSA). Milhões de brasileiros passaram a ter acesso à produção cultural brasileira e os empregos nesse setor cresceram enormemente.

Com os governos Temer e Bolsonaro, assistimos ao desmonte de toda a política cultural, com cortes drásticos no orçamento da área. Os recursos do FSA, turbinados pela lei do SeAC, passaram a ser contingenciados, chegando à paralisia total no governo Bolsonaro. O garrote imposto à ANCINE não decorre apenas da visão fiscalista, mas também de uma orientação de corte fascista que visa a impedir que a população tenha acesso a manifestações culturais fundadas na liberdade e na diversidade.

Com o desenvolvimento da internet e a possibilidade de distribuição de conteúdos audiovisuais por esse meio (*streaming*), a ANATEL pas-

sou a ser pressionada por grupos empresariais nacionais e internacionais para considerar o *streaming* fora do alcance regulatório da lei do SeAC. Embora essa lei defina que se aplica a “todos os meios” de distribuição, a agência encontrou um artifício para satisfazer os agentes de mercado, ao considerar o *streaming* um serviço de valor adicionado e não de telecomunicações. Dessa forma, os serviços de *streaming*, sejam de oferta de canais ou de vídeo por demanda, não estão sujeitos a nenhum marco regulatório. Perdeu a produção audiovisual brasileira, perderam os brasileiros que deixaram de ter acesso à produção cultural brasileira. A luta por um marco regulatório do *streaming* está de pé e é fundamental para a promoção da cultura brasileira.

SEM OUTORGAS, MENOS RÁDIOS COMUNITÁRIAS E RÁDIOS E TVS EDUCATIVAS

Até o golpe de 2016, o Ministério das Comunicações elaborava Planos Nacionais de Outorgas (PNOs) e publicava editais para contemplar novos municípios com frequência. No momento da interrupção do governo Dilma, havia PNOs prontos para radiodifusão comunitária e radiodifusão educativa.

Esses PNOs foram ignorados no governo Temer e os que estavam em curso foram interrompidos. Processos seletivos já em curso demoraram a ter seus resultados publicados ou nem tiveram. Depois, o governo até publicou um novo PNO de Rádio Comunitárias, mas com muito menos municípios.

Assim, nestes últimos 5 anos, deixaram de ser publicados editais para novas rádios comunitárias em mais de 1.500 municípios e para novas rádios e TVs educativas para mais de 740 municípios. Isso sem falar em processos interrompidos de editais anteriores, publicados até maio de 2016, que poderiam ter resultado em novas emissoras.

POLÍTICA EXTERNA



MANIFESTAÇÃO EM PARIS CONTRA O ACORDO UE-MERCOSUL, 25.02.2021
QUENTIN BRUNO



BRICS DOS POVOS, EM CONTRAPONTO À CÚPULA DOS BRICS - NOV/2019
JOKA MADRUGA/AGENCIA PT



| MANIFESTAÇÃO EM PARIS CONTRA O ACORDO UE-MERCOSUL, 25.02.2021
QUENTIN BRUNO

DE PARCEIRO A PÁRIA O GOLPE CONTRA A POLÍTICA EXTERNA

A política externa de Bolsonaro caracteriza-se pela aliança política-ideológica totalmente subalterna à extrema-direita norte-americana, recentemente abalada pela eleição de Joe Biden. Com Bolsonaro, o Brasil renunciou a ter uma política externa própria, baseada nos interesses nacionais, e passou a praticar uma política totalmente alinhada à administração Trump, embasada nos interesses geoestratégicos dos EUA. O Brasil passou a ser, na prática, um satélite neocolonial dos EUA, defendendo posições até mesmo contrárias aos seus interesses nacionais e às suas tradições diplomáticas.

Desse modo, política externa do governo Bolsonaro constitui-se em ruptura não só com a exitosa política externa “ativa e altiva” dos governos do PT, mas também com todas as boas tradições da política exterior do Brasil e com os princípios constitucionais que regem nossas relações internacionais. Essa política desastrosa e desastrosa teve como principal consequência o isolamento internacional do Brasil, agravado pela derrota de Trump.

Ernesto Araújo, o excêntrico ex-ministro das Relações Exteriores de Bolsonaro, foi certo ao descrever a atual situação do Brasil no

mundo, construída após o golpe de 2016. Em seu discurso na cerimônia do Dia do Diplomata em outubro de 2020, feito com pompa e circunstância, reivindicou a condição de pária para o Brasil, mostrando que se trata de ação deliberada, executada com orgulho por um presidente e seu chanceler, que já entraram para os anais da história da diplomacia nacional como responsáveis pela mais nefasta política externa já implementada.

Essa condição de exclusão e de isolamento é ainda mais aguçada pelo contraste gritante com o período de maior expressão e prestígio internacional do Brasil, representado pelos governos Lula e Dilma. Entre 2003 e 2015, nosso país viu sua imagem positiva atingir o ponto mais alto. Mesmo sem reivindicar qualquer status de liderança, o fato é que poucos temas da agenda global comportavam a ausência do Brasil. Representávamos uma força dinâmica e positiva em busca da construção de uma ordem global mais justa, em que o legítimo direito ao desenvolvimento voltou a figurar como elemento central das organizações internacionais, sem ter que abrir mão da democracia, dos direitos humanos e do meio ambiente.

Esse início de século testemunhou, portanto, a ascensão fulminante e a queda vertiginosa da reputação do Brasil. Saímos da diplomacia “altiva e ativa” perante um mundo perigoso e fragmentado, para a condição jamais vista de subordinação não a um Estado estrangeiro, mas ao seu mandatário. Nem a diplomacia de Castelo Branco, herdeira do golpe militar de 1964, e sua política de alinhamento automático, chegou a níveis tão baixos de submissão aos interesses de Washington. Nem Collor, com seu neoliberalismo ingênuo e desejo deslumbrado de pertencer ao Primeiro Mundo a qualquer custo, cedeu tanto.

Com efeito, uma coisa é aliar-se aos EUA, mantendo, porém, alguns espaços para a defesa de seus interesses próprios, como o Brasil fez, por exemplo, na era FHC. Na época, mesmo priorizando as relações com o grande irmão do Norte, não abandonamos a integração

regional e as relações com alguns países emergentes. Outra coisa, entretanto, é a terra arrasada de Bolsonaro. A total submissão do país aos interesses dos EUA, em nome de um feroz anticomunismo totalmente deslocado e extemporâneo, que faria até McCarthy corar. O que se viu foi inteira perda de soberania, em nome de uma ideologia totalmente ultrapassada.

Fomos do universalismo assertivo, que buscava no mundo as oportunidades para a superação dos endêmicos passivos sociais do Brasil, ao isolamento reacionário, que vê no meio externo a fonte de conspirações fantasiosas, que por sua vez justificam o negacionismo obscurantista das políticas públicas, sobretudo a política externa.

Conduzida por objetivos completamente alheios aos interesses do Brasil, a triste marca da atual política externa é a de fazer convergir a nossa condição de pária em várias frentes de extrema importância para a imagem do país e nossa relação com o mundo.

PÁRIA AMBIENTAL

Ao longo dos últimos 30 anos, o Brasil consolidou liderança nas discussões sobre a governança ambiental. Sediou a Conferência das Nações Unidas sobre meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio/92), na qual foram aprovados os principais acordos que orientam as discussões sobre mudança do clima e biodiversidade, momento em que a diplomacia brasileira assumiu protagonismo respeitado pelos países desenvolvidos e pelos em desenvolvimento. Com a organização da Rio+20, em 2012, que aprovou os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, e a atuação decisiva em prol do Acordo de Paris em 2015, essa condição de ator imprescindível para a superação de obstáculos aos avanços nos foros ambientais internacionais foi coroada.

A bem da verdade, o Brasil se converteu, naquele período, em liderança mundial da agenda ambiental, com seus compromissos vo-

luntários de redução de emissões de gases do efeito-estufa assumidos na COP-15. Também contribui para tanto a notável redução da taxa de desmatamento da Amazônia.

Todo esse legado está dilapidado. No plano doméstico, a deplorável falta de políticas consistentes na proteção e preservação dos nossos recursos naturais se soma ao ativo desmonte dos órgãos de fiscalização e controle, ao rompimento do diálogo com as organizações da sociedade civil e à perseguição às lideranças ambientalistas e indígenas. Com Bolsonaro, o Brasil passou a ter uma política antiambiental.

No âmbito externo, as inflexões também não tardaram. Ao discursar na ONU, Bolsonaro insistiu na tese de que o país é “vítima de uma guerra de desinformação sobre Amazônia e Pantanal” e responsabilizou “índios e caboclos” pelas queimadas. O Brasil passou a hostilizar parceiros tradicionais como a Alemanha e a Noruega, por conta de desentendimentos na gestão do Fundo Amazônia. Por decisão de Bolsonaro, o Brasil desistiu de sediar a COP 25, em 2019. Isso sem contar as manifestações de autoridades brasileiras colocando em dúvida a gravidade da crise ambiental, na contramão da comunidade científica representada pelo Painel Intergovernamental sobre a Mudança do Clima (IPCC).

A continuada atitude hostil e negligente em relação às questões ambientais já inviabilizou o Acordo Comercial Mercosul/UE. Anunciado como grande vitória do governo Bolsonaro, ele não entrará em vigor, pois o parlamento da Áustria e o próprio Parlamento Europeu, entre outros, decidiram suspender sua aprovação, alegando, como motivo principal, o comportamento do governo brasileiro em relação ao meio ambiente.

A participação na cúpula recém-organizada pelo presidente Biden, em que o Brasil figurou na condição de vilão do clima, foi constrangedora. As promessas de que serão adotadas medidas efetivas no combate ao desmatamento na Amazônia foram recebidas com ceticis-

mo, dada a atuação pessoal do ministro do Meio Ambiente em benefício da extração ilegal de madeira. A falta de credibilidade é a marca da atual política externa brasileira.

PÁRIA SANITÁRIO

Mais do que um pária, a desastrosa atuação do governo Bolsonaro em relação à pandemia da COVID-19 fez do Brasil uma ameaça sanitária global. Deixamos de ser bem-vindos em outros países. Brasileiros estão impedidos de circular pelo mundo e a maioria das conexões aéreas do país com o exterior foram suspensas.

A ação diplomática não se caracterizou apenas pela omissão. Mais grave do que o imobilismo foi agravar os efeitos da pandemia, ao questionar sistematicamente a capacidade da OMS como coordenadora dos esforços multilaterais. Ao hostilizar ostensivamente a China, país produtor de vacinas e seus insumos básicos, bem como respiradores, máscaras e “kits de intubação”, criamos constrangimentos desnecessários com nosso principal parceiro comercial e fornecedor de produtos hospitalares essenciais. Ao deixar de apoiar a proposta de Índia e África do Sul pela suspensão patentes para a produção de medicamentos essenciais no combate à COVID-19, adotamos a posição de países-sede da indústria farmacêutica, em detrimento dos pacientes de países em desenvolvimento.

Bolsonaro optou por não adquirir tempestivamente vacinas suficientes para efetuar campanha massiva de imunização e preferiu apostar na cooperação com os EUA para receber doação de milhões de doses de hidroxiquina. A ausência de estratégia organizada e centralizada no Itamaraty deixou os entes da federação abandonados à própria sorte. Prefeitos e governadores passaram a atuar de forma isolada e descoordenada junto a fornecedores externos, em contexto de

extrema competição por insumos, para manter o suprimento regular de material de saúde junto a estados e municípios.

Foi mais que omissão e incompetência. Contra as recomendações da ciência, o governo Bolsonaro adotou uma política deliberada de disseminação do vírus, com o intuito de se chegar rapidamente à “imunidade rebanho”, o que acabou por produzir variantes do vírus que ameaçam todo o planeta.

Nada nessa postura faz jus à política externa solidária dos governos do PT, que fez da cooperação em saúde com países africanos e latino-americanos vertente central das relações Sul-Sul.

PÁRIA REGIONAL

O estímulo a processos próprios de integração política, comercial e de infraestrutura com os países vizinhos foi uma marca da diplomacia brasileira. MERCOSUL, UNASUL e CELAC são produtos desse esforço conjunto, do qual o Brasil foi protagonista, e compunham visão estratégica que buscava promover a inserção da América do Sul como ator coletivo no mundo multipolar, como atestam as reuniões de cúpula ASPA (América do Sul – países Árabes) e ASA (América do Sul – África).

Hoje predomina visão diametralmente oposta. Estamos na origem do desmonte da UNASUL e da paralisia da CELAC. No MERCOSUL, atuamos como catalisadores das forças que pretendem desfazer a união aduaneira. Ao hostilizar o governo Fernández, na Argentina, e apoiar o golpe contra Evo Morales, o governo Bolsonaro reacende rivalidades há muito superadas.

Ao apostar no isolamento da Venezuela, por meio do Grupo de Lima, o Brasil cometeu erro estratégico de transformar a América do Sul em palco da disputa geopolítica entre EUA, Rússia e China. Romper relações diplomáticas com Caracas priva o Brasil de informações

essenciais sobre o país vizinho e deixa milhares de brasileiros sem assistência consular. Reconhecer Juan Guaidó como presidente interino sepultou a capacidade de o Brasil atuar como mediador de um conflito, cuja saída só pode ser política.

O voto na ONU a favor do bloqueio unilateral dos EUA imposto a Cuba completa esse quadro desolador em que o Brasil passou a ser a guarda pretoriana dos interesses hemisféricos da Casa Branca.

Seja pela sua diplomacia anacrônica e sem visão estratégica, seja pelos erros da condução na pandemia, o fato é que o Brasil é hoje fator de instabilidade regional.

PÁRIA NAS RELAÇÕES MULTILATERAIS

A política externa brasileira sempre foi reconhecida por sua tradição universalista e não intervencionista. O governo Bolsonaro rompeu com esta tradição e adotou clara submissão à política belicosa adotada por Trump na tentativa de retomar a hegemonia americana, em oposição à progressiva constituição de uma ordem mundial mais equilibrada e multipolar.

Os exemplos de submissão ao irmão do Norte são inúmeros e desastrosos. A entrega da Base de Alcântara, a inserção das Forças Armadas do Brasil no Comando Sul dos EUA e a abertura de escritório comercial em Jerusalém dão mostra do alinhamento acrítico aos Estados Unidos, secundarizando os interesses do Brasil.

Essa submissão tem sido desastrosa em nossas relações multilaterais. Comprometemos nossa participação nos BRICS e tensionamos a parceria estratégica com a China, hoje nosso principal parceiro comercial. Mudamos nossa postura na Organização Mundial do Comércio (OMC), renunciando ao tratamento especial e diferenciado a que tínhamos direito, e rompendo com o compromisso histórico de defesa

das posições dos países em desenvolvimento, em especial de nossos parceiros do BRICS.

O governo Bolsonaro comprou uma briga que não é do Brasil, abriu mão de interesses nacionais, se isolou no cenário internacional. Submissos a Trump, ficamos sozinhos após sua derrota, sem nossas históricas e promissoras parcerias multilaterais.

PÁRIA DOS DIREITOS HUMANOS

Um dos capítulos mais tristes da política externa brasileira atual é a postura adotada nos foros multilaterais de direitos humanos. O Brasil rompeu com uma tradição solidamente construída ao longo de todo o período pós-redemocratização. Nos governos do PT, nunca deixamos de advogar pela indivisibilidade e universalidade dos direitos humanos, tampouco apostamos na retórica fácil da denúncia seletiva, que trata com dois pesos e duas medidas os aliados e os adversários. Fizemos do combate ao autoritarismo, à xenofobia, à miséria, à discriminação racial, à homofobia um objetivo permanente, onde quer que ocorressem.

Como um país em desenvolvimento que convive com o desafio cotidiano de promover e proteger os direitos humanos de seus nacionais, o Brasil aprendeu por experiência própria que a cooperação e o diálogo são mais eficazes para a proteção das vítimas de violações do que a fácil condenação pública, em geral baseada em suposta autoridade moral autoconferida. É central nesse esforço o investimento na construção de capacidades nos países que requerem tal assistência, na forma de treinamento e fortalecimento das instituições domésticas, e na promoção da troca de aprendizados e boas práticas. Essa atitude equilibrada e construtiva é parte do acervo formado até então pela diplomacia brasileira.

Essas robustas credenciais vêm sendo sistematicamente destruídas. O governo brasileiro atual compartilha e difunde a crença de

que existe conspiração mundial de gênero contra a família tradicional. Internamente, essa mesma percepção motiva a ação de iniciativas como a escola sem partido. Na área de política externa, ela se traduz nas teses contra a “ditadura do politicamente correto”, do “ambientalismo” e “do globalismo de raiz marxista”, camuflados em discursos de liberdade e igualdade que seriam impostas por organizações internacionais.

Sensível às pressões de Trump e das bancadas evangélicas, o Brasil se aliou a países em que a religião tem um papel predominante na política e que atuam nos foros internacionais em oposição a medidas percebidas como favoráveis à legalização do aborto, casamento entre pessoas do mesmo sexo, novas técnicas reprodutivas, entre outras. É essa visão de mundo que leva o presidente Bolsonaro a denunciar, em seu discurso na ONU, uma alegada cristofobia crescente no mundo e ressaltar que “o Brasil é um país cristão e conservador e tem na família sua base”.

O governo Bolsonaro votou junto com regimes autoritários de países como a Arábia Saudita e Paquistão, sobre direitos sexuais de mulheres no órgão de Direitos Humanos mais importante das Organização das Nações Unidas (ONU). Acompanhou ainda a ditadura militar do Egito e o Iraque em texto sobre “direito à saúde sexual e reprodutiva”, além de ter subscrito proposta do Paquistão de eliminar a educação sexual de resolução da ONU.

No documento da candidatura brasileira à reeleição no Conselho de Segurança de Direitos Humanos da ONU, o governo Bolsonaro reviu acordos históricos de mais de 25 anos. O país retirou menções à desigualdade, LGBTQIA+, tortura e gênero, ao passo que citou nove vezes a “promoção da família”. Essa mudança brusca e radical das posições do Brasil provocou surpresa e rejeição em todos os países mais progressistas e democráticos, que antes viam o Brasil como um aliado na luta pelos direitos das mulheres e de demais minorias.

ITAMARATY COMO PÁRIA INSTITUCIONAL

O ministério das Relações Exteriores não ficou imune à ofensiva do bolsonarismo contra as instituições do Estado brasileiro. O salutar intercâmbio de ideias que caracterizou o serviço exterior nas últimas décadas foi drasticamente reduzido. Atualmente, nossa diplomacia trilha caminhos sombrios, pautada pela intolerância e pela aversão ao contraditório no seio da instituição.

O insulamento a que vem sendo submetido o Itamaraty tem contribuído de forma decisiva para o descolamento do seu corpo funcional dos grandes temas que marcam o cotidiano do país. O ministério é, hoje, ator solitário, impermeável ao intercâmbio com as organizações da sociedade civil, com os partidos políticos, com a academia, com os entes federativos e com o Poder Legislativo. Dois de seus braços mais tradicionais de interação com o espaço público estão seriamente comprometidos: é lamentável observar a paralisia instalada no Instituto de Pesquisas em Relações Internacionais e triste constatar que a Fundação Alexandre de Gusmão tenha assumido o papel de caixa de ressonância de um dogmatismo alarmante.

O Itamaraty de hoje não formula, não informa, não representa, não dialoga e não coordena. O Itamaraty de hoje, por imposição do presidente da república, persegue, desinforma, tolhe, inibe e confunde. A consequência prática dessa destruição institucional é que o fosso entre as necessidades do país e sua diplomacia externa nunca foi tão grande.

ESTADO, DIÁLOGO E DEMOCRACIA



| OPERAÇÃO NA ROCINHA
FERNANDO FRAZÃO/AGÊNCIA BRASIL



| CAMPANHA DE DESARMAMENTO EM ALAGOAS
PAULO RIOS/AGÊNCIA ALAGOAS



| **ATAQUES DO COMANDO VERMELHO, MANAUS**
ALBERTO CÉSAR ARAÚJO/AMAZÔNIA REAL/FOTOS PÚBLICAS

INSEGURANÇA PÚBLICA COMO RESULTADO DO GOLPE

Nos governos Lula e Dilma, a política de segurança pública recebeu aportes crescentes de investimento, para elevar a capacidade de ação do Estado, seja nas ações de responsabilidade do governo federal, seja articulando e apoiando as ações dos governos estaduais. São exemplos desses esforços o fortalecimento das polícias federal e rodoviária federal, o Plano Estratégico de Fronteiras, o PRONASCI, o Estatuto do Desarmamento, a construção dos presídios federais, o apoio às construções de presídios estaduais, a criação do Sistema único de Segurança Pública (SUSP) e do Sistema Nacional de Informações em Segurança Pública. Tudo feito com acompanhamento e participação da sociedade, com transparência e compromisso com os direitos dos cidadãos.

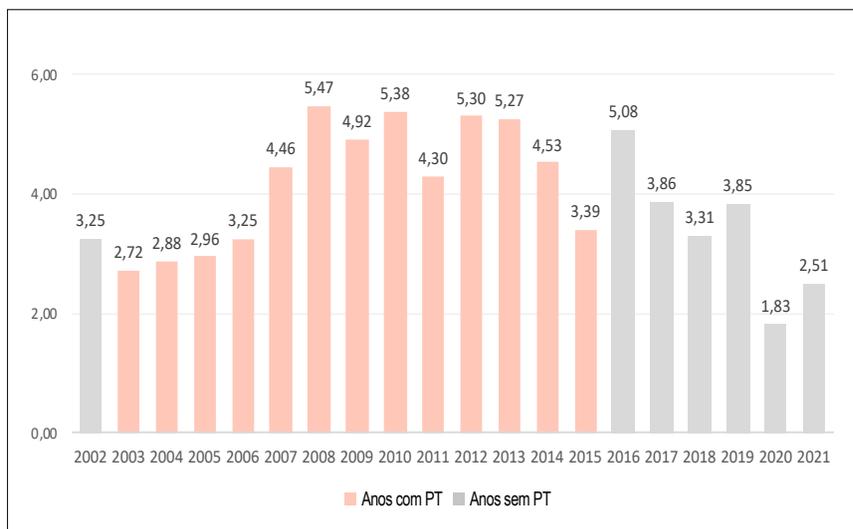
A partir do golpe, a visão sobre segurança foi alterada radicalmente, com a repressão tornando-se a principal diretriz da política pública. Menos recursos, menos compromissos com parcerias federativas e com os direitos dos cidadãos, a obstinação por destruir o Estatuto do Desarmamento, a utilização do aparato do Estado para investigações seletivas são marcas de governos pouco afeitos a uma política de segurança cidadã e democrática.

REDUÇÃO DOS INVESTIMENTOS EM SEGURANÇA PÚBLICA

Os investimentos em segurança pública mudaram de patamar durante os governos do PT. Em termos reais, em 2014, o volume aplicado era 40% superior ao do último ano de governo de Fernando Henrique Cardoso.

A partir do golpe, o patamar de investimentos mudou novamente de patamar, com tendência de queda. Em 2020, o valor investido chegou ao mais baixo nível dos últimos vinte anos, correspondendo a apenas 54% do aplicado em 2015, último ano do governo Dilma. Isto mostra que a campanha do governo Bolsonaro alardeando maiores investimentos na segurança pública é falsa, como várias de suas promessas.

GRÁFICO 1: EVOLUÇÃO DAS DESPESAS DISCRICIONÁRIAS DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA*



Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SioP, em 05 abr. 2020. Para 2002 a 2020 - recursos empenhados; para 2021 - LOA.

*Em bilhões de reais de 2020. Deflator utilizado: IPCA médio.

O ATAQUE AO ESTATUTO DO DESARMAMENTO

Aprovado em 2003, o Estatuto do Desarmamento foi decisivo para conter o aumento dos homicídios por armas de fogo no Brasil. Segundo o Atlas da Violência, a taxa de crescimento deste delito diminuiu da média anual de 5,44% ao ano antes do Estatuto para 0,85% ao ano após a edição do mesmo.

Bolsonaro vem investindo firme e continuamente contra o Estatuto do Desarmamento. Nos primeiros dois anos de seu governo, editou dezenas de instrumentos legais, incluindo decretos, leis e portarias do Exército descaracterizando o Estatuto, facilitando a aquisição e porte de armas de fogo e o acesso à munição, e impondo obstáculos ao rastreamento e controle de armas e munição usados em crimes.

Com isto, nos dois primeiros anos do governo Bolsonaro, foram registradas 273.835 armas de fogo, um aumento de 183% em relação ao total de novos registros no biênio 2018 e 2017 (96.512). Em 2020, o número de novos registros foi o maior da série histórica, fazendo com que o número de armas em poder de civis no Brasil praticamente dobrou em relação a 2017.

Estes dados mostram que, embora os decretos mais recentes, de fevereiro de 2021, estejam com vários dispositivos com vigência suspensa pelo Supremo Tribunal Federal, as mudanças já promovidas são profundas. Todas na direção de uma sociedade mais violenta, na qual o acesso a armas e munições de forma ampla amplia o potencial de confrontos e de mortos. Bolsonaro está armando o Brasil e retirando das instituições de Estado os instrumentos de controle de armas e munições, abrindo o caminho para formação de milícias e grupos paramilitares.

SISTEMA DE INTELIGÊNCIA VOLTA A SER INSTRUMENTO DE PERSEGUIÇÃO

Os governos pós-golpe têm agido para mudar o sistema de inteligência brasileira. Se nos governos petistas houve uma proposta de interlocução civil-militar para o setor, os governos Temer e Bolsonaro passaram a atacar a parte da estrutura que, profissionalizada, passou a ser considerada “aparelhada pelo PT”.

Sob Temer, o Gabinete de Segurança Institucional passou a ser comandado por um general que articulou o golpe. O quadro de desmonte e verdadeiro aparelhamento se ampliou no governo Bolsonaro, com as ações de inteligência perdendo progressivamente seu caráter de segurança nacional e sendo reconfiguradas, como na época da ditadura, como serviço para “segurança interna”.

Esta diretriz ficou especialmente demarcada a partir da edição do Decreto 10.455, em abril de 2020, reformulando a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN). Além de mais cargos, a agência ganhou uma nova estrutura, o Centro Nacional de Inteligência, com atribuições mais amplas, inclusive de troca de dados com os demais órgãos do Sistema Brasileiro de Inteligência independente da justificativa ou de autorização judicial. Ainda que o Supremo Tribunal Federal tenha imposto limites à atuação da ABIN, ficou explícito o interesse do governo Bolsonaro de remontar um sistema de “arapongagem”, focando nos opositores do governo.

DESINFORMAÇÃO E DISCURSO DE ÓDIO COMO POLÍTICA DE GOVERNO

O impedimento da presidenta Dilma Rousseff em 2016, sem crime de responsabilidade, concretizou uma ação articulada de ruptura da ordem constitucional, assegurando a implementação de um programa refutado nas urnas por quatro eleições consecutivas, justamente por seu caráter neoliberal, antinacional e antipopular. Nesse compasso, os atores do golpe aprofundaram os riscos democráticos elegendo Bolsonaro em 2018. As instituições cujo papel é justamente o de garantir o Estado democrático do direito tinham aberto o caminho com a prisão ilegal de Lula. Recém-empossado, Bolsonaro sentenciou a lideranças conservadoras em Washington o sentido do seu governo como um ponto de inflexão: “Nós temos é que desconstruir muita coisa. Desfazer muita coisa.”²

Muita coisa mesmo. No tema da comunicação pública, assegurar o direito à informação foi ao mesmo tempo princípio e eixo estratégico do projeto de Comunicação dos governos Lula e Dilma. Políticas progressivas de democratização, diversificação e inclusão digital, assim como a interlocução institucional respeitosa e permanente com a im-

2. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2019/03/18/nos-temos-e-que-desconstruir-muita-coisa-diz-bolsonaro-durante-jantar.ghtml>. Acesso em: 11 jun. 2021.

prensa produziram avanços evidentes: a criação da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), diversas vezes premiada; a promulgação da Lei de Acesso à Informação (LAI); o aperfeiçoamento do Governo Eletrônico; o lançamento do Plano Nacional de Banda Larga (PNB)L, o maior programa governamental de inclusão digital; o empenho em garantir o direito dos usuários, a finalidade social das redes e o acesso a todos com o Marco Civil da Internet e depois com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), formulada a partir de intensa participação da sociedade civil, buscando um ambiente de rede protegido e pautado por direitos.

Foram tempos diligentes em consolidar instrumentos de participação social na formulação e controle de políticas públicas, ressaltando a realização da primeira Conferência Nacional de Comunicação (CONFECOM), em 2009. O golpe interrompeu esse percurso de 13 anos de ação democrática e delineou o início de decomposição da comunicação pública.

Após cinco anos, a desconstrução é efetiva e os danos gravíssimos: por meio de atos inconstitucionais e ilegalidades flagrantes, a gestão governamental é pautada, e assimilada pelos governistas no Congresso, no desmonte estrutural do Estado e de políticas públicas consagradas. A relação institucional e democrática com a imprensa e com a sociedade consagrada pelos governos do PT foi substituída por discursos personalistas voltados à base eleitoral de Bolsonaro, expresso em agressões, difamação e ameaças a autoridades, jornalistas, lideranças políticas e sociais, artistas e intelectuais identificados com a Esquerda ou simplesmente a quem se opõe publicamente aos desmandos autoritários.

A EBC E O FIM DA COMUNICAÇÃO PÚBLICA, DEMOCRÁTICA E PLURAL

A fundação da EBC em 2007 é marco do cumprimento da Constituição Federal de 1988 que em seu artigo 223 determina ao Poder

Executivo a obrigação de garantir à radiodifusão a complementaridade dos sistemas privado, público e estatal. Nasce com ela a TV Brasil, seguindo as diretrizes do Fórum Nacional de TVs Públicas, realizado em 2007 e coordenado pelo Ministério da Cultura, destinadas a consolidar um sistema público de comunicação. Com a EBC, surge uma estrutura independente de produção de conteúdos, resguardada de tornar-se órgão federal de propaganda, em especial, por meio da participação da sociedade em seu Conselho Curador: 22 integrantes, dos quais 15 indicados pela sociedade, quatro pelo governo federal, um pela Câmara dos Deputados, um pelo Senado Federal e um indicado por funcionários da empresa. Toda a programação dos veículos da EBC – duas emissoras de TV, oito de rádio e duas agências de notícias – passava pelo crivo do Conselho, cuja composição refletia a diversidade regional e social do país. Estava se consolidando uma mídia pública, voltada a atender a pluralidade e a promover os direitos humanos.

Logo depois da posse, o governo Temer partiu para a ofensiva contra a EBC. Por medida provisória, alterou a estrutura da empresa e extinguiu o Conselho Curador, principal instrumento de participação social e fiador do caráter público da empresa. As diretrizes editoriais passaram a ser definidas pelo Conselho de Administração, formado integralmente por representantes do próprio governo. E mais, alterou o mandato do presidente, antes de quatro anos não coincidentes com o mandato da Presidência da República que nomeava, mas não podia demitir, apenas o conselho poderia fazê-lo. Bolsonaro eleito, anunciou a fusão do canal governamental (NBR) com a emissora pública (TV Brasil). A censura a visões divergentes tornou-se prática diuturna. Os ataques à empresa persistiram, numa estratégia de difamar para privatizar até que, em abril de 2021, a EBC foi incluída no Programa Nacional de Desestatização (PND), por meio de decreto. Por ferir preceito da carta magna em sua natureza pública, vozes se levantaram, denunciando a inconstitucionalidade da medida.

RAPOSAS EM CENA: AGENDA PRIVADA NO CENTRO DA AÇÃO GOVERNAMENTAL

A agenda do governo foi tomada pela agenda do mercado. Temer extingue o Ministério das Comunicações e transfere suas atribuições para o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCTI). A Lei 13.424, de 2017, flexibilizou regras e obrigações de empresários de rádio e TV, tirando do Poder Executivo a prerrogativa de aprovar alterações societárias das emissoras, além de revogar artigo do Código Brasileiro de Telecomunicações que previa a anulação de concessões de empresas que ferissem dispositivos regulamentares ou legais. Não bastasse, anistiou empresas que perderam o prazo de renovação das concessões.

A prioridade nas telecomunicações passa a ser a mudança de modelo, dando forte impulso à reformulação do marco regulatório do setor, com foco na transformação das concessões em autorizações, instrumento precário de outorga. A Lei Geral de Telecomunicações (LGT) foi alterada. Para os serviços essenciais, deixou de ser obrigatória a aplicação do regime público, justamente o que requer os atributos de universalização, continuidade e modicidade tarifária.

Bolsonaro recria o Ministério das Comunicações em 2020 e, para atender aos acordos com o Centrão, nomeia ministro Fabio Faria, genro do empresário Silvio Santos. A SECOM passa a integrar a estrutura do MiniCom que, a partir de então, tem sob seu comando todas as áreas da Comunicação governamental: a institucional, de publicidade e promoção e de imprensa, bem como aquelas responsáveis pela radiodifusão e telecomunicações, concentrando, assim, toda a cadeia institucional e de valor da comunicação pública no país. Desapareceu a prioridade de construir infraestrutura adequada à universalização, de conectividade avançada em 5G, e nas dimensões necessárias para atender a todas as regiões, em igualdade de acesso e potencial de incremen-

tar o desenvolvimento nacional. Editais para novas rádios comunitárias e TV educativas nos municípios sumiram da agenda governamental, colocando à margem mais de 40% dos municípios brasileiros.

Nas telecomunicações, a gestão Bolsonaro completa a reforma da LGT iniciada no governo Temer, abandonando um projeto efetivo de inclusão digital e deixando o acesso à internet refém da dinâmica de mercado, mantendo políticas ínfimas. O edital do leilão do 5G desperdiçou a chance de estabelecer uma política de conectividade móvel que enfrente as limitações e desigualdades da situação brasileira.

A radiodifusão é o setor mais afetado pela reorganização dos investimentos publicitários do governo, concentrando verbas a aliados: SBT, Band e Record. Um retrocesso de quase duas décadas na política de veiculação publicitária de governo, implantada pelo presidente Lula que, adotando o critério objetivo e transparente de mídia técnica – o percentual do investimento publicitário em cada veículo deve corresponder à sua audiência ou circulação –, tornou possível evitar privilégios e distorções. A partir principalmente de 2007, o governo Lula implantou uma política de regionalização dos investimentos publicitários, aumentando o potencial de alcance das mensagens. Veículos regionais e locais passaram a compor a carteira, aproximando a população afastada dos grandes centros urbanos, dos serviços e ações governamentais de forma transparente e democrática.

DESPROTEÇÃO DE DADOS

Às vésperas do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, o governo federal enviou ao Congresso, após anos de debate com a sociedade, um anteprojeto da Lei Geral de Proteção de Dados alinhado com as melhores práticas internacionais e equilibrando a proteção dos indivíduos com o estímulo à inovação. Partindo deste texto e com a ação das bancadas do campo progressista e de entidades da sociedade

civil, foi aprovada a LGPD (Lei 13.709, de 2018), que sofreu vetos do presidente Michel Temer a garantias importantes. A gestão de Jair Bolsonaro buscou adiar o início da vigência da Lei, implantou a Autoridade Nacional de Proteção de Dados tomada de militares e criou um supercadastro para ampliar a vigilância sobre os cidadãos. No contexto da pandemia, editou a MP 954/2020 para transferir um volume assustador de dados ao IBGE, cuja validade foi barrada pelo STF.

OMISSÃO, DESINFORMAÇÃO E MENTIRAS QUE MATAM

Treze meses após o primeiro caso do novo Coronavírus registrado no país, a pandemia segue estável pelo alto, em número alarmante de mortes sem que o governo apresente um Plano Nacional de Comunicação que informe e oriente a população sobre a gravidade da doença, riscos e cuidados fundamentais no controle do contágio. E pior, não apenas omite informações sanitárias cruciais como faz o oposto. Campanha de esclarecimento para efetivo enfrentamento da pandemia não há. A agenda de governo é anticientífica e de incentivo à contaminação. Divulga informações falsas, com risco à saúde da população, com dinheiro público. Influenciadores digitais são pagos para propagar “tratamento precoce”, já afirmado pela OMS e pela própria ANVISA como um protocolo ineficaz e prejudicial a alguns pacientes. Cloroquina e Azitromicina são medicamentos usados para outras enfermidades com graves efeitos colaterais.

No episódio dos influenciadores pagos para mentir pelo governo, promovendo o “tratamento precoce”, a SECOM informa o total 987,2 mil reais gastos com filmes para TV, *spot* para rádio, vídeos e *banners* para internet e para mídia exterior. O descaramento foi tanto que obrigou o Twitter a marcar uma postagem do Ministério da Saúde como “publicação de informações enganosas e potencialmente prejudiciais relacionadas à COVID-19”. Na semana em que os influenciadores fa-

ziam suas postagens, ofício do Ministério da Saúde à Secretaria de Saúde de Manaus previa visita de técnicos para difundir e aprovar “tratamento precoce como forma de diminuir os internamentos e óbitos decorrentes da doença” e ressaltava “comprovação científica sobre o papel das medicações antivirais orientadas pelo Ministério da Saúde”. Antes, em outubro de 2020, a OMS já havia publicado um estudo sobre a ineficácia de diversos medicamentos do “tratamento precoce” brasileiro contra a COVID-19. Em janeiro de 2021, técnicos da ANVISA se pronunciaram sobre a inexistência de tratamento precoce para o coronavírus. Em fevereiro, pesquisa no Amazonas comprovou o efeito contrário: pacientes que tomaram remédios do suposto “tratamento precoce” tiveram maiores taxas de infecção que aqueles que não haviam sido submetidos a tal protocolo.

UM VERDADEIRO APAGÃO DE DADOS

Informações sob responsabilidade do Ministério da Saúde foram tiradas do ar diversas vezes e manipuladas nos cálculos de testagem, contaminação e mortes sob alegação de mudança de metodologia. O empenho do governo em desmontar as estruturas de produção de dados e informações é flagrante em diversas áreas: INPE, IBAMA, INCRA. Com o IBGE, a ação envolve destruir o instituto por inanição. O censo demográfico, depois de sofrer toda sorte de arremedos na estrutura da pesquisa e adiamento por conta da pandemia, é agora suspenso indefinidamente e totalmente inviabilizado por falta de destinação de recursos no orçamento. Dos 2 bilhões de reais necessários, restaram alocados 71,7 milhões de reais, um escárnio com a pesquisa realizada desde 1940 e a mais importante do país, pois é dela a amostragem populacional que garante a devida repartição de recursos em educação, saúde, programas de transferência de renda, emprego e renda, entre outros. Os prejuízos aos municípios são incalculáveis, podendo comprometer, inclusive, a vacinação contra a COVID-19. Sem dados e

informações de governo confiáveis, não se faz comunicação de qualidade, seja ela pública ou privada.

O ESTADO BRASILEIRO TOMADO DE ASSALTO

A estratégia de *fake news*, incitação à violência, desinformação, repúdio aos princípios democráticos personificada por Bolsonaro, tornou-se recorrente em todas as esferas do governo. O país foi alijado de uma comunicação pública democrática e submetido a uma fábrica de notícias falsas e desinformação mantida com recursos públicos.

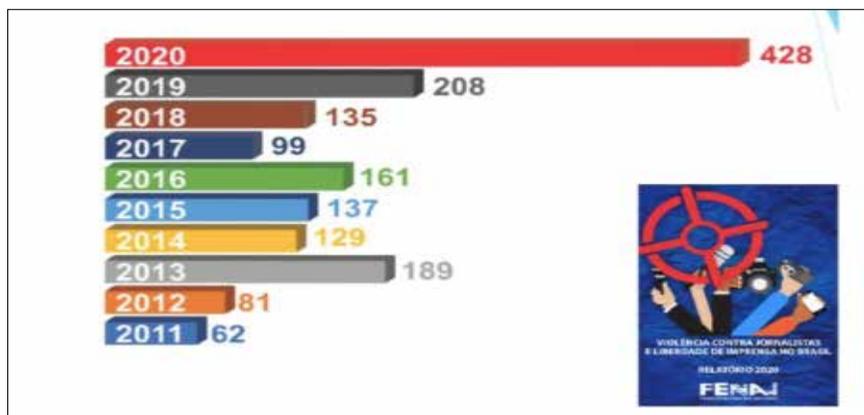
O Gabinete do Ódio, assim batizado por ex-aliados do presidente da República, deputados ouvidos pelo STF em inquérito que apura notícias falsas e ataques contra ministros do Supremo, definiram o esquema como uma estrutura montada para desferir ofensas à oposição, autoridades e instituições por meio de WhatsApp e diversas páginas nas redes sociais. O conteúdo é constante: discursos de ódio, subversão à ordem democrática e incitação à ruptura da normalidade institucional. Seus principais integrantes são assessores especiais da Presidência da República e da Secretaria de Comunicação Social (SECOM), nomeados e remunerados pelo governo. Eles respondem a Carlos Bolsonaro, o filho responsável pela condução das mídias digitais da família. Há ação regionalizada nos estados, trabalho de também assessores de parlamentares que atuam de forma coordenada. Textos idênticos e disseminação simultânea indicam o uso de robôs, prática vetada.

RACISMO, MACHISMO, HOMOFOBIA, MISOGINIA NUNCA ANTES TÃO DIFUNDIDOS

A propagação de crimes de ódio evidencia um cenário de risco ao exercício da profissão de jornalista e à liberdade de imprensa no país. O

Relatório da violência contra jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil – 2020, publicação anual da Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), registra um crescimento de mais de 105% dos ataques contra jornalistas.

GRÁFICO 1: VIOLÊNCIA CONTRA JORNALISTAS - 2011-2020



Dos 428 registros, Bolsonaro responde sozinho por 175 casos de violência contra jornalistas, o percentual alarmante de 40,89%. É uma ação sistemática: 145 ataques genéricos e generalizados a veículos de comunicação e a jornalistas, 26 casos de agressões verbais, um de ameaça direta a jornalistas, uma ameaça à Globo e dois ataques à FENAJ (gráfico 2).

O presidente junto aos servidores públicos e dirigentes da EBC, recursos humanos do Gabinete do Ódio, respondem por mais de 60% das agressões. A FENAJ ressalta que os dois assassinatos em 2020, repetindo o número de 2019, é um alerta de grave insegurança para a categoria.

Para a FENAJ, o incremento da violência e de violações à liberdade de imprensa está diretamente associado ao bolsonarismo, no qual a agressão configura um dos instrumentos de controle da informação. Desacreditar a imprensa é premissa para a difusão de informações falsas sem o contraponto dos fatos, em especial durante a pandemia, justamente quando o Jornalismo é reconhecido por seu caráter de atividade essencial no Brasil e no mundo (gráfico 3).

GRÁFICO 2: OS AGRESSORES



A Comissão Interamericana de Direitos Humanos, em relatório recente, também destaca o cenário preocupante à efetiva liberdade de expressão no país, constatando a relação violenta do presidente e de seus apoiadores com jornalistas que, no exercício da profissão, são perseguidos e ultrajados com ofensas verbais e, não raro, físicas. A CIDH observa a profusão, pelo presidente e seus filhos e funcionários públicos, de “expressões de incitação ao ódio e discriminação, facilitando a ação violenta de grupos racistas, homofóbicos e

GRÁFICO 3: AS AGRESSÕES

ASSASSINATOS – 2 CASOS	0,47%
AGRESSÕES FÍSICAS – 32 CASOS	7,48%
AGRESSÕES VERBAIS/ATAQUES VIRTUAIS – 76 CASOS	17,76%
AMEAÇAS/INTIMIDAÇÕES – 34 CASOS	7,94%
ATAQUES CIBERNÉTICOS – 6 CASOS	1,40%
ATENTADO – 1 CASO	0,23%
CENSURAS – 85 CASOS	19,86%
CERCEAMENTOS À LIBERDADE DE EXPRESSÃO POR MEIO DE AÇÕES JUDICIAIS – 16 CASOS	3,74%
DESCREDIBILIZAÇÃO DA IMPRENSA – 152 CASOS	35,51%
IMPEDIMENTOS AO EXERCÍCIO PROFISSIONAL – 14 CASOS	3,27%
INJÚRIAS RACIAIS/RACISMO – 2 CASOS	0,47%
SEQUESTRO/CÁRCERE PRIVADO – 2 CASOS	0,47%
VIOLÊNCIA CONTRA A ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES/SINDICAL – 1 CASO	1,40%

misóginos”. Com base no artigo 13.5 da Convenção Americana, a CIDH considera a apologia ao ódio, por qualquer motivação, delito gravíssimo de incitamento à violência, contrariando as obrigações de direitos humanos assumidas pelo Estado brasileiro.

Os perigos da apologia ao ódio estão postos no expressivo crescimento do número de ameaças e atos de violência contra jornalistas no Brasil relacionado ao exercício da profissão. Nos últimos cinco anos, segundo o relatório da CIDH, foram registrados ao menos 11 jornalistas assassinados e dezenas de agressões. Em 2018, ano de campanha eleitoral, ocorreram quatro mortes e graves ameaças por meio digital a jornalistas, especialmente às mulheres. A CIDH conclui que denúncias revelam a existência de “uma máquina de difamação” nas mídias sociais, verdadeiras “milícias virtuais” com apoio de robôs. Há no STF e no Congresso iniciativas de investigação dessas estruturas de produção e de divulgação de notícias falsas, muitas delas, como já vimos, financiadas com recursos públicos.

Por fim, os cinco anos de golpe produziram a mais profunda alienação do direito à informação e dos serviços de comunicação, direitos universais, igualitários e abrangentes de conteúdo, ultrajando a constituição e usando de desinformação e violência como estratégia de uma relação predatória com o Estado brasileiro.

POLITIZAÇÃO DO JUDICIÁRIO E MILITARIZAÇÃO DA POLÍTICA

Passados cinco anos do Golpe de 2016, os retrocessos e ataques ao Estado Democrático de Direito avançam. A politização do Judiciário e órgãos indispensáveis à prestação jurisdicional e a politização das Forças Armadas são facetas preocupantes deste processo que sinalizam o risco cotidiano do fortalecimento do Estado de Exceção em que vivemos.

O momento é grave e o Brasil sangra e se desfaz como nação depois do golpe.

POLITIZAÇÃO DO JUDICIÁRIO - JUSTIÇA MIDIÁTICA X DEMOCRACIA

A politização do judiciário é consequência e, ao mesmo tempo, motor do golpe que tantos retrocessos causou ao Brasil.

A função proeminente que a jurisdição assumiu no quadro da Constituição Federal de 1988, com robustas garantias de independência para a magistratura e autogestão institucional facilitou o acesso à Justiça e multiplicou as demandas a ela dirigidas. Como efeito reflexo, criou forte disfuncionalidade no descontrole de seus procedimentos. A grande visibilidade que adquiriu no deslinde de controvérsias sobre

questões fundamentais da sociedade levou, também, a uma indevida busca por “popularidade”, isto é, aceitação pela opinião pública.

Em consequência, assistimos ao atrelamento da função jurisdicional à mídia corporativa e a suas escolhas políticas. A transmissão televisiva de acirrados debates em cortes superiores, em especial no Supremo Tribunal Federal, levou à interferência de agendas externas no processo decisório. Esse fenômeno, que já fora observado no julgamento da Ação Penal 470, do chamado “mensalão”, se espalhou na cultura judicial da primeira instância também em casos notórios de perseguição de crimes contra a administração pública, como na chamada Operação Lava Jato.

As escolhas da mídia corporativa têm pouco de democráticas. Desde o início dos governos liderados pelo Partido dos Trabalhadores, houve sistemático ataque a suas ações que, aparentemente, não atendiam às mais caras pautas neoliberais. O judiciário, na busca de aceitação e sem capacidade de atuação corretiva contramajoritária, aderiu à campanha e não só condenou criminalmente o núcleo duro partidário, como também se manteve inerte diante do golpe parlamentar levado a efeito contra a presidenta Dilma Rousseff.

Pior ainda, os tribunais assumiram, de forma acrítica, os pressupostos falsos e não provados das acusações contra o presidente Lula, para, ao final, determinar sua prisão e excluí-lo das eleições de 2018, quando figurava, em pesquisas, como candidato mais forte para o cargo de presidente da República. Tanto o Tribunal Superior Eleitoral quanto o Supremo Tribunal Federal ignoraram medida provisória do Comitê de Direitos Humanos do Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos da ONU, que determinava a liberação do presidente Lula para fazer campanha eleitoral. A desobediência se deu com base na equivocada interpretação do tratado, de que as determinações do Comitê não seriam mais do que meras recomendações e não vinculariam o poder judiciário doméstico.

Cinco anos após iniciadas as invectivas contra o presidente Lula e depois de ele ter passado 580 dias preso, o Supremo Tribunal Federal acabou por reconhecer a suspeição do juiz Sérgio Moro, que o condenara, bem como a incompetência de sua 13ª Vara da Justiça Federal de Curitiba. O tardio reconhecimento da injustiça praticada só se deu em virtude do vazamento de mensagens trocadas, por aplicativo eletrônico, entre os procuradores da República e o juiz que articularam a condenação. Esse vazamento criou o ambiente político propício à correção de rumos, provando, mais uma vez, o atrelamento do judiciário à opinião pública, com conseqüente politização de suas decisões.

POLITIZAÇÃO DOS MILITARES E MILITARIZAÇÃO DA POLÍTICA

Desde o golpe, já no governo Temer, tem crescido o número de militares cedidos para cargos civis no governo federal ao longo dos últimos anos. Este processo foi acelerado no governo Bolsonaro, com aumento de cerca de 55%, entre 2018 e 2020, da presença de militares na administração federal, conformando uma tendência à militarização da gestão pública.

Os militares das Forças Armadas conformam o grupo com maior presença na Esplanada ministerial do governo Bolsonaro: até o final de 2020 esse segmento ocupou dez ministérios como titulares, quase a metade da totalidade das pastas. Ademais, entre 2016 e 2020 cresceu em 34,5% o número de militares em cargos comissionados.

As forças armadas ocuparam áreas já tradicionalmente militarizadas, como o GSI e a Defesa, mas também marcam presença em áreas econômicas estratégicas para grandes projetos e investimentos (como Infraestrutura; Minas e Energia; Ciência, Tecnologia e Comunicações). Mais ainda, a presença desse núcleo se faz sentir na área jurídica, comandando a Secretaria de Segurança Pública do Ministério da

Justiça e a CGU; além de estarem em secretarias de natureza fundamentalmente política, como nos casos da Secretaria de Governo e da Secretaria Geral da Presidência, onde também assumiram o posto de porta-voz da presidência da República. Além da presença na Casa Civil, pela primeira vez ocupada por um militar, e da presença na Saúde, área sensível ao longo da pandemia.

Chama atenção a presença contundente no Ministério da Educação, fundamentalmente nas áreas ligadas ao ensino superior; no Ministério da Saúde, atuando na ANVISA; no Ministério da Agricultura, ocupando o INCRA; no Ministério dos Direitos Humanos, ocupando a FUNAI; no Ministério da Cidadania, ocupando a pasta responsável pelos Esportes; no Ministério do Desenvolvimento Regional, ocupando o departamento responsável pela defesa civil.

Além da atuação nessas áreas finalísticas, os militares marcam presença intensa também em áreas-meio, de gestão, em diversos ministérios, tais como planejamento, orçamento, licitação, logística, projetos e comunicação. Os militares estão presentes também em postos de direção ou em conselhos de administração de algumas das maiores empresas estatais do país, como PETROBRAS, ELETROBRAS, Itaipu Binacional, TELEBRAS, Correios e EBSEH.

Os militares e a indústria naval estão em diálogo. As empresas estatais ligadas a setores ou figuras militares têm sido fortalecidas, ao contrário do que acontece com as demais. A Empresa Gerencial de Projetos Navais – EMGEPRON, vinculada à Defesa e à Marinha, teve seu capital aumentado em 7,6 bilhões de reais; a INFRAERO Aeroportos, dirigida por um Tenente-Brigadeiro recebeu um aporte de 1,5 bilhão de reais; a TELEBRAS, subordinada à pasta do militar-astronauta, recebeu cerca de 1 bilhão de reais. No caso da INFRAERO, o aporte do Tesouro respondeu a exigências contratuais de contrapartidas de concessões passadas e, no caso da TELEBRAS, o aporte foi para pagar despesas básicas, medidas típicas de pré-privatização. Mas no caso da EMGEPRON há

projetos com potencial estratégico e mobilizadores de investimentos industriais. Num e noutro caso, com ou sem projeto de desenvolvimento, fato é que os militares ocupam instituições com potencial efeito positivo sobre as taxas de investimento, crescimento e lucro.

Na estratégia de defesa dos militares, a Amazônia Verde e o Atlântico Sul são fronteiras decisivas, é bem verdade. Mas, como a Garantia da Lei e da Ordem (GLO), na visão dos militares, passa pelo alinhamento automático com a potência hegemônica e pela composição com as oligarquias locais, as nossas fardas não se constroem em se associar ao projeto neoliberal de desmonte do Estado e abertura desregulada do mercado. Nem tampouco com o projeto neoconservador de degradação ambiental com predação agrária, minerária e energética, pois, nesse caso, proteger a floresta e o mar significa, antes de mais nada, protegê-los dentro dos marcos do direito privado e não das noções de bem público.

Do ponto de vista econômico, merece atenção a maneira como a política de defesa tem passado por incrementos que vão na contramão da política econômica ultraliberal em curso. Em 2019-2020, o Ministério da Defesa brasileiro teve seu maior orçamento histórico, 105 bilhões de reais em média.

Nesse cenário, merece destaque a viagem de Bolsonaro aos EUA, seu encontro com Trump, suas reuniões com empresários do setor de energia e infraestrutura e sua visita às instalações militares do Comando Sul. Ao que tudo indica, as tratativas por trás dessas missões buscarão dar consequência a acordos de cooperação militar iniciados ainda no biênio 2017-2018, como o *Master Information Exchange Agreement* (de troca de informações tecnológicas militares), o *Acquisition and Cross-Servicing Agreement* (de apoio logístico e de serviços militares), o *Space Situational Awareness* (de uso do espaço exterior e aéreo para “fins pacíficos”).

Um dos principais desdobramentos da última viagem de Bolsonaro aos EUA, segundo os Ministérios das Relações Exteriores e da Defe-

sa, foi a divulgação do acordo *Research, Development, Test e Evaluation* (RDT&E), que estabeleceu parcerias entre as Bases Industriais de Defesa dos dois países, envolvendo valores que podem chegar a 96 bilhões de dólares, segundo o Itamaraty. Por trás das promessas de parceria industrial estratégica, transferência tecnológica e propriedade intelectual compartilhada, o que deve ocorrer é a projeção dos interesses americanos sobre o Brasil, em troca de alguns investimentos no país. Isto vem a calhar para a soberania dos EUA e para a subalternidade do Brasil, pois a potencialização da indústria de defesa do país pode criar algum estímulo para a indústria local, ainda que seu efeito multiplicador não seja capaz de mitigar os profundos problemas econômicos do país.

Vale lembrar ainda que, entre os servidores públicos, os militares são os que custam mais caro para a previdência. Apesar disso, a reforma da previdência militar sancionada em 2019 deu mais vantagens a essa categoria. Quando comparada à reforma dos trabalhadores da iniciativa privada, os militares poderão receber salário integral ao se aposentar, não terão idade mínima obrigatória e pagarão contribuição de 10,5% (enquanto os demais pagarão entre 7,5% e 11,6%). A despeito de algumas diferenças na transição, tais regras também valem para policiais militares e bombeiros dos estados.

Os militares foram a única carreira do serviço público a ter aumento salarial garantido para 2020, enquanto o congelamento foi a regra geral para todas as demais categorias. O reajuste do soldo de praças chega a 13%, com a inclusão de outros benefícios relacionados à reforma na carreira militar, tais como aumento do adicional de disponibilidade, pago aos militares da reserva que podem ser reconvocados; aumento do adicional de habilitação, gratificação paga para cada curso ou treinamento concluído pelo militar; além de uma ajuda de custo para aqueles que deixam a ativa.

INSTRUMENTOS DO ESTADO DE EXCEÇÃO EM MOBILIZAÇÃO

Em 12 de maio de 2016, o Senado abria o processo de *impeachment* contra a presidente Dilma Rousseff e a afastava do poder por 180 dias – era consumado, então, o golpe de Estado contra a presidenta e contra a democracia brasileira. Desde então, os desmontes e abusos perpetrados pelo poder vigente culminaram na inexistência do Estado Democrático de Direito e sua substituição pelo Estado de Exceção em que vivemos.

Não só nos grandes fatos como a perseguição ao presidente Lula, que foi preso injustamente e teve retirado seus direitos políticos, ou a fraude das eleições de 2018 se percebe as perdas decorrentes do golpe. Os retrocessos enfrentados perpassam diferentes esferas, das jurídicas às sociais. A Lei de Acesso à Informação vem sendo desbaratinada, os conselhos e conferências de participação social na gestão pública foram enfraquecidos ou extinguidos, crescem os descabros do Executivo no uso da Lei de Segurança Nacional, e aumenta abusivamente o assédio moral no serviço público. Facetas dos desdobramentos institucionais do Golpe de 2016, estes processos sinalizam abusos do Executivo e concentração de poder e o conseqüente afastamento da população das arenas decisórias da República.

CONTÍNUO ATAQUE À LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO

Ao longo dos últimos cinco anos, a Lei de Acesso a Informações tem sofrido sucessivos revezes, deteriorando-se de forma paulatina e quase silenciosa. No governo Bolsonaro, no entanto, piorou de forma mais acelerada e explícita, tendo sido adotadas medidas claras na contramão da abertura de dados.

Em janeiro de 2019, logo nos primeiros dias de mandato, o governo Bolsonaro editou decreto, assinado pelo presidente em exercício, Hamilton Mourão, ampliando significativamente o número de autoridades autorizadas a classificar informações e documentos como ultrassecretos. Depois de a Câmara dos Deputados aprovar a urgência de um Projeto de Decreto Legislativo que sustava os efeitos desse Decreto e de receber muitas críticas da sociedade civil, o governo voltou atrás e revogou ele próprio o regulamento.

Em março de 2020, Bolsonaro editou Medida Provisória suspendendo, em determinados casos, os prazos para respostas aos pedidos de acessos à informação. Mais uma vez o normativo recebeu inúmeras críticas, inclusive da comunidade internacional, e o Ministro Alexandre de Moraes concedeu liminar, confirmada pelo plenário do Supremo Tribunal Federal, derrubando as restrições impostas pela malfadada Medida Provisória.

Em outra ação lamentável, o governo Bolsonaro classificou como sigilosos todos pareceres jurídicos relacionados a vetos e sanções presidenciais, sob a alegação de que se tratava de documentos protegidos pela relação cliente/advogado. A decisão representou uma mudança de posição da Controladoria-Geral da União (CGU), que antes havia se pronunciado pela liberação desses documentos.

Estudo elaborado pela organização da sociedade civil Transparência Brasil³ mostra que a CGU deferia 27% dos recursos que lhe eram

3. Disponível em: https://www.transparencia.org.br/downloads/publicacoes/Negativas_de_acesso_a_informacao_pioram_sob_governo_Bolsonaro.pdf. Acesso em: 11 jun. 2021.

apresentados no governo Dilma, passando a dar provimento a cerca de 7% dos recursos no governo Temer, número que passou a oscilar em torno de 14% no governo Bolsonaro. Os dados mostram também que, em 2020, a taxa média de pedidos concedidos com base na LAI foi de 58%, contra uma média de 71,3% verificada entre 2016 e 2019.

Por fim, há um número crescente de negativas baseadas em alegações, tais como: pedido “desarrazoado”, “genérico”, “desproporcional”, “que demanda trabalho adicional”. Apesar de encontrarem fundamento no Decreto que regulamenta a LAI, estas justificativas apresentam curva ascendente constante desde o final do governo Dilma, o que denota a utilização de subterfúgios legais para negar solicitações de acesso.

DESMONTE DAS INSTÂNCIAS DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Os governos Temer e Bolsonaro abriram um processo de retirada de direitos individuais, coletivos e sociais da população brasileira. Ademais, desencadearam um processo de desmonte dos conselhos setoriais e temáticos, de suas conferências e na participação popular na gestão pública.

O governo autoritário de Bolsonaro, já no início de seu mandato, editou o Decreto 9759/2019, que extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal direta, autárquicas e fundacionais.

Na prática, com este decreto, conhecido popularmente como Revogação, o governo Bolsonaro extinguiu todos os órgãos colegiados (conselhos, comissões, comitês etc.) com participação da sociedade na administração pública federal que foram criados por decreto. Aqueles que tinham previsão por lei passaram a ser descaracterizados e esvaziados, com mudanças na sua competência, composição, na forma de escolha dos representantes da sociedade (por indicação do governo e

até por sorteio), controle e contingenciamento dos seus fundos e orçamentos, entre outras medidas.

Os conselhos são conquistas da Constituição Federal de 1988, que prevê, em seu artigo 10: “É assegurada a participação dos trabalhadores e empregadores nos colegiados dos órgãos públicos em que seus interesses profissionais ou previdenciários sejam objeto de discussão e deliberação”.

Como exemplos deste retrocesso, cabe lembrar a extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA) e do Conselho Nacional de Política Indigenista. A representação do Conselho Nacional de Meio Ambiente foi reduzida de 96 para 23 cadeiras, de 21 conselheiros da sociedade e entidades de trabalhadores para apenas quatro membros da sociedade civil escolhidos por sorteio.

As bancadas do PT na Câmara Federal e no Senado impetraram uma Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI-6121, no Supremo Tribunal Federal, que deferiu liminar limitando a eficácia do Decreto apenas para atos inferiores a leis, mas ainda não há uma decisão definitiva do STF sobre sua constitucionalidade.

Recentemente, nos dias 11 a 17 de abril de 2021, as entidades e militantes do campo da participação social promoveram a “Semana de Descomemoração de dois anos do Decreto 9759/2019”.

Neste momento, em que o PT, PCdoB, PSOL, os partidos de esquerda, os movimentos sociais e setores democráticos da sociedade buscam unir forças para construir uma maioria política e social para o “Fora Bolsonaro”, o presidente LULA, LIVRE E INOCENTE, recupera seus direitos políticos para liderar a reconstrução do país, é fundamental a construção de um programa que tenha como um dos seus eixos estruturantes a participação direta da população através de um processo de radicalização da democracia com Orçamento Participativo nacional, conferências setoriais e temáticas com caráter deliberativo e garantia da execução das suas deliberações.

A RETOMADA DA LEI DE SEGURANÇA NACIONAL

São crescentes os abusos com a Lei 7.170/1983, conhecida como Lei de Segurança Nacional, que entrou em vigor no final da ditadura militar, sancionada pelo último general do regime a presidir o país, João Baptista Figueiredo, com o objetivo de conter e controlar os movimentos sociais em ascensão, reafirmando a doutrina de segurança nacional formulada pela Escola Superior de Guerra.

Nascida como um dispositivo que dificulta as garantias individuais necessárias a um regime democrático, a legislação tem sido utilizada pelo governo Bolsonaro de forma reiterada contra adversários políticos, para embasar pedidos de investigação contra jornalistas e críticos ao governo, professores das universidades e manifestantes em geral. Um quadro de crescimento vertiginoso da prática inconstitucional e ilegal empreendida por autoridades policiais, estaduais e por ministros de Estado, de forçar o enquadramento, como crime contra a segurança nacional, de mera manifestação de opinião política, com notório viés persecutório de intimidação dos opositores ao governo e ao presidente, em franca ameaça aos mais caros fundamentos de um Estado democrático.

O respeito à Constituição, aos instrumentos internacionais e aos parâmetros interamericanos estabelecidos pela jurisprudência da Comissão e da Corte Interamericana de Direitos Humanos exigem a revisão dessa lei, considerando o emprego elástico de seus dispositivos um desvio para a instauração de investigações que revelam uma tendência de intolerância à participação política de todos que discordam da conduta do governo de ocasião.

Existem quatro ações declaratórias de preceito fundamental ajuizadas no Supremo Tribunal Federal por partidos políticos pedindo a

integral ou parcial declaração de incompatibilidade da Lei de Segurança Nacional com a ordem constitucional vigente e o Estado Democrático de Direito e a liberdade de expressão e de pensamento. Ao mesmo tempo, no parlamento há um projeto em vias de ser votado na Câmara dos Deputados que a revoga totalmente.

PERSEGUIÇÃO INSTITUCIONALIZADA AOS SERVIDORES FEDERAIS

No bojo das consequências do golpe de 2016, o assédio moral no serviço público tem crescido exponencialmente nos últimos cinco anos, em especial nos últimos dois anos e meio sob a gestão do governo Bolsonaro, que promove o mais completo processo de ataque à profissionalização do serviço público, desde o governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso. Revelador de um processo mais amplo de degradação institucional pelo qual padece o Poder Executivo Federal na atual gestão, o ataque aos servidores públicos federais está inserido em um contexto de subordinação dos interesses do Estado brasileiro aos interesses privados.

É nesse quadro de captura da República pelos interesses privados que cresce o ambiente de perseguição institucionalizada dos servidores públicos federais, de modo a fragilizar a estrutura do Estado brasileiro para que não tenha condições de reagir aos ataques daqueles que desejam se apropriar da coisa pública. Trata-se de um processo de subversão da lógica que permitiu a criação do Estado moderno e que inspirou a Constituição de 1988, que teve o cuidado de erigir os princípios da administração pública do país como expressão maior do princípio Republicano.

Para além de um projeto de captura do Estado, o assédio moral no serviço público é revelador da faceta autoritária e saudosista do totalitarismo do atual governo, que flerta constantemente com a violação à ordem democrática, promotor de desarmonia entre os poderes da

República. Em menos de dois anos e meio, foram mais de 700 denúncias de assédio moral no serviço público no Poder Executivo Federal. É mais de uma denúncia por dia. Um quadro sem precedentes desde a Constituição Federal de 1988, que estabeleceu a estabilidade no serviço público como uma garantia para evitar a captura do Estado pelo interesse privado e para que o servidor possa sempre atuar pautado pelo interesse público no cumprimento de suas funções.

O quadro atual, em que professores universitários são compelidos a se retratar por críticas formuladas à condução de políticas executadas pela atual gestão federal; servidores são exonerados por denunciar infrações administrativas; e servidores são processados por se negarem a atender pedidos ilegais e que não compactuam com ideologias reducionistas, negacionistas e antidemocráticas, evidencia um estado de coisas absolutamente inconstitucional na gestão pública federal. Embora o atual governo não se dedique à gestão da coisa pública, mas à construção de narrativas para dar suporte a um projeto de destruição do Estado, o resultado danoso ao tecido institucional trançado e costurado pelo constituinte, em pouco mais de dois anos de governo, é bem maior que a estrutura institucional é capaz de responder, o que indica a dificuldade de recuperação ao fim desse ciclo.

Não há saída que não passe pela denúncia dessas práticas nefastas, que são utilizadas com o propósito de ocupar o espaço público como suporte da perpetuação no poder de um governo que se pauta exclusivamente pelo fim do bem-estar social, em grave conflito com o disposto na Constituição Federal de 1988, e que prioriza um projeto neoliberal que coloca em risco a segurança sanitária, climática e alimentar da população brasileira. A solução está em fazer prevalecer a Constituição Federal de 1988 sem qualquer atropelo, exigindo a firme atuação dos órgãos de proteção e garantia da ordem democrática e dos princípios republicanos, em especial o Ministério Público Federal e o Supremo Tribunal Federal.

SOBRE A ORGANIZADORA

Sandra Brandão é economista, mestra em Economia pela Unicamp. Assessora Especial no Ministério do Trabalho e Emprego e na Casa Civil da Presidência da República durante o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Chefe do Gabinete Adjunto de Informações do Gabinete da Presidenta durante o governo Dilma Rousseff. Assessora Especial do governador de Minas Gerais, Fernando Pimentel. Analista Senior da Fundação Seade.



| **DESMANTELAMENTO DA PETROBRÁS E DO IDEAL DE SOBERANIA**
FOTO IPP



| **DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA**
VINÍCIUS MENDONÇA/IBAMA

Brasil: cinco anos do golpe e destruição foi impresso na cidade de São Paulo pela Mundial Gráfica, em agosto de 2021. A tiragem foi de 750 exemplares. O texto foi composto em Adobe Garamond Pro, em corpo 12,5/16,2. A capa foi impressa em Cartão Triplex 250g e o miolo em Offset 90g.

Em 2021 completam-se cinco anos desde que um golpe jurídico, midiático e parlamentar interrompeu, sem crime de responsabilidade, o mandato da presidenta legitimamente eleita, Dilma Rousseff (PT). Desde então, os governos Temer e Bolsonaro têm promovido o mais severo desmonte dos direitos e das políticas públicas brasileiras.

Neste período, o Brasil tem enfrentado a mais grave crise da história republicana, com um rastro de morte, doença, desemprego, fome e carestia. As falsas promessas dos que apoiaram a farsa do *impeachment* não se cumpriram e o país tem sido assolado por autoritarismo, conservadorismo e negacionismo.

A agenda neoliberal – derrotada pelo PT quatro vezes seguidas em eleições presidenciais – foi retomada com o golpe e vem promovendo o desmonte do Estado de bem-estar social, a destruição dos instrumentos do Estado desenvolvimentista, além de ameaças contra o Estado democrático de direito, concorrendo para encolher, inclusive, o papel do Brasil no mundo.

O ódio e o ressentimento têm dividido a Nação e dado voz a uma extrema-direita obscurantista e violenta, relegada ao ostracismo político desde a redemocrati-

zação. A construção da narrativa antipolítica e a criminalização do PT – estimulada pelos abusos judiciais e pelo *lawfare* praticado pela Operação Lava Jato –, desaguararam no atual estado de coisas.

Nesse contexto, a reconstrução do Brasil para o presente e a transformação do país para o futuro impõem a necessidade de um balanço sistemático de tudo o que foi subtraído da Sociedade e desmontado do Estado.

Nesse sentido, por ocasião dos cinco anos do golpe, a Fundação Perseu Abramo (FPA) – por meio do seu Centro de Altos Estudos (CAE) e dos Núcleos de Acompanhamento de Políticas Públicas (NAPPs) – oferece esse livro com o balanço dos impactos do golpe nas diversas áreas das políticas públicas.

Em diálogo com o *Plano de Reconstrução e Transformação do Brasil*, nossa publicação compõe mais um importante instrumento de diagnóstico e ação para enfrentar os retrocessos e propor alternativas para o Brasil, em favor da vida, da esperança e do futuro.

Resistimos e voltaremos.

William Nozaki

Coordenador executivo

*Centro de Altos Estudos da
Fundação Perseu Abramo*